



Cânones 2007

 Igreja Metodista
Sede Nacional

CÂNONES DA IGREJA METODISTA 2007-2011

*Versão preliminar com as modificações realizadas pelo
18º Concílio Geral e aprovada pelo Colégio Episcopal
em 19 de dezembro de 2006.*

**Aprovação para publicação dos Cânones da Igreja Metodista com as alterações
introduzidas pelo 18º Concílio Geral.**

O Colégio Episcopal com base no art. 63, inciso 33, e considerando os relatórios das comissões de Legislação e de Redação eleitas pelo 18º Concílio Geral, resolve:

1. Aprovar os relatórios das Comissões de Legislação e Comissão de Redação que expressam as alterações introduzidas nos Cânones da Igreja Metodista pelo 18º Concílio Geral, realizado em Aracruz - ES, e São Bernardo do Campo - SP, e em nome do 18º Concílio Geral, pelo colegiado formado pelo Colégio Episcopal e Coordenação Geral de Ação Missionária em reunião realizada em 27 e 28 de novembro de 2006.
2. Autorizar a publicação de nova edição dos Cânones, que leva o nome de “Cânones da Igreja Metodista 2007” e que revoga a edição anterior.
3. Determinar que esta edição dos Cânones entre em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2007.

São Paulo, 19 de dezembro de 2006.

Bispo João Alves de Oliveira Filho

Presidente do Colégio Episcopal

APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO PRELIMINAR DOS CÂNONES 2007

Apresentamos a edição digital preliminar dos Cânones da Igreja Metodista, com vigor a partir de 1º de janeiro de 2007.

Esta edição traz as modificações canônicas aprovadas pelo 18º Concílio Geral, em suas sessões Conciliares. As modificações foram aprovadas na primeira fase realizada em Aracruz - ES de 10 à 16 de julho e segunda fase realizada em São Bernardo do Campo, de 12 à 14 de outubro. Nela constam também, as modificações propostas nas duas primeiras fases, mas aprovadas por delegação do 18º Concílio Geral, pelo colegiado formado pelos bispos e bispa membros do Colégio Episcopal e clérigos e leigos membros da Cogeam, em reunião realizada na Sede Nacional - São Paulo, nos dias 27 e 28 de novembro de 2006.

Uma vez aprovadas as modificações, a Comissão de Legislação procedeu às modificações e fez a harmonização necessária. O trabalho desta comissão foi encaminhado à Comissão de Redação e desta ao Colégio Episcopal para sua aprovação. No dia 19 do corrente, o Colégio Episcopal reuniu-se com a Comissão de Legislação quando aprovou e decidiu promulgar os novos Cânones.

Cabe destacar que no 18º Concílio Geral foram aprovadas algumas modificações na Constituição da Igreja Metodista. As modificações são as seguintes:

- O Art. 7º dos Cânones 2002 foi retirado dos Cânones;
- O Art. 8º dos Cânones 2002 passa a ser Art. 7º, com supressão da palavra “eclesiásticas”;
- O Art. 17 dos Cânones 2002, do título “Da Pessoa Jurídica” passa a ser Art. 16, com nova redação;
- A Emenda Constitucional nº 1, de 23 de julho de 1987, foi retirada dos Cânones.

Esta edição digital não possui Índice Alfabético e Remissivo. Este recurso deverá estar disponível na edição impressa que estará disponível dentro em breve. Quando sair a edição impressa, esta versão digital será substituída por aquela.

Proclamação da Autonomia da Igreja Metodista

Considerando que a Conferência Central da Igreja Metodista Episcopal do Sul, no Brasil, reunida na cidade de São Paulo, no mês de agosto do ano de nosso Senhor Jesus Cristo de 1929, aprovou e enviou à Conferência Geral da Igreja Metodista Episcopal do Sul um memorial, pedindo que as três conferências anuais do Brasil fossem organizadas em Igreja Autônoma para que, tendo plena liberdade de se desenvolver como instituição nacional, continuasse, contudo, em união íntima com a Igreja Metodista Episcopal do Sul;

Considerando que a Conferência Geral da Igreja Metodista Episcopal do Sul, reunida na cidade de Dallas, Texas, Estados Unidos da América, no mês de maio do ano de nosso Senhor Jesus Cristo de 1930, estudou, cuidadosamente e com oração, o memorial apresentado pelos delegados do Brasil e decretou:

“1º) que a Conferência Geral providencie a nomeação de uma comissão composta de cinco membros, que será chamada Comissão da Igreja Metodista do Brasil, e que esta comissão seja autorizada a ir ao Brasil para conferenciar com uma comissão com idênticas atribuições, composta de quinze membros, eleitos, cinco de cada uma das três conferências anuais do Brasil, formando ambas uma só comissão;

2º) que esta comissão de vinte tenha poderes para estabelecer a Igreja Metodista do Brasil com o grau de relação orgânica com a Igreja Metodista Episcopal do Sul que a comissão determinar, porém que esta comissão não tenha poderes para estabelecer uma Conferência Central da Igreja Metodista Episcopal do Sul com autoridade para eleger os seus próprios bispos, mas sim para organizar uma Igreja autônoma;

3º) que esta comissão seja instruída para preparar a base da Organização da Igreja Metodista do Brasil, provendo, também, relação contínua entre a Igreja Metodista do Brasil e a Igreja Metodista Episcopal do Sul;

4º) que, caso seja estabelecida a Igreja autônoma, esta comissão convoque uma reunião do corpo governante (Conferência Geral) o qual, logo que esteja legalmente funcionando, elegerá um bispo e os demais oficiais, conforme o plano preparado pela comissão;

5º) que, dos fundos da Conferência Geral, se paguem as despesas que houver com a organização da Igreja Metodista do Brasil;

6º) que a comissão organizadora, ao estabelecer-se a Igreja Metodista do Brasil, tenha cuidado de não violar as limitações constitucionais da Igreja Metodista Episcopal do Sul; e que a mesma tenha, também, cuidado de seguir os termos destas recomendações, especialmente no seu espírito, e use de toda a discricção necessária no desempenho das suas atribuições”.

Considerando que a Conferência Geral da Igreja Metodista Episcopal do Sul, à vista do memorial que recebeu da Conferência Central do Brasil, estabelecendo a maneira de manter a união com a Igreja Metodista do Brasil, decretou mais:

“Em campos missionários, onde existe uma Igreja Metodista, autônoma ou independente, filiada, organicamente ou de outra forma, à Igreja Metodista Episcopal do Sul e à Junta de Missões, organizar-se-á um Conselho Central composto de membros nacionais da Igreja Metodista, autônoma ou independente, e de missionários que trabalham nesses campos, o qual Conselho substituirá a Missão. Uma comissão conjunta da Igreja Metodista Nacional e da Missão elaborará uma constituição para o Conselho Central, a qual será submetida à aprovação da Junta Geral de Missões.

Nos campos missionários, onde se organizar um Conselho Central em lugar de uma Missão, terá o referido Conselho direito a dois representantes clérigos, um missionário e um nacional, à Conferência Geral, cujos direitos e privilégios são os mesmos de delegados, menos o direito de voto”.

Considerando que a Conferência Geral da Igreja Metodista Episcopal do Sul elegeu uma comissão para estabelecer a Igreja Autônoma no Brasil, cujo certificado de eleição reza assim:

“Dallas, Estado de Texas, 27 de maio de 1930. A quem interessar: Certifico que, sábado, 17 de maio de 1930, a Conferência Geral da Igreja Metodista Episcopal do Sul, em sessão quadrienal, legalmente reunida na cidade Dallas, Texas, por proposta formal e apoiada, elegeu as seguintes pessoas para constituírem a comissão para estabelecer a Igreja autônoma no Brasil: Bispo Edwin D. Mouzon, de Charlotte, Carolina do Norte; D.^a Esther Case, de Nashville, Tennessee; J.W.

Erskine Willians, de Fort Worth, Texas; Rev. J. L. Clark, de Danville, Kentucky; Rev. F. S. Love, de Raleigh, Carolina do Norte, Assinado por L. H. Estes, secretário da Conferência Geral”;

Considerando que, em obediência às instruções acima mencionadas, a referida comissão veio ao Brasil, e apresentou o plano de autonomia às três conferências anuais brasileiras que foram convocadas em sessões regulares pelo Bispo James Cannon Júnior, bispo encarregado do trabalho no Brasil;

Considerando que as três conferências anuais do Brasil, a saber, a Conferência Anual Brasileira, reunida na cidade de Petrópolis, de 7 a 9 de agosto; a Conferência Anual Central Brasileira, reunida na cidade de São Paulo, de 13 a 15 de agosto, e a Conferência Anual Brasileira do Sul, reunida na cidade de Passo Fundo, de 21 a 22 de agosto, todas no ano de nosso Senhor Jesus Cristo de 1930, unanimemente aprovaram o plano de autonomia adotado pela Conferência Geral na cidade de Dallas, Texas, e que cada uma delas elegeu cinco delegados a saber:

A Conferência Anual Brasileira - W. H. Moore, César Dacorso Filho, Epaminondas Moura, Ottília de O. Chaves e Osvaldo Lindenberg;

A Conferência Anual Central Brasileira - W. B. Lee, Guaraci Silveira, Osvaldo L. da Silva, Elias Escobar Júnior e Francisca de Carvalho;

A Conferência Anual Sul Brasileira - G. D. Parker, A.M. Ungaretti, João Inácio Cerilhanes, Eunice Andrew e Efraim Wagner;

Considerando que a Comissão Conjunta, composta das pessoas supramencionadas, se reuniu na cidade de São Paulo, na Igreja Metodista Central, nos dias 28, 29 e 30 de agosto a 2 de setembro de 1930, elaborou a seguinte CONSTITUIÇÃO, devidamente assinada pelo presidente e secretários da dita comissão: (A CONSTITUIÇÃO aqui mencionada se encontra nos Cânones de 1934 e 1938);

Considerando que a Comissão Conjunta deu todos os passos necessários para a convocação do Concílio Geral da Igreja Metodista do Brasil e convocou o mesmo para a cidade de São Paulo em dois de setembro do ano de nosso Senhor Jesus Cristo de 1930;

Nós, os membros da Comissão Conjunta, rendendo graças a Deus por sua direção e pelo espírito de cooperação que reinou em nossas deliberações, declaramos aberto o primeiro Concílio Geral da Igreja Metodista do Brasil; declaramos, mais, que os

membros e ministros da Igreja Metodista Episcopal do Sul no Brasil passam, por este ato, a ser membros e ministros da Igreja Metodista do Brasil; que a Igreja Metodista Episcopal do Sul deixa de existir no Brasil, e que a Igreja autônoma, por esta proclamação, fica constituída.

Cidade de São Paulo, 2 de setembro de 1930

(aa.)

Edwim D. Mouzon, Esther Case, W. Erskine Williams, J. L. Clark. F. S. Love, W. H. Moore, César Dacorso Filho , Epaminondas Moura, W. B. Lee, Guaraci Silveira, Osvaldo Luiz da Silva, Elias Escobar Júnior, Francisca Ferreira de Carvalho, G. D. Parker, A M. Ungaretti, J. I. Cerilhanes, Efrain Wagner, Eunice F. Adndrew.

CONSTITUIÇÃO DA IGREJA METODISTA PARA 2007
(Com modificação feita pelo 18º Concílio Geral)

CONSTITUIÇÃO DA IGREJA METODISTA

Aprovada pelo X Concílio Geral da Igreja Metodista, em julho de 1970 na cidade de Belo Horizonte e alterada pelo XVIII Concílio Geral da Igreja Metodista, realizado em julho e outubro de 2006, respectivamente, nas cidades de Aracruz - ES e São Bernardo do Campo - SP.

Do Histórico

Art. 1º Pela proclamação datada de 2 de setembro de 1930 e assinada pelos membros da Comissão Conjunta, composta de delegados da Igreja Metodista Episcopal do Sul, nos Estados Unidos da América, e pelos delegados das Conferências Anual Brasileira, Sul Brasileira e Central Brasileira constituiu-se no Brasil uma igreja autônoma, ramo da Igreja Universal de Jesus Cristo, continuação do Metodismo, movimento iniciado na Inglaterra por João Wesley, no século XVIII.

Da Denominação

Art. 2º A Igreja assim constituída denomina-se Igreja Metodista.

Da Missão

Art. 3º A missão da Igreja Metodista é participar da ação de Deus no seu propósito de salvar o mundo.

Parágrafo único. A Igreja Metodista cumpre a sua missão realizando o culto de Deus, pregando a sua Palavra, ministrando os sacramentos, promovendo a fraternidade e a disciplina cristãs e proporcionando a seus membros meios para alcançarem uma experiência cristã progressiva, visando ao desempenho de seu testemunho e serviço no mundo.

Das Doutrinas

Art. 4º A Igreja Metodista adota os princípios de fé aceitos pelo Metodismo Universal, os quais têm por fundamento as Sagradas Escrituras do Antigo e Novo Testamentos, testemunho escrito da revelação divina, dado por homens movidos pelo Espírito Santo, as quais contêm tudo quanto é necessário para a salvação e são suficiente regra de fé e prática para os cristãos.

§ 1º A tradição doutrinária metodista orienta-se pelo Credo Apostólico, pelos Vinte e Cinco Artigos de Religião do metodismo histórico e pelos Sermões de João Wesley e suas Notas sobre o Novo Testamento.

§ 2º A doutrina social da Igreja Metodista se expressa no Credo Social.

Do Governo

Art. 5º A forma de governo da Igreja Metodista é episcopal e seu sistema, representativo.

Do Episcopado

Art. 6º O episcopado na Igreja Metodista é encargo de serviço especial.

Da Administração

Art. 7º A divisão administrativa da Igreja Metodista compreende regiões com subdivisões e campos missionários.

Dos Concílios

Art. 8º Os concílios são órgãos jurisdicionais que se reúnem periodicamente para tratar dos interesses das respectivas áreas.

Parágrafo único - O Concílio Geral é o órgão legislativo e deliberativo da Igreja Metodista

Art. 9º Na composição dos concílios, observam-se os seguintes princípios:

I - No Concílio Geral, representação paritária de presbíteros e leigos, proporcional ao número de membros da Igreja nas regiões.

II - Em outros concílios, representação leiga na proporção que a lei determina, exceto no concílio da Igreja local, composto de todos os membros arrolados nesta.

Parágrafo único. Os presbíteros são membros natos dos concílios das jurisdições a que pertencem.

Das Restrições do Concílio Geral

Art. 10. O Concílio Geral não pode:

I - Rejeitar o Credo Apostólico e os Vinte e Cinco Artigos de Religião.

II - Adotar doutrinas que contrariem os princípios de fé aceitos pela Igreja Metodista.

III - Contrariar os princípios das Regras Gerais estabelecidas por João Wesley.

Parágrafo único. O Concílio não se sujeita às restrições acima quando há recomendação dos concílios regionais por dois terços, no mínimo, da totalidade dos votos apurados em todos eles e confirmação do Concílio Geral imediato, por dois terços dos votos apurados; ou recomendação do Concílio Geral, por dois terços dos votos apurados e confirmação dos concílios regionais por dois terços, no mínimo, da totalidade dos votos apurados em todos eles.

Das Ordens

Art. 11. Ordens são categorias eclesiásticas nas quais a Igreja Metodista acolhe aqueles que reconhece vocacionados para serviços especiais no desempenho de sua missão.

Art. 12. As ordens na Igreja Metodista são duas: a presbiteral e diaconal, constituídas, respectivamente, de presbíteros e diáconos, sem distinção de sexo.

Parágrafo único. Os presbíteros ativos estão sujeitos à itinerância.

Da Igreja Local

Art. 13. A igreja local é a unidade do sistema metodista e compõe-se de membros da igreja, arrolados num grupo, sob a jurisdição do concílio respectivo.

Dos Membros

Art. 14. São membros da Igreja Metodista as pessoas que satisfazem os requisitos canônicos para a admissão e são recebidas à sua comunhão.

Da Cooperação com outras Igrejas

Art. 15. A Igreja Metodista mantém relações de cooperação com outras Igrejas, na forma estabelecida nos Cânones.

Da Pessoa Jurídica

Art. 16. A Igreja Metodista é uma organização religiosa, sem fins econômicos, que adota a denominação genérica de Associação da Igreja Metodista, como pessoa jurídica de direito privado.

Das Garantias Legais

Art. 17. O direito de defesa e petição é assegurado a todos os membros da Igreja.

Dos Cânones

Art. 18. Esta Constituição e a lei que a regulamenta e complementa são editadas em um livro denominado Cânones da Igreja Metodista.

Da Reforma da Constituição

Art. 19. Esta Constituição somente pode ser reformada ou emendada, pelo Concílio Geral, por voto de dois terços de seus membros, respeitadas as restrições do artigo 10.

Parágrafo único - São competentes para a iniciativa da reforma constitucional:

- a - O Concílio Geral, por proposta subscrita por um terço de seus membros.
- b - Qualquer concílio regional por voto de dois terços de seus membros.

Da Vigência

Art. 20. Esta Constituição entra em vigor na data de sua promulgação.

Parte Geral

DOS ELEMENTOS BÁSICOS DA IGREJA METODISTA

Art. 1º - A Igreja Metodista, pelos seus vários Concílios Gerais, reconhece ou aprova os seguintes elementos básicos para a sua caracterização, vida e missão:

1. Doutrinas do Metodismo
2. Costumes do Metodismo
3. Credo Social
4. Normas do Ritual
5. Plano para a Vida e a Missão
6. Diretrizes para a Educação
7. Plano Diretor Missionário

Parágrafo Único: Em nenhuma circunstância, qualquer igreja local, órgãos ou instituições podem planejar, decidir ou executar, ou ainda, posicionar-se contra os elementos indicados neste artigo, porque deles decorre a característica metodista.

CAPÍTULO I

DAS DOCTRINAS

Art. 2º - Doutrinas e costumes são os princípios e normas pelos quais a Igreja Metodista se orienta e são os mesmos aceitos pelo Metodismo Universal, fundamentados nas Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamentos, única regra de fé e prática dos cristãos.

1º - A tradição doutrinária metodista orienta-se pelo Credo Apostólico, pelos Vinte e Cinco Artigos de Religião do Metodismo histórico e pelos Sermões de João Wesley e suas Notas sobre o Novo Testamento.

2º - Os Sermões de João Wesley e suas Notas sobre o Novo Testamento são publicados em livros.

3º - Os Vinte e Cinco Artigos de Religião do Metodismo histórico são os seguintes:

(1) Da fé na Santa Trindade

Há um só Deus vivo e verdadeiro, eterno, sem corpo nem partes; de poder, sabedoria e bondade infinitos; criador e conservador de todas as coisas visíveis e invisíveis. Na unidade desta divindade, há três pessoas da mesma substância, poder e eternidade - Pai, Filho e Espírito Santo.

(2) Do Verbo ou Filho de Deus que se fez verdadeiro homem

O Filho, que é o Verbo do Pai, verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai, tomou a natureza humana no ventre da bendita virgem, de maneira que duas naturezas inteiras e perfeitas, a saber, a divindade e a humanidade, se uniram em uma só pessoa para jamais se separar, a qual pessoa é Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, que realmente sofreu, foi crucificado, morto e sepultado, para nos reconciliar com seu Pai e para ser um sacrifício não somente pelo pecado original, mas também pelos pecados atuais dos homens.

(3) Da ressurreição de Cristo

Cristo, na verdade, ressuscitou dentre os mortos, tomando outra vez o seu corpo com todas as coisas necessárias a uma perfeita natureza humana, com as quais subiu ao Céu e lá está até que volte a julgar os homens, no último dia.

(4) Do Espírito Santo

O Espírito Santo, que procede do Pai e do Filho, é da mesma substância, majestade e glória com o Pai e com Filho, verdadeiro e eterno Deus.

(5) Da suficiência das Santas Escrituras para a salvação

As Santas Escrituras contêm tudo que é necessário para a salvação, de maneira que o que nelas não se encontre, nem por elas se possa provar, não se deve exigir de pessoa alguma para ser crido como artigo de fé, nem se deve julgar necessário para a salvação. Entende-se por Santas Escrituras os livros canônicos do Antigo e do Novo Testamentos de cuja autoridade nunca se duvidou na Igreja, a saber, do Antigo Testamento: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, I e II Samuel, I e II Reis, I e II Crônicas, Esdras, Neemias, Ester, Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cânticos dos Cânticos, Isaías, Jeremias, Lamentações de Jeremias, Ezequiel, Daniel, Oséias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias, e Malaquias; e do Novo Testamento: Evangelhos; segundo S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas, e S. João; Atos dos Apóstolos; Epístolas de S. Paulo: aos Romanos, I e II aos Coríntios, aos Gálatas, aos Efésios, aos Filipenses, aos Colossenses, I e II aos Tessalonicenses, I e II a Timóteo, a Tito e a Filemom; Epístola aos Hebreus; Epístola de S. Tiago; Epístola I e II de S. Pedro; Epístola I, II e III de S. João; Epístola de S. Judas, e o Apocalipse.

(6) Do Antigo Testamento

O Antigo Testamento não está em contradição com o Novo, pois tanto no Antigo como no Novo Testamentos a vida eterna é oferecida à humanidade por Cristo, que é o único mediador entre Deus e o homem, sendo ele mesmo Deus e Homem; portanto, não se deve dar ouvidos àqueles que dizem que os patriarcas tinham em vista somente promessas transitórias. Embora a lei dada por Deus a Moisés, quanto às cerimônias e ritos, não se aplique aos cristãos, nem tão pouco os seus preceitos civis devam ser necessariamente aceitos por qualquer governo, nenhum cristão está isento de obedecer aos mandamentos chamados morais.

(7) Do pecado original

O pecado original não está em imitar Adão, como erradamente dizem os Pelagianos, mas é a corrupção da natureza de todo descendente de Adão, pela qual o homem está muito longe da retidão original e é de sua própria natureza inclinado ao mal e isto continuamente.

(8) Do livre arbítrio

A condição do homem, depois da queda de Adão, é tal que ele não pode converter-se e preparar-se pelo seu próprio poder e obras, para a fé e invocação de Deus; portanto, não temos forças para fazer boas obras agradáveis e aceitáveis a Deus sem a sua graça por Cristo, predispondo-nos para que tenhamos boa vontade e operando em nós quando temos essa boa vontade.

(9) Da justificação do homem

Somos reputados justos perante Deus somente pelos merecimentos de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, por fé e não por obras ou merecimentos nossos; portanto, a doutrina de que somos justificados somente pela fé é mui sã e cheia de conforto.

(10) Das boas obras

Posto que as boas obras, que são o fruto da fé e seguem a justificação, não possam tirar os nossos pecados, nem suportar a severidade do juízo de Deus, contudo são agradáveis e aceitáveis a Deus em Cristo, e nascem de uma viva e verdadeira fé, tanto assim que uma fé viva é por elas conhecida como a árvore o é pelos seus frutos.

(11) Das obras de superrogação

As obras voluntárias que não se achem compreendidas nos mandamentos de Deus, as quais se chamam obras de superrogação, não se podem ensinar sem arrogância e impiedade; pois, por elas, declaram os homens que não só rendem a Deus tudo quanto lhe é devido, mas também de sua parte fazem ainda mais do que devem, embora Cristo claramente diga: “Quando tiverdes feito tudo o que se vos manda, dizei: Somos servos inúteis”.

(12) Do pecado depois da justificação

Nem todo pecado, voluntariamente cometido depois da justificação, é o pecado contra o Espírito Santo e imperdoável; logo, não se deve negar a possibilidade de arrependimento aos que caem em pecado depois da justificação. Depois de termos recebido o Espírito Santo, é possível apartar-nos da graça recebida e cair em pecado, e pela graça de Deus levantar-nos de novo e emendar nossa vida. Devem, portanto, ser condenados os que digam que não podem mais pecar enquanto aqui vivem, ou que neguem a possibilidade de perdão àqueles que verdadeiramente se arrependam.

(13) Da Igreja

A Igreja visível de Cristo é uma congregação de fiéis na qual se prega a pura Palavra de Deus e se ministram devidamente os sacramentos, com todas as coisas a eles necessárias, conforme a instituição de Cristo.

(14) Do purgatório

A doutrina romana do purgatório, das indulgências, veneração e adoração, tanto de imagens como de relíquias, bem como a invocação dos santos, é uma invenção fútil, sem base em nenhum testemunho das Escrituras e até repugnante à Palavra de Deus.

(15) Do falar na congregação em língua desconhecida

É claramente contrário à Palavra de Deus e ao costume da igreja Primitiva celebrar o culto público na Igreja, ou ministrar os sacramentos, em língua que o povo não entenda.

(16) Dos sacramentos

Os sacramentos instituídos por Cristo não são somente distintivos da profissão de fé dos cristãos; são, também, sinais certos da graça e boa vontade de Deus para conosco, pelos quais Ele invisivelmente, opera em nós, e não só desperta, como fortalece e confirma a nossa fé nEle. Dois somente são os sacramentos instituídos por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho, a saber: o batismo e a Ceia do Senhor. Os outros cinco, vulgarmente chamados sacramentos, a saber: a confirmação, a penitência, a ordem, o matrimônio e a extrema unção, não devem ser considerados sacramentos do Evangelho. Sendo, como são, em parte, uma imitação corrompida de costumes apostólicos e, em parte, estados de vida permitidos nas Escrituras, mas que não têm a natureza do batismo, nem a da Ceia do Senhor, porque não têm

sinal visível, ou cerimônia estabelecida por Deus. Os sacramentos não foram instituídos por Cristo para servirem de espetáculo, mas para serem recebidos dignamente. E somente nos que participam deles dignamente é que produzem efeito salutar, mas aqueles que os recebem indignamente recebem para si mesmos a condenação, como diz S. Paulo (I Coríntios 11.29).

(17) Do batismo

O batismo não é somente um sinal de profissão de fé e marca de diferenciação que distingue os cristãos dos que não são batizados, mas é, também, um sinal de regeneração, ou de novo nascimento. O batismo de crianças deve ser conservado na Igreja.

(18) Da Ceia do Senhor

A Ceia do Senhor não é somente um sinal do amor que os cristãos devem ter uns para com os outros, mas antes é um sacramento da nossa redenção pela morte de Cristo, de sorte que, para quem reta, dignamente e com fé o recebe, o pão que partimos é a participação do corpo de Cristo, como também o cálice de benção é a participação do sangue de Cristo. A transubstanciação ou a mudança de substância do pão e do vinho na Ceia do Senhor não se pode provar pelas Santas Escrituras e é contrária às suas terminantes palavras; destrói a natureza de um sacramento e tem dado motivo a muitas superstições. O corpo de Cristo é dado, recebido e comido na Ceia somente de modo espiritual. O meio pelo qual é recebido e comido o corpo de Cristo, na Ceia, é a fé. O sacramento da Ceia do Senhor não era, por ordenação de Cristo, custodiado, levado em procissão, elevado nem adorado.

(19) De ambas as espécies

O cálice do Senhor não se deve negar aos leigos, porque ambas as espécies da Ceia do Senhor, por instituição e mandamento de Cristo, devem ser ministradas a todos os cristãos igualmente.

(20) Da oblação única de Cristo sobre a cruz

A oblação de Cristo, feita uma só vez, é a perfeita redenção, propiciação e satisfação por todos os pecados de todo o mundo, tanto o original como os atuais, e não há nenhuma outra satisfação pelo pecado, senão essa. Portanto, o sacrifício da missa, no qual se diz geralmente que o sacerdote oferece a Cristo em expiação de pecados pelos vivos e defuntos, é fábula blasfema e engano perigoso.

(21) Do casamento dos ministros

Os ministros de Cristo não são obrigados pela lei de Deus, quer a fazer voto de celibato, quer a abster-se do casamento; portanto, é tão lícito a eles como aos demais cristãos o casar-se à sua vontade, segundo julgarem melhor à prática da piedade.

(22) Dos ritos e cerimônias da Igreja

Não é necessário que os ritos e cerimônias das Igrejas sejam em todos os lugares iguais e exatamente os mesmos, porque sempre têm sido diferentes e podem mudar-se conforme a diversidade dos países, tempos e costumes dos homens, contando que nada seja estabelecido contra a Palavra de Deus. Entretanto, todo aquele que, voluntária, aberta e propositadamente quebrar os ritos e cerimônias da Igreja a que pertença, os quais, não sendo repugnantes à Palavra de Deus, são ordenados e aprovados pela autoridade competente, deve abertamente ser repreendido como ofensor da ordem comum da Igreja e da consciência dos irmãos fracos, para que os outros tenham fazer o mesmo. Toda e qualquer Igreja pode estabelecer, mudar ou abolir ritos e cerimônias, contanto que isso se faça para edificação.

(23) Dos deveres civis dos cristãos

É dever dos cristãos, especialmente dos ministros de Cristo, sujeitarem-se à autoridade suprema do país onde residam e empregarem todos os meios louváveis para inculcar obediência aos poderes legitimamente constituídos. Espera-se, portanto, que os ministros e membros da Igreja se portem como cidadãos moderados e pacíficos.

(24) Dos bens dos cristãos

As riquezas e os bens dos cristãos não são comuns, quanto ao direito, título e posse dos mesmos, como falsamente apregoam alguns; não obstante, cada um deve dar liberalmente do que possui aos pobres.

(25) Do juramento do cristão

Assim como confessamos que é proibido aos cristãos, por nosso Senhor Jesus Cristo e por Tiago, seu apóstolo, o jurar em vão e precipitadamente, assim também julgamos que a religião cristã não proíbe o juramento quando um magistrado o requer em causa da fé e caridade, contanto que se faça segundo o ensino do profeta, em justiça, juízo e verdade.

§ 4º - O Credo Apostólico, citado no 1º deste art., é o seguinte:

Creio em Deus Pai, Todo-Poderoso, criador do céu e da terra e em Jesus Cristo, seu unigênito filho, nosso Senhor; o qual foi concebido por obra do Espírito Santo; nasceu da virgem Maria; padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos; foi crucificado, morto e sepultado; ao terceiro dia, ressurgiu dos mortos, subiu ao Céu e está a direita de Deus Pai, Todo-Poderoso, de onde há de vir para julgar os vivos e os mortos.

Creio no Espírito Santo, na Santa Igreja de Cristo; na comunhão dos santos; na remissão dos pecados, na ressurreição do corpo e na vida eterna. Amém.

CAPÍTULO II

DOS COSTUMES

(*Redação dada pelo X Concílio Geral realizado em 1971 (2º Sessão/RJ)

Art. 3º - Como fez João Wesley, no seu tempo, seu pronunciamento em documento que chamou REGRAS GERAIS, código de conduta cristã para as pessoas que o procuraram, em busca de conforto espiritual, no desejo da salvação e santidade, assim a Igreja Metodista, adaptando a cada época a sua linguagem, conserva os mesmos princípios, os quais recomenda a todos os seus membros, como prática de vida, a saber:

1. Não praticar o mal.
2. Zelosamente, praticar o bem.
3. Atender às ordenanças de Deus.

Fundamentada nesses princípios, a Igreja confia que os metodistas preservem a sua tradição e continuem a ser reconhecidos como pessoas de vida regrada. Os metodistas são:

- moderados nos divertimentos;
- modestos no trajar;
- abstêmios do álcool como bebida;
- empenhados no combate aos vícios;
- observadores do Dia do Senhor, especialmente dedicado ao culto público, ao cultivo espiritual, pelo estudo da Bíblia, e ao descanso físico;
- observadores dos preceitos da Igreja e dos meios de graça que ela oferece, participando dos ofícios divinos e da Ceia do Senhor;
- praticantes do jejum e da oração individual e em família;
- honestos em negócios;
- fraternais nas relações de uns com os outros;
- tolerantes e respeitadores das idéias e opiniões alheias;
- praticantes de boas obras;

- benfeitores dos necessitados;
- defensores dos oprimidos;
- promotores da instrução secular e religiosa;
- e operosos na obra de evangelização.

CAPÍTULO III

DO CREDO SOCIAL

Art. 4º - A doutrina social da Igreja Metodista se expressa no Credo Social, objeto de decisão do X Concílio Geral, conforme segue:

I - NOSSA HERANÇA

- 1- A *Igreja Metodista* afirma sua responsabilidade cristã pelo bem-estar integral do homem como decorrente de sua fidelidade à Palavra de Deus, expressa nas Escrituras do Antigo e Novo Testamentos.
- 2- Essa consciência de responsabilidade social constitui parte da preciosa herança confiada aos metodistas pelo testemunho histórico de João Wesley.
- 3- O exercício dessa missão é inseparável do Metodismo Universal, ao qual está vinculada a *Igreja Metodista* por unidade de fé e relações de ordem estrutural estabelecidas nos Cânones.
- 4- A *Igreja Metodista* participa dos propósitos de unidade cristã e serviço mundial, do Conselho Mundial de Igrejas.
- 5- No presente século, de gigantesco progresso científico e tecnológico, a *Igreja Metodista* reafirma a verdade proclamada por João Wesley, no século XVIII, na Inglaterra: “Vamos unir ciência e piedade vital há tanto tempo separadas”.

II - BASES BÍBLICAS

- 1- *Cremos em Deus*, Criador de todas as coisas e Pai de toda a família humana, fonte de todo o amor, justiça e paz, autoridade soberana sempre presente.
- 2- *Cremos em Jesus Cristo*, Deus Filho que se fez homem como cada um de nós, amigo e redentor dos pecadores, Senhor e Servo de todos os homens, em quem todas as coisas foram criadas.
- 3- *Cremos no Espírito Santo*, Deus defensor, que conduz os homens livremente à verdade, convencendo o mundo do pecado, da justiça e do juízo.
- 4- *Cremos que o Deus único estava em Cristo*, reconciliando consigo o mundo, criando uma nova ordem de relações na História, perdoadando os pecados dos homens e encarregando-nos do ministério da reconciliação.

- 5- *Cremos no Reino de Deus e sua justiça* que envolve toda a criação, chamando todos os homens a se receberem como irmãos, participando em Cristo da nova vida de plenitude.
- 6- *Cremos que o Evangelho*, tomando a forma humana em Jesus de Nazaré, filho de Maria e de José, o carpinteiro, é o poder de Deus que liberta completamente o homem, proclamando que não existe nenhum valor acima da pessoa humana, criada à imagem e semelhança com Deus.
- 7- *Cremos que a comunidade cristã universal* é serva do Senhor. Sua missão nasce sempre dentro da missão do seu único Senhor, que é Jesus Cristo. A unidade cristã é a dádiva de sacrifício do Cordeiro de Deus. Viver divididos é negar o Evangelho.
- 8- *Cremos que são bem-aventurados* os humildes de espírito, os que sofrem, os mansos, os que têm fome e sede de justiça, os que praticam a misericórdia, os simples de coração, os que trabalham pela paz, os que são perseguidos pela causa da justiça e do nome do Senhor.
- 9- *Cremos* que a Lei e os Profetas se cumprem em amar a Deus com todas as forças da nossa vida e em amar ao nosso próximo como a nós mesmos, pois ninguém pode amar a Deus e menosprezar a seu irmão.
- 10- *Cremos* que ao Senhor pertence a terra e a sua plenitude, o mundo e todos os que nele habitam; por isso proclamamos que o pleno desenvolvimento humano, a verdadeira segurança e ordem sociais só se alcançam na medida em que todos os recursos técnicos e econômicos e os valores institucionais estão a serviço da dignidade humana, na efetiva justiça social.
- 11- *Cremos* que o culto verdadeiro que Deus aceita dos homens é aquele que inclui a manifestação de uma vivência de amor, na prática da justiça e no caminho da humildade junto com o Senhor.

III - A ORDEM POLÍTICO-SOCIAL E ECONÔMICA

- 1- A natureza social do homem procede da ordem da criação e significa que sua plena realização só é alcançada na vida em comunidade.
- 2- A comunidade familiar, resultante da natureza humana, a ordem econômica resultante do conjunto das atividades humanas de produção, consumo e comércio de bens, e a ordem política expressam exigências da própria ordem da criação divina.
- 3- O Estado é exigência básica não só para a defesa da vida e liberdade da pessoa humana, mas para a promoção do bem comum, mediante o desenvolvimento da justiça e da paz na ordem social.

- 4- Em cada época e lugar surgem problemas, crises e desafios por meio dos quais Deus chama a Igreja a servir. A Igreja, guiada pelo Espírito Santo, consciente de sua própria culpabilidade e instruída por todo conhecimento competente, busca discernir a vontade de Deus e obedecer a ela nessas situações específicas.
- 5- A Igreja Metodista considera, na presente situação do País e do mundo, como de particular importância para sua responsabilidade social o discernimento das seguintes realidades:
- a) Deus criou os povos para constituírem uma família universal. Seu amor reconciliador em Jesus Cristo vence barreiras entre irmãos e destrói toda forma de discriminação entre os homens. A Igreja é chamada a conduzir todos a se receberem e a se afirmarem uns aos outros como pessoas em todas as suas relações: na família, na vizinhança, no trabalho, na educação, no lazer, na religião e no exercício dos direitos políticos.
 - b) A reconciliação do mundo em Jesus Cristo é a fonte da justiça, da paz e da liberdade entre as nações; todas as estruturas e poderes da sociedade são chamados a participar dessa nova ordem. A Igreja é a comunidade que exemplifica essas relações novas do perdão, da justiça, e da liberdade, recomendando-as aos governos e nações como caminho para uma política responsável de cooperação e paz.
 - c) A reconciliação das nações se torna especialmente urgente num tempo em que países desenvolvem armas nucleares, químicas e biológicas, desviando recursos ponderáveis de fins construtivos e pondo em risco a humanidade.
 - d) A reconciliação do homem em Jesus Cristo torna claro que a pobreza escravizadora em um mundo de abundância é uma grave violação da ordem de Deus; a identificação de Jesus Cristo com os necessitados e os oprimidos, bem como a prioridade da justiça nas Escrituras proclamam que a causa dos pobres do mundo é a causa dos seus discípulos.
 - e) A pobreza de imenso contingente da família humana, fruto dos desequilíbrios econômicos, de estruturas sociais injustas, da exploração dos indefesos, da carência de conhecimentos, é uma grave negação da justiça de Deus.
 - f) As excessivas disparidades culturais, sociais e econômicas negam a justiça e põem em perigo a paz, exigindo intervenção competente com planejamento eficaz para vencê-las.
 - g) É injusto aumentar a riqueza dos ricos e poder dos fortes confirmando a miséria dos pobres e oprimidos. Os programas para aumentar a renda nacional precisam criar distribuição equitativa de recursos, combater discriminações, vencer injustiças econômicas e libertar o homem da pobreza.

- h) No individualismo e no coletivismo, tanto quanto em programas de crescimento econômico e progresso social, encontramos os riscos de humanismos parciais. Urge que se promova o humanismo pleno. A plena dimensão humana só se encontra nas novas relações criadas por Deus em Jesus Cristo.
- 6- A Igreja Metodista reconhece os relevantes serviços da Organização das Nações Unidas no aprimoramento e defesa dos Direitos Humanos, assim como seus esforços em favor da justiça e da paz entre as nações. Recomenda como extremamente oportunos a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e documento sobre *Desenvolvimento e Progresso Social*, adotado pela Assembléia em dezembro de 1969.

IV - RESPONSABILIDADE CIVIL

- 1- A Igreja Metodista reconhece que é sua tarefa docente capacitar os membros de suas congregações para o exercício de uma cidadania plena.
- 2- O propósito primordial dessa missão é servir ao Brasil por meio da participação ativa do povo metodista na formação de uma sociedade consciente de suas responsabilidades.
- 3- A sociedade consciente de suas responsabilidades desenvolve-se em três níveis básicos:
 - a) De responsabilidade da comunidade como um todo perante Deus, especialmente na criação de condições de igual participação de todos os seus membros;
 - b) De responsabilidade do cidadão para com a justiça e a ordem pública na comunidade;
 - c) De responsabilidade dos que exercem o poder perante o poder.
- 4- Nesse propósito, a Igreja adota a Declaração Universal dos Direitos Humanos e reafirma os critérios definidos no relatório especializado do Conselho Mundial de Igrejas em sua II Assembléia, reunida em Evanston (EUA), em 1954, nos seguintes termos:
 - a) Criação de canais adequados de ação política a fim de que o povo tenha a liberdade de escolher seu governo;
 - b) Proteção jurídica para todos, contra prisões arbitrárias e quaisquer atos que interfiram em direitos humanos;
 - c) Liberdade de expressão legítima de convicções religiosas, éticas e políticas;

- d) A família, a igreja, a universidade, associações com fundamentos próprios, demandam proteção do Estado e não o controle estatal em sua vida interna.
- 5- A soberania de Deus revelada na encarnação de Jesus Cristo sobre todas as autoridades e poderes da sociedade é a garantia última, reconhecida ou não, da responsabilidade do homem para com o seu semelhante.

V - PROBLEMAS SOCIAIS

Problemas sociais são manifestações patológicas do organismo social como um todo; originam-se de situações estruturais da sociedade e da mentalidade das pessoas conduzindo-as a condições de vida infra-humana e produzindo a marginalização sócio-econômica e cultural de indivíduos e populações.

Os problemas sociais são causa e efeito da marginalização passiva ou ativa das pessoas, e dizem respeito às carências nos setores básicos de Alimentação, Educação, Habitação, Saúde, Cultura, Carência de Fé Cristã, Recreação, Trabalho, Comunicação Social, Seguro Social, e as manifestações da conduta humana que se opõem às normas estabelecidas por determinada sociedade. Os problemas sociais são próprios de uma determinada comunidade em determinada época e, por isso, precisam ser analisados dentro do contexto sócio-econômico e cultural específico.

A Igreja Metodista considera que:

- 1- O homem, como pessoa criada à imagem e semelhança de Deus, é a realidade para a qual devem convergir todos os valores e recursos da sociedade.
- 2- A pessoa humana é membro do corpo social e dele simultaneamente agente e sujeito.
- 3- A sociedade é um todo social, sujeito permanentemente à influência de fatores que o modificam, que o pressionam impondo mudanças profundas no comportamento humano.
- 4- Para que uma sociedade traduza o sentido cristão de humanidade é necessário que, a par com a mudança das estruturas sociais, se processe uma transformação da mentalidade humana. O sentido cristão de humanidade só pode ser alcançado em uma sociedade na qual as pessoas tenham vida comunitária, consciência de solidariedade humana e de responsabilidade social.
- 5- Individualismo e massificação são causas graves de problemas sociais; ambos negam o Evangelho porque despersonalizam o homem.

6- A comunidade familiar expressa exigências fundamentais da criação divina. A família está sujeita a insegurança econômica e a tensões e desajustamentos que acompanham as mudanças sócio-culturais. O planejamento familiar é um fator essencial, dele resulta a paternidade consciente, o ajustamento entre os cônjuges, a educação dos filhos, a administração do lar.

A Igreja Metodista aceita e recomenda o uso dos recursos da medicina moderna para o controle da natalidade, quando não contraria a ética cristã. O sexo, na ética cristã, é considerado dádiva de Deus à vida por ele mesmo criada. A orientação sexual é uma responsabilidade da Família, da Igreja e das Instituições Educacionais.

7- O desquite é solução inadequada aos casais que se separam. O Evangelho concede à Igreja recursos de natureza ética para acolher em seu seio casais constituídos sem amparo da legislação vigente. A Igreja reconhece a urgente necessidade de uma legislação civil que, respeitada a ética cristã, solucione o problema dos lares desfeitos mediante novo casamento.

8- A prostituição é grave alienação da pessoa humana exigindo tratamento responsável. No tratamento da prostituição, que constitui grave problema na sociedade brasileira, é impossível ignorar-se um complexo de fatores como fonte causadora da mesma: limitações de ordem pessoal, estruturas defeituosas da sociedade, carências culturais econômicas, dupla moral sexual, lenocínio, exploração do sexo nos meios de comunicação social.

9- No Brasil, constata-se a existência de grande contingente de crianças desatendidas em suas necessidades básicas de alimentação, habitação, cuidados com a saúde, amor e compreensão, educação, proteção e recreação. Essas carências da primeira infância são, via de regra, irreversíveis. É de inadiável urgência no Brasil a tomada de providências que visem ao cumprimento dos Direitos da Criança que foram proclamados pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959.

10- A juventude é predominante na população brasileira, representando alta potencialidade e dinamismo no processo de desenvolvimento do País. Suas aspirações e seus problemas apresentam exigências imperativas. O desenvolvimento sócio-cultural, econômico e político do Brasil não pode prescindir do concurso de sua juventude, que é decisivo.

11- Meios de comunicação social: letra, som, imagem (livros, rádio, filmes e televisão) que contribuem poderosamente para a educação do povo, estão trazendo também muita influência negativa, que deforma as mentes e agride a sociedade.

- 12- Dentre os problemas que afetam a sociedade estão os chamados vícios como: o uso indiscriminado de entorpecentes, a fabricação, comercialização e propaganda de cigarros, bebidas alcoólicas, a exploração dos jogos de azar, que devem ser alvo de combate tenaz já pelos efeitos danosos sobre os indivíduos como também pelas implicações sócio-econômicas que acarretam ao País.
- 13- Os presídios devem ser para reeducação e tratamento dos indivíduos e para tal precisam estar devidamente equipados e organizados. É direito da pessoa humana receber, em qualquer lugar e circunstância, o tratamento condizente com a natureza e a dignidade humana.

A Igreja Metodista não só deplora os problemas sociais que aniquilam as comunidades e os valores humanos, mas orienta seus membros no tratamento dos problemas dentro das seguintes normas e critérios:

- a) Propugnar por mudanças estruturais da sociedade que permitam a desmarginalização social dos indivíduos, grupos e das populações;
- b) Trabalhar para obter dos que já desfrutam das oportunidades normais de participação sócio-econômica e cultural e dos que têm a responsabilidade do poder diretivo da comunidade, uma mentalidade de compreensão e de ação eficaz para erradicação da marginalidade;
- c) Oferecer às pessoas vitimadas pelos problemas sociais a necessária compreensão, o apoio econômico e o estímulo espiritual para sua libertação, a orientação individualizada, respeitando sempre a sua autodeterminação;
- d) Pautar-se em normas técnicas atualizadas e específicas a cada situação-problema, no tratamento da mesma, utilizando os recursos comunitários especializados;
- e) Amar efetivamente as pessoas, caminhando com elas até as últimas conseqüências para a sua libertação dos problemas e sua autopromoção integral.

CAPÍTULO IV

DAS NORMAS DO RITUAL

Art. 5º - O Ritual da Igreja Metodista é a ordem por ela recomendada, por meio do Colégio Episcopal, visando à uniformidade dos ofícios divinos, à correção na administração dos sacramentos e maior edificação de seus membros.

Parágrafo único - As diferentes regras cerimoniais para cada ato do Ritual são impressas em separado, revistas permanentemente pela Faculdade de Teologia e aprovadas e implantadas por ato do Colégio Episcopal.

Seção I

Do culto

Art. 6º - O Culto é um serviço devido a Deus pelo seu povo e se expressa em todos os planos da existência humana.

Art. 7º - O Culto Público, promovido pela Igreja, é uma parcela do serviço total do povo de Deus, no qual o Senhor vem ao seu encontro, requer a sua adoração, mostra-lhe o seu pecado, perdoa-lhe quando se arrepende, confia-lhe a sua mensagem e espera a sua resposta em fé, gratidão, amor e obediência.

§ 1º - Para edificação dos cristãos, a Igreja estimula, também, a devoção pessoal e o culto doméstico, em que cada um é incentivado à leitura e ao estudo das Sagradas Escrituras, à meditação e à oração.

§ 2º - O culto público é realizado pelas Igrejas normalmente aos domingos, no horário mais conveniente à comunidade.

§ 3º - Além dos cultos dominicais, as igrejas proporcionam, em outros dias da semana, a experiência do culto, na forma de reuniões de oração, estudos bíblicos e doutrinários, troca de testemunhos e comemorações especiais.

§ 4º - Dentre as comemorações especiais, as igrejas realizam esporadicamente reuniões de testemunho ou “Festa do Amor”, em que os membros da Igreja, reunidos em espírito fraternal, tomam água, comem pão, oram, cantam e narram suas experiências da vida cristã. A Festa do Amor, também conhecida como ÁGAPE, reunia os cristãos em círculos ou ao redor de uma mesa; o pão era partido em pequenos pedaços ou um pão comum era passado de mão em mão; o cálice do amor era comum, provido de duas alças laterais, sendo substituído posteriormente por cálices individuais.

Seção II

Dos Sacramentos

Art. 8º - Sacramentos são meios de graça instituídos por Nosso Senhor Jesus Cristo, sinais visíveis da graça invisível do Espírito Santo na vida dos crentes e são: o Batismo e a Ceia do Senhor.

Subseção I

Do Batismo

Art. 9º - O Batismo é o sinal visível da graça de nosso Senhor Jesus Cristo, pela qual nos tornamos participantes da comunhão do Espírito Santo e herdeiros da vida eterna.

§ 1º - O Batismo é aplicável a crianças, a maiores cristãos e a excepcionais de qualquer idade.

§ 2º - O Batismo de maiores cristãos somente se aplica a pessoas que desejam filiar-se à Igreja e assumem os votos de membro, conforme os Cânones.

§ 3º - O Batismo de crianças só será feito com a garantia de que entre pais e testemunhas haja quem possa assumir todas as responsabilidades exigidas pelo cerimonial, para o que serão os mesmos prévia e devidamente orientados quanto às responsabilidades que assumem.

§ 4º - O Batismo, sendo ato de testemunho comunitário, deverá ser realizado, sempre que possível, durante o culto público.

Art. 10 - O Batismo é com água, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, por aspersão, derramamento ou imersão. A Igreja Metodista, embora comumente pratique a aspersão, reconhece como igualmente válido o batismo por derramamento ou por imersão.

Subseção II

Ceia do Senhor

Art. 11 - A Ceia do Senhor é o sinal de nossa redenção em Cristo e o memorial perpétuo de sua paixão e morte. Nos elementos da Ceia, Cristo se dá aos que são seus, renovando a comunhão de amor da nova aliança.

Parágrafo único - A Ceia é ministrada, a juízo do pastor e do Concílio Local, com a frequência que, em conjunto, determinarem, visando sempre à edificação espiritual da Igreja.

Seção III

Da Recepção de Membros

Art. 12 - Para testemunho de fé e gozo dos plenos direitos de membro da Igreja, o candidato, depois de devidamente instruído, apresenta-se diante da congregação para assumir os votos de membro dela.

§ 1º - Nenhuma pessoa pode ser recebida como membro da Igreja por processo diferente dos indicados no artigo 4º do Título I destes Cânones, e sem que tenha sido devidamente instruída numa classe de catecúmenos.

§ 2º - *In extremis*, uma pessoa convertida pode ser batizada sem ser recebida como membro da Igreja.

§ 3º - Sempre que possível, a recepção deverá se dar no contexto de um culto com a Ceia do Senhor, onde os novos membros possam ter uma expressão concreta de sua integração na comunhão da Igreja.

Seção IV

Do Matrimônio

Art. 13 - A Igreja Metodista reconhece o direito que assiste ao governo civil de legislar sobre o casamento e exige dos seus membros obediência às leis do país, segundo os princípios do Evangelho; e, ainda que não considere o matrimônio sacramento, exorta os cristãos a pedir a bênção divina sobre a sua união.

§ 1º - Nenhum ministro ou pastor metodista pode celebrar o rito do matrimônio antes de terem os nubentes satisfeito as exigências das leis do país.

§ 2º - A menos que ocorra situação excepcional, nenhum casal poderá receber a bênção divina sobre o seu matrimônio sem que tenha recebido instrução adequada, conforme orientação do Colégio Episcopal.

§ 3º - Nenhum ministro ou pastor metodista pode celebrar a bênção do matrimônio entre pessoas do mesmo sexo, por ser incompatível com as doutrinas e práticas da Igreja Metodista.

Seção V

Das Bodas

Art. 14 - Reconhecendo que o matrimônio feliz é uma benção de Deus para todos os seus membros é admitida a comemoração da data em que o enlace se realizou. As bodas geralmente comemoradas são as conhecidas como de prata, ouro e diamante, correspondentes a vinte e cinco, cinqüenta e setenta e cinco anos, respectivamente.

Seção VI

Do Ofício Fúnebre

Art. 15 - O ofício fúnebre é cerimônia realizada para o consolo dos parentes e amigos da pessoa falecida e oportunidade de afirmação de fé e de exortação aos que a assistem; deve, pois, ser realizada com reverência e solenidade, evitando-se pronunciamentos exagerados a respeito do morto.

§ 1º - Para melhor atender às diversas circunstâncias, a Igreja estabelece três ritos: para o enterro de adultos, de crianças, de jovens ou adultos que faleceram súbita ou tragicamente.

Seção VII

Do Lançamento de Pedra Fundamental ou Angular

Art. 16 - Para maior glória do nome de Deus e no interesse do testemunho do seu Reino, sempre que um templo, edifício de educação cristã ou qualquer outro, consagrado ao serviço divino ou à sua obra, está para ser levantado, procede-se à cerimônia do lançamento da pedra fundamental, ou da angular, conforme a conveniência da ocasião.

Parágrafo único - Pedra fundamental é a pedra-marco, colocada no lugar da futura construção, ao ser rasgado o terreno; pedra angular é a pedra de esquina ou do ângulo principal do edifício, na qual é costume colocarem-se documentos históricos.

Seção VIII

Dedicação de Templo

Art. 17 - Terminada a construção de um templo, estando o mesmo desembaraçado de qualquer ônus, é dedicado ao serviço de Deus, em culto solene de ação de graças para o qual devem ser convidadas as autoridades eclesiásticas e civis.

Seção IX

Da Posse dos Oficiais, Ministérios e Membros de Órgãos e Comissões

Art. 18 - Os oficiais, ministérios e membros de órgãos e comissões são empossados em solenidade pública.

Parágrafo único - no dia e hora marcados para a posse, em culto público e solene, os oficiais, ministérios, membros de órgãos e comissões, previamente avisados, são chamados à frente, a fim de serem empossados.

Seção X

Da Admissão à Ordem Presbiteral

Art. 19 - Os que completam os requisitos para a admissão à Ordem Presbiteral são chamados à presença do Concílio Regional a fim de que respondam às perguntas regulamentares e o concílio vote sobre sua admissão.

Parágrafo único - Como preparação para o solene ato da admissão à ordem, os candidatos são exortados a dedicar o dia anterior ao jejum e à oração.

Seção XI

Da Ordenação de Presbítero ou Presbítera.

Art. 20 - Eleito um candidato à Ordem Presbiteral, é ordenado presbítero ou presbítera em solenidade pública.

Seção XII

Da Consagração de Bispo ou Bispa

Art. 21 - Eleito uma presbítera ou um presbítero ativo para o encargo especial do episcopado, é consagrado em solenidade pública, salvo nos casos de reeleição.

Parágrafo único - A consagração se dará a partir da solenidade pública onde se der o encerramento do Concílio Geral ordinário.

Seção XIII

Da Consagração do Pastor ou Pastora

Art. 22 - O membro leigo, depois de atendidos os dispositivos canônicos, é consagrado Pastor ou Pastora pelo Bispo ou Bispa - Presidente da Região.

Seção XIV

Da Consagração do Diácono

Art. 23 - O membro leigo, depois de atendido o disposto no art. 12, Título I, destes Cânones, é consagrado Diácono pelo Bispo da Região.

Seção XV

Da Consagração do Evangelista

Art. 24 - O membro leigo, depois de atendido o disposto nos arts. 10 e 11 destes cânones, é consagrado Evangelista pelo Pastor ou Pastora Titular.

DO PLANO PARA A VIDA E A MISSÃO

NOTA EXPLICATIVA

O Plano para a Vida e a Missão da Igreja foi aprovado pelo XIII Concílio Geral, realizado em 1982. A partir de então tem sido um instrumento fundamental para a renovação da prática missionária do povo chamado metodista em nosso país. O próprio processo de redescoberta e implementação do exercício dos dons e ministérios; na vida da Igreja Metodista no Brasil, é fruto da ação do Espírito Santo que levou à aprovação do Plano para a Vida e a Missão da Igreja.

Passados cinco anos, o XIV Concílio Geral aprovou que os dons e ministérios, exercidos nos diferentes níveis da vida da Igreja, fossem tomados como elementos básicos para a sua estruturação. A organização da Igreja, portanto, deve ser consequência da descoberta das necessidades e dos desafios missionários e do exercício dos dons e ministérios suscitados pelo Espírito Santo como resposta a tais desafios. Dentro deste novo contexto estrutural eclesial, o Plano para a Vida e a Missão da Igreja continua sendo instrumento básico para a prática missionária da Igreja Metodista.

Na presente edição dos Cânones da Igreja Metodista, o Plano para a Vida e a Missão da Igreja é publicado na íntegra de sua versão original por fidelidade histórica ao documento aprovado pelo XIII Concílio Geral, não cabendo introduzir modificações em seu texto, numa busca de harmonização retroativa.

É necessário, entretanto, notar-se que as áreas de vida e trabalho mencionadas no Plano não devem ser consideradas como normativas e padrão organizacional para a estrutura da Igreja.

A presente publicação da seção, contendo o plano específico das áreas de vida e trabalho da Igreja, não deve ser entendida como elemento conflitivo com o exercício dos dons e ministérios e a liberdade de estruturação aprovados pelo XIV Concílio Geral. As áreas de vida e trabalho devem servir de inspiração para as atividades missionárias que a Igreja desenvolve, mediante o exercício dos diferentes ministérios despertados pela ação do Espírito Santo na vida do povo chamado metodista.

CAPÍTULO V

DO PLANO PARA A VIDA E A MISSÃO

Art. 25 - O XIII Concílio Geral aprovou o seguinte Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista:

O “Plano Para a Vida e a Missão da Igreja” é continuação dos Planos Quadrienais de 1974 e 1978 e consequência direta da Consulta Nacional de 1981 sobre a Vida e a Missão da Igreja, principal evento da celebração de nosso 50º aniversário da Autonomia.

A experiência do Colégio Episcopal e de vários segmentos da Igreja Metodista nesses últimos anos indica que o metodismo brasileiro está saindo da profunda crise de identidade que abalou nossa Igreja após a primeira metade da década de sessenta.

Essas experiências nos têm mostrado que a Igreja necessita de um plano geral, que inspire sua vida e programação, e que não será dentro do curto espaço de um quadriênio que corrigiremos os antigos vícios que nos impedem de caminhar. Esse fato esteve claro na semana da Consulta Vida e Missão e no documento que ela produziu. Ao adotarmos aquele documento como a base do novo plano, estamos propondo ao Concílio não mais um programa de ação para o quadriênio, mas linhas gerais que deverão orientar toda a ação da Igreja nos próximos anos, enquanto necessário, devendo ser avaliadas periodicamente.

Deveremos continuar o processo que permitirá que tudo na Igreja se oriente para a *Missão*. A Igreja deverá experimentar, de modo cada vez mais claro, que sua principal tarefa é repartir fora dos limites do templo o que ela, de graça, recebe do seu Senhor. Por isso, estamos sendo convidados ao desafio tipicamente wesleyano da *santificação*. Certamente aqui estamos diante da necessidade de revisar profundamente nossa prática de piedade pessoal e a necessidade de rever nossos atos de misericórdia, entendidos como ação concreta de amor a favor dos outros. Esses são os dois caminhos que traduzem a visão de Wesley sobre a santificação na Bíblia.

Missão e santificação só podem gerar a *unidade*. Deveremos poder encontrar a unidade naquilo que é básico e essencial para que possamos viver a diversidade dos dons que Deus nos concede.

A adoção séria deste Plano nos levará, necessariamente, ao *crescimento* em todas as dimensões de nossa vida de serviço e culto. O novo surto de crescimento que experimentamos será acelerado na medida em que fizermos convergir todos os nossos esforços movidos por um plano comum. Movidos por esta esperança,

apresentamos à Igreja o Plano que Deus nos inspirou nesses últimos anos de estudos, tentativas concretas de mudança, e reexame de nossa tradição.

A) HERANÇA WESLEYANA

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA UNIDADE METODISTA

- a) O Metodismo, baseado nas Sagradas Escrituras, aceita completa e totalmente as doutrinas fundamentais da Fé Cristã, enunciadas nos Credos promulgados pelos Concílios da Igreja dos primeiros quatro séculos da Era Cristã. Essa aceitação se traduz na vida do crente na prática cotidiana do amor a Deus e ao próximo (Jo 13.34-35; Dt 6.5), como resposta à graça de Deus revelada em Jesus Cristo. Ela se nutre em autêntica vida de adoração ao Senhor e de serviço ao próximo (Jo 4.41-44). De forma alguma o Metodismo confunde a aceitação das doutrinas históricas do cristianismo com as atitudes doutrinárias intelectualistas e racionalistas, nem com a defesa intransigente, fanática e desamorosa da ortodoxia doutrinária. “No essencial, unidade; no não essencial; liberdade; em tudo, caridade” (Jo 17.20-23, Ef 2.14-16).
- b) O Metodismo afirma que a vida cristã comunitária e pessoal deve ser a expressão verdadeira da experiência pessoal do crente com Jesus Cristo, como Senhor e Salvador (Ef 3.14-19). Pelo testemunho interno do Espírito, sabemos que somos feitos filhos de Deus, pela fé no Cristo que nos salva, nos liberta, nos reconcilia, e nos oferece vida abundante e eterna (Rm 8.1-2, 14-16; Jo 10.10; 2 Co 5.18-20).
- c) O Metodismo proclama que o poder do Espírito Santo é fundamental para a vida da comunidade da fé, tanto na piedade pessoal como no testemunho social (Jo 14.16-17). Somente sob a orientação do Espírito Santo, a Igreja pode responder aos imperativos e exigências do Evangelho, transformando-se em meio de graça significativo e relevante às necessidades do mundo (Jo 16.7-11; At 1.8; 4.18-20).
- d) O Metodismo requer vida de disciplina pessoal e comunitária, expressão do amor a Deus e ao próximo, a fim de que a resposta humana à graça divina se manifeste através do compromisso contínuo e paciente do crente com o crescimento em santidade (1 Pe 1.22; Tt 2.11-15). A santificação do cristão e da Igreja em direção à perfeição cristã é proclamada pelos metodistas em termos de amor a Deus e ao próximo (Lc 11.25-28) e se concretiza tanto em atos de piedade (participação na Ceia do Senhor, leitura devocional da Bíblia, prática da oração, do jejum, participação nos cultos, etc., At 2.42-47) como em atos de misericórdia (solidariedade ativa junto aos pobres, necessitados e marginalizados sociais, At 2.42-47). Os metodistas, como Wesley, crêem que

tornar o cristianismo uma religião solitária, é, na verdade, destruí-lo (Lc 4.16-19, 6.20-21; Rm 14.7-8).

- e) O Metodismo caracteriza-se por sua paixão evangelística, procurando proclamar as boas-novas de salvação a todas as pessoas, de tal sorte que o amor e a misericórdia de Deus, revelados em Jesus Cristo, sejam proclamados e aceitos por todos os homens e mulheres (1 Co 1.22-24). No poder do Espírito Santo, por meio do testemunho e do serviço prestados pela Igreja ao mundo em nome de Deus, da maneira mais abrangente e persuasiva possíveis, os metodistas procuram anunciar a Cristo como Senhor e Salvador (I Co 9.16; Fp 1.12-14; At 7.55-58).
- f) O Metodismo demonstra permanente compromisso com o bem-estar da pessoa total, não só espiritual, mas também seus aspectos sociais (Lc 4.16-20). Este compromisso é parte integrante de sua experiência de santificação e se constitui em expressão convicta do seu crescimento na graça e no amor de Deus. De modo especial, os metodistas se preocupam com a situação de penúria e miséria dos pobres. Como Wesley, combatem tenazmente os problemas sociais que oprimem os povos e as sociedades onde Deus os tem colocado, denunciando as causas sociais, políticas, econômicas e morais que determinam a miséria e a exploração e anunciando a libertação que o Evangelho de Jesus Cristo oferece às vítimas da opressão. Esta compreensão abrangente da salvação faz com que os metodistas se comprometam com as lutas que visam a eliminar a pobreza, a exploração e toda a forma de discriminação (Tg 5.1-6; Gl 5.1).
- g) O Metodismo procura desenvolver de forma adequada a doutrina do sacerdócio universal de todos os crentes (1 Pe 2.9). Reconhece que todo o povo de Deus é chamado a desempenhar com eficácia na Igreja e no mundo, ministérios pelos quais Deus realiza o seu propósito, ministérios essenciais para a evangelização do mundo, para a assistência, nutrição e capacitação dos crentes, para o serviço e o testemunho no momento histórico em que Deus os vocaciona (1 Co 12.7-11).
- h) O Metodismo afirma que o sistema conexional é característica fundamental e básica para a sua existência, tanto como movimento espiritual, quanto como instituição eclesial. (Ef 1.22-23). Deus lhe deu essa forma de articulação unificadora para cumprir a vocação histórica de “reformatar a nação, particularmente a Igreja, e espalhar a santidade bíblica sobre toda a terra” (Wesley) (At 17.4-6; Jo 17.17-19).
- i) O Metodismo é parte da Igreja Universal de Jesus Cristo. Procura preservar o espírito de renovação da Igreja dentro da unidade conforme a intenção da Reforma Protestante do século XVI e do Movimento Wesleyano na Igreja Anglicana do século XVIII, que, por circunstâncias históricas, resultaram em divisões. Por isto, dá sua mão a todos cujo coração é como o seu e busca no Espírito os caminhos para o estabelecimento da unidade visível da Igreja de Cristo (Jo 17.17-23).

j) O Metodismo afirma que a vivência e a fé do cristão e da Igreja se fundamentam na revelação e ação da graça divina. A graça divina é o fundamento de toda a revelação e ação histórica de Deus e se manifesta de forma preveniente, justificadora e santificadora, na vida do crente e da Igreja, pela fé pessoal e comunitária (Tt 2.11-15). A vivência cristã se fundamenta na fé (Rm 1.16-17). Fé obediente, amorosa e ativa, centralizada na ação histórica de Deus, na pessoa, vida e obra de Cristo e na ação atualizadora do Espírito Santo (Hb 1.1-3, 12.1-2). A Palavra de Deus, testemunha da ação e da revelação de Deus, é elemento básico para o despertar e a nutrição da fé (2 Tm 3.15; Lc 24.25-27; Gl 3.22).

k) O Metodismo afirma que a Igreja, antes de ser organização, instituição ou grupo social, é um corpo, um organismo vivo, uma comunidade de Cristo (Ef 1.22-23; 1 Co 12.27). Sua vivência deve ser expressa como uma comunidade de fé, adoração, crescimento, testemunho, amor, apoio e serviço (At 2.42-47; Rm 12.9-21). Nessa comunidade, metodistas são despertados, alimentados, crescem, compartilham, vivem juntos, expressam sua vivência e fé, edificam o Corpo de Cristo, são equipados para o serviço e o expressam junto das pessoas e das comunidades (1 Co 12.16-26; 2 Co 9.12-14; Ef 4.11-16).

l) O Metodismo afirma o valor da prática e da experiência da fé cristã. Essa prática e experiência são confirmadas pela Palavra de Deus, pela tradição da Igreja, pela razão e pela comunidade da Igreja (At 16.10). A prática da fé é característica básica do metodismo, pois ele é um “cristianismo prático”. Esse cristianismo prático tem como fonte de conhecimento de Deus a natureza, a razão, a tradição, a experiência cristã, a vivência na comunidade da fé, sempre confrontadas pelo testemunho bíblico, que é o elemento básico da revelação divina, interpretada a partir de Cristo (2 Tm 3.14-17; 2 Ts 2.13-15; 1 Co 15.1-4).

B) ENTENDENDO A VONTADE DE DEUS

- 1- A Missão de Deus no mundo é estabelecer o seu Reino. Participar da construção do Reino de Deus em nosso mundo, pelo Espírito Santo, constitui-se na tarefa evangelizante da Igreja.
- 2- O Reino de Deus é o alvo do Deus Trino e significa o surgimento do novo mundo, da nova vida, do perfeito amor, da justiça plena, da autêntica liberdade e da completa paz. Tudo isso está introduzido em nós e no mundo como semente que o Espírito Santo está fazendo brotar, como lemos em Rm 8.23: “Nós temos as primícias do Espírito, aguardando a adoção de filhos”, ou ainda em 2 Co 7.21-22: “Mas aquele que nos confirma convosco em Cristo, e nos ungiu, é Deus, que também nos selou e nos deu o penhor do Espírito em nossos corações”.
- 3- Jesus iniciou a sua Missão no mundo com a pregação: “O tempo está cumprido e o Reino de Deus está próximo, arrependei-vos e crede no Evangelho”. (Mc 1.15)

- 4- O propósito de Deus é, reconciliar consigo mesmo o ser humano, libertando-o de todas as coisas que o escravizam, concedendo-lhe uma nova vida à imagem de Jesus Cristo, através da ação e poder do Espírito Santo, a fim de que, como Igreja, constitua neste mundo e neste momento histórico, sinais concretos do Reino de Deus.
- 5- A missão é de Deus - Pai, Filho e Espírito Santo. O objetivo é construir o Reino de Deus. O seu amor é a força motivadora de sua presença e ação. “Ele trabalha até agora” (Mt 28.19; Jo 3.16):
 - a) criando as pessoas e comunidades, dando-lhes condições para viver, trabalhar e construir suas vidas como pessoas e como comunidades (Gn 1.26-31; Gn 2; 2 Co 5.17);
 - b) Ajudando as pessoas e comunidades a superar seus conflitos e pecados, trabalhando juntos e participando da vida abundante, concedida em Cristo por meio da reconciliação (Gn 3.8-21; Gn 12.1-13; Jo 10.10; 2 Co 5.19);
 - c) possibilitando as pessoas e comunidades a se encontrarem como irmãos e irmãs, reconhecendo-o e aceitando-o como Pai (Mt 6.8-10);
 - d) abrindo, pela ação do Espírito Santo, novas possibilidades e fontes de vida (At 2.17-21; I Co 12.4-11; Rm 12.6-8);
 - e) sarando as pessoas e as instituições, podando delas o que não convém, por meio de seu juízo e graça (Ef 2.11-21; Fp 4.2-9; Jo 15);
 - f) envolvendo todas as pessoas e comunidades e todas as coisas neste seu trabalho.
- 6- Na História e especialmente na do povo de Israel, Deus revela a sua ação salvadora a favor das pessoas e do mundo. A concretização plena desta ação deu-se na encarnação de Jesus Cristo. Ele assumiu as limitações humanas, trouxe as boas-novas do Reino de Deus, confrontou os poderes do mal, do sofrimento e da morte, vencendo-os em sua ressurreição (Hb 1.1-14).
- 7- Na construção da vida e na realização desta obra, as pessoas e comunidades sofrem com o domínio das forças satânicas e do pecado. O pecado e o domínio dessas forças manifestam-se de diferentes maneiras em pessoas, grupos e instituições impedindo a vida abundante e contrariando a vontade de Deus.
- 8- Por meio de Jesus Cristo, sua vida, trabalho e mensagem, sua morte, ressurreição e ação redentora podemos compreender a ação de Deus no passado; as oportunidades à esperança da vida plena no futuro que Ele nos oferece no presente, e a possibilidade de se participar na construção deste futuro agora. É de Jesus Cristo que vem o poder para esta participação.
- 9- A Igreja, fiel a Jesus Cristo, é sinal e testemunha do Reino de Deus. É chamada a sair de si mesma e se envolver no trabalho de Deus, na construção do novo ser

humano e do Reino de Deus. Assim, ela realiza sua tarefa de evangelização (Hb 2.18).

10- A Igreja Metodista no Brasil é parte da Igreja Metodista na América Latina e no mundo, ramo da Igreja Universal de Nosso Senhor Jesus Cristo. Sensível à ação do Espírito Santo, reconhece-se chamada e enviada a trabalhar com Deus neste tempo e lugar onde ela está. Neste tempo, fazemos uma escolha clara pela vida, manifesta em Jesus Cristo, em oposição à morte e a todas as forças que a produzem.

C) NECESSIDADES E OPORTUNIDADES

Na realização do trabalho de Deus, a Igreja Metodista reconhece grandes necessidades que são também desafios da missão:

- 1- Há necessidade de estar em comunhão com Deus, ouvir e atender a sua voz e de se fortalecer no poder de Deus (1 Jo 1.1-4; 1 Co 11.17-34).
- 2- Há necessidade de conhecer a Igreja, especialmente a igreja local, descobrir suas possibilidades e seus dons e valorizar seus ministérios para alcançar a participação total do povo na missão de Deus (1 Co 12.1-30; Ef 4.5).
- 3- Há necessidade de conhecer o bairro, a cidade, o campo, o país, o continente, o mundo e os acontecimentos que os envolvem, porque e como ocorrem e suas conseqüências. Isto inclui conhecer a maneira como as pessoas vivem e se organizam, são governadas e participam politicamente, e como isto pode ajudar ou atrapalhar a manifestação da vida abundante.
- 4- Há necessidade de apoiar todas as iniciativas que preservem e valorizem a vida humana (1 Sm 2.1-10; Lc 1.46-55).
- 5- Há necessidade de denunciar por palavras e pela prática, todas as forças e instrumentos que oprimem e destroem a vida humana (Sl 82, 42.1-9, 49.1-6, 50.13-53.12; Is 1.17, 58.6-7, 61.1-3, 65.20-23; Tg 5.1-6).
- 6- Há necessidade de entender e unir no trabalho, de modo positivo, as igrejas locais, a Igreja e as demais Igrejas cristãs (Jo 17);
- 7- Há necessidade de entender e superar as tensões existentes entre pastores e leigos, liderança local e demais membros, liderança em todos os níveis. Isso deve dar-se por meio de uma confrontação que expresse amor e justiça, unindo a todos num trabalho participativo na missão (1 Co 3.4-11, 3.21-23, 12.4-11).

A missão acontece quando a Igreja sai de si mesma, envolve-se com a comunidade e se torna instrumento da novidade do Reino de Deus (Mt 4.16-24; 28.18-20). À luz do conhecimento da Palavra de Deus, em confronto com a realidade, discernindo

os sinais do tempo presente, a Igreja trabalha, assumindo os dramas e esperanças do nosso povo (1 Co 5.17-21; Ap 21.1-8; Is 43.14-21; 2 Tm 2.9-10).

D) O QUE É TRABALHAR NA MISSÃO DE DEUS?

- É trabalhar para o Senhor do Reino num mundo espremido pelas forças do pecado e da morte, participando, como comunidade, com dons e serviços para o nascer da vida (Jr 1.4-10; Fp 1.18-26, 3.10-11; 2 Tm 1.10; I Jo 3.14);
- É somar esforços com outras pessoas e grupos que também trabalham na promoção da vida (Mc 9.38-41 ; At 10.28, 15.8-11).

E) COMO PARTICIPAR NA MISSÃO DE DEUS?

A Igreja participa na missão e cresce em santificação, o que acontece quando produz atos de piedade e obras de misericórdia. Os atos de piedade são, principalmente, o culto e o cultivo da piedade pessoal e comunitária e as obras de misericórdia são, preferencialmente, o trabalho que valoriza e realiza a pessoa enquanto constrói, em amor e justiça, a nova comunidade e o Reino de Deus. Assim, a Igreja participa na Missão e cresce quando:

Cultua a Deus

- no oferecimento de nós mesmos, em comunidade, na adoração, no louvor, na confissão, na afirmação da fé, na consagração e no compartilhar de nossas experiências e dons (Rm 12.1-2; 1 Co 14.26);
- no recebimento da palavra de renovação, de alimento, de fortalecimento mútuo e do poder de Deus (Cl 3.16; Is 1.6, 2.13).

Recebemos de Deus a vida e a ofertamos novamente a Deus. A celebração da vida por meio de Jesus Cristo se torna visível no seu início pelo batismo e sua continuidade, pela proclamação da Palavra e da Ceia do Senhor, que são atos centrais do culto e nele celebramos a vitória do Reino de Deus sobre as forças do mal e da morte (1 Co 11.26; Lc 22.18; Mt 26.29; Jo 14.16-18, 25-27; Ap 1).

O culto deve:

- ser amplamente participativo, em que a comunidade tenha vez e voz;
- ser inserido no dia-a-dia da comunidade na qual a Igreja está localizada;
- expressar as angústias, lutas, alegrias e esperanças do povo, ofertando-as a Deus (1 Co 14.26; Cl 3.16-17; Sl 150; Ef 5.19-21; Mt 6; Sl 71; Rm 8.15-39; Ef 3.14-17, 20-21).

O culto continua por meio da oração e meditação pessoais, da família e de grupos. Ele se completa no oferecimento da vida em atos de amor e justiça (Ef 6.10-20; Dt 6.4-9; Sl 15).

Ser uma oportunidade para “apelos” a todos os homens e mulheres, para aceitarem a Jesus Cristo como Salvador.

2- Aprende em comunidade

A Igreja participa na missão de Deus, educando-se a partir:

- da vida prática, aprendendo na experiência uns com os outros, corrigindo-se e descobrindo a ação de Deus na vida de cada dia;
- do compartilhamento com outras pessoas e grupos que preservam e valorizam a vida (At 2.42-47);
- da Palavra de Deus, buscando em conjunto, no confronto com os acontecimentos, alternativas que renovam a vida (Mt 7.24-27; Jo 5.39; 15.3, 14; 20; At 17.11-13);
- da Doutrina da Igreja, particularmente da herança metodista, descobrindo o valor histórico e atualizado de suas expressões para a nossa situação.

3- Trabalha

O trabalho é algo próprio do ser humano porque é próprio do Criador. O trabalho pode ser experiência de sofrimento ou de libertação. Nossa participação no Reino de Deus renova a nossa compreensão acerca do trabalho. Seus resultados e seus benefícios tornam-se fontes de realização da vida pessoal e comunitária (Jo 5.17; 2 Tm 2.6; 1 Co 15.58 ; 2 Co 6.5ss, 11.22-27, Tg 5.4; 1 Tm 5.18; Gn 2.15).

Essa experiência nos leva a:

- concretizar nossos dons e ministérios como trabalho a serviço do Reino de Deus, compartilhando com os outros a fé em Jesus Cristo como Senhor, Salvador e Libertador (Mt 25.14-30; 1 Co 12.6-7; Rm 12.3-8; Ef 4.7-16; Is 9.1-6; Mc 10.42-43);
- colocarmo-nos a favor de relações justas entre empregadores e empregados, estando ao lado daqueles que são explorados em seu trabalho e daqueles que nem sequer conseguem trabalhar (Jr 22.13-19; Dt 24.14-15; Is 65.21-23; Am 2.6-7, Mt 25.40).

4- Usa ferramentas e métodos adequados

Na experiência do trabalho no Reino de Deus, vamos descobrindo a necessidade de ferramentas apropriadas para a sua execução. Na Igreja e na comunidade, hoje, encontramos novos desafios que exigem ferramentas adequadas. Uma delas, por exemplo, é a participação de todos os membros da Igreja, homens e mulheres, nos diferentes níveis de decisão (At 16.9-10; At 13.1-3; Ef 4.1ss).

F) SITUAÇÕES NAS QUAIS ACONTECE A MISSÃO

A missão acontece na promoção da vida e do trabalho

- para que haja vida, são necessários comunhão e reconciliação com Deus e o próximo, direito à terra, habitação, alimentação, valorização da família e dos marginalizados da família, saúde, educação, lazer, participação na vida comunitária, política e artística, e preservação da natureza (At 2.42; 2 Co 5.18-20; Jo 10.10, 15.5; I Jo 1.7);
- para que haja trabalho, é necessário haver humanização do trabalho, melhor distribuição da riqueza, organização e proteção do trabalhador, segurança, valorização, oportunidade para todos de salários e empregos (Êx 23.12-13, Jr 23.12; Lv 19.13-14, 25.35-38; Dt 24.14-15; Sl 72).

G) OS FRUTOS DO TRABALHO NA MISSÃO DE DEUS

Colhemos a nova vida em Cristo como fruto do trabalho de Deus em nós, por meio de nós e do mundo (Mt 12.33, 13.8, 23, 7.16-17; Jo 15.12-16).

Esta nova vida se expressa:

- na descoberta do novo relacionamento com Deus e com os outros (Mt 22.36-40);
- na redescoberta contínua do sentido pleno da vida em nosso compromisso com a vontade de Deus na História (Mt 6.10; Mc 3.35; Jo 4.34, 6.40);
- no crescimento – em nós, entre nós e no mundo – da presença do Reino e de suas manifestações de amor, justiça, paz, respeito, sustento mútuo, liberdade e alegria (Gl 5.22-25; Mt 13.33; Rm 14.17; I Co 4.20).

H) ESPERANÇA E VITÓRIA NA MISSÃO DE DEUS

Nosso trabalho tem sua raiz e força na confiança de que Deus está conosco, vai à frente e é a garantia da concretização do Reino de Deus no presente e no porvir. Ainda que as forças do mal e da morte lutem para dominar o nosso mundo, nossa esperança reside naquele que as venceu, Jesus Cristo, que tornou reais a ressurreição e a vida eterna. A vitória da vida já pode ser percebida na luta que travamos contra as forças da morte, pois já temos os primeiros frutos do Reino

(primícias) que nos nutrem e nos levam a preservar na caminhada orando “VENHA O TEU REINO” (Êx 3.7-15; Mt 28.20; Sl 2; Rm 8.37-39; Gl 5.5; Ef 4.4; I Co 15.55-58).

PLANO PARA AS ÁREAS DE VIDA E TRABALHO

(Ver nota explicativa, pág. 60)

Apresentamos, a seguir, o plano específico para cada área de vida e trabalho da Igreja Metodista.

O que é Missão? Missão é a construção do Reino de Deus, sob o poder do Espírito Santo, pela ação da comunidade cristã e de pessoas, visando ao surgimento da nova vida, trazida por Jesus Cristo, para a renovação do ser humano e das estruturas sociais, marcados pelos sinais da morte.

A) Área de Ação Social

1- **Conceito:** A ação social da Igreja, como parte da missão, é nossa expressão humana do amor de Deus.

É o esforço da Igreja para que na Terra seja feita a vontade do Pai. Isso acontece quando, sob a ação do Espírito Santo, nos envolvemos em alternativas de amor e justiça que renovam a vida e vencem o pecado e a morte, conforme a própria experiência e vida de Jesus Cristo.

2 - Objetivos :

2.1 - Conscientizar o ser humano de que a sua responsabilidade é participar na construção do Reino de Deus, promovendo a vida, num estilo que seja acessível a todas as pessoas.

2.2 - Cooperar com a pessoa e a comunidade a se libertar de tudo quanto as escraviza.

2.3 - Participar na solução de necessidades pessoais, sociais, econômicas, de trabalho, saúde, escolares e outras fundamentais para a dignidade humana. Propugnar por mudanças estruturais da sociedade que permitam a desmarginalização social dos indivíduos e das populações pobres.

3 - **Campo de Atuação:** A Igreja Metodista cumpre a sua missão na área de ação social, atuando nas seguintes ocasiões:

3.1 - em qualquer situação onde a opressão e a morte negou a realidade da vida com a qual Deus comprometeu desde o começo do mundo;

- 3.2 - as estruturas sociais que se tornaram obsoletas e desumanizantes, opressoras e injustas;
- 3.3 - na pessoa visando à restauração da sua integridade e do seu ambiente de vida;
- 3.4 - nos sofrimentos humanos, participando de soluções para sua superação;
- 3.5 - nos conflitos humanos, buscando promover a paz, combater a guerra e toda a violência;
- 3.6 - na educação integral da pessoa.

4 - Meios de Atuação:

- 4.1 - exercer a justiça e o amor, como sinais da vinda do Reino de Deus;
- 4.2 - prática dos princípios manifestados no Credo Social da Igreja Metodista;
- 4.3 - conhecer a Igreja, especialmente a igreja local, descobrir suas possibilidades e seus dons e valorizar seus ministérios para alcançar a participação total do povo na missão de Deus (1 Co 12.1-30; Ef 4.5);
- 4.4 - conhecer o bairro, a cidade, o campo, o país, o continente, o mundo e os acontecimentos que os envolvem, por que, como ocorrem e suas conseqüências. Isso inclui conhecer a maneira como as pessoas vivem e se organizam, são governadas e participam politicamente, e como isso pode ajudar ou atrapalhar a manifestação da vida abundante;
- 4.5 - apoiar todas as iniciativas que preservem e valorizem a vida humana (1 Sm 2.1-10; Lc 1.46-55);
- 4.6 - denunciar todas as forças e instrumentos que oprimem e destróem a vida humana (Sl 82, 42.1-9, 49.1-6, 50.4-11, 52.13-53.12; Is 1.17, 58.6-7, 61.1-3, 65.20-23; Tg 5.1-6);
- 4.7 - perseverar e zelar no exercício da ética cristã como princípio de toda ação social, principalmente nas relações político-econômicas;
- 4.8 - estimular o desenvolvimento de uma cidadania responsável e o preparo para maior participação nas estruturas e processos de decisões;
- 4.9 - criar estruturas e instrumentos que visem ao desenvolvimento da consciência nacional para promoção dos discriminados e marginalizados: o negro, o índio, a mulher, o idoso, o menor, deficientes, aposentados e outros;
- 4.10 - promover e praticar uso racional e sadio do lazer;
- 4.11 - empenhar-se pela “liberdade de expressão legítima de convicções, religiosas, éticas e políticas” conforme preceitua o Credo Social (IV , 4c);

- 4.12 - apoiar, incentivar e participar das iniciativas em defesa da preservação do meio-ambiente;
- 4.13 - estimular o uso dos meios de comunicação e demais recursos das igrejas locais, como instrumentos de esclarecimento quanto aos males sociais, como a exploração da mulher e do sexo, dos jogos de azar e loterias, bebidas alcoólicas e o fumo, que contribuem para a destruição da saúde física, mental e espiritual do ser humano e da família;
- 4.14 - identificar-se com o povo das periferias em seus problemas e lutas empenhando-se em ajudá-los a se unir em comunidades de reflexão sobre a Palavra de Deus, de ajuda mútua, e de ação libertadora em seu próprio favor, pela descoberta de suas próprias possibilidades e direitos.

B) Área de Comunicação Cristã

1 - *Conceito:* Comunicação Cristã, como parte da missão, é o processo de transmissão da mensagem do Evangelho de Jesus Cristo, pelos veículos da comunicação social, visando à transformação da pessoa e da sociedade segundo as exigências do Reino de Deus.

2 - Objetivos :

- 2.1 - despertar a Igreja e estimulá-la, em todas as suas áreas, a usar os meios da comunicação social, como veículos de divulgação, propagação e efetiva realização da Missão;
- 2.2 - orientar a Igreja, em todas as suas áreas, quanto ao uso das comunicações sociais;
- 2.3 - conscientizar a população sobre o uso dos meios de comunicação de massa, esclarecendo-lhe os aspectos positivos e negativos dos mesmos, e como afetam a própria concepção da vida, podendo ser utilizados como instrumentos de sustentação da atividade;
- 2.4 - produzir ou fazer produzir o material de comunicação social necessário aos programas e atividades da Missão;
- 2.5 - atender às solicitações de prestação de serviço, dentro das prioridades da Igreja, em todos os setores de sua atuação;
- 2.6 - criar ou estimular a criação de programas de comunicação social, especialmente em áreas carentes da presença evangelizante da Igreja.

3 - Campos de Atuação:

A Igreja Metodista cumpre a sua missão na área de Comunicação Cristã atuando nos seguintes campos:

- 3.1- na totalidade da sociedade
- 3.2- nos veículos principais da comunicação social, imprensa rádio, TV, editoras, cinema e outros;
- 3.3- na Imprensa Metodista;
- 3.4- nas áreas de comunicação das instituições metodistas;
- 3.5- nas igrejas locais.

4 - Meios de Atuação:

A Igreja Metodista cumpre a sua missão na área de Comunicação Cristã usando os seguintes meios:

- 4.1- desenvolvimento da Imprensa Metodista como agência publicadora e divulgadora no contexto da Missão;
- 4.2- dinamização do Expositor Cristão como instrumento da unidade, formação e comunicação, visando ao envolvimento da Igreja na Missão;
- 4.3- dinamização das revistas da Escola Dominical e outros periódicos oficiais, como veículos de preparação para a Missão;
- 4.4- pesquisas para uma contínua avaliação do material didático usado na Igreja, a fim de manter o equilíbrio entre as necessidades do povo metodista e as diretrizes e ênfases bíblico-teológicas do Plano para a Vida e a Missão;
- 4.5- pesquisa para conhecer a realidade do povo brasileiro;
- 4.6- pesquisa entre o povo metodista, visando a conhecer sua realidade e potencialidade;
- 4.7- aproveitamento do Instituto Metodista de Ensino Superior e outras instituições de ensino, para a produção de recursos audiovisuais e treinamento de obreiros na área de comunicação social, na medida de suas possibilidades;
- 4.8- organização de um cadastro de todas as pessoas da Igreja Metodista que trabalham nos meios de comunicação social;
- 4.9- preparo de pessoas para a utilização dos meios de comunicação social, como instrumento da Missão;
- 4.10- organização de um cadastro dos meios de comunicação que estão sendo utilizados pela Igreja Metodista, relacionando-os;

- 4.11- utilização de uma assessoria de imprensa junto ao Colégio Episcopal e ao Conselho Geral, para divulgar pronunciamentos e informações oficiais da Igreja Metodista;
- 4.12- utilização de espaços disponíveis em veículos de comunicação social para divulgação de matérias e assuntos da Igreja;
- 4.13- municiamento da igreja local com sugestões e idéias para atividade da comissão de comunicação local;
- 4.14- dinamizar a atividade musical, inclusive instrumental, como veículo de comunicação na adoração, proclamação, testemunho e serviço.

C) Área de Educação

A Educação, como parte da Missão, é o processo que visa oferecer à pessoa e à comunidade uma compreensão da vida e da sociedade, comprometida com uma prática libertadora, recriando a vida e a sociedade segundo o modelo de Jesus Cristo e questionando os sistemas de dominação e morte, à luz do Reino de Deus.

C.1) Educação Cristã:

1- **Conceito:** A Educação Cristã é um processo dinâmico para a transformação, libertação e capacitação da pessoa e da comunidade. Ela se dá na caminhada da fé e se desenvolve no confronto da realidade histórica com o Reino de Deus, num comprometimento com a missão de Deus no mundo, sob a ação do Espírito Santo, que revela Jesus Cristo segundo as Escrituras.

2- Objetivos:

- 2.1- Proporcionar a formação cristã da pessoa em comunidade, levando-se em consideração as diversas fases de seu desenvolvimento;
- 2.2- preparar o cristão a viver no Espírito de Deus nas suas relações, anunciar o Evangelho e cumprir seu ministério no mundo;
- 2.3- ajudar a comunidade a saber o que é e o que significa sua situação humana, a partir do indivíduo que integra o processo social;
- 2.4- levar os cristãos a se integrarem na prática missionária à luz do Evangelho e da realidade social.

3- Campo de Atuação

A Igreja Metodista cumpre sua missão na área de Educação Cristã, atuando nos seguintes campos:

- 3.1- no lar;
- 3.2- na igreja local;
- 3.3- nas instituições de Ensino da Igreja, Escolas Oficiais do Estado e Universidades, grupos comunitários;
- 3.4- na sociedade.

4 - Meios de Atuação

A Igreja Metodista cumpre sua missão na área de Educação Cristã, usando os seguintes meios:

- 4.1 - criação de instrumentos de análise da realidade social e da Bíblia, de modo a permitir uma compreensão cristã da pessoa e da história para o cumprimento da Missão;
- 4.2 - adequação dos instrumentos que favorecem a Educação Cristã na igreja local à luz do Plano para a Vida e a Missão (Escola Dominical, sociedades, pregação, liturgia, vida comunitária);
- 4.3 - revisão do estilo de vida da família, adequando-o ao exercício da Missão;
- 4.4 - organização de grupos comunitários para estudo (conforme 4.1), e ação comunitária;
- 4.5 - Educação Cristã abrangente nas escolas da Igreja e ensino religioso nas escolas oficiais e da Igreja;
- 4.6 - classes permanentes de catecúmenos, preparando-os para a Missão;
- 4.7 - cursos visando à orientação de pais e testemunhas para batismo de crianças;
- 4.8 - cursos visando à orientação de noivos para o casamento;
- 4.9 - dinamização da organização e atividades do setor de laicato, visando à Missão;
- 4.10 - criação de serviços de apoio e sustentação cristã do jovem universitário;
- 4.11 - incentivo às atividades criativas especiais e às expressões artísticas relacionadas com a Missão;
- 4.12- desenvolvimento de uma nova hinologia engajada na vida e missão da Igreja;
- 4.13- funcionamento de Seminários Regionais Teológicos como centros de formação e enriquecimento bíblico, doutrinário e teológico dos professores e obreiros de Educação Cristã da Escola Dominical, e formação do professor de ensino religioso nas escolas públicas e instituições da Igreja;

4.14- estímulo da consciência da Igreja ao cumprimento do compromisso de sustentação financeira da Missão;

4.15- desenvolvimento de novas formas de Educação Cristã.

C.2) Educação Teológica

1- **Conceito:** A Educação Teológica é o processo que visa à compreensão da história em confronto com a realidade do Reino de Deus, à luz da Bíblia e da tradição cristã reconhecida e aceita pelo metodismo histórico, como instrumento de reflexão e ação para capacitar o povo de Deus, leigos e clérigos, para a Vida e Missão numa dimensão profética.

2- **Objetivos:**

2.1 - criar instrumentos para a reflexão teológica que propiciem a ação pastoral de todo o povo de Deus;

2.2 - preparar pastores e pastoras, bem como leigos e leigas para a Missão;

2.3 - capacitar o/ pastor/a para o preparo dos membros com vistas à Missão;

2.4 - analisar os fundamentos bíblico-teológicos das doutrinas cristãs enfatizadas pelo metodismo à luz da sociedade brasileira;

2.5 - preparar obreiros para exercer ministérios em áreas especiais;

2.6 - manter o ministério pastoral e leigo atualizado para a Missão;

2.7 - aprofundar a pesquisa teológica no contexto brasileiro e latino-americano;

2.8 - integrar a Educação Teológica em um programa nacional de Educação Teológica.

3- **Campo de Atuação:** A Igreja Metodista cumpre sua missão na área de Educação Teológica atuando nos seguintes campos:

3.1 - Faculdade de Teologia e outras instituições de ensino teológico;

3.2 - Instituições de ensino secular da Igreja por meio de departamento de teologia, pastorais escolares e capelanias, cursos e outros;

3.3 - Igreja local.

4- **Meios de Atuação:** A Igreja Metodista cumpre sua missão na área de Educação Teológica, usando os seguintes meios:

4.1 - criação de instrumentos que aprimorem a compreensão da ação de Deus (Bíblia e História) na sociedade brasileira;

- 4.2 - programa de atualização a fim de alcançar a todos os pastores e pastoras;
- 4.3 - cursos de Bacharel em Teologia, Educação Cristã, e outros segundo as necessidades da missão;
- 4.4 - cursos básicos de Teologia;
- 4.5 - cursos de formação de obreiros especiais, em regime formal e não formal, visando às novas fronteiras na missão;
- 4.6 - cooperação com instituições de ensino teológico de outras Igrejas visando a interesses e serviços comuns.

C.3) Educação Secular

1 - *Conceito*: É o processo que oferece formação melhor qualificada nas suas diversas fases, possibilitando às pessoas desenvolvimento de uma consciência crítica e seu comprometimento com a transformação da sociedade, segundo a Missão de Jesus Cristo.

2 - Objetivos:

- 2.1 - Capacitar a comunidade para cooperar no processo de transformação da sociedade, na perspectiva do Reino de Deus;
- 2.2 - ser a instituição educacional agente para atuar na sociedade na perspectiva do Reino de Deus;
- 2.3 - apoiar todas as decisões que promovam a vida, denunciar e combater todas as ações que destruam a vida;
- 2.4 - responder às necessidades do povo pela criação de escolas em áreas geográficas em desenvolvimento e em áreas carentes;
- 2.5 - propiciar possibilidades de estudos a alunos carentes;
- 2.6 - deixar claro o chamado de Jesus Cristo para o comprometimento da fé num espírito não-sectarista.

3 - **Campo de Atuação**: A Igreja Metodista cumpre a sua missão na área de Educação Secular, atuando nos seguintes campos:

- 3.1 - na comunidade, sobretudo nas áreas carentes;
- 3.2 - nas instituições de ensino em todos os graus;
- 3.3 - no processo de reformulação do sistema educacional do país;
- 3.4 - nos órgãos educacionais da Igreja.

4- **Meios de Atuação:** A Igreja Metodista cumpre a sua missão na área de Educação Secular, usando os seguintes meios:

- 4.1 - estabelecimento de programas para as atividades educacionais da Igreja, inclusive de suas instituições, com base em filosofia educacional coerente com a missão por ela aprovada;
- 4.2 - adequação dos currículos de curso à filosofia educacional da Igreja Metodista;
- 4.3 - estabelecimento de pastorais escolares nas instituições;
- 4.4 - desenvolvimento de sistemas de bolsas que atendam alunos carentes e projetos de interesse da Missão;
- 4.5 - capacitação e integração do pessoal da Escola na Missão;
- 4.6 - preparo de pessoal qualificado para exercício das diversas funções docentes e administrativas nas instituições da Igreja.

D) Área de Ministério Cristão

1 - Conceitos:

- 1.1 - Ministério Cristão, como parte da Missão, é serviço de todo o povo a partir do batismo e da vocação divina. O cumprimento da Missão, em todas as áreas da existência e da sociedade, sob ação do Espírito Santo, requer preparo oferecido pela Igreja.
- 1.2 - Ministério Cristão é também exercido de modo especial por pessoas a quem Deus chama, dentre os membros da Igreja, como pastores e pastoras, para a tarefa de edificar, equipar e aperfeiçoar a comunidade da fé, capacitando-a para o cumprimento da Missão (Ef 4.11-12).
- 1.3 - A Igreja afirma a existência de dons para o exercício de outros ministérios – tais como capelanias, serviços sociais, evangelistas, músicos, etc. – cabendo-lhe perceber e definir prioridades e facilitar o desenvolvimento e uso desses dons (Ef 4.7-13; Rm 12.12-14; 1 Co 12,13 e 14; 1 Pe 4).

2 - Objetivos:

- 2.1 - proporcionar ao cristão a oportunidade de confrontar-se com o mundo como fermento, sal e luz, para a construção do Reino de Deus;
- 2.2 - proporcionar o encontro da pessoa com Deus e o reencontro da Igreja com sua vocação e missão;
- 2.3 - desenvolver a consciência de que, pelo batismo, profissão de fé ou confirmação, o cristão se torna membro do corpo de Cristo; por isso, participa da missão;
- 2.4 - o ministério pastoral visa a converter a capacitação e desenvolvimento da vida e ação dos membros da Igreja em todas as áreas de existência.

3 - Campo de Atuação: A Igreja Metodista cumpre a sua missão na área de Ministério Cristão, atuando nos seguintes campos:

- 3.1 - na sociedade;
- 3.2 - na Igreja em geral;
- 3.3 - na igreja local;
- 3.4 - nas instituições da Igreja;
- 3.5 - nas áreas de ministérios especiais, particularmente com jovens, juvenis e crianças;
- 3.6 - no exercício profissional consciente de estar operando os sinais do Reino de Deus.

4 - Meios de Atuação: A Igreja Metodista cumpre a sua missão na área de Ministério Cristão, usando os seguintes meios:

- 4.1 - a comunidade cristã em geral e o cristão em particular, encarnando o Reino de Deus nas mais diferentes situações humanas;
- 4.2 - currículo de Escola Dominical voltado para o preparo missionário dos leigos;
- 4.3 - pastorais, proclamações, documentos e outros que orientem a ação dos membros da Igreja, respondendo a situações concretas;
- 4.4 - cursos, encontros apropriados e literatura específica para o preparo do leigo, leiga, pastor e pastora para o exercício dos diferentes ministérios;
- 4.5 - Comunicação Social: televisão, rádio, jornal e telefone, etc.
- 4.6 - cursos e programas de educação continuada, visando à capacitação do laicato, organizados pela Faculdade de Teologia e Seminários Regionais, tendo em vista melhor desempenho no cumprimento da missão;
- 4.7 - celebração do culto como forma de adoração, testemunho e serviço.

E) Área de Evangelização

1 - Conceito: A evangelização, como parte da Missão, é encarnar o amor divino nas formas mais diversas da realidade humana, para que Jesus Cristo seja confessado como Senhor, Salvador, Libertador e Reconciliador. A evangelização sinaliza e comunica o amor de Deus na vida humana e na sociedade pela adoração, proclamação, testemunho e serviço.

2 - Objetivos:

2.1 - confrontar o ser humano e as estruturas sociais com Jesus Cristo e o Reino por Ele proclamado, a fim de que as pessoas e a sociedade o confessem como

Senhor, Salvador e Libertador, e as estruturas sejam transformadas segundo o Evangelho;

2.2 - libertar a pessoa e a comunidade de tudo que as escraviza e conduzi-las à plena comunhão com Deus e o próximo.

3 - **Campos de Atuação:** A Igreja Metodista cumpre sua Missão na área de Evangelização, atuando nos seguintes campos:

3.1 - pessoas, grupos e estruturas;

3.2 - lares e instituições;

3.3 - zona rural, suburbana e urbana;

3.4 - grupos periféricos, marginalizados e minorias étnicas (pobres, menores, presos, prostitutas, idosos, toxicômanos, alcoólatras e outros).

4 - **Meios de Atuação :** A Igreja Metodista cumpre a sua Missão na área de Evangelização, usando os seguintes meios:

4.1 - presença de Jesus Cristo, por meio do cristão e da comunidade cristã, nas mais diferentes situações da vida humana;

4.2 - conscientização e preparo do cristão para o exercício da Missão;

4.3 - estudos bíblicos com pessoas capacitadas;

4.4 - literatura adequada, visando ao preparo e à tarefa do evangelista;

4.5 - pontos missionários locais;

4.6 - campos missionários regionais e gerais, com envolvimento das igrejas locais;

4.7 - atividades e programas regulares da igreja local;

4.8 - culto comunitário e familiar;

4.9 - serviço de capelania em hospitais, prisões, escolas e outros;

4.10 - visitação nos lares;

4.11 - realização de séries de pregações, que incluam o preparo, a realização e o acompanhamento dos que se mostrarem interessados na nova vida em Cristo;

4.12 - igreja local como comunidade solidária em situações de crise;

4.13 - veículos de comunicação social;

4.14 - Escolas Dominicais.

f) Área de Patrimônio e Finanças

1 - **Conceito:** Patrimônio e finanças, como parte da Missão, são todos os recursos materiais, como móveis, imóveis, veículos e financeiros a serviço da Missão, pela ação da Igreja (Ag 1.9; Ne 5).

2 - **Objetivos:**

- 2.1 - providenciar e organizar os recursos patrimoniais e financeiros para o cumprimento da missão (1 Rs 5.15-9.25);
- 2.2 - administrar o patrimônio e os recursos financeiros da Igreja, mantendo-os a serviço da missão (1 Rs 4);
- 2.3 - desenvolver programas de capacitação de recursos, visando às exigências da missão dentro da perspectiva bíblica da mordomia cristã (Lv 25; 1 Co 9.7-8);
- 2.4 - desenvolver uma política cristã de pessoal (serventuários e outros), à luz do Credo Social da Igreja (Sl 82; 2 Sm 8.15; Lv 19.9-14);
- 2.5 - observar os princípios da ética cristã no uso do patrimônio e finanças (Ex 23.1-9; Pv 2.6-9);
- 2.6 - manter todos os recursos patrimoniais e financeiros em nome da Associação da Igreja Metodista e em regularidade legal.

3 - **Campo de Atuação:** A Igreja Metodista cumpre a sua missão na área de Patrimônio e Finanças, atuando nos seguintes campos:

- 3.1 - Concílio e conselhos, Geral, Regional e Local;
- 3.2 - órgãos e instituições gerais, regionais e locais;
- 3.3 - igrejas locais;
- 3.4 - programas e atividade da Igreja.

4 - **Meios de Atuação:** A Igreja Metodista cumpre a sua missão na área de Patrimônio e Finanças, usando os seguintes meios:

- 4.1 - utilização do patrimônio da Igreja, inclusive os das instituições, a serviço da Missão, extensiva à comunidade em que a Igreja ou instituições estão localizadas;
- 4.2 - desenvolvimento de programas de conservação e reparos das propriedades;
- 4.3 - utilização das dependências dos templos e outros prédios para proveito da comunidade, na formação de creches, jardins de infância, capacitação profissional e outros;

- 4.4 - aquisição de novas propriedades e aceitação de doações e legados patrimoniais, sem ônus e encargos, para a Missão;
- 4.5 - participação generosa nas contribuições na perspectiva bíblica da mordomia cristã, visando à manutenção e ao avanço da missão, incluindo ofertas, dízimos, legados e outras formas de contribuição (At 5.4-34; Fp 4.15-19);
- 4.6 - aplicação responsável dos recursos financeiros de acordo com os objetivos da Missão (At 4.35);
- 4.7 - busca e aplicação de recursos externos oriundos das igrejas cooperantes, de outras agências e da comunidade e dos poderes públicos, para uso na Missão;
- 4.8 - construções para uso polivalente, de acordo com as exigências da Missão;
- 4.9 - valorização dos ministérios especializados, mediante o sustento dos respectivos obreiros, inclusive de leigos, pelas igrejas locais (I Co 9.1-15; Mt 10.9-10; Dt 25.4).

G) Área de Promoção da Unidade Cristã

1 - **Conceito** : A busca e vivência da unidade da Igreja, como parte da Missão, não é optativa, mas uma das expressões históricas do Reino de Deus. Ela procede do Senhor Jesus Cristo e é realizada por meio do Espírito Santo, pela rica diversidade de dons, ministérios, serviços e estruturas que possibilitam aos cristãos trabalhar em amor na construção do Reino de Deus até a sua concretização plena (Jo 10.17; 17.17-23; 1 Co 1.10-13; 12.4-7, 12 e 13; Ef 4.3-6; Ef 2.10-11).

2 - Objetivos:

- 2.1 - cumprir a ordem do Senhor Jesus Cristo, “que todos sejam um para que o mundo creia”;
- 2.2 - fortalecer o sistema de conexão por meio de um processo dinâmico de inter-relacionamento da Igreja Metodista em termos locais, regionais e gerais.
- 2.3 - cultivar a identidade histórica do metodismo como contribuição para a unidade do Corpo de Cristo;
- 2.4 - dentro da unidade cristã, cultivar a riqueza da diversidade de dons e serviços cristãos, na unidade do Espírito (1 Co 12.4-11; Ef 4.3-6; Rm 12.1);
- 2.5 - dar continuidade aos esforços e à participação da Igreja Metodista em favor da unidade cristã, bem como incentivo à participação e cooperação da Igreja em sinais visíveis que enriqueçam a unidade cristã;
- 2.6 - dar continuidade à tradição metodista, reconhecendo que ela oferece uma base própria e condizente para o diálogo entre posições.

3 - **Campo de Atuação:** A Igreja Metodista cumpre sua missão na Área de Unidade Cristã, atuando nos seguintes campos:

- 3.1 - áreas de ação mencionadas neste Plano;
- 3.2 - metodismo brasileiro, latino-americano e mundial;
- 3.3 - outras Igrejas, organizações e movimentos cristãos;
- 3.4 - movimentos e organizações ecumênicas;
- 3.5 - comunidade local: em atividades de alcance social e comunitária nas quais Igrejas ou grupos de diferentes confissões encontram uma missão comum.

4 - Meios de Atuação: A Igreja Metodista cumpre sua missão na área de Unidade Cristã, usando os seguintes meios:

- 4.1 - divulgação e análise, nos órgãos de comunicação, das decisões do Concílio Geral;
- 4.2 - desenvolvimento de uma teologia que fortaleça nossa identidade wesleyana, visando a uma prática pastoral comum e uma abertura para a unidade dos cristãos;
- 4.3 - ação permanente do Colégio Episcopal, dos Bispos, dos pastores, dos leigos em geral, na direção da unidade da Igreja;
- 4.4 - continuação e fortalecimento da integração da Igreja Metodista brasileira com o metodismo latino-americano e mundial;
- 4.5 - participação em organizações cristãs nacionais, continentais e mundiais, visando a uma ação profética comum;
- 4.6 - formação de consciência de uma identidade metodista, a nível comum na Missão com outros grupos cristãos, respeitadas as diversidades de dons e estruturas;
- 4.7 - diálogo com as demais Igrejas de tradição metodista existentes no Brasil, para conhecimento mútuo e busca de caminhos de aproximação;
- 4.8 - declarações oficiais, definições doutrinárias e pastorais emanadas do Colégio Episcopal.

Parágrafo único - Os organismos integrantes de Administração Superior, Intermediária e Básica elaboram os Planejamentos e Programas Nacionais, Regionais e Locais, respectivamente, com base no Plano para a Vida e a Missão, consubstanciando-os em seus níveis correspondentes.

CAPÍTULO VI

DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO NA IGREJA METODISTA

Art. 26 - O XIII Concílio Geral aprovou as seguintes Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista:

Prefácio Histórico

Na continuidade de um processo iniciado há longo tempo e de projetos elaborados anteriormente, e tentando responder a anseios já existentes, a Igreja Metodista iniciou, em 1979, um processo formal para definir posições que servissem como diretrizes para a tarefa educativa de suas escolas. Após pesquisas em igrejas e instituições metodistas no País, realizou-se um seminário no Rio de Janeiro, em julho de 1980, convocado pelo Conselho Geral, quando se elaborou um documento intitulado *Fundamentos, Diretrizes e Objetivos para o Sistema Educacional Metodista*. Este documento, voltado para as instituições de ensino secular e teológico, foi publicado pelo *Expositor Cristão* e encaminhado a várias igrejas, instituições e órgãos regionais e gerais, para que fosse avaliado.

Enquanto se desenrolava esse processo, a Secretaria Executiva de Educação Cristã do Conselho Geral promovia, a mando deste, a busca de um posicionamento acerca da Educação Cristã. Certas afirmações básicas, intituladas *A Educação Cristã: um posicionamento metodista*, foram também publicadas e propostas à Igreja em 1981. Por outro lado, tendo em vista a necessidade de preparação do Plano Para a Vida e a Missão da Igreja, o Conselho Geral procurou também definir a maneira metodista de se entender a vida e a missão da Igreja. Isso foi levado a efeito por meio de pesquisa da Igreja e, especialmente, por meio de uma Consulta Sobre Vida e Missão. Um documento sobre essa compreensão foi também elaborado e publicado no órgão oficial da Igreja. Tendo em vista as colocações alcançadas, o Conselho Geral determinou que elas fossem consideradas quando da revisão final dos *Fundamentos, Diretrizes, Políticas e Objetivos para o Sistema Educacional Metodista*. Esses deveriam ser ampliados, de modo a incluir também as responsabilidades da Igreja no campo de Educação Cristã. Com essa finalidade, em janeiro de 1982 reuniu-se o Seminário Diretrizes para um Plano Nacional de Educação, no Instituto Metodista de Ensino Superior. Foram convocados os bispos, os membros do Conselho Geral, representantes dos Conselhos Regionais, das Federações Regionais de Homens, Senhoras, Jovens e Juvenis, bem como das respectivas Confederações. Cada instituição de ensino (secular e teológico) foi convidada a enviar dois representantes. Os alunos de cada instituição de ensino teológico também foram convidados a enviar um representante.

O Seminário pretendia elaborar um posicionamento que levasse em conta, além das propostas dos documentos acima citados, a análise do opinamento recebido das igrejas, órgãos e instituições. A complexidade da matéria mostrou que não se alcançaria a redação apropriada. Uma comissão foi então eleita pelo Seminário e encarregada de reunir essas conclusões, aproveitando também os estudos ali realizados.

O documento *Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista* é o resultado do trabalho, aprovado pelo Conselho Geral e sancionado pelo XIII Concílio Geral da Igreja Metodista.

I - O QUE ESTAMOS VENDENDO

A Educação tem sido um dos instrumentos sempre presentes na ação da Igreja Metodista no Brasil. Como instrumento de transformação social, ela é parte essencial do envolvimento da Igreja no processo da implantação do Reino de Deus.

A ação educativa da Igreja acontece de diversas maneiras: por meio da família, da igreja local em todas as suas agências (comissões, Escola Dominical, o púlpito, os grupos societários, etc.), das suas instituições de ensino secular, teológico, de ação comunitária e de comunicação.

Levando em conta o Evangelho e sua influência sobre todos os aspectos da vida, a ação educativa metodista trouxe muitas contribuições positivas. Especialmente, por meio da igreja local, muitas pessoas foram convertidas e transformadas, modificando suas vidas e seu modo de agir. Por intermédio das instituições, a Igreja buscou a democratização e a liberalização da educação brasileira. Suas propostas educacionais eram inovadoras e humanizantes, pois ofereciam um tipo de educação alternativa aos rígidos sistemas jesuíta e governamental.

A ação educativa da Igreja, entretanto, deu muito mais valor às atitudes individualistas em relação à sociedade. O mais importante era uma participação pessoal e isolada. No caso específico das nossas escolas, à medida em que a sociedade brasileira foi se desenvolvendo, elas perderam suas características inovadoras e passaram a ser reprodutoras da educação oficial. Esvaziaram-se, perdendo sua percepção de que o Evangelho tem também dimensões políticas e sociais, esquecendo, assim, sua herança metodista. Em razão de suas limitações históricas e culturais, a ação educativa metodista tornou-se prejudicada em dois pontos importantes: primeiro, porque não se identificou plenamente com a cultura brasileira; segundo, por ter apresentado pouca preocupação em descobrir soluções em profundidade para os problemas dos pobres e desvalidos, que são a maioria do nosso povo.

Hoje, no Brasil, vivemos situações que exigem de nós resposta concreta. Os problemas que afligem nosso povo, desde a família até os aspectos mais amplos da vida nacional, colocam um grande desafio e todos precisamos contribuir para

encontrar as soluções que atendam aos verdadeiros interesses da maioria da nossa população. Percebemos que muitas são as forças contrárias à vida. Mas também acreditamos que o Evangelho nos capacita a encontrar aquelas soluções que possibilitam a realização dos verdadeiros interesses do povo brasileiro. Por isso, nós, metodistas, à luz da Palavra de Deus, examinamos nossa ação educativa presente, dispondo-nos a buscar novas linhas para essa ação.

II - O QUE NOS DIZ A BÍBLIA

O Deus da Bíblia — que é Pai, Filho e Espírito Santo — se revela na história humana como Criador, Senhor, Redentor, Reconciliador e Fortalecedor. Esse Deus Trino, em seu relacionamento com o Ser Humano, cria uma nova comunidade, sinalizada historicamente por meio da vida do povo de Israel e da Igreja. A ação divina sempre nos aponta para a realização plena do Reino de Deus.

A esperança deste Reino é vivida e experimentada parcialmente na vida do povo de Deus, na promessa a Abraão (Gn 12.1-4; 13.14-17; 17.8-9; 22.15-18), na experiência do êxodo (Êx 3.7-8; 6.1-9; 13.21-22; 14.15-16; 15.26; 16.4; Dt.7.6-8), na conquista da terra (Js 1.1-9; 13-15; 24.14-25; Lv 25.8-55), na pregação dos profetas (Is 49.8-26; 55.1-13; Ez 36.22-37; Jl 2.12-32, Mq 2.12-13; 4.1-13), e em outras formas. Essa esperança foi manifestada de maneira completa na vida de Jesus de Nazaré (Mc 1.15; Mt 6.9-13; Lc 4.16-21; Mc 14.23-25; 1 Co 11.23-26). Por meio da vitória de Jesus Cristo sobre o pecado e a morte, temos a certeza de que se completará a realização total do Reino de Deus (Mt 28.1-10; 1 Co 15.50-58; Ap. 21.1-8).

A ação de Deus se realiza por meio do Espírito Santo (Jo 16.7-14). O dom do Espírito é a força e o poder que faz brotar entre nós os sinais do Reino de Deus e sua justiça, da nova criação, do novo homem, da nova mulher, da nova sociedade (2 Co 5.5, 14-17). O Espírito nos revela que o Reino de Deus é maior que qualquer instituição ou projeto humano (Mt 12.1-8).

Toda a nossa prática deve estar de acordo com o Reino de Deus (Mt 6.33; Jo 14.26) e o Espírito Santo é quem nos mostra se essa concordância existe ou não. O Espírito de Deus age onde, como e quando quer (Jo 3.5-8) a fim de criar as condições para o estabelecimento do Reino. Só quando compreendemos isso é que nos comprometemos com o projeto de Deus. Então percebemos claramente que Deus que dar ao ser humano uma nova vida, à imagem de Jesus Cristo, pela ação e poder do Espírito Santo. Por isso, Ele condena o pecado individual e social, gerador das forças que impedem as pessoas e os grupos de viver plenamente.

Sendo assim, a salvação é entendida como resultado da ação de Deus na História e na vida das pessoas e dos povos. Biblicamente, ela não se limita à idéia da salvação da alma, mas inclui a ação de Deus na realidade de cada povo e de cada indivíduo.

Isso atinge todos os aspectos da vida: religião, trabalho, família, vizinhança, meios de comunicação, escola, política, lazer, economia (inclusive meios de produção), cultura, segurança e outros. A salvação é o processo pelo qual somos libertados por Jesus Cristo para servir a Deus e ao próximo e para participar da vida plena no Reino de Deus.

A revelação do Reino de Deus em Jesus Cristo é motivo de esperança para todos nós (Rm 8.20-25). O Reino se realiza parcialmente na história (Mt 12.28) por meio de sinais que apontam para a plenitude futura. Ele é o modelo permanente para a ação do povo de Deus (Mt 20.24-28) criando em nós consciência crítica (1 Co 2.14-16), capaz de desmascarar todos os sistemas de pensamento que se julgam donos exclusivos da verdade. A esperança no Reino permite que participemos de projetos históricos que visam à libertação da sociedade e do ser humano. Ao mesmo tempo, nos liberta da idéia de que os projetos humanos são auto-suficientes e nos leva a qualquer atitude de endeusamento de instituições.

A ação de Deus atinge, transforma e promove as pessoas, na medida em que as desafia a um relacionamento pleno e libertador com Deus e o próximo, para o serviço concreto na comunidade. A natureza do Reino exige compromisso do novo homem e da nova mulher e sua sociedade, na direção da vida abundante da justiça e liberdade oferecidas por Cristo.

Deus se manifesta sempre em atos de amor, pois ele é amor (1 Jo 4.7-8) e quer alcançar a toda a criação, pois nada foge à graça divina. Em Cristo, Deus nos ama de tal maneira que dá sua vida por todos, alcançando especialmente os pobres, os oprimidos e marginalizados dos quais assume a defesa com justiça e amor. Seu amor quebra as cadeias da opressão, do pecado, em todas as suas formas. Por seu amor, ele nos liberta do egoísmo para uma vida de comunidade em amor e serviço ao próximo.

O Reino de Deus alcança qualquer tipo de pessoa, quaisquer que sejam suas idéias, suas condições sociais, culturais, políticas, econômicas ou religiosas. Alcança igualmente a pessoa como um todo: corpo, mente e espírito, com todas as suas exigências.

Os atos de Deus, pelos quais ele revela e inaugura o seu Reino, nos ensinam também como devemos agir, e são o critério para a ação missionária da Igreja.

III - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DAS QUAIS DEVEMOS NOS LEMBRAR

Toda a ação educativa se baseia numa filosofia, isto é, numa visão a respeito do mundo e das pessoas. Em nosso caso, a filosofia é iluminada pela fé, estando por isso sempre relacionada com a reflexão teológica, à luz da revelação bíblica, em confronto com a realidade.

Até o momento, nossa ação educativa tem sido influenciada por idéias da chamada filosofia liberal, típicas de nossa sociedade, resultando num tipo de educação com características acentuadamente individualistas.

Alguns dos elementos fundamentais dessa corrente são:

- preocupação individualista com a ascensão social;
- acentuação do espírito de competição;
- aceitação do utilitarismo como norma de vida;
- colocação do lucro como base das relações econômicas.

Nenhum desses elementos está de acordo com as bases bíblico-teológicas sobre as quais se deve fundamentar a prática educativa metodista.

A Educação, na perspectiva cristã, “como parte da Missão, é o processo que visa a oferecer à pessoa e comunidade uma compreensão da vida e da sociedade, comprometida com uma prática libertadora, recriando a vida e a sociedade, segundo o modelo de Jesus Cristo, e questionando os sistemas de dominações e morte, à luz do Reino de Deus”(Plano Para a Vida e a Missão da Igreja Metodista). Por isso, a Igreja precisou definir novas diretrizes educacionais, voltadas para a libertação das pessoas e da sociedade.

A partir dessas diretrizes, a Igreja desenvolverá sua prática educativa, de tal modo que os indivíduos e os grupos:

- desenvolvam consciência crítica da realidade;
- compreendam que o interesse social é mais importante que o individual;
- exercitem o senso e a prática da justiça e solidariedade;
- alcancem a sua realização como fruto do esforço comum;
- tomem consciência de que todos têm direito de participar de modo justo dos frutos do trabalho;
- reconheçam que, dentro de uma perspectiva cristã, útil é aquilo que tem valor social.

IV - O QUE DEVEMOS FAZER

A ação educativa da Igreja tem que estar mais firmemente ligada aos objetivos da Missão de Deus, visando à implantação do seu Reino. Além disso, nossos esforços educacionais de todo tipo têm também que se identificar mais com a cultura brasileira e atender às principais necessidades do nosso povo. Por isso, é preciso que busquemos novos caminhos.

A busca desses novos caminhos deve procurar a superação do modelo educacional vigente. Não se pode mais aceitar uma educação elitista, que discrimina e

reproduz a situação atual do povo brasileiro, impedindo transformações substanciais em nossa sociedade. Também não podemos nos conformar com a tendência que favorece a imposição da cultura dos poderosos, impedindo a maior participação das pessoas e aumentando cada vez mais seu nível de dependência.

Uma tomada de decisão nesse sentido não deve ser entendida como simples reação às falhas que encontramos na ação educativa, mas como uma atitude necessária de uma Igreja que deseja ser serva fiel, participando ativamente na construção do Reino de Deus.

A partir dessas constatações, declaramos que a ação educativa da Igreja Metodista – realizada por todas as suas agências, isto é, a Escola Dominical, comissões, púlpito, grupos societários, instituições de ensino secular, teológico, de ação comunitária, etc. – terá por objetivos:

- 1 - Dar continuidade, sob a ação do Espírito Santo, ao processo educativo realizado por Deus em Cristo, que promove a transformação da pessoa em nova criatura e do mundo em novo mundo, na perspectiva do Reino de Deus;
- 2 - Motivar educadores e educandos a se tornarem agentes positivos de libertação, com uma prática educativa de acordo com o Evangelho;
- 3 - Confrontar permanentemente as filosofias vigentes com o Evangelho;
- 4 - Denunciar todo e qualquer tipo de discriminação ou dominação que marginalize a pessoa humana e anunciar a libertação em Jesus Cristo;
- 5 - Respeitar e valorizar a cultura dos participantes do processo educativo, na medida em que estejam de acordo com os valores do Reino de Deus;
- 6 - Apoiar os movimentos que visem à libertação dos oprimidos dentro do espírito do Evangelho libertador de Jesus Cristo;
- 7 - Despertar consciência crítica e sensibilizada para o problema da justiça, num mundo marcado pela opressão.

Com base nesses posicionamentos, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes gerais:

- 1 - Toda e qualquer iniciativa educacional da Igreja, especialmente a organização de novos cursos e projetos, levará sempre em consideração os objetivos da Missão, de acordo com os documentos oficiais da Igreja e as necessidades locais;
- 2 - Quanto aos cursos, currículos e programas já existentes, as agências da Igreja se empenharão para que, no menor prazo possível, estejam de acordo com as orientações estabelecidas neste documento;
- 3 - Será buscado um estreito relacionamento com as comunidades em que nossos trabalhos estão localizados, compartilhando com elas os seus problemas;

4 - Em todos os lugares em que a Igreja atua serão colocadas à disposição da comunidade, das organizações de classe e das entidades comunitárias, as instalações de que dispomos, tanto para a realização de programas, quanto para a discussão de temas de interesse comunitário, de acordo com os objetivos da Missão;

5 - As igrejas e instituições devem atuar também por meio de programas de educação popular, para isso, destinando recursos financeiros específicos;

6 - Toda a ação educativa da Igreja deverá proporcionar aos participantes condições para que se libertem das injustiças e males sociais que se manifestam na organização da sociedade, tais como: a deterioração das relações na família e entre as pessoas, a deturpação do sexo, o problema dos menores, dos idosos, dos marginalizados, a opressão da mulher, a prostituição, o racismo, a violência, o êxodo rural resultante do mau uso da terra e da exploração dos trabalhadores do campo, a usurpação dos direitos do índio, o problema da ocupação desumanizante do solo urbano e rural, o problema dos toxicômanos, dos alcoólatras, e outros;

7 - A educação da criança deverá merecer especial atenção, notadamente na faixa do pré-escolar (de 0 a 6 anos), e de preferência voltada para os setores mais pobres da população;

8 - Visando à unidade educacional da Igreja em sua missão, as igrejas locais e instituições se esforçarão no sentido de uma ação conjunta em seus projetos educacionais;

9 - A Igreja e suas instituições estabelecerão programas destinados à formação de pessoas capacitadas para todas as tarefas ligadas à ação educacional e social;

10 - Todas as agências de educação da Igreja Metodista, tanto igreja local quanto instituição, procurarão orientar os participantes de seu trabalho sobre as diretrizes ora adotadas, empenhando-se igualmente para que elas sejam vividas na prática.

A - No caso específico da Educação Secular:

A Igreja entende a Educação Secular que promove como o “processo que oferece formação melhor qualificada nas suas diversas fases, possibilitando às pessoas o desenvolvimento de uma consciência crítica e seu comprometimento com a transformação da sociedade, segundo a missão de Jesus Cristo”(Plano Para a Vida e a Missão da Igreja).

Por isso:

1 - O ensino formal praticado em nossas instituições não se limitará a preparar para o mercado de trabalho, mas, além disso, igualmente, deverá despertar uma percepção crítica dos problemas da sociedade.

2 - As instituições superarão a simples transmissão repetitiva de conhecimentos, buscando a criação de novas expressões do saber, a partir da realidade e expectativa do povo.

3 - Terá prioridade a existência de pastorais escolares que atuem como consciência crítica das instituições, em todos os seus aspectos, exercendo suas funções profética e sacerdotal dentro e fora delas.

4 - Toda a prática das instituições se caracterizará por um contínuo aperfeiçoamento no sentido de democratizar cada vez mais as decisões.

5 - Os órgãos competentes farão com que essas diretrizes sejam cumpridas em suas instituições.

6 - As instituições participarão em projetos da Igreja compatíveis com suas finalidades estatutárias, atendendo aos fins da Missão.

B - No caso específico da Educação Teológica

1 - “A Educação Teológica é o processo que visa à compreensão da história em confronto com a realidade do Reino de Deus, à luz da Bíblia, e da tradição cristã reconhecida e aceita pelo metodismo histórico como instrumentos de reflexão e ação para capacitar o povo de Deus, leigos e clérigos, para a vida e missão, numa dimensão profética”. (Plano para a Vida e a Missão da Igreja).

2 - Os currículos serão fundamentados nas bases teológicas reconhecidas pela Igreja Metodista, como identificadas no presente documento, com vistas a mudanças na metodologia do trabalho teológico, a partir das necessidades do povo.

3 - No recrutamento e seleção dos professores de Teologia se observará não apenas a sua adequada qualificação aos cursos a serem ministrados mas, também, a sua vivência pastoral e a consciência que tenham de que a tarefa teológica deve ser feita a partir da revelação, no contexto do povo brasileiro e tendo em vista o atendimento de suas necessidades.

4 - O processo de recrutamento dos que aspiram ao pastorado, incluirá, sistematicamente, um programa pré-teológico de estudos, que os iniciará no processo de reflexão sobre as preocupações da Igreja, como definidas nos seus documentos.

5 - A Educação Teológica será desenvolvida observando-se os seguintes relacionamentos:

- Relacionamento com o contexto social: a metodologia do trabalho teológico, em todos os níveis, terá relação direta com a realidade da sociedade brasileira, na perspectiva do oprimido, visando ao processo de sua libertação.

- Relacionamento com outras áreas do conhecimento humano: o trabalho teológico deverá ser desenvolvido de uma forma integrada a outras áreas do conhecimento, incluindo tanto as ciências humanas como as áreas de tecnologia, de ciências exatas, de saúde, ciências aplicadas e outras.
- Relacionamento entre as instituições de ensino: o trabalho teológico deverá ser realizado de maneira integrada, de tal modo que todo o ensino teológico na Igreja promova a sua unidade de pensamento e ação naquilo que seja fundamental.
- Relacionamento ecumênico: a Educação Teológica será enriquecida pelo contato com outras Igrejas cristãs, inclusive de outros países.

6 - As instituições de ensino teológico oferecerão cursos de formação e atualização teológica para pastores/as e leigos/as, com a finalidade de os ajudar a reexaminar continuamente seu ministério e serviço, desde a perspectiva do Reino de Deus.

7 - As instituições de ensino teológico desenvolverão esforços na pesquisa junto à igreja local e outras fontes para a renovação litúrgica, levando em conta as características culturais do povo brasileiro.

8 - Os órgãos competentes estudarão uma maneira de uniformizar o tratamento dos seminaristas, pelas regiões eclesiásticas, em termos de ajuda financeira (bolsas), apoio e requisitos dos estudantes para ingresso e continuação dos estudos na Faculdade de Teologia e Seminários.

C - No caso específico de Educação Cristã:

1 - “A Educação Cristã é um processo dinâmico para transformação, libertação e capacitação da pessoa e da comunidade. Ela se dá na caminhada da fé e se desenvolve no confronto da realidade histórica com o Reino de Deus, num comprometimento com a Missão de Deus no mundo, sob a ação do Espírito Santo, que revela Jesus Cristo, segundo as Escrituras” (Plano para a Vida e a Missão da Igreja).

2 - O currículo de Educação Cristã na Escola Dominical será fundamentado na Bíblia e tratará de relacionar os relatos bíblicos com a realidade na qual a Igreja se encontra.

3 - As secretarias executivas regionais de Educação Cristã estabelecerão cursos e programas, com vistas à formação e aperfeiçoamento dos obreiros da Escola Dominical, para que desenvolvam uma metodologia de ensino compatível com as diretrizes contidas neste documento.

4 - A Igreja retomará especial cuidado para com a criança e o adolescente, redefinindo a organização destes grupos e provendo material educativo adequado para essas idades.

5 - Os grupos societários desenvolverão estudos e programas que auxiliem os seus participantes a compreender e viver a ação libertadora do Evangelho e serão municiados pela Igreja com literatura e sugestões apropriadas para alcançar este objetivo.

6 - Tendo em vista o fato de que a liturgia é um processo educativo, os/as pastores/as e obreiros/as leigos/as serão incentivados a descobrir novas formas litúrgicas que promovam a educação do povo de Deus.

7 - O Conselho Geral estabelecerá programas mínimos de educação religiosa para as instituições metodistas de ensino secular, em todos os níveis, levando em conta as diretrizes aqui estabelecidas.

8 - O Conselho Geral providenciará programas mínimos de educação religiosa a serem desenvolvidos, quando isto for possível, em escolas públicas.

9 - O Conselho Geral providenciará material educativo a ser utilizado na igreja local e capacitação do catecúmeno, novo convertido, pais e testemunhas quanto ao batismo e noivos, quanto ao casamento.

10- O Conselho Geral providenciará material educativo a ser utilizado na igreja local visando a conscientizar a família acerca de seu papel à luz da Missão.

Parágrafo único - As instituições educacionais da Igreja, de qualquer nível e grau, são regidas pelas Diretrizes para a Educação da Igreja Metodista, devendo toda a sua vida administrativa e acadêmica ser planejada e desenvolvida segundo seus ditames.

CAPÍTULO VII

DO PLANO DIRETOR MISSIONÁRIO

Art. 27 - O XIII Concílio Geral aprovou o seguinte Plano Diretor Missionário:

I - Objetivo

1 - Objetivo Geral

O objetivo geral do Plano Diretor Missionário da Igreja Metodista é o estabelecer medidas e diretrizes que visem a ordenar a ação missionária da Igreja, nas áreas onde ainda não há trabalho metodista regular, desde uma perspectiva da missão, tal como conceituada pelo *Plano para a Vida e a Missão da Igreja*.

2 - Objetivos Setoriais

2.1-Explicar a filosofia do trabalho missionário;

2.2-Definir critérios para:

- a) Seleção de áreas prioritárias à ação missionária;
- b) Recrutamento, seleção e capacitação de obreiros;

2.3- Dar orientação administrativa e pastoral ao trabalho missionário.

II - Critério do Trabalho Missionário

O trabalho missionário:

1- Será calcado no conceito de Missão do Plano para a Vida e a Missão da Igreja e suas ênfases serão as mencionadas no referido Plano;

2 - Somente será validado pela contribuição específica metodista a ser dada à comunidade;

3 - Inovará e procurará outras áreas de serviço e testemunho ainda não atendidas, não se limitando a repetir o que outras Igrejas estão fazendo;

4 - Será precedido de minucioso levantamento das necessidades das comunidades que se pretenda alcançar, visando a atendê-las;

5 - Dará preferência ao povo simples e às regiões mais carentes econômica e socialmente, procurando descobrir e desenvolver lideranças locais;

6 - Visará à promoção integral da pessoa humana por intermédio da implantação de serviços de evangelização, ação comunitária e educação;

7 - Deverá envolver toda a comunidade metodista;

8 - Será calcado em uma perspectiva da Igreja UNA de Jesus Cristo, que leve a sério a confissão de fé ecumênica.

III - Áreas Preferenciais

A Igreja Metodista dará prioridade a:

1 - Ampliação e consolidação dos trabalhos já existentes;

2 - Abertura de novos trabalhos, após o atendimento à prioridade 1, acima, observando-se como critérios preferenciais:

2.1- Áreas onde a carência econômica e social se revele mais aguda;

2.2- Áreas onde já haja um pequeno número de metodistas;

2.3- Áreas onde não há trabalho de denominação evangélica;

2.4- Área urbana onde haja uma grande concentração populacional.

IV - O Obreiro Missionário

O obreiro missionário é uma pessoa clériga ou leiga, sem distinção de sexo, com preparo apropriado e experiência profissional específica, que se coloca a serviço da Igreja, assumindo alguma forma de responsabilidade direta no planejamento e execução da obra missionária em um campo missionário.

1 - Categorias

Para efeito da estruturação da obra missionária, poderão ser recrutados:

1.1- Missionário de Dedicção Exclusiva

É o obreiro ou obreira que se dispõe a servir em tempo integral à obra missionária segundo a legislação canônica e nos termos do Pacto Missionário (cujo modelo foi proposto pelo Conselho Geral), e é comissionada (no caso de leigo ou leiga) ou nomeada (no caso de clérigo ou clériga) pela autoridade episcopal responsável pelo campo missionário;

1.2- Missionário Colaborador

70

Sede Nacional da Igreja Metodista

Av. Piassanguaba nº 3031 - Planalto Paulista - São Paulo - SP - 04060-004
(11)6813-8600 sede.nacional@metodista.org.br / www.metodista.org.br

É o membro da Igreja Metodista, clérigo inativo ou leigo que é escolhido/a e comissionado/a para exercer funções ou prestar serviços nos campos missionários;

2 - Normas de Recrutamento de Missionário de Dedicção Exclusiva

2.1- O recrutamento de obreiros para os programas missionários é da responsabilidade da respectiva coordenação, em nível Geral, Regional, Distrital e Local - COGEAM, COREAM, CODIAM, CLAM, que administra o Campo Missionário, através da Secretaria Executiva de Missões respectiva e de acordo com o Colégio Episcopal ou o Bispo, segundo o nível do Conselho.

2.2- O recrutamento é feito através de comunicação pública das necessidades a serem atendidas e/ou convites individuais a pessoas que porventura se interessem pelo atendimento às mesmas;

2.3- O candidato ou candidata que se apresente para o trabalho missionário deve:

- a) ser membro da Igreja Metodista há, pelo menos, 6 anos consecutivos para clérigos e 4 para leigos;
- b) no caso de clérigo ter experiência de 2 anos pelo menos de trabalho pastoral, em igreja local, após ordenação;
- c) dar provas de sua vocação para o trabalho missionário, testemunhado por recomendação da igreja local, órgão ou instituição a que tenha servido e, no caso de clérigo, de seu bispo;
- d) possuir atestado favorável de sanidade física e psicológica, por profissionais indicados pelo Conselho que promove a ação missionária;
- e) possuir preparo intelectual de acordo com o padrão estabelecido pela Igreja, comprovado por documentação hábil e realizar estágio de treinamento em instituição de ensino teológico metodista, por indicação do Conselho Geral;
- f) comprometer-se a seguir as orientações do Plano Diretor Missionário da Igreja Metodista em seu trabalho, cumprindo o Pacto Missionário, a legislação canônica e demais normas oficiais.

3 - O Obreiro estrangeiro

Quando as características do trabalho ou as necessidades o indicarem, poderá ser recrutado para o seu atendimento obreiro estrangeiro, membro de Igrejas ou Agências Cooperantes, observadas as seguintes normas:

3.1- O obreiro estrangeiro será solicitado para atender a uma necessidade específica;

3.2- O obreiro estrangeiro será submetido a período de treinamento especial que incluirá:

- a) aprendizado da Língua Portuguesa, em escola realizado no próprio País, de preferência em ambiente ecumênico;
- b) imersão na cultura nacional, através de vivência e estudos dos costumes, características e problemática do Brasil, programados pelo Conselho Geral, através da Secretaria Executiva de Educação Cristã;
- c) Estágio com duração não menor que um ano em igreja ou instituição metodista já estabelecida no País, concomitante com estudos sobre posições doutrinárias, história, costumes, liturgia e legislação metodistas, em seminário regional ou Faculdade de Teologia.

4 - *Capacitação dos Obreiros dos Campos Missionários*

Os obreiros recrutados para trabalho em campos missionários, quer nacionais, quer estrangeiros, serão submetidos a um período inicial de capacitação e deverão submeter-se, caso desejem renovação de seu Pacto Missionário, a um programa de estudos e reciclagem de três em três anos, para sua constante atualização, observando-se o seguinte:

4.1 - Capacitação Inicial

a) Obreiros nacionais

Obreiros Nacionais recrutados para o trabalho missionário, cumprirão, antes de seguirem para o campo missionário, estágio de preparação e estudo, cujo programa e duração serão estabelecidos pelo Conselho Geral;

b) Obreiros estrangeiros

Obreiros estrangeiros cumprirão estágios semelhante ao exigido para os nacionais, observado o disposto no item (3) 3.2.

4.2 - Capacitação continuada (reciclagem)

a) Obreiros nacionais

Os obreiros nacionais cumprirão um programa de estudos e reciclagem, a cada três anos de trabalho, visando à sua atualização, de duração e conteúdo a serem definidos pelo Conselho Geral, ouvida a Comissão de Avaliação do Trabalho Missionário do Conselho ao qual se subordinar o obreiro;

b) Obreiros estrangeiros

Os obreiros estrangeiros, além de cumprirem programa semelhante ao exigido aos obreiros nacionais, e de atenderem às exigências de atualização requeridas por suas próprias Igrejas ou Agências de origem, freqüentarão cursos de aperfeiçoamento de comunicação em língua Portuguesa e de aprofundamento do conhecimento da realidade brasileira, a serem definidos pelo Conselho Geral;

5 - Avaliação do Obreiro Missionário

Haverá uma Comissão de Avaliação do Trabalho Missionário, nomeada pelo Conselho que contrata obreiro, a qual terá a seguinte competência:

- 5.1 Manter contato periódico com o campo missionário e com o obreiro para lá enviado, através dos meios que julgar necessários;
- 5.2 Encaminhar anualmente ao Conselho que a nomeou sua avaliação dos trabalhos missionários realizados, fazendo recomendações a respeito;
- 5.3 Avaliar o desempenho do obreiro missionário à vista do Plano Para a Vida e a Missão da Igreja, dos princípios da filosofia do Trabalho Missionário e dos programas específicos estabelecidos para o campo, fazendo recomendações para sua capacitação continuada;
- 5.4 Dar parecer acerca da conveniência da continuidade do obreiro no campo missionário.

V - Modelo de Igreja do Campo Missionário

A Igreja é a comunidade de fé que vive em amor, sob a ação do Espírito na comunhão da Palavra e Sacramentos e se estende em evangelização e testemunho ao mundo ao seu redor.

A igreja a ser desenvolvida no campo missionário deverá incorporar em seu modo de ser e agir, os pressupostos estabelecidos na filosofia do trabalho missionário, constantes deste Plano Diretor e, apresentará, portanto, as seguintes características:

- 1 - A igreja do campo missionário estará vinculada à Igreja Metodista e obedecerá a seus Cânones e posicionamentos definidos pelo Concílio Geral;
- 2 - Os problemas da comunidade na qual se insere se constituirão em elemento importante de suas preocupações e programação;
- 3 - Os valores positivos existentes na comunidade mais ampla ao seu redor serão devidamente apreciados e assimilados pela igreja nascente;
- 4 - A igreja desenvolverá um posicionamento isento de preconceitos (sociais, religiosos e culturais) para com a comunidade maior;
- 5 - O sentimento de solidariedade, especialmente para com as camadas carentes, social e economicamente da população, deverá estar presente na igreja metodista em crescimento no campo missionário;
- 6 - A igreja será aberta à comunidade e oferecerá suas instalações e recursos às associações e agências que estejam voltadas para o atendimento aos interesses do povo;
- 7 - Atenção especial deverá ser dada pela igreja à educação cristã de seus próprios membros e às necessidades educacionais gerais da população ao seu redor;
- 8 - A igreja dará atenção ao desenvolvimento de lideranças leigas, para o trabalho evangelizante, educacional e social que desenvolva, e cultivará lideranças populares, que atuem efetivamente na comunidade mais ampla a seu redor;
- 9 - A igreja local participará gradativa e crescentemente na cobertura de suas despesas, de modo a alcançar seu sustento próprio dentro do prazo previsto no seu projeto;
- 10- O trabalho missionário será periodicamente avaliado à luz dos objetivos propostos; caso não tenham sido alcançados, o respectivo Conselho redimensionará o Projeto em desenvolvimento.

VI - Normas de Funcionamento

Os campos missionários, quer no âmbito local, distrital, regional ou geral, serão operacionalizados observados os seguintes itens:

1 - Manutenção

1.1 Manutenção regular

Entende-se por manutenção regular do campo missionário a cobertura das despesas com o subsídio do obreiro, aluguel de casa, aluguel de propriedade para a

promoção das atividades missionárias e verba pro-labore (calculada em vista das condições do local onde se localiza o campo), as quais são incluídas no orçamento programa anual do Conselho que administra o respectivo campo;

- a) o subsídio do obreiro missionário será calculado na base em que são calculados os subsídios de outros obreiros na mesma categoria, acrescido de eventuais ajudas de custos e incentivo missionário, a serem definidos pelo Conselho que o contrata;
- b) a manutenção regular será mantida pelo tempo que o Conselho determinar, prevendo-se que, pelo crescimento gradual do trabalho missionário, o campo venha se tornar auto-suficiente;

1.2 Projetos especiais

Entende-se por projetos especiais a realização de programas ou projetos que visem à consolidação ou aceleração dos trabalhos do campo missionário (compra de propriedades, veículos, equipamento, realização de cursos, séries de pregações e outros), e que dependem de levantamento de cursos extras, levantados na forma de um Programa de Promoção Missionário, anexo a este Plano, ou de solicitações a Igrejas ou Agências Cooperantes.

1.3 Fontes de recursos

Os recursos para o sustento e implementação do campo missionário advirão de:

- a) verba incluída no orçamento - programa do Conselho que sustenta o campo;
- b) ofertas levantadas no próprio campo missionário;
- c) ofertas missionárias levantadas nos cultos públicos realizados aos quartos domingos de cada mês, distribuídas proporcionalmente aos campos missionários gerais, regionais, distritais e locais, através da Tesouraria do Conselho Regional;
- d) contribuições de Igrejas e Agências Cooperantes;
- e) levantamento de recursos extras, por meio de campanhas especiais, nos termos do Programa de Promoção Missionária;
- f) doações e legados;
- g) outras fontes.

VII - Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos pelos Conselhos respectivos.

§1º - Os organismos integrantes da Administração Superior, Intermediária e Básica, especialmente as igrejas locais, elaboram seus planejamentos e programas de evangelização e afins, segundo os ditames do Plano Diretor Missionário.

§2º - O programa de Promoção Missionária e o Pacto Missionário, apresentados ao XIII Concílio Geral como instrumentos do Plano Diretor Missionário, não integram o texto deste Cânones porque são instrumentos que devem ser ajustados de acordo com a experiência , segundo decisão do Conselho Geral, ouvido o Colégio Episcopal.

**CÂNONES DA IGREJA METODISTA
2007- 2011**

PARTE ESPECIAL

LEI ORDINÁRIA DA IGREJA METODISTA, ORGANIZADA NO BRASIL EM 2 DE SETEMBRO DE 1930, COMO PARTE DA IGREJA UNIVERSAL DE JESUS CRISTO, CONTINUAÇÃO DO METODISMO HISTÓRICO, CARACTERIZADA PELA ADOÇÃO DO SISTEMA DA CONEXIDADE E REPRESENTADA INSTITUCIONAL E JURIDICAMENTE PELA ASSOCIAÇÃO DA IGREJA METODISTA, COM SEDE NA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO.

**TÍTULO I
DA IGREJA METODISTA**

**CAPÍTULO I
DO HISTÓRICO E DENOMINAÇÃO**

Art. 1º Em 2 de setembro de 1930 constituiu-se no Brasil uma igreja autônoma, ramo da Igreja Universal de Jesus Cristo, denominada Igreja Metodista, continuação do movimento iniciado na Inglaterra por João Wesley, no século XVIII.

**CAPÍTULO II
DA MISSÃO**

Art. 2º A missão da Igreja Metodista é participar da ação de Deus no seu propósito de salvar o mundo.

Parágrafo único. A Igreja Metodista cumpre a sua missão:

- a) realizando o culto de Deus, pregando a sua Palavra, ministrando os sacramentos, promovendo a fraternidade e a disciplina cristãs e proporcionando a seus membros meios para alcançarem uma experiência cristã progressiva, visando ao desempenho de seu testemunho e serviço no mundo;
- b) prestando serviços de mensagens, sermões, palestras, orações, através de todos os meios de comunicação disponíveis e

atendimento pastoral;

- c) ministrando educação cristã, teológica e secular, em todos os graus e níveis e prestando serviços de ação comunitária, filantrópica e beneficente, através de suas regiões eclesiásticas e missionárias, de suas igrejas, instituições e órgãos especializados por ela organizados, instituídos ou mantidos.

CAPÍTULO III DAS DOCTRINAS

Art. 3º A Igreja Metodista, quanto às doutrinas, adota os princípios de fé do Metodismo Universal, os quais têm por fundamento as Sagradas Escrituras do Antigo e Novo Testamentos, testemunho escrito da revelação divina, dado por homens movidos pelo Espírito Santo, as quais contêm tudo quanto é necessário para a salvação e são suficiente regra de fé e prática para os cristãos.

Parágrafo único. A doutrina social da Igreja Metodista se expressa no Credo Social.

CAPÍTULO IV DA PESSOA JURÍDICA E REGISTRO CIVIL

Art. 4º A Associação da Igreja Metodista - AIM é uma organização religiosa de fins não econômicos, como pessoa jurídica de direito privado, sendo a pessoa jurídica da Igreja Metodista da área nacional constituída de acordo com a legislação civil tendo como finalidade manter e orientar a administração patrimonial e econômica das igrejas locais, igrejas regionais e instituições a luz do Plano para a Vida e a Missão da Igreja - PVMI.

§ 1º A Associação da Igreja Metodista é dirigida por um Conselho Diretor, composto pelos membros da Coordenação Geral de Ação Missionária - COGEAM.

§ 2º A Associação da Igreja Metodista dispõe de uma Secretaria Executiva Nacional, subordinada à Coordenação Geral de Ação Missionária.

§ 3º Anualmente a Associação da Igreja Metodista, por meio de seu contador elabora o balanço e demonstrativos das receitas e despesas, que consolida contabilmente todos os pagamentos, recebimentos e demais transações que a Igreja Metodista da área nacional, instituições e parcerias que tenham

efetuados no exercício.

§ 4º Anualmente as Associações da Igreja Metodista Regionais, por meio de seus contadores, elaboram os balanços regionais e demonstrativos das receitas e despesas, que deverão consolidar contabilmente todos os pagamentos, recebimentos e demais transações das Igrejas Metodistas das áreas regionais, instituições e parcerias, que tenham efetuado no exercício, devendo enviar cópia do mesmo à Secretaria Executiva Nacional.

§ 5º As Associações da Igreja Metodista Regionais dispõem de um Secretário Executivo Regional, subordinado a Coordenação Regional de Ação Missionária - COREAM, devendo estes apresentar anualmente relatórios de compra e venda de imóveis em nome da Associação da Igreja Metodista.

§ 6º As condições de funcionamento das Associações da Igreja Metodista Nacional e Regionais assim como competência, organização e outras de caráter administrativo, inclusive a forma de relacionamento com as igrejas locais e instituições, são regulados em estatutos e regulamentos, aprovados pelos seus respectivos concílios e no interregno pela Coordenação Geral de Ação Missionária e coordenações regionais de ação missionária.

§ 7º Todas as despesas de funcionamento dos órgãos da Associação da Igreja Metodista integram o orçamento-programa de nível correspondente, geral, regional ou local.

CAPÍTULO V DO TERRITÓRIO

Art. 5º A Igreja Metodista tem como área de ação o território brasileiro e os campos missionários internacionais que estabeleça no exterior, por decisão do Concílio Geral.

Art. 6º O território ocupado pela Igreja Metodista, no Brasil, divide-se em regiões e campos missionários, estabelecidos pelo Concílio Geral, e subdivididos em distritos e igrejas locais estabelecidos pelos Concílios Regionais.

§ 1º Compete ao Concílio Geral a criação, desdobramento ou reagrupamento de regiões eclesiais, missionárias e campos missionários, ouvidos os Concílios Regionais e assembleias dos campos missionários.

§ 2º Compete à Coordenação Regional de Ação Missionária a criação, desdobramento ou reagrupamento de distritos e igrejas, ouvido o respectivo Ministério de Ação Episcopal - MAE.

§ 3º Cada Região deve ter independência de fazer o seu trabalho missionário, cumprindo as suas obrigações com a Sede Nacional.

§ 4º As Regiões poderão propor programas, projetos ou campos internacionais depois de atendidas suas obrigações em relação ao orçamento nacional e ouvido o Colégio Episcopal e Coordenação Geral de Ação Missionária.

§ 5º Os projetos criados nestes convênios deverão ser contemplados nos respectivos orçamentos e programas regionais.

§ 6º O Concílio Geral poderá referendar campos missionários criados na atividade missionária espontânea, por regiões, ouvido o Colégio Episcopal - CE e a Coordenação Geral de Ação Missionária.

TÍTULO II DOS MEMBROS DA IGREJA METODISTA

CAPÍTULO I DOS MEMBROS EM GERAL

Art. 7º São membros da Igreja Metodista as pessoas que satisfazem os requisitos canônicos e são recebidas de acordo com o Ritual da Igreja Metodista à sua comunhão, tendo os nomes arrolados numa Igreja Local.

§ 1º Os membros da Igreja Metodista, leigos e clérigos, dela participam segundo dons e ministérios por ela reconhecidos.

§ 2º Os membros leigos são arrolados em uma Igreja Local e os membros clérigos em uma Região.

§ 3º Os membros leigos, referidos no § 2º deste artigo, que ocupem cargos, ou exerçam funções na administração superior, intermediária e básica o fazem em caráter de serviço voluntário, salvo disposição expressa em contrário nesta legislação.

§ 4º Os membros clérigos que servem à Área Geral continuam vinculados ao Concílio Regional que os tenha cedido.

CAPÍTULO II DOS MEMBROS LEIGOS

SEÇÃO I

DA ADMISSÃO E RECEPÇÃO DE MEMBRO LEIGO

Art. 8º Constituem requisitos para admissão de membro leigo:

- I - aceitar a Jesus Cristo pela fé, como Senhor e Salvador pessoal;
- II - arrepender-se de seus pecados e ter disposição de viver vida nova, de acordo com os ensinamentos do Evangelho;
- III - aceitar os elementos básicos da Igreja Metodista;
- IV - comprometer-se a viver a mordomia cristã;
- V - prometer observar os preceitos do Evangelho e sujeitar-se às leis da Igreja Metodista;
- VI - ser batizado/a, ou confirmar o pacto batismal, se o foi na infância.

§ 1º A impossibilidade de regularização do estado civil não impede a admissão de membro leigo.

§ 2º Pessoas vinculadas à Maçonaria e sociedades secretas devem renunciar esse vínculo antes de professar sua fé e serem batizadas para filiarem-se à Igreja Metodista.

Art. 9º São os seguintes os procedimentos para recepção de membro leigo:

- I - profissão de fé e batismo, para pessoas que não foram batizadas na infância e se convertem a Cristo, professam a fé e são batizadas;
- II - confirmação, para pessoas que foram batizadas na infância, professam a fé e confirmam o pacto batismal;
- III - *assunção* de votos, para pessoas que se apresentam com carta de apresentação de outra Igreja, ou que, sem ela, a critério do pastor ou pastora, assumem os votos de membros da Igreja Metodista.

SEÇÃO II DOS DEVERES E DIREITOS DOS MEMBROS LEIGOS

SUBSEÇÃO I DOS DEVERES DO MEMBRO LEIGO

Art. 10. Os deveres de membro leigo da Igreja Metodista são:

- I - testemunhar Jesus Cristo ao próximo com seus dons;
- II - participar dos cultos públicos, da Escola Dominical - ED e demais serviços da Igreja Metodista;
- III - contribuir regularmente com dízimos e ofertas para a manutenção da missão de Deus por meio dos ministérios da Igreja Metodista nos termos da Carta Pastoral sobre o Dízimo;
- IV - pautar seus atos pelos princípios do Evangelho e pelas Doutrinas e Costumes da Igreja Metodista;
- V - sujeitar-se às exortações pastorais;
- VI - esforçar-se para iniciar trabalho metodista, onde o mesmo não exista;
- VII - reconhecer seu chamamento como ministro/a de Deus para as diversas áreas da missão;
- VIII - exercer seus dons, participando dos ministérios e serviços da Igreja Metodista e da comunidade;
- IX - submeter-se à Disciplina Eclesiástica da Igreja Metodista.

SUBSEÇÃO II DOS DIREITOS DO MEMBRO LEIGO

Art. 11. Os direitos de membro leigo da Igreja Metodista são:

- I - participar do sacramento da Ceia do Senhor e receber da Igreja os demais meios da graça;
- II - pedir o sacramento do batismo infantil para seus filhos, e ser instruído sobre esse sacramento;
- III - receber a bênção sobre seu casamento, segundo o Ritual da Igreja Metodista, depois de ser preparado;
- IV - participar de cursos de formação cristã, segundo orientação da Igreja Metodista;

V - votar e ser votado/a para ocupar cargos eletivos na Igreja Metodista, respeitados os dispositivos canônicos;

VI - receber assistência pastoral;

VII - transferir-se para outra igreja local;

VIII - apresentar queixa, nos casos e na forma prevista nestes cânones;

IX - apelar para instância superior, em grau de recurso, respeitados os dispositivos canônicos.

SEÇÃO III DO DESLIGAMENTO DE MEMBRO LEIGO

Art. 12. É desligado/a da Igreja Metodista e, por isso, perde seus direitos de membro leigo:

I - o/a que solicita, por escrito, seu desligamento;

II - o/a que abdica dos votos feitos assumindo os de outra Igreja, sabido e confirmadamente, sem prévio aviso de sua decisão à Igreja Local, tendo o seu nome cancelado pela Coordenação Local de Ação Missionária - CLAM ou pelo Concílio Local - CL;

III - o/a que se torna desconhecido/a ou de paradeiro ignorado, tendo o seu nome cancelado pelo Concílio Local, por indicação da Coordenação Local de Ação Missionária, após publicação de seu nome no órgão oficial regional e no Expositor Cristão;

IV - o que, sem justificativa, deixe de comparecer pelo período superior a 1 (um) ano e após contato pastoral não volte a freqüentar as reuniões da igreja, tendo seu nome cancelado pelo Concílio Local por indicação da Coordenação Local de Ação Missionária;

V - o/a que é excluído/a por julgamento;

VI - o/a que morre.

SEÇÃO IV DA READMISSÃO

Art. 13. É readmitido/a nos direitos e deveres de membro leigo da Igreja Metodista:

I - o/a que é readmitido por voto do Concílio Local;

II - o/a que, julgando improcedente o ato do Concílio Local que ordenou o cancelamento do seu nome do rol da Igreja Local, recorre à instância superior e obtém decisão favorável;

§ 1º A readmissão de ex-membro leigo por determinação do Concílio Local é efetuada por votação da maioria dos membros presentes, mediante solicitação da pessoa interessada e nos seguintes casos:

a) do/a que tiver solicitado, por escrito, seu desligamento;

b) do/a que tiver seu nome cancelado por falta de cumprimento de votos e der prova de reabilitação;

§ 2º - Nenhuma pessoa cujo nome foi cancelado do rol de uma Igreja Local pode ser arrolada em outra, sem que haja entendimento prévio entre os respectivos pastores ou pastoras.

SEÇÃO V DA CAPACITAÇÃO DO LAICATO

Art. 14. Visando ao exercício dos dons e ministérios, a Igreja Metodista aplica, permanente e preferencialmente, recursos para a capacitação de leigos/as.

Parágrafo único. A capacitação do laicato tem por objetivo atender às necessidades dos ministérios das igrejas locais e outros serviços eclesiais, definidos por órgãos previstos nesta legislação, sendo que os respectivos programas são elaborados e executados por setores definidos por órgãos ou autoridade competentes.

SEÇÃO VI DO MINISTÉRIO DO/A EVANGELISTA

Art. 15. O Ministério do/a Evangelista, exercido por membro leigo, homem ou mulher, é reconhecido por sua Igreja Local e acolhido pela Igreja Metodista, com autoridade e direção do Espírito Santo, para, em nome de Deus, auxiliar no desenvolvimento da evangelização.

§ 1º É admitido/a como evangelista o/a candidato/a que:

- a) seja membro da Igreja Metodista por mais de 2 (dois) anos consecutivos;
- b) tenha revelado, na Igreja Local onde está arrolado/a, dons e graça para os serviços que irá executar;
- c) tenha sido eleito/a pelo Concílio Local da igreja onde está arrolado/a;
- d) tenha formação teológica oferecida pelas instituições regionais, de acordo com o estabelecido pelo Plano Nacional de Educação Teológica;
- e) seja consagrado/a pelo/a pastor/a titular nos termos do Ritual da Igreja Metodista.

§ 2º O/a pastor/a titular da Igreja Local é o/a responsável pela supervisão do trabalho do/a evangelista.

§ 3º Para atender a eventuais necessidades dos campos missionários locais, distritais, regionais e nacionais, os/as evangelistas podem ser designados/as, mediante votos religiosos, como missionários/as.

SEÇÃO VII DA ORDEM DIACONAL

Art. 16. Ordem Diaconal é a categoria eclesiástica leiga, na qual a Igreja Metodista, com a autoridade e direção do Espírito Santo, acolhe, em nome de Deus, pessoas que ela reconhece vocacionadas para a prestação de ministérios especiais, reconhecidos pela Igreja, sem distinção de sexo, consagrando-as ao desempenho da Missão.

Parágrafo Único. O exercício do diaconato na Igreja Metodista é regulamentado pelo Colégio Episcopal.

SUBSEÇÃO I DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 17. O padrão de formação profissional estabelecido para ingresso na Ordem Diaconal exige título de habilitação de ensino médio ou superior, bem como formação teológica de acordo com o Plano Nacional de Educação Teológica - PNET.

Parágrafo único. A critério do Concílio Regional, membro leigo da Igreja Metodista que não possua habilitação de ensino médio completo, mas cuja capacidade profissional seja de reconhecida qualificação, pode ser admitido à Ordem Diaconal.

SUBSEÇÃO II DA ADMISSÃO NA ORDEM

Art. 18. A admissão de candidato ou candidata à Ordem Diaconal exige:

- I - preparo técnico-profissional, nas áreas de interesse da Igreja Metodista;
- II - formação teológica conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação Teológica;
- III - período probatório completo de prestação de serviços, a juízo do Concílio Regional;
- IV - recomendação do bispo/a-presidente e voto favorável, por escrutínio, da maioria do plenário do Concílio Regional;
- V - assunção de votos de membro da Ordem e consagração segundo o Ritual.

Parágrafo único. O/a Bispo ou Bispa-presidente do Concílio Regional, que é o/a responsável pela supervisão, registros e controles da ordem, expede a competente credencial de membro da Ordem Diaconal.

SUBSEÇÃO III DOS DEVERES E DIREITOS

Art. 19. Os deveres e direitos do membro da Ordem Diaconal são os seguintes:

- I - pôr-se à disposição do Bispo ou Bispa-presidente para prestação de serviço não pastoral;
- II - cumprir as obrigações inerentes à sua nomeação;
- III - receber subsídio quando nomeado com ônus;
- IV - gozar vitaliciedade na ordem, respeitados os dispositivos canônicos;

V - gozar de todos os direitos de membro leigo da Igreja;

VI - desligar-se, voluntariamente, da ordem;

VII - ser membro do Concílio Regional, quando eleito.

Parágrafo único. O membro da Ordem Diaconal não exerce funções pastorais.

SUBSEÇÃO IV DA MANUTENÇÃO DOS MEMBROS DA ORDEM

Art. 20. O membro da Ordem Diaconal, nomeado com ônus, é mantido pelo órgão ou instituição para o qual foi nomeado ou diretamente pela Igreja, ou ainda, pelo resultado da sua atividade profissional.

§ 1º A remuneração é estabelecida pela Igreja Local, órgão ou instituição.

§ 2º Qualquer que seja o modo de manutenção do membro da Ordem Diaconal, sua vinculação previdenciária é sempre com o órgão de previdência social governamental.

SUBSEÇÃO V DA PERDA DOS DIREITOS

Art. 21. O membro da Ordem Diaconal perde seus direitos quando:

I - se desliga da Igreja Metodista;

II - por livre vontade, abdica dos seus direitos e se desliga da ordem;

III - é excluído da ordem, por julgamento.

Parágrafo único. O membro da Ordem Diaconal que, por qualquer motivo, se desliga da ordem, devolve a credencial ao/à bispo/bispa-presidente, cabendo a este/a declará-la cancelada e sem efeito, caso aquele fato não ocorra.

CAPÍTULO III DOS MEMBROS CLÉRIGOS

SEÇÃO I DOS MEMBROS CLÉRIGOS

Art. 22. Membro clérigo é pessoa que a Igreja Metodista reconhece chamada por Deus, dentre os seus membros, homens ou mulheres, para a tarefa de edificar, equipar e aperfeiçoar a comunidade de fé, capacitando-a para o cumprimento da Missão.

§ 1º É admitido/a como membro clérigo aquele/a que, havendo a comunidade reconhecido e confirmado o dom pastoral, conclui o respectivo programa de formação, de acordo com o estabelecido pela Coordenação Nacional de Educação Teológica, satisfaz as demais exigências contidas nesta legislação e é consagrado ou ordenado para a missão.

§ 2º Os membros clérigos são admitidos e arrolados:

- a) na Ordem Presbiteral;
- b) no Ministério Pastoral.

SUBSEÇÃO I DA CLASSIFICAÇÃO DOS MEMBROS CLÉRIGOS

Art. 23. O membro clérigo é classificado como:

I - clérigo/a ativo/a, quando serve à Igreja Metodista mediante nomeação episcopal;

II - clérigo/a inativo/a, quando não é portador de nomeação episcopal, em razão de aposentadoria concedida pelo Concílio Regional, à conta da Igreja ou não, de licença ou de disponibilidade.

§ 1º A nomeação episcopal é para cargo eclesiástico ou função, sempre direta e explicitamente relacionada com o ministério da Palavra e do Sacramento e outros por ela reconhecidos.

§ 2º A nomeação episcopal estabelece o regime de tempo parcial ou integral e o respectivo ônus, respeitadas as normas pertinentes.

§ 3º Por regime de tempo integral entende-se tempo exclusivo para as ações pastorais para as quais o/a presbítero/a ou pastor/a é nomeado/a, além de outras funções atribuídas por órgãos superiores da Igreja.

§ 4º A nomeação de presbítero/a ou pastor/a, cujo regime seja de tempo integral, é feita com ônus, com garantia aos direitos previstos nas Normas de Administração de Pessoal Clérigo destes Cânones.

§ 5º O disposto no § 4º deste artigo não se aplica nos casos de nomeação de presbítero/a ou pastor/a para instituições e similares, cujo regime seja de tempo integral.

§ 6º A nomeação de presbítero/a ou pastor/a, cujo regime seja o de tempo parcial, deve observar os critérios estabelecidos no regime regional de nomeações pastorais.

§ 7º Quando a avaliação feita pela Igreja Local e pelo/a pastor/a for positiva, indicando a continuidade, prevalecem os interesses da Região Eclesiástica e a palavra final é sempre a do/a bispo/a.

§ 8º O membro clérigo, cujo regime seja o de tempo integral e que deseje realizar atividade não vinculada à nomeação, deve observar o normatizado nas Normas de Administração de Pessoal Clérigo destes Cânones.

§ 9º No caso de autorização para estudos vinculados à ação pastoral, deve haver concordância da Coordenação Local de Ação Missionária ou do Conselho Diretor e parecer favorável do Ministério de Ação Episcopal ou do Colégio Episcopal.

SEÇÃO II **DA ORDEM PRESBITERAL**

Art. 24. Ordem Presbiteral é a categoria eclesiástica clériga, na qual a Igreja Metodista, com a autoridade e direção do Espírito Santo, acolhe, em nome de Deus, sem distinção de sexo, os membros que ela reconhece vocacionados para o santo ministério da Palavra e dos Sacramentos e outros ministérios por ela reconhecidos, ordenando-os para o desempenho da Missão.

§ 1º Compete ao Colégio Episcopal estabelecer os princípios, fundamentos, organização e contornos da Ordem Presbiteral.

§ 2º O aspirante à Ordem Presbiteral permanece na condição de membro leigo e não tem os mesmos direitos do/a presbítero/a ordenado.

SUBSEÇÃO I **DO PADRÃO DE FORMAÇÃO PARA INGRESSO NA ORDEM PRESBITERAL**

Art. 25. O padrão de formação profissional estabelecido para o ingresso na Ordem Presbiteral exige, do /a candidato/a, a graduação de Bacharel em Teologia ou graduação no Curso Teológico Pastoral, prioritariamente obtida em instituição da

Igreja Metodista credenciada pela Coordenação Nacional de Educação Teológica - CONET.

§ 1º Para ingressar no Curso de Bacharel em Teologia, programa de formação de presbítero/a, é indispensável que o/a candidato/a seja membro da Igreja Metodista por, pelo menos, 3 (três) anos consecutivos com participação efetiva e cumpra mais 1 (um) ano de Programa Pré-Teológico oferecido por instituição teológica regional.

§ 2º 10 (dez) anos consecutivos como membro de efetiva participação na Igreja Metodista.

§ 3º O Curso de Bacharel em Teologia, na Igreja Metodista, é oferecido por instituições teológicas metodistas que integram o Sistema Metodista de Educação, nos termos das normativas da Coordenação Nacional de Educação Teológica devidamente aprovadas pelo Colégio Episcopal.

SUBSEÇÃO II

DA ADMISSÃO DE ASPIRANTE À ORDEM PRESBITERAL

Art. 26. A Admissão de candidato ou candidata à Ordem Presbiteral, pressupõe a existência de vaga no quadro da ordem, e exige:

I - preparo teológico de acordo com o padrão estabelecido pela Igreja Metodista;

II - período probatório em um dos ministérios reconhecidos pela Igreja, vinculado ao ministério da Palavra e ministração dos Sacramentos;

III - certificado do término do período probatório, expedido pelo bispo/a-presidente, atestando a realização e o pleno aproveitamento do aspirante, o que o/a habilitará a pleitear seu ingresso na ordem;

IV - Para ingressar como aspirante à Ordem Presbiteral é indispensável que o/a candidato/a seja membro da Igreja Metodista por, pelo menos, 8 (oito) anos consecutivos com participação efetiva.

V - prestação de exames, preparados pela Ordem Presbiteral, a serem realizados nos termos das normas estabelecidas pelo Colégio Episcopal;

VI - recomendação favorável da Comissão Ministerial Regional;

VII - voto favorável, por escrutínio, da maioria do plenário do Concílio

Regional;

VIII - assunção dos votos de membro da Ordem Presbiteral e ordenação segundo o ritual;

§ 1º Os/as alunos/as do último ano das Faculdades de Teologia da Igreja Metodista, quando solicitado pela região, podem receber nomeação episcopal e recebem a titulação de pastores/as acadêmicos/as.

§ 2º O período probatório é de tempo integral, vinculado ao Ministério da Palavra e ministração dos Sacramentos de: no mínimo, 2 (dois) anos e, no máximo, 5 (cinco) anos após a conclusão do Curso de Teologia, em Instituição de Ensino Teológico da Igreja Metodista, integrante da Coordenação Nacional de Educação Teológica; ou de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 5 (cinco) anos após a conclusão do Programa de Complementação para candidatos/as com formação em Instituição Teológica não Metodista.

§ 3º O/a aspirante à Ordem Presbiteral continua na condição de membro leigo e não tem os mesmos direitos do/a presbítero/a ordenado/a.

§ 4º O/a aspirante à Ordem Presbiteral poderá ser nomeado/a, excepcionalmente, de tempo parcial para atender interesse da Igreja Metodista, nos termos destes Cânones e do Regimento da Região.

§ 5º O/a aspirante à Ordem Presbiteral só pode cumprir o período de experiência fora da Região de origem por iniciativa e interesse da Igreja Metodista.

§ 6º - O/a bispo/a-presidente da Região, que é o/a responsável pela supervisão, registro e controle da Ordem Presbiteral, expede a competente credencial de membro da ordem.

SUBSEÇÃO III

DOS DEVERES E DIREITOS DOS/AS PRESBÍTEROS/AS

Art. 27. Os deveres pertinentes ao/à presbítero/a ativo/a, além daqueles dos membros leigos da Igreja Metodista, são os seguintes:

- I - aceitar nomeação episcopal;
- II - cumprir as obrigações inerentes à sua nomeação;
- III - aceitar o regime da itinerância;

IV - freqüentar as reuniões do seu Concílio Regional;

V - participar dos trabalhos programados como formação continuada;

VI - comparecer aos institutos ministeriais e reuniões oficiais;

VII - comprovar, periodicamente, que está em dia com as contribuições ao sistema de previdência do País;

VIII - cumprir as orientações do Código de Ética do Ministério Pastoral.

IX - contribuir regularmente com dízimos e ofertas para a manutenção da Igreja Metodista e de suas instituições, nos termos da Carta Pastoral do Dízimo.

Parágrafo único. Os deveres dos/as presbíteros/as inativos/as são:

a) os do membro ativo da Ordem Presbiteral, no que couber;

b) comunicar-se com o/a bispo/bispa-presidente.

Art. 28. Os direitos do presbítero/a ativo/a são os seguintes:

I - ser nomeado pastor/a titular ou coadjutor/a para uma Igreja Local, pelo/a bispo/bispa-presidente, desde que haja avaliação positiva de desempenho, nos termos destes Cânones e do Regimento da Região Eclesiástica;

II - gozar vitaliciedade na Ordem Presbiteral, respeitados os dispositivos canônicos;

III - ser membro nato de seu respectivo Concílio Distrital;

IV - ser membro nato do Concílio Regional de sua Região Eclesiástica;

V - transferir-se para outra Região Eclesiástica, mediante entendimento com os/as respectivos/as bispos/bispas e Concílios Regionais, respeitados o interesse da Igreja Metodista e estes Cânones;

VI - votar e ser votado/a para cargos e funções na Igreja;

VII - aposentar-se, de acordo com as Normas de Administração de Pessoal destes Cânones;

VIII - licenciar-se, na forma prevista nas Normas de Administração de Pessoal Clérigo destes Cânones;

IX - apelar para instância superior em grau de recurso;

X - desligar-se voluntariamente da ordem e receber certidão a fim de arrolar-se numa Igreja Local;

XI - gozar 30 (trinta) dias de férias anualmente;

XII - residir à conta da Igreja Local, órgão ou instituição, na sua respectiva área geográfica, quando nomeado com tempo integral;

XIII - sendo presbítera, gozar de licença-maternidade.

§ 1º Os membros da Ordem Presbiteral que se encontrem licenciados, ou em disponibilidade, não recebem nomeação episcopal.

§ 2º O/a presbítero/a com avaliação negativa de desempenho é colocado/a em disponibilidade.

§ 3º Todos os membros da Ordem Presbiteral recebem nomeação episcopal, ainda que sem ônus, exceto os que se encontrem licenciados/as, aposentados/as ou em disponibilidade.

§ 4º O/a presbítero/a inativo/a tem os seguintes direitos:

- a) gozar vitaliciedade na Ordem Presbiteral, respeitados os dispositivos canônicos;
- b) ser membro nato do Concílio Regional, sem direito a voto;
- c) ser membro nato do Concílio Distrital, na área em que reside, sem direito a voto;
- d) receber nomeação episcopal, desde que haja necessidade de aproveitamento de seu trabalho, observadas as normativas aprovadas pelo Colégio Episcopal.

SUBSEÇÃO IV DO AFASTAMENTO DA ORDEM PRESBITERAL

Art. 29. O membro da Ordem Presbiteral se afasta do serviço ativo por

aposentadoria concedida pelo Concílio Regional à conta da Igreja ou não, licença ou disponibilidade, passando à condição de inativo, nos termos destes Cânones.

Parágrafo único. A concessão de aposentadoria, licença ou disponibilidade é regulada nas Normas de Administração de Pessoal Clérigo destes Cânones.

SUBSEÇÃO V DO DESLIGAMENTO DA ORDEM PRESBITERAL

Art. 30. O membro da Ordem Presbiteral perde seus direitos quando:

I - se desliga da Igreja Metodista;

II - abdica de seus direitos, por livre vontade, e se desliga da ordem;

III - deixa de comunicar-se com o bispo ou bispa respectivo/a, por 2 (dois) anos consecutivos, estando em disponibilidade;

IV - é excluído da ordem por julgamento;

V - não reverte à condição de ativo estando em disponibilidade, conforme as Normas de Administração de Pessoal Clérigo destes Cânones.

Parágrafo único. Se o membro da Ordem Presbiteral, por qualquer motivo, dela se desligar e não devolver sua credencial no prazo de 30 (trinta) dias, o/a bispo/bispa-presidente a declara cancelada e de nenhum efeito, dando publicidade deste ato.

SUBSEÇÃO VI DA READMISSÃO NA ORDEM PRESBITERAL

Art. 31. O ex-membro da Ordem Presbiteral que, por qualquer motivo, dela foi desligado, pode ser readmitido, mediante requerimento, desde que satisfaça os seguintes requisitos:

I - estar em pleno gozo dos direitos de membro da Igreja Metodista;

II - ter recomendação do Concílio Local a que pertença;

III - obter voto favorável, por escrutínio, da maioria do plenário do Concílio Regional.

§ 1º O membro da Ordem Presbiteral, excluído por julgamento, pode ser

readmitido mediante prova de arrependimento, de novas disposições de vida ou de inculpabilidade, pelo voto, por escrutínio, de 2/3 (dois terços) do plenário do Concílio Regional, à vista de parecer da Comissão Ministerial Regional.

§ 2º Ao readmitido ou readmitida na ordem é-lhe restaurada a credencial.

SUBSEÇÃO VII
DA ADMISSÃO NA ORDEM PRESBITERAL DE MINISTRO OU MINISTRA ORDENADO/A
POR OUTRA IGREJA

Art. 32. A Igreja Metodista admite ministro ou ministra ordenado/a de outra Igreja, satisfeitas as seguintes condições:

I - apresente sua documentação em perfeita ordem;

II - apresente razões que justificam sua admissão na Igreja Metodista;

III - satisfaça as exigências canônicas para a admissão na Ordem Presbiteral, estabelecidas nestes Cânones;

IV - obtém por escrutínio, voto favorável de 2/3 (dois terços) do plenário do Concílio Regional, após recomendação da Comissão Ministerial Regional.

§ 1º O ministro ou ministra, acolhido/a nos termos deste artigo, assume os votos de membro da Ordem Presbiteral da Igreja Metodista, perante o Concílio Regional, e recebe do seu bispo/bispa-presidente credencial que o/a autoriza a exercer o ministério ordenado.

§ 2º Fazem exceção às exigências deste artigo:

- a) o ministro ou a ministra ordenado/a, oriundo de igrejas cooperantes, cedido/a à Igreja Metodista, cuja admissão se faz na forma destes Cânones;
- b) o/a ministro ou a ministra ordenado/a de outros ramos do metodismo, que mantêm o mesmo padrão teológico e intelectual, sendo admitido/a mediante:
 1. a apresentação de suas credenciais;
 2. recomendação do/a Bispo/Bispa-presidente;
 3. recomendação da Comissão Ministerial Regional.

Art. 33. Ministro ou ministra ordenado/a em igreja cooperante, cedido/a à Igreja Metodista, pode ingressar na Ordem Presbiteral, durante a vigência do contrato de cessão ou ao seu término, desde que obedecidas as seguintes condições:

I - manifestação formal de vontade do/a ministro/a junto à Igreja Metodista e à Igreja Cooperante;

II - concordância prévia da igreja cooperante respectiva e da comunicação do seu desligamento;

III - recomendação do bispo/bispa-presidente ao Concílio Regional;

IV - voto favorável da maioria do Concílio Regional;

V - expedição de credencial de membro da Ordem Presbiteral da Igreja Metodista, pelo bispo/bispa-presidente do Concílio Regional.

Parágrafo único. A admissão, na forma deste artigo, dispensa a exigência de realização do período probatório.

SEÇÃO III DO MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 34. Ministério Pastoral é a categoria eclesial clériga na qual a Igreja reconhece, dentre seus membros, homens ou mulheres, pessoas vocacionadas para o exercício do pastorado e, após sua formação e experiência probatória, os consagra para a missão.

SUBSEÇÃO I DA FORMAÇÃO PARA O MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 35. O padrão mínimo de formação para o ingresso no Ministério Pastoral é o Curso Teológico de Formação Pastoral, oferecido pelas instituições teológicas metodistas.

Parágrafo único. Pode solicitar ingresso no Ministério Pastoral candidato/a com formação teológica realizada em instituição não metodista, desde que apresente certificado de conclusão do programa de complementação oferecido por instituições teológicas metodistas credenciadas pela Coordenação Nacional de Educação Teológica.

SUBSEÇÃO II
DA ADMISSÃO AO MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 36. A admissão de candidato ou candidata ao Ministério Pastoral, pressupõe a existência de vaga no quadro regional, e exige:

I - 5 (cinco) anos ininterruptos como membro de efetiva participação na Igreja Metodista;

II - cumprir o programa de formação pastoral conforme estabelecem as normativas da Coordenação Nacional de Educação Teológica;

III - cumprir período probatório de, no mínimo, 2 (dois) anos e, no máximo, 5 (cinco) anos, a se iniciar após a conclusão do programa de formação pastoral exigido pela Coordenação Nacional de Educação Teológica;

IV - obter parecer favorável da Comissão Ministerial Regional, a quem cabe o acompanhamento do/a candidato/a desde sua apresentação até sua aprovação ou descontinuação pelo Concílio Regional;

V - prestar exames, de acordo com normativas estabelecidas pela Coordenação Nacional de Educação Teológica, realizados após a conclusão do período probatório;

VI - apresentar certificado comprobatório do término do período probatório, expedido pelo bispo/bispa-presidente, atestando sua realização e seu aproveitamento, com o qual estará habilitado a pleitear o ingresso no Ministério Pastoral;

VII - obter aprovação da maioria dos membros votantes no Concílio Regional, à luz do relatório da Comissão Ministerial Regional;

VIII - assumir os votos do Ministério Pastoral;

IX - ser consagrado/a de acordo com o Ritual da Igreja Metodista.

§ 1º O/a Bispo/Bispa-presidente da região, que é o/a responsável pela supervisão, registro e controle do Ministério Pastoral e expede a competente credencial de membro da Ordem.

§ 2º O período probatório completo em um dos ministérios reconhecidos pela Igreja, vinculado ao ministério da Palavra e ministração dos Sacramentos é de: no mínimo, 2 (dois) anos e, no máximo, 5 (cinco) anos após a conclusão do

Curso de Formação Teológico Pastoral, em instituição de educação teológica da Igreja Metodista, integrante da Coordenação Nacional de Educação Teológica; ou de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 5 (cinco) anos após a conclusão do programa de complementação para candidatos/as com formação em instituição teológica não metodista.

§ 3º O período probatório, referido neste artigo, é regulamentado pelo Colégio Episcopal.

§ 4º O aspirante ao pastorado continua na condição de membro leigo e não tem os mesmos direitos do/a pastor/a consagrado/a.

SUBSEÇÃO III

DOS DEVERES E DIREITOS DOS INTEGRANTES DO MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 37. Os direitos do/a integrante do Ministério Pastoral são os seguintes:

I - ser nomeado pastor ou pastora, titular ou coadjutor/a, para uma Igreja Local, pelo bispo/bispa-presidente, nos termos destes Cânones e do Regimento da Região Eclesiástica, havendo avaliação positiva de desempenho.

II - ser membro de seu respectivo Concílio Distrital;

III - ser membro do Concílio Regional de sua respectiva região;

IV - transferir-se para outra Região Eclesiástica, mediante entendimento com os respectivos bispos ou bispas e Concílios Regionais, respeitados os interesses da Igreja Metodista;

V - votar e ser votado para cargos e funções da Igreja Metodista, respeitadas as disposições canônicas;

VI - licenciar-se, na forma prevista nas Normas de Administração de Pessoal, permanecendo na situação de integrante do Ministério Pastoral, sem estar nomeado/a pastor ou pastora em Igreja Local;

VII - usufruir a licença maternidade, sendo pastora;

VIII - aposentar-se, sem ônus para a Igreja Metodista, nos termos das Normas de Administração de Pessoal Clérigo, previstas nestes Cânones;

IX - apelar para instância superior em grau de recurso;

X - desligar-se voluntariamente do Ministério Pastoral, reintegrando-se às condições plenas de membro leigo;

XI - solicitar reingresso ao Ministério Pastoral, após período de desligamento voluntário;

XII - gozar 30 (trinta) dias de férias anualmente.

Parágrafo único. O/a pastor/a com avaliação negativa de desempenho será colocado/a em disponibilidade.

Art. 38. Os deveres pertinentes ao/à integrante do Ministério Pastoral, além daqueles dos membros leigos da Igreja, são os seguintes:

I - aceitar nomeação episcopal;

II - cumprir as obrigações inerentes à nomeação para o pastorado;

III - comparecer e participar das reuniões do Concílio Distrital e Concílio Regional;

IV - participar dos trabalhos programados como formação pastoral continuada;

V - comparecer aos institutos ministeriais e reuniões oficiais;

VI - sujeitar-se à disciplina da Igreja Metodista;

VII - comprovar, periodicamente, que está em dia com as contribuições ao sistema de previdência do país;

VIII - cumprir as orientações do Código de Ética do Ministério Pastoral.

IX - contribuir regularmente com dízimos e ofertas para a manutenção da Igreja Metodista e de suas instituições, nos termos da Carta Pastoral do Dízimo.

SUBSEÇÃO IV **DO AFASTAMENTO DO MINISTÉRIO PASTORAL**

Art. 39. O/a integrante do Ministério Pastoral se afasta do serviço ativo por aposentadoria, sem ônus para a Igreja, licença ou disponibilidade, passando à condição de inativo/a, nos termos destes Cânones.

Parágrafo único. A concessão de aposentadoria, licença e a disponibilidade é regulamentada pelas Normas de Administração de Pessoal Clérigo, constantes destes Cânones.

SUBSEÇÃO V DO DESLIGAMENTO DO MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 40. O/a integrante do Ministério Pastoral perde seus direitos quando:

- I - se desliga da Igreja Metodista;
- II - abdica, por livre vontade, de seus direitos de membro clérigo;
- III - deixa de comunicar-se com o bispo ou bispa respectivo/a, por 2 (dois) anos consecutivos, estando em disponibilidade;
- IV - é excluído/a do Ministério Pastoral, por julgamento;
- V - não reverte à condição de ativo/a estando em disponibilidade, nos termos as Normas de Administração de Pessoal Clérigo desta legislação.

SUBSEÇÃO VI DA READMISSÃO AO MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 41. O/a integrante que, por qualquer motivo, foi desligado/a do Ministério Pastoral, pode ser readmitido/a, mediante requerimento, desde que satisfaça os seguintes requisitos:

- I - ter recomendação do Concílio Local a que pertence;
- II - obter voto favorável, por escrutínio, da maioria do plenário do Concílio Regional.

Parágrafo único. O/a integrante do Ministério Pastoral, excluído/a por julgamento, pode ser readmitido/a ao exercício pleno do Ministério Pastoral, mediante:

- a) prova de arrependimento e novas disposições de vida;
- b) inculpabilidade;

- c) voto, por escrutínio, de 2/3 (dois terços) do plenário do Concílio Regional, à vista de parecer da Comissão Ministerial Regional.

SEÇÃO IV

DOS MISSIONÁRIOS E MISSIONÁRIAS DAS IGREJAS COOPERANTES

Art. 42. A Igreja Metodista recebe missionários e missionárias cedidos/as por outras Igrejas com as quais mantém relações, mediante as seguintes condições:

I - existência prévia de contrato ou convênio de cooperação celebrado entre a Igreja Metodista, representada pelo Colégio Episcopal, e a igreja cedente, no qual contenha os objetivos, as condições da cooperação e as reciprocidades;

II - a recepção do/a missionário/a é pelo prazo de 3 (três) anos, para participação em projeto previamente aprovado pelo Colégio Episcopal;

III - assinatura de contrato de cessão pela Igreja Metodista, pela igreja cooperante e pelo missionário/a, cujas cláusulas são estabelecidas entre as partes;

§ 1° As cláusulas contratuais cobrem as questões financeiras, o trabalho a ser executado pelo/a missionário/a cedido/a, as condições desse trabalho, os critérios de avaliação de desempenho e as responsabilidades das partes signatárias;

§ 2° Concluído o projeto, ou terminado o prazo de cessão do/a missionário/a, o Colégio Episcopal pode renovar o contrato para continuidade do mesmo projeto ou cessão do/a missionário/a a outro projeto;

§ 3° A cessão do/a missionário/a pode ser aceita a título gratuito ou com ônus para a Igreja Metodista;

§ 4° O/a missionário/a cedido/a é designado/a pelo Colégio Episcopal para uma Região Eclesiástica ou Missionária e o seu desempenho é supervisionado pelo/a Bispo/Bispa-presidente respectivo/a;

§ 5° O/a missionário/a cedido/a integra o Concílio Regional na qualidade de membro fraterno, com direito a assento e voz, exceto os membros clérigos cedidos até o XIV Concílio Geral que podem votar e ser votados;

§ 6° Quando a cessão for sem ônus para a Igreja Metodista, esta assume os demais encargos decorrentes do projeto ou da nomeação, inclusive moradia.

SEÇÃO V
DA TRANSFERÊNCIA DE REGIÃO, CESSÃO E COMIÇÃO DE MEMBRO
CLÉRIGO

SUBSEÇÃO I
DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE MEMBRO CLÉRIGO

Art. 43. O processo de transferência de membro clérigo de uma Região Eclesiástica para outra tem a seguinte tramitação:

I - o/a interessado/a solicita transferência, por escrito, ao bispo/bispa-presidente da Região de origem, com a justificativa;

II - o/a Bispo/Bispa-presidente, após ouvir o Ministério de Ação Episcopal, encaminha o pedido de transferência com a documentação resultante e seu parecer para a Comissão Regional de Relações Ministeriais;

III - a Comissão Regional de Relações Ministeriais dá seu parecer sobre a transferência e envia a documentação ao Concílio Regional;

IV - o Concílio Regional, por votação secreta, decide sobre o pedido de transferência;

V - o/a Bispo/Bispa-presidente, de posse da deliberação resultante da votação, mencionada no inciso anterior, encaminha a documentação pertinente ao bispo/bispa-presidente do Concílio Regional de destino, para tramitação do pedido na sua Região Eclesiástica;

VI - havendo decisão favorável do Concílio Regional, referido no inciso anterior, o nome do/a transferido/a é imediatamente arrolado no respectivo rol da Ordem Presbiteral ou do Ministério Pastoral da região de destino;

§ 1º O processo de transferência deve respeitar, obrigatoriamente, o interesse da Igreja Metodista, os quais são:

a) obediência ao sistema de itinerância, por força da Constituição da Igreja Metodista e ao Art. 27, inciso III destes Cânones;

b) fortalecimento da conexidade da Igreja Metodista;

c) suprimento de necessidade da Região Eclesiástica ou Missionária prevista em seu projeto missionário.

§ 2º Os membros em licença para tratar de interesses pessoais, para estudo ou em disponibilidade não podem ser cedidos/as ou nomeados/as para órgãos, instituições, pastorais, trabalhos missionários no país ou no exterior, entre outros.

§ 3º Para ocorrer a cessão citada no parágrafo anterior, deve-se observar a tramitação estabelecida nos cânones de retorno ao ministério ativo e, obedecer, quando for o caso, os critérios estabelecidos no processo de seleção.

SUBSEÇÃO II

DA NOMEAÇÃO OU CESSÃO DO MEMBRO CLÉRIGO PARA OUTROS MINISTÉRIOS

Art. 44. O membro clérigo pode ser nomeado ou cedido para outras áreas de serviço que exijam dons para o exercício de ministérios específicos reconhecidos pela Igreja Metodista, em conformidade com o Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista.

§ 1º A nomeação, referida no “caput”, é precedida de entendimentos entre o/a interessado/a, o/a bispo/bispa-presidente e, se for o caso, o serviço, órgão ou instituição em que ele exercerá seus dons e ministérios, expondo as condições e as responsabilidades das partes envolvidas.

§ 2º O membro clérigo, que se encontre nas condições deste artigo, não perde a classificação de ativo, desde que, também, exerça o ministério da Palavra e dos Sacramentos.

SUBSEÇÃO III

DO COMISSIONAMENTO DO MEMBRO CLÉRIGO PARA OUTRA REGIÃO, CAMPO MISSIONÁRIO OU INSTITUIÇÃO DA IGREJA METODISTA

Art. 45. Comissionamento é uma cessão temporária de membro clérigo, implicando transferência de Região, desde que observado o seguinte:

- I - haver interesse por parte da Igreja Metodista;
- II - haver entendimento entre os/as Bispos/Bispas-presidentes das respectivas Regiões Eclesiásticas ou Missionárias, Campos Missionários ou instituição da Igreja Metodista envolvidos;
- III - haver entendimento entre o membro clérigo e os/as Bispos/Bispas-presidentes das respectivas Regiões Eclesiásticas ou Missionárias, Campos Missionários ou instituição da Igreja Metodista envolvidos;
- IV - haver tempo determinado de cessão que poderá ser renovado ou não.

§ 1º Entende-se por “interesse da Igreja Metodista” referido no inciso I deste artigo:

- a) obediência ao sistema de itinerância, por força da Constituição da Igreja Metodista e ao Art. 27, inciso III destes Cânones;
- b) fortalecimento da conexão da Igreja Metodista;
- c) dedicação exclusiva para o ministério comissionado.

§ 2º O tempo de comissionamento corresponde ao que consta no contrato missionário, podendo ser renovado ou não.

§ 3º O membro clérigo comissionado em outra Região Eclesiástica ou Missionária, Campo Missionário ou instituição da Igreja Metodista é membro pleno, com direito a voz e voto, do Concílio Regional onde exerce o seu ministério, salvo nas seguintes disposições canônicas:

- a) quando se tratar de presbítero/a missionário/a das Igrejas cooperantes;
- b) quando se tratar de presbítero/a que serve à Área Geral;
- c) quando houver legislação específica para o caso.

§ 4º A critério do/a bispo/bispa-presidente envolvido/a, constatada a necessidade no quadro de nomeação episcopal, poderá ocorrer cessão em regime de comissionamento de tempo parcial, sem desvincular o membro clérigo de seu Concílio Regional de origem.

Art. 46. As condições e o procedimento para se efetivar um comissionamento são os seguintes:

I - manifestação de interesse da Igreja Metodista na Área Nacional por nomeação a ser feita pelo Colégio Episcopal para uma das seguintes situações:

- a) Sede Nacional;
- b) Faculdade de Teologia;
- c) pastorais escolares e universitárias;

d) outros ministérios reconhecidos pelo Colégio Episcopal;

II - manifestação de interesse da Igreja Metodista, por parte das Regiões Eclesiásticas ou Missionárias e Campos Missionários, casos em que o membro clérigo é requerido pelos seguintes procedimentos:

- a) requerimento do/a bispo/bispa-presidente solicitante do pastor/a;
- b) manifestação, por escrito, do/a membro clérigo solicitado/a;
- c) parecer favorável do Ministério de Ação Episcopal - MAE;

III - manifestação de interesse da Igreja Metodista, por parte das Regiões Eclesiásticas, Regiões Missionárias ou Campos Missionários, quando o membro clérigo é o requerente, caso em que segue os procedimentos:

- a) solicitação por escrito do/a interessado/a, ao/à bispo/bispa-presidente da região a que pertence;
- b) entendimento entre os/as bispos/bispas-presidentes envolvidos na solicitação;
- c) parecer favorável do Ministério de Ação Episcopal que o/a recebe.

TÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO DA IGREJA

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 47. A administração da Igreja Metodista é estruturada em três níveis, a saber:

I - Administração Superior, exercida pelo Concílio Geral, Colégio Episcopal e Coordenação Geral de Ação Missionária - COGEAM;

II - Administração Intermediária, exercida pelos Concílios Regionais e Coordenações Regionais de Ação Missionária - COREAM;

III - Administração Básica, exercida pelos Concílios Distritais e Locais, Coordenações Distritais de Ação Missionária - CODIAM e Coordenações Locais de

Ação Missionária - CLAM.

CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

SEÇÃO I
DO CONCÍLIO GERAL

Art. 48. O Concílio Geral é o órgão superior de unidade da Igreja e suas funções são legislativas, deliberativas e administrativas.

SUBSEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO DO CONCÍLIO GERAL

Art. 49. O Concílio Geral compõe-se de:

I - delegados/as das Regiões Eclesiásticas, Missionárias e Campos Missionários, eleitos/as pelos seus respectivos concílios ou assembleias missionárias, na seguinte proporção:

- a) um/a delegado/a presbítero/a ativo/a e um/a delegado/a leigo/a para cada 1.500 (um mil e quinhentos) membros da região que tenha até 9.000 (nove mil) membros;
- b) um/a delegado/a leigo/a e um/a delegado presbítero/a ativo/a para cada 3.000 membros da região que tenha de 9.001 (nove mil e um), até 50.000 (cinquenta mil) membros;
- c) um/a delegado/a presbítero/a ativo/a e um/a delegado/a leigo/a, para cada 6.000 (seis mil) membros para cada Região que tenha 51.001 (cinquenta e um mil) membros ou mais;

II - Bispos e Bispas da Igreja Metodista, sem direito a voto;

III - os membros da Coordenação Geral de Ação Missionária, sem direito a voto, salvo se delegados/as eleitos/as;

IV - presidentes das confederações de grupos societários, sem direito a voto, salvo quando delegadas ou delegados eleitos/as;

V - conselheira ou conselheiro geral dos juvenis e a coordenadora ou coordenador geral das crianças, sem direito a voto, salvo se delegada/o eleita/o;

VI - presidente do Instituto Metodista de Serviços Educacionais - COGEIME, sem direito a voto, salvo quando delegado/a eleito/a;

VII - presidente do Conselho Geral das Instituições Metodistas de Ação Social - COGIMAS, sem direito a voto, salvo quando delegado/a eleito/a;

VIII - presidente da Coordenação Nacional de Educação Teológica - CONET, sem direito a voto, salvo se delegado /a eleito /a;

IX - presidente da Coordenação Nacional de Educação Cristã - CONEC, sem direito a voto, salvo se delegado/a eleito /a;

X - presidente da Coordenação Nacional das Pastorais Escolares e Universitárias - CONAPEU, sem direito a voto, salvo se delegado /a eleito /a.

§ 1º O/a Bispo/Bispa-presidente do Concílio Geral, que representa a Igreja Metodista como responsável por sua unidade, é eleito/a pelo Colégio Episcopal, sendo presidente deste e, também, da Coordenação Geral de Ação Missionária, do Conselho Diretor da Associação da Igreja Metodista, da Assembléia do COGEIME e da Assembléia das instituições gerais de educação da Igreja Metodista.

§ 2º Perde o mandato o/a delegado/a transferido/a de Região ou que, na data da reunião do Concílio Geral, não esteja na plenitude de gozo de seus direitos como membro da Igreja Metodista.

§ 3º A composição dos/as delegados/as mencionada neste artigo é definida, para cada Região, de modo cumulativo, considerando a proporção estabelecida para cada faixa.

§ 4º Fica assegurada a representação mínima de um/a delegado/a presbítero/a e um/a delegado/a leigo/a para regiões eclesiais, missionárias e campos missionários com menos de 1.500 (um mil e quinhentos) membros.

SUBSEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DO CONCÍLIO GERAL

Art. 50. O Concílio Geral tem a seguinte competência:

I - receber e avaliar os relatórios:

- a) do Colégio Episcopal;
- b) da Coordenação Geral de Ação Missionária;
- c) do/a Tesoureiro/a Geral;

II - inteirar-se e posicionar-se, à vista dos relatórios do Colégio Episcopal e da Coordenação Geral de Ação Missionária, à luz do Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista - PVMI da situação da Igreja e discuti-la propondo encaminhamentos e estratégias para o crescimento qualitativo, quantitativo e orgânico da Igreja Metodista;

III - deliberar sobre:

- a) o Plano Nacional Missionário - PNM para o exercício seguinte, proposto conjuntamente pelo Colégio Episcopal e Coordenação Geral de Ação Missionária, com base na filosofia, objetivos e metas estabelecidos pelo Colégio Episcopal, em consonância com o Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista, na perspectiva de uma Igreja organizada em dons e ministérios;
- b) os estatutos e os respectivos regulamentos dos órgãos e instituições gerais, previstos nestes Cânones;

IV - homologar:

- a) a designação dos/as bispos/bispas eleitos/as;
- b) o relatório da Comissão Geral de Constituição e Justiça;

V - decidir:

- a) questões que lhe sejam submetidas pelo Colégio Episcopal e pela Coordenação Geral de Ação Missionária;
- b) sobre matéria administrativa, econômico-financeira e patrimonial, nos termos destes cânones;

VI - eger ocupantes dos cargos da administração superior previstos nesta legislação, especialmente:

- a) Bispos e Bispas;

- b) membros da Comissão Geral de Constituição e Justiça;
- c) membros das Comissões Transitórias de nível Geral;
- d) Secretário/a de Atas;
- e) Secretários/as especializados/as;
- f) Conselho Fiscal da Área Geral da Igreja Metodista, composto de 5 (cinco) membros, dos quais pelo menos 2 (dois ou duas) devem ser contabilistas;
- g) Presbíteros/as e membros leigos para a Coordenação Geral de Ação Missionária;
- h) outros cargos necessários à reunião do Concílio Geral;

VII - legislar para a Igreja Metodista;

VIII - criar, desdobrar ou reagrupar regiões eclesiásticas e missionárias, por proposta da Coordenação Geral de Ação Missionária;

IX - criar ou extinguir campos missionários nacionais e internacionais;

X - referendar atos complementares editados pelo Colégio Episcopal;

XI - intervir, em caso de necessidade, em órgãos e instituições gerais, nomeando interventores/as pelo prazo máximo de 6 (seis) meses;

XII - publicar o anuário com os dados estatísticos e financeiros de todas as Regiões Eclesiásticas e outras informações relevantes;

XIII - outorgar título de Bispo/Bispa Emérito/a ao/à presbítero/a que se aposente no exercício do episcopado e seus respectivos diplomas);

XIV - outorgar os títulos da Ordem do Mérito Metodista e seus respectivos diplomas nos termos do (Art. 228).

§ 1º Os diplomas dos títulos referidos nos artigos anteriores são expedidos pelo/a bispo/bispa-presidente do concílio que os concede (Art. 230).

§ 2º Nas eleições, o plenário do Concílio Geral tem o direito de apresentar outros nomes além dos citados pela Comissão de Indicação, exceto no caso de

eleição de bispos/bispas.

§ 3º A Comissão de Indicações é eleita sem indicação e sem debate, na primeira sessão do Concílio Geral.

SUBSEÇÃO III DAS REUNIÕES DO CONCÍLIO GERAL

Art. 51. O Concílio Geral reúne-se ordinariamente a cada 5 (cinco) anos e, extraordinariamente, as vezes necessárias.

§ 1º As reuniões do Concílio Geral são convocadas pelo bispo/bispa-presidente e realizadas nas datas e locais por ele/ela determinados.

§ 2º As reuniões extraordinárias são convocadas por solicitação, devidamente fundamentada, do Concílio Geral, ou do Colégio Episcopal ou da Coordenação Geral de Ação Missionária.

§ 3º O quorum da solicitação mencionada no § 2º deste artigo é de 2/3 (dois terços) dos membros do órgão solicitante.

§ 4º A convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias é feita com a antecedência mínima de 90 (noventa) e 30 (trinta) dias, respectivamente.

§ 5º O período das reuniões pode, excepcionalmente, ser modificado por deliberação de 2/3 (dois terços) do plenário.

§ 6º Os trabalhos conciliares são disciplinados por regimento.

SUBSEÇÃO IV DA MESA DO CONCÍLIO GERAL

Art. 52. A mesa do Concílio Geral constitui-se do presidente do Colégio Episcopal, que é o seu presidente, e dos secretários ou secretárias.

§ 1º Podem ser eleitos secretários ou secretárias tantos quantos sejam necessários, membros clérigos ou membros leigos, delegados ou delegadas ou não.

§ 2º Na falta, ausência ou impedimento do/a presidente ou vice-presidente

do Colégio Episcopal, este indica um dos seus membros para presidir *pró tempore* (Art. 54, § 2º e Art. 5º da Constituição).

Art. 53. Compete aos membros da Mesa, individualmente:

I - ao presidente:

- a) convocar o Concílio Geral e presidir as sessões, desempatando as votações e decidindo questões de ordem suscitadas;
- b) supervisionar o funcionamento das comissões.

II - aos/às secretários/as:

- a) lavrar as atas das sessões e providenciar cópias para o plenário, após serem rubricadas pelo presidente;
- b) providenciar cópias dos documentos aprovados pelo plenário;
- c) encaminhar as atas e documentos, ou as cópias destes, à Comissão de Exame de Atas;
- d) distribuir, nos limites do Concílio Geral, relatórios, documentos ou quaisquer outros papéis a critério do presidente;
- e) providenciar a correspondência e as comunicações do Concílio Geral;
- f) outras tarefas determinadas pelo presidente.

§ 1º As demais tarefas de secretaria, posteriores à realização das sessões do Concílio Geral, são determinadas pelo Colégio Episcopal.

§ 2º O presidente pode atribuir aos/às demais Bispos ou Bispas a presidência do plenário do Concílio Geral, os/as quais podem desempatar votações e decidir questões de ordem suscitadas.

§ 3º O Bispo/Bispa-presidente do Concílio Geral é aquele ou aquela eleito/a presidente do Colégio Episcopal, não podendo ser presidente de outros órgãos gerais, exceto da Coordenação Geral de Ação Missionária, do Conselho Diretor da Associação da Igreja Metodista, da Assembléia Geral do COGEIME e das Assembléias das Instituições Gerais de Educação.

§ 4º Para a convocação do Concílio Geral, o seu presidente ouve o Colégio

Episcopal e a Coordenação Geral de Ação Missionária.

SUBSEÇÃO V
DAS COMISSÕES DO CONCÍLIO GERAL

Art. 54. O Concílio Geral elege a Comissão Geral de Constituição e Justiça, à qual compete:

I - julgar, em instância superior, recursos de acórdãos ou sentenças proferidos pelas Comissões Regionais de Justiça;

II - julgar, originariamente, petições de direito formuladas pelos órgãos e instituições gerais ou por membros da Igreja Metodista, em assuntos que envolvam interesses da administração superior;

III - decidir, em grau de recurso, da conformidade de regulamentos com os respectivos estatutos e, de ambos, com as leis da Igreja Metodista;

IV - decidir da constitucionalidade e juridicidade de leis e projetos de lei;

V - declarar, por sentença, a existência ou não do direito ou da relação jurídica em questões de lei propostas por membros da Igreja Metodista que envolvam, originariamente, situações jurídicas da administração superior.

§ 1º No curso do exercício, as decisões da Comissão Geral de Constituição e Justiça têm força de lei e entram imediatamente em vigor.

§ 2º As decisões da Comissão Geral de Constituição e Justiça são submetidas ao Concílio Geral e somente depois de homologadas têm força de coisa julgada.

§ 3º A Comissão Geral de Constituição e Justiça, antes de julgar recursos, determinará às partes interessadas que apresentem suas razões no prazo de 15 (quinze) dias, no interregno da reunião do Concílio Geral e de 24 (vinte e quatro) horas durante a mesma.

§ 4º A Comissão Geral de Constituição e Justiça é formada de membros clérigos e membros leigos, dos quais pelo menos 3 (três) devem ser bacharéis em direito.

§ 5º Os recursos, quando interpostos, devem ser apresentados dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, após sua publicação no Órgão Oficial.

§ 6º A Comissão Geral de Constituição e Justiça preenche suas próprias vagas, com a aprovação da Coordenação Geral de Ação Missionária.

§ 7º A Comissão Geral de Constituição e Justiça organiza-se dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término do Concílio Geral que a elege, em reunião convocada pelo presidente do Concílio Geral, com a presença da maioria de seus membros.

§ 8º A Comissão Geral de Constituição e Justiça, após a abertura do Concílio Geral, somente é obrigada a se manifestar sobre matéria proveniente do plenário, por meio da mesa.

§ 9º A Comissão Geral de Constituição e Justiça relata ao Concílio Geral.

§ 10. Os acórdãos da Comissão Geral de Constituição e Justiça, nos recursos de sentenças em questões de lei, julgadas pelas Comissões Regionais de Justiça, aplicam-se a toda a Igreja Metodista, a partir da sua publicação.

§ 11. As sentenças de conteúdo declaratório da Comissão Geral de Constituição e Justiça, prolatadas em questões de lei, levantadas com base no inciso V deste artigo, valem como preceito normativo, têm plena e efetiva força de coisa julgada, declarando o direito, mas não têm força de execução compulsória.

Art. 55. O Concílio Geral elege, dentre seus membros, as seguintes comissões transitórias:

I - Comissão de Indicações, à qual compete indicar ao plenário, nomes para composição das comissões e outros cargos gerais;

II - Comissão de Exame de Atas, à qual compete examinar, imediatamente após a última sessão do Concílio Geral, as atas aprovadas pelo plenário, verificar sua exatidão, indicando as correções a serem feitas ao relatar conclusivamente ao Colégio Episcopal;

III - Comissão de Legislação, à qual compete:

- a) receber sugestões e formular proposta de reformas ou de emendas da legislação da Igreja, encaminhando-as ao plenário;
- b) harmonizar a legislação com as decisões tomadas no Concílio Geral, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do último dia de reunião desse órgão;

§ 1º A Comissão de Legislação é formada por um membro de cada Região Eclesiástica.

§ 2º Propostas de emenda à legislação e projetos de lei apresentados no Concílio não podem ser considerados sem o parecer da Comissão de Legislação.

§ 3º O plenário, pelo voto da maioria absoluta do rol dos membros votantes do Concílio Geral, pode deliberar contra o parecer da Comissão de Legislação.

IV - Comissão de Redação, à qual compete fazer a adequação de linguagem e dar redação final às leis aprovadas, entregando o projeto revisto ao Colégio Episcopal para aprovação final e publicação.

SUBSEÇÃO VI DAS INSTITUIÇÕES SUBORDINADAS AO CONCÍLIO GERAL

Art. 56. Subordinam-se ao Concílio Geral as seguintes instituições:

- I - instituições gerais de ensino;
- II - instituições gerais de ação social;
- III - Associação da Igreja Metodista;
- IV - Imprensa Metodista.

§ 1º O conjunto de ações das instituições gerais integra o Plano Nacional de Ação Missionária mencionado no Art. 86, inciso III, destes Cânones, à luz do Plano para a Vida e a Missão e é executado sob a supervisão e coordenação da Coordenação Geral de Ação Missionária.

§ 2º A Imprensa Metodista equipara-se às instituições para efeito desta legislação.

§ 3º Todas as definições de competência e de funcionamento das instituições gerais constam de estatutos e respectivos regulamentos aprovados pelo Concílio Geral.

§ 4º Os Conselhos Diretores das Instituições Gerais, de qualquer tipo, natureza ou porte, são organizados e instalados pela Coordenação Geral de Ação Missionária na forma prevista nesta legislação e nos estatutos e regulamentos de

cada uma delas.

SUBSEÇÃO VII DOS ÓRGÃOS DO CONCÍLIO GERAL

Art. 57. Subordinam-se ao Concílio Geral:

- I - Colégio Episcopal;
- II - Coordenação Geral de Ação Missionária;
- III - Regiões Eclesiásticas;
- IV - Regiões Missionárias;
- V - Campos Missionários Nacionais;
- VI - Campos Missionários Internacionais.

§ 1º O conjunto de ações dos órgãos subordinados ao Concílio Geral, que integram o Plano Nacional de Ação Missionária, mencionado no Art. 84, inciso II, destes Cânones, são elaborados à luz do Plano para a Vida e a Missão.

§ 2º Todas as definições de competência e funcionamento dos órgãos gerais constam de regulamentos e regimentos aprovados pelo Concílio Geral.

SUBSEÇÃO VIII DOS CAMPOS MISSIONÁRIOS INTERNACIONAIS

Art. 58. Os Campos Missionários Internacionais são administrados pela Coordenação Geral de Ação Missionária e supervisionados pelo Colégio Episcopal, segundo o Plano Nacional Missionário e o Plano Diretor Missionário.

SUBSEÇÃO IX DOS CAMPOS MISSIONÁRIOS NACIONAIS

Art. 59. Os Campos Missionários Nacionais são administrados pela Coordenação Geral de Ação Missionária e supervisionados pelo Colégio Episcopal, segundo o Plano Nacional Missionário e Plano Diretor Missionário.

SUBSEÇÃO X DAS REGIÕES MISSIONÁRIAS

Art. 60. As Regiões Missionárias, Nacionais e Internacionais são criadas pelo Concílio Geral, por proposta do Colégio Episcopal e/ou Coordenação Geral de Ação Missionária, segundo o Plano Nacional Missionário e o Plano Diretor Missionário.

§ 1º Região Missionária é um conjunto de campos missionários, localizados na mesma área geográfica, sem possibilidade de preencher todas as condições canônicas de uma região eclesiástica.

§ 2º As Regiões Missionárias são administradas pela Coordenação Geral de Ação Missionária e supervisionadas pelo Colégio Episcopal.

§ 3º Aplica-se às Regiões Missionárias a legislação canônica referente às Igrejas Locais e às Regiões Eclesiásticas, no que couber.

§ 4º As nomeações pastorais são processadas de maneira análoga às procedidas pelos bispos ou bispas das regiões eclesiásticas, no que couber, conforme disposições canônicas.

§ 5º Nos assuntos de natureza econômico-financeira e patrimonial das Regiões Missionárias, a Coordenação Geral de Ação Missionária, no que for aplicável, exerce poderes inerentes aos concílios, previstos nesta legislação.

SEÇÃO II DO COLÉGIO EPISCOPAL

Art. 61. O Colégio Episcopal é o órgão responsável pela supervisão da ação missionária e pastoral da Igreja Metodista, assegurando o pleno cumprimento do Plano para a Vida e a Missão, preservando a unidade da Igreja Metodista no que se refere à área teológica, pastoral e de educação cristã.

SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO DO COLÉGIO EPISCOPAL

Art. 62 O Colégio Episcopal compõe-se dos bispos e das bispas eleitos/as pelo Concílio Geral, e dos bispos e das bispas eméritos/as e honorários/as.

Parágrafo único. Os Bispos e as Bispas Eméritos/as e Honorários/as não têm direito a voto.

SUBSEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DO COLÉGIO EPISCOPAL

Art. 63. Compete ao Colégio Episcopal:

I - dar à Igreja a orientação quanto à doutrina e aos princípios de fé, moral e ética cristãs;

II - zelar pela unidade da Igreja Metodista no Brasil;

III - redigir e publicar pastorais;

IV - analisar a realidade da Igreja e o desempenho dos seus órgãos e instituições, em função da Missão;

V - tomar conhecimento da atuação da Igreja, comissões, órgãos e instituições de todos os níveis e verificar se eles se orientam na execução das atividades, pelos princípios teológicos da Igreja Metodista e pelo Plano para a Vida e a Missão da Igreja;

VI - estabelecer a filosofia, objetivos e metas para o Plano Missionário Nacional;

VII - elaborar, conjuntamente com a Coordenação Geral de Ação Missionária, o anteprojeto do Plano Missionário Nacional, com base nos princípios do Plano para a Vida e a Missão da Igreja na perspectiva da dinâmica de Dons e Ministérios, assim como submetê-lo à aprovação do Concílio Geral;

VIII - relatar ao Concílio Geral;

IX - designar bispos ou bispas para as Regiões Eclesiásticas, Regiões Missionárias e Campos Missionários Nacionais, submetendo a decisão à homologação do próprio Concílio Geral que os elegeu;

X - eleger a mesa do Colégio Episcopal;

XI - designar bispos ou bispas, como membros “ex-officio” para órgãos gerais;

XII - revisar e atualizar o Código de Ética do Ministério Pastoral e o Manual de Disciplina Eclesiástica da Igreja Metodista;

XIII - regulamentar a Ordem Presbiteral;

XIV - propor a criação de ministérios e pastorais para a área geral da Igreja

Metodista, regulamentando-os;

XV - relacionar-se com as igrejas cooperantes e outros organismos fraternos, naquilo que couber;

XVI - nomear pastores e pastoras para os campos missionários gerais, no exterior;

XVII - estabelecer diretrizes para a atuação das pastorais escolares e universitárias;

XVIII - nomear membros presbíteros das pastorais escolares e universitárias, no regime canônico de nomeação episcopal;

XIX - estabelecer diretrizes pedagógicas para o ensino religioso;

XX - estabelecer os princípios, os fundamentos, a organização e os contornos da Ordem Diaconal;

XXI - estabelecer os critérios para renovação de votos e reafirmação de fé de todos os membros da Igreja Metodista, leigos/as, consagrados e ordenados;

XXII - estabelecer e regulamentar o Programa de Formação Pastoral - Programa de Orientação Vocacional para acompanhar os/as leigos/as que aspirem ingressar num dos cursos de Formação Teológica;

XXIII - estabelecer e regulamentar o Programa de Formação Pastoral - Programa de Acompanhamento Vocacional para oferecer, durante os estudos acadêmicos, apoio pastoral, psicológico e terapêutico, orientação pessoal e vocacional visando atestar a vocação que subsidiarão a região de origem no processo de escolha dos/as candidatos/as ao ingresso no período probatório como aspirante às ordens eclesiásticas;

XXIV - estabelecer e regulamentar o Programa de Formação Pastoral - Programa de Orientação Pastoral para acompanhar o/a candidato/a do ministério ordenado durante o período probatório;

XXV - receber relatório anual de todos os órgãos e instituições que lhe estejam subordinados;

XXVI - solicitar a convocação de reunião extraordinária do Concílio Geral ou convocá-la por decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros, quando houver impedimento, ausência ou recusa do seu Presidente em fazê-lo;

XXVII - tomar providências junto às igrejas cooperantes, no que for de sua competência;

XXVIII - propor ao Concílio Geral, conjuntamente com a Coordenação Geral de Ação Missionária, a criação, desdobramento ou reagrupamento de regiões eclesiais e missionárias, ouvidas as regiões;

XXIX - editar Atos Complementares a estes Cânones, a fim de cobrir lacunas que venham a ser constatadas ou situações novas, criadas em função de lei ou do próprio funcionamento dos trabalhos da Igreja, excetuando-se as que se referem à área administrativa;

XXX - opinar sobre a convocação do Concílio Geral;

XXXI - regulamentar o período probatório de aspirantes ao Ministério Pastoral e à Ordem Presbiteral, mencionados nesta legislação;

XXXII - receber relatório da Comissão de Exame de Atas do Concílio Geral;

XXXIII - aprovar e autorizar a publicação de leis aprovadas;

XXXIV - propor a criação de campos missionários nacionais e internacionais;

XXXV - aprovar currículos de educação cristã e avaliar os resultados;

XXXVI - coordenar e supervisionar o trabalho dos órgãos que lhe são subordinados, avaliando os seus resultados;

XXXVII - aprovar os currículos dos cursos teológicos;

XXXVIII - aprovar os critérios para credenciamento de professores e professoras de teologia das instituições de educação teológica;

XXXIX - aprovar o Ritual da Igreja Metodista;

XL - declarar o impedimento ou o afastamento de Bispo ou Bispa, na forma dos Art. 73 a 78 destes Cânones, bem como a vacância do cargo;

XLI - outorgar poderes do bispo ou bispa, conforme previsto nesta legislação, a um/a dos/das presbíteros/as ativos/as de uma Região Eclesiástica, nos casos de afastamento ou vacância previstos nos artigos 73 a 78 destes Cânones;

XLII - regulamentar autorização para o/a acadêmico/a de Teologia realizar estágio em Igreja Local;

XLIII - eleger o Conselho Diretor e Fiscal da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista;

XLIV - reconhecer a existência de uma Catedral.

§ 1º O relatório referido no inciso VIII, deste artigo, corresponde a um estudo da situação material, moral e espiritual da Igreja e também a uma avaliação dos fatores positivos e negativos que a determinaram.

§ 2º O Colégio Episcopal promove ampla divulgação dos atos complementares editados, sendo os mesmos homologados pelo Concílio Geral, em sua primeira reunião, com a finalidade de torná-los legalmente acabados e perfeitos.

§ 3º Para reconhecimento de uma Igreja Catedral o Colégio Episcopal necessita receber proposta de um Concílio Regional ou, no seu interregno, da respectiva Coordenação Regional de Ação Missionária.

§ 4º As despesas de funcionamento do Colégio Episcopal e de órgãos a ele subordinados, inclusive ministérios gerais e assessorias, integram o Orçamento Programa Nacional.

§ 5º O Colégio Episcopal presta contas à Igreja das suas atividades e dos órgãos a ele subordinados, anualmente, por meio de publicação oficial.

§ 6º Os órgãos subordinados ao Colégio Episcopal a ele relatam suas atividades, na forma e prazos determinados pelo mesmo.

SUBSEÇÃO III DAS REUNIÕES DO COLÉGIO EPISCOPAL

Art. 64. O Colégio Episcopal reúne-se tantas vezes quantas necessárias, por iniciativa de seu presidente ou a pedido da maioria dos seus membros efetivos.

SUBSEÇÃO IV DA MESA DO COLÉGIO EPISCOPAL

Art. 65. A mesa do Colégio Episcopal constitui-se do/a Presidente, Vice-Presidente e Secretário ou Secretária.

Parágrafo único. A Mesa é eleita por escrutínio e por maioria absoluta, dentre os bispos ou bispas eleitas para o próximo exercício eclesiástico.

Art. 66. Compete à Mesa do Colégio Episcopal:

I - executar e fazer executar todas as decisões e resoluções do Concílio Geral que estejam afetas ao Colégio Episcopal;

II - estudar previamente os assuntos e elaborar os anteprojetos necessários, preparando todo o material necessário, segundo as áreas de trabalho e decisão, ao funcionamento pleno do Colégio Episcopal, para sua aprovação;

III - receber propostas de programas, projetos e atividades dos agentes dos ministérios gerais das pastorais, órgãos e instituições que lhe são subordinados, dando-lhes os encaminhamentos devidos;

IV - relatar ao Colégio Episcopal e preparar os relatórios deste.

§ 1º A Mesa funciona no interregno das reuniões do Colégio, podendo apreciar e decidir, em casos de urgência, matéria da competência do mesmo, desde que não conflite com decisão anterior do referido órgão ou do Concílio Geral.

§ 2º As decisões referidas no parágrafo acima devem ser referendadas na primeira reunião subsequente do Colégio Episcopal.

Art. 67. Compete aos membros da mesa, individualmente:

I - ao Presidente:

- a) convocar e presidir reuniões, decidindo questões de ordem levantadas;
- b) representar a Igreja Metodista;
- c) colaborar pastoralmente com os demais bispos e bispas;
- d) zelar pela unidade da Igreja Metodista no Brasil;
- e) coordenar a execução dos trabalhos de competência do Colégio Episcopal;

f) supervisionar e coordenar o trabalho desenvolvido pelos ministérios gerais e pastorais;

II - ao Vice-Presidente:

- a) substituir o presidente em seus impedimentos e ausências;
- b) receber delegação de poderes da presidência para cumprimento de responsabilidade desta;

III - ao Secretário ou Secretária:

- a) elaborar as atas;
- b) tomar as providências necessárias ao funcionamento do Colégio Episcopal.

§ 1º O/a Bispo/Bispa-presidente do Colégio Episcopal é o presidente do Concílio Geral, da Coordenação Geral de Ação Missionária, do Conselho Diretor da Associação da Igreja Metodista, da Assembléia Geral do COGEIME e das Assembléias das Instituições Gerais de Educação, não podendo ser presidente de outros órgãos gerais.

§ 2º Sem prejuízo das competências indicadas nos incisos II e III deste artigo, o presidente pode atribuir outras funções aos membros da mesa, de acordo com a necessidade do trabalho.

SUBSEÇÃO V **DAS INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS SUBORDINADOS AO COLÉGIO EPISCOPAL**

Art. 68. Subordinam-se diretamente ao Colégio Episcopal:

- I - as faculdades, cursos e seminários de teologia da Igreja Metodista;
- II - a Coordenação Nacional de Educação Teológica - CONET;
- III - a Coordenação Nacional das Pastorais Escolares e Universitárias - CONAPEU.

Parágrafo único. Os órgãos subordinados ao Colégio Episcopal a ele relatam suas atividades, na forma e prazos determinados pelo mesmo.

SUBSEÇÃO VI

DAS IGREJAS CATEDRAIS

Art. 69. Igreja Catedral é aquela em que se encontra a cátedra do/a bispo/a.

§ 1° A Igreja Catedral é orientada por toda a legislação canônica própria da igreja local.

§ 2° Pode haver mais de uma Igreja Catedral numa Região Eclesiástica, desde que em diferentes estados brasileiros e que haja fundamentação histórica para seu reconhecimento.

§ 3° O Colégio Episcopal regulamenta a criação e funcionamento da igreja catedral.

§ 4° A iniciativa para o reconhecimento de uma Igreja Catedral pode ser de uma Igreja Local ou de uma Região Eclesiástica através de seus concílios.

§ 5° O/a Bispo/Bispa da Região Eclesiástica é o/a Presidente da Igreja Catedral e nomeia o/a pastor/a-titular responsável por sua gestão e, também, tantos/as pastores/as locais e coadjutores quantos forem necessários para o pastoreio da mesma, estabelecendo suas funções.

§ 6° O planejamento pastoral inclui a participação do/a Bispo/a da Igreja Catedral.

SUBSEÇÃO VII DO BISPO E DA BISPA

Art. 70. O/a Bispo/Bispa é um/a presbítero/a ativo/a eleito/a pelo Concílio Geral e consagrado/a de acordo com o Ritual da Igreja Metodista, responsável pela unidade de orientação doutrinária, supervisão das atividades pastorais e administrativas e demais funções estabelecidas nestes Cânones e por outras a ele/a atribuídas pelo Colégio Episcopal.

Parágrafo único. O Bispo e a Bispa são nomeados pelo Colégio Episcopal para funções próprias do cargo e outros trabalhos fora da região para os quais foram designados/as.

SUBSEÇÃO VIII DA ELEIÇÃO DO BISPO/BISPA

Art. 71. A eleição de Bispo e Bispa se processa por escrutínio, sem debate e por

maioria absoluta, mediante consulta ao rol de presbíteros/as ativos/as da Igreja Metodista, preparado pela Comissão de Indicações do Concílio Geral:

I - o processo de escolha leva em conta as condições básicas mencionadas na Bíblia Sagrada, em 1 Timóteo 3.1-7 e Tito 1.7-9 e, em especial, os seguintes requisitos:

- a) integridade moral e espiritual;
- b) probidade;
- c) coerência entre discurso e a prática;
- d) capacidade de liderança;
- e) facilidade de expressão oral e escrita;
- f) firmeza doutrinária, segundo os padrões da Igreja Metodista;
- g) reconhecida competência no exercício pastoral em igrejas locais, inclusive capacidade administrativa;
- h) boa condição de saúde física e mental;
- i) não ter pendências judiciais que o desabonem para o exercício do Episcopado na Igreja Metodista;

II - o número de cargos é determinado pelo Concílio Geral, por proposta do Colégio Episcopal, ouvida a Coordenação Geral de Ação Missionária e à vista do Plano Missionário Nacional aprovado, que contém as áreas reservadas aos Bispos e Bispas.

§ 1º Além da Superintendência das Regiões Eclesiásticas, Regiões Missionárias e Campos Missionários Nacionais, os Bispos e Bispas podem ser designados/as para outras tarefas especiais de interesse da Igreja Metodista que, pela sua importância e representatividade, exijam a presença e participação de um Bispo ou Bispa da Igreja Metodista.

§ 2º Para o Bispo e a Bispa reeleitos é dispensada nova consagração.

§ 3º Os novos Bispos e Bispas eleitos/as são consagrados/as em culto especial, presidido pelo presidente do Colégio Episcopal, em data e local estabelecidos por este.

§ 4º Os Bispos e Bispas eleitos/as tomam posse em data e local estabelecidos pelo Colégio Episcopal, por convocação de seu presidente.

§ 5º Um Presbítero ou Presbítera que se aposenta no exercício do episcopado pode receber do Concílio Geral o título de Bispo Emérito ou Bispa Emérita.

SUBSEÇÃO IX DA COMPETÊNCIA DO BISPO/BISPA

Art. 72. Compete ao Bispo ou à Bispa, sob a ação do Espírito Santo:

I - consagrar Bispos e Bispas e ordenar presbíteros e presbíteras;

II - relatar ao Colégio Episcopal e ao Concílio Regional;

III - zelar pela unidade de orientação doutrinária e pastoral da Igreja Metodista;

IV - executar tarefas atribuídas pelo Colégio Episcopal e outras previstas nestes Cânones.

Parágrafo único. O Bispo e a Bispa não podem acumular cargos regionais ou gerais, salvo nos casos expressos nesta legislação.

SUBSEÇÃO X DA VACÂNCIA, AFASTAMENTO E IMPEDIMENTO DO BISPO/BISPA

Art. 73. Ocorrendo a vacância no cargo de Bispo ou Bispa até 2 (dois) anos após a realização da reunião ordinária do Concílio Geral, o Colégio Episcopal convoca uma reunião extraordinária do Concílio Geral para eleição de novo Bispo ou Bispa.

Art. 74. Ocorrendo a vacância após 2 (dois) anos da realização da reunião ordinária do Concílio Geral, o Colégio Episcopal outorga poderes especiais, à luz do Artigo 66 - 34 dos Cânones, a um/a dos/das presbíteros/as ativos/as da Região correspondente, que será supervisionado em seu trabalho por uma bispo/bispa, designado/a pelo Colégio Episcopal.

Art. 75. O afastamento ocorre quando o/a Bispo/Bispa se desliga temporariamente do exercício do cargo.

Art. 76. O impedimento ocorre quando o/a Bispo/Bispa se considera suspeito/a

em decisão que deva tomar ou orientar, em razão de grau de parentesco, participações anteriores, interesse particular na decisão ou outra pertinente que julgue por bem alegar, que possa prejudicar sua isenção ou o equilíbrio da decisão.

Parágrafo único. Ocorrendo o impedimento, é solicitada a participação do presidente do Colégio Episcopal, em substituição temporária, ou de Bispo ou Bispa por ele/a designado/a.

Art. 77. As funções do bispo ou bispa designado/a em razão dos artigos 75 e 76 dos Cânones se encerram na data do retorno do Bispo/Bispa afastado/a ou impedido/a das suas funções.

Art. 78. O afastamento e o impedimento são comunicados pelo/a bispo/Bispa ao Colégio Episcopal para os efeitos desta legislação, salvo se estiver impossibilitado/a de fazê-lo, quando, então, a sua declaração é suprida pelo Colégio Episcopal.

SUBSEÇÃO XI DOS MINISTÉRIOS E DAS PASTORAIS DA ÁREA GERAL

Art. 79. Os ministérios gerais e pastorais são exercidos por pessoas convidadas pelo Colégio Episcopal, para, sob sua supervisão, executar o Plano Nacional de Ação Missionária e outras tarefas dele decorrentes.

Art. 80. O trabalho desenvolvido na Área Geral, sob coordenação e controle da Coordenação Geral de Ação Missionária e supervisão do Colégio Episcopal, pode tomar a forma de ministérios reconhecidos pela Igreja.

Art. 81. As instituições educacionais têm pastorais escolares que atuam como consciência crítica, em todos os seus aspectos, exercendo suas funções proféticas e sacerdotais dentro e fora delas.

Parágrafo único. As definições de estrutura, competência e funcionamento das Pastorais Escolares e Universitárias constam de regulamento aprovado pelo Colégio Episcopal.

SEÇÃO III DA COORDENAÇÃO GERAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA

Art. 82. A Coordenação Geral de Ação Missionária - COGEAM é o órgão de administração superior da Igreja.

§ 1º administração é expressa nos trabalhos de coordenação e execução do Plano para a Vida e a Missão e das atividades da Igreja na Área Geral.

§ 2º A Coordenação Geral de Ação Missionária atua em substituição ao Concílio Geral, no interregno das reuniões deste, podendo deliberar sobre todos os assuntos da alçada daquele, desde que não conflite com decisão anterior daquele órgão, exceto:

- a) aprovar o Plano Missionário Nacional;
- b) deliberar sobre os relatórios e decisões da Comissão Geral de Constituição e Justiça;
- c) eleger Bispos/Bispas;
- d) legislar para a Igreja.

§ 3º O conjunto de deliberações previsto no § 2º deve ser referendado na reunião subsequente do Concílio Geral.

§ 4º Para a Área Geral e gestão do Plano Missionário Nacional, é contratado apenas um/a Secretário/a Executivo/a que será assessorado por funcionários da Sede Nacional.

SUBSEÇÃO I **DA COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO GERAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA**

Art. 83. A Coordenação Geral de Ação Missionária é composta de 14 (catorze) membros, a saber:

- I - bispos/bispas que integram a Mesa do Colégio Episcopal;
- II - três presbíteros/as, um de cada Região não representada na Mesa do Colégio Episcopal;
- III - seis leigos/as representantes das Regiões Eclesiásticas;
- IV - um/a representante clérigo/a ou leigo/a da Região Missionária do Nordeste - REMNE;
- V - um/a representante clérigo/a ou leigo/a da Região Missionária da Amazônia - REMA.

§ 1º Os Bispos/Bispas que integram a Mesa do Colégio Episcopal são escolhidos pelo mesmo e os demais membros da Coordenação Geral de Ação Missionária são eleitos pelo Concílio Geral.

§ 2º A eleição dos/as representantes da Região Missionária do Nordeste e da Região Missionária da Amazônia deve respeitar o princípio da representação paritária entre leigos/as e clérigos/as.

§ 3º Os membros da Coordenação Geral de Ação Missionária compõem a Assembléia Geral do COGEIME, as assembleias de cada uma das instituições educacionais da Área Geral e o Conselho Diretor da Associação da Igreja Metodista.

§ 4º O mandato da Coordenação Geral de Ação Missionária e de até dois períodos consecutivos com carência de um período para novo mandato.

SUBSEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DA COORDENAÇÃO GERAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA

Art. 84. Compete à Coordenação Geral de Ação Missionária:

I - elaborar, conjuntamente com o Colégio Episcopal, o anteprojeto do Plano Missionário Nacional, com base nos princípios do Plano para a Vida e a Missão da Igreja, e submetê-lo à aprovação do Concílio Geral;

II - aprovar o Plano Nacional de Ação Missionária - PNAM e o respectivo orçamento programa para o exercício eclesiástico, à luz do Plano Nacional Missionário e Plano para a Vida e a Missão da Igreja, após receber dos responsáveis pelas coordenações gerais, órgãos e instituições gerais as propostas de projetos, atividades e de material necessário ao cumprimento de suas áreas ou linhas de ação e com eles discuti-los;

III - relatar ao Concílio Geral;

IV - receber relatório anual de todos os órgãos e instituições que lhe estejam subordinados;

V - viabilizar o preparo do Concílio Geral, tanto técnico como de expediente;

VI - solicitar convocação de reunião extraordinária do Concílio Geral, na forma prevista nestes Cânones;

VII - propor ao Concílio Geral, juntamente com o Colégio Episcopal, a criação, desdobramento ou reagrupamento de Regiões Eclesiásticas ou missionárias, ouvidas as regiões em conjunto com o Colégio Episcopal;

VIII - opinar sobre convocação do Concílio Geral;

IX - relacionar-se com as igrejas cooperantes e organismos fraternos, naquilo que couber;

X - nomear o/a Secretário/a Executivo/a Nacional, responsável pela gestão das áreas: Expansão Missionária, Administração, Educação e Ação Social, ouvido o Colégio Episcopal;

XI - organizar o Departamento Geral de Escola Dominical e o Departamento Geral de Trabalho com Crianças, regulamentando-os;

XII - avaliar o resultado do trabalho dos órgãos, instituições e comissões gerais;

XIII - exercer poderes análogos aos dos Concílios Regionais quanto às Regiões Missionárias, em assuntos de natureza econômico-financeira e patrimonial;

XIV - aprovar a substituição de membros da Comissão Geral de Constituição e Justiça;

XV - regulamentar a organização e o funcionamento das Regiões Missionárias;

XVI - decidir assuntos dos órgãos e instituições gerais, conforme previsto na legislação canônica, estatutos e regulamentos;

XVII - intervir, no interregno das reuniões do Concílio Geral, em órgãos e instituições gerais, em caso de necessidade, nomeando interventor pelo prazo máximo de 6 (seis) meses;

XVIII - contratar o/a Tesoureiro/a Geral e o/a Secretário/a Executivo/a Geral da Associação da Igreja Metodista;

XIX - providenciar a execução das tarefas de secretaria, posteriores à realização do Concílio Geral;

XX - nomear o/a Conselheiro/a Geral dos Juvenis e o/a Coordenador/a Geral do Departamento Geral de Trabalho com Crianças;

XXI - estabelecer a organização dos periódicos e sua forma de funcionamento.

XXII - nomear Comissão de Disciplina.

§ 1º Findo o prazo máximo de intervenção referido no inciso XVII deste artigo, persistindo os motivos que a determinaram, a Coordenação Geral de Ação Missionária se reúne para resolver a questão.

§ 2º O relatório referido no inciso III deste artigo corresponde a um estudo da situação material e administrativa da Igreja e também a uma avaliação dos fatores positivos e negativos que a determinaram.

§ 3º Cada Comissão de Disciplina é de caráter transitório e não pode acumular mais de um processo.

§ 4º As despesas de funcionamento da Coordenação Geral de Ação Missionária e de órgãos a ela subordinados, inclusive assessoria, integram o Orçamento Programa Nacional.

§ 5º A Coordenação Geral de Ação Missionária presta contas à Igreja das suas atividades e dos órgãos a ela subordinados, anualmente, por meio de publicação no órgão oficial.

§ 6º O/a Coordenador/a do Departamento Nacional de Crianças é nomeado/a dentre os nomes de uma lista tríplice encaminhada pelo próprio Departamento.

SUBSEÇÃO III DAS REUNIÕES DA COORDENAÇÃO GERAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA

Art. 85. A Coordenação Geral de Ação Missionária reúne-se, ordinariamente, uma vez por semestre e extraordinariamente, tantas vezes quantas necessárias, por iniciativa do seu presidente ou a pedido da maioria dos seus membros efetivos.

Parágrafo único. As reuniões da Coordenação Geral de Ação Missionária, do Conselho Diretor da Associação da Igreja Metodista, da Assembléia Geral do COGEIME, das assembléias gerais das instituições educacionais da área geral da Igreja Metodista, são realizadas em conjunto ou em separado dependendo da convocação do presidente, com atas separadas quanto às questões que se referem

a uma ou a outra.

SUBSEÇÃO IV
DA MESA DA COORDENAÇÃO GERAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA

Art. 86. A mesa da Coordenação Geral de Ação Missionária constitui-se de presidente, vice-presidente e secretário/a.

§ 1º O/a presidente da Coordenação Geral de Ação Missionária é o/a bispo/bispa-presidente do Colégio Episcopal.

§ 2º O/a vice-presidente da Coordenação Geral de Ação Missionária é eleito/a por este colegiado entre seus membros.

§ 3º O/a Secretário/a de Atas da Coordenação Geral de Ação Missionária é eleito/a por este colegiado entre seus membros.

Art. 87. Compete à Mesa da Coordenação Geral de Ação Missionária:

I - executar e fazer executar todas as decisões e resoluções do Concílio Geral e da Coordenação Geral de Ação Missionária que lhe estejam afetas;

II - preparar todo o material necessário ao funcionamento da Coordenação Geral de Ação Missionária, estudando previamente os assuntos e elaborando os anteprojetos necessários para aprovação daquela, segundo as suas áreas de trabalho e decisão;

III - receber propostas de programas, projetos e atividades dos coordenadores de áreas gerais, órgãos e instituições que lhe são subordinados, dando-lhes os encaminhamentos devidos.

IV - relatar à Coordenação Geral de Ação Missionária e preparar os relatórios desta.

§ 1º A Mesa funciona no interregno das reuniões da Coordenação Geral de Ação Missionária, podendo apreciar e decidir, em casos de urgência, matéria da competência da mesma, desde que não conflite com decisão anterior do referido órgão ou do Concílio Geral.

§ 2º Essas decisões devem ser referendadas na primeira reunião subsequente da Coordenação Geral de Ação Missionária.

Art. 88. Compete aos membros da Mesa, individualmente:

I - ao Presidente:

- a) convocar e presidir reuniões, decidindo questões de ordem levantadas;
- b) representar a Igreja Metodista;
- c) coordenar a execução dos trabalhos de competência da Coordenação Geral de Ação Missionária;
- d) supervisionar e coordenar o trabalho desenvolvido pelas coordenações de área;
- e) tomar as providências indispensáveis ao funcionamento harmônico da administração superior;

II - ao Vice-Presidente:

- a) substituir o Presidente em seus impedimentos e ausências, exclusivamente na direção de reuniões;
- b) receber delegação de poderes da Presidência para cumprimento de responsabilidade desta;

III - ao/à Secretário/a de Atas:

- a) elaborar as atas;
- b) tomar as providências necessárias ao funcionamento da Coordenação Geral de Ação Missionária.

§ 1º O Presidente relaciona-se diretamente com os responsáveis pelos órgãos e instituições gerais.

§ 2º Sem prejuízo das competências indicadas nos incisos II e III deste artigo, o Presidente pode atribuir outras funções aos membros da mesa, de acordo com a necessidade do trabalho.

SUBSEÇÃO V
DOS ÓRGÃOS SUBORDINADOS À COORDENAÇÃO GERAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA

Art. 89. Subordinam-se diretamente à Coordenação Geral de Ação Missionária:

I - O Secretário Executivo Nacional, responsável pelas Secretarias Executivas de Expansão Missionária, de Educação, de Ação Social e Administrativa, cujas atribuições, composição e funcionamento são estabelecidos em regulamento próprio, aprovado pela Coordenação Geral de Ação Missionária;

II - a Tesouraria Geral, a qual compete:

- a) executar todos os recebimentos e pagamentos, obedecida a legislação civil e fiscal em vigor, bem como executar a escrituração contábil de todos os valores financeiros e patrimoniais da Coordenação Geral de Ação Missionária e do Colégio Episcopal, comissões, órgãos e instituições gerais sem personalidade jurídica própria, relatando ao Concílio Geral;
- b) movimentar os recursos financeiros em banco ou bancos determinados pela Coordenação Geral de Ação Missionária, em nome da Associação da Igreja Metodista, mediante a assinatura do/a tesoureiro/a e do bispo/bispa-presidente ou pessoa designada pela Coordenação Geral de Ação Missionária, ou, na falta destes, por seus substitutos/as;

III - os/as responsáveis pelos Periódicos da Igreja Metodista;

IV - as Confederações de Grupos Societários, às quais compete:

- a) congregar, estimular e dinamizar o trabalho das federações;
- b) manter a unidade dos/as associados/as;
- c) zelar pelo desempenho de seus membros na obra missionária, considerando a especificidade de cada grupo em razão de sua faixa etária;

V - o/a Conselheiro/a Geral dos Juvenis, a quem compete:

- a) apresentar o seu plano de trabalho para aprovação e supervisão da Coordenação Geral de Ação Missionária;
- b) participar dos encontros da diretoria da Confederação correspondente;

c) acompanhar e supervisionar a confederação correspondente em suas atividades, de acordo com o Plano para a Vida e a Missão da Igreja e o Plano Nacional de Ação Missionária;

d) reunir periodicamente os/as Conselheiros/as Regionais de Juvenis para estudo, confraternização, troca de experiências e orientação, provendo a coordenação que lhe cabe;

VI - o/a Coordenador/a Geral das Crianças, a quem compete:

a) apresentar o seu plano de trabalho para aprovação e coordenação da Coordenação Geral de Ação Missionária;

b) promover estudos para capacitação dos/das coordenadores/as regionais de crianças e outros/as obreiros/as especializados;

c) estimular e coordenar atividades sociais, devocionais, esportivas e artísticas das crianças em nível geral;

d) reunir periodicamente os/as coordenadores/as regionais das crianças para estudos, confraternização, troca de experiências e orientação, provendo a coordenação que lhe cabe.

VII - o Conselho Geral das Instituições Metodistas de Ação Social - COGIMAS;

VIII - o COGEIME, por meio do Sistema Metodista de Educação;

IX - a Coordenação Nacional de Educação (e ao Colégio Episcopal naquilo que seja de sua competência);

X - o Departamento Nacional de Escola Dominical, por meio da Coordenação Nacional de Educação, a quem compete fazer cumprir as diretrizes aprovadas pelo Concílio Geral;

XI - outros, necessários à execução do Plano Nacional de Ação Missionária.

§ 1º A Coordenação Geral de Ação Missionária aprova os atos constitutivos e regimentais e fixa as atribuições dos órgãos que lhe são subordinados.

§ 2º A mesa da Coordenação Geral de Ação Missionária autoriza a Secretário/a Executivo/a Geral da Associação da Igreja Metodista a outorgar os poderes necessários ao desempenho das funções referidas neste artigo, vedado o

substabelecimento.

§ 3º A Tesouraria da Associação da Igreja Metodista é a Tesouraria do Concílio Geral;

§ 4º Na organização e funcionamento das Confederações são observados os seguintes aspectos:

- a) configuração e ação que expressem as diretrizes missionárias e a sua forma de ação em dons e ministérios;
- b) as diretorias das confederações têm a sua constituição regulamentada por seus estatutos, com mandato de 4 (quatro) anos e eleição nos respectivos congressos nacionais;
- c) participação dos presidentes no Concílio Geral, na forma estabelecida nestes cânones;
- d) inclusão do programa de ação das Confederações no Plano Nacional Missionário;
- e) supervisão pela Coordenação Geral de Ação Missionária, à qual as Confederações prestam contas;
- f) aprovação dos estatutos, regulamentos, normas e demais atos, pela Coordenação Geral de Ação Missionária, após proposta e parecer dos congressos nacionais ou suas diretorias.

§ 5º Os órgãos subordinados à Coordenação Geral de Ação Missionária a ela relatam suas atividades, na forma e prazos determinados pela mesma.

SEÇÃO IV **DO SISTEMA METODISTA DE EDUCAÇÃO**

Art. 90. O Sistema Metodista de Educação integra os organismos e instituições de educação da Igreja, a fim de articular e viabilizar a ação educativa da Igreja Metodista e compõe-se de quatro áreas estratégicas de atuação, a saber:

I - a Educação Teológica, coordenada pela Coordenação Nacional de Educação Teológica - CONET;

II - a Educação Cristã, coordenada pela Coordenação Nacional de Educação Cristã - CONEC;

III - a Educação Secular, desenvolvida pela Rede Metodista de Educação e coordenada pelo Instituto Metodista de Serviços Educacionais - COGEIME;

IV - a área de Pastoral Escolar e Universitária, coordenada pela Coordenação das Pastorais Escolares e Universitárias - CONAPEU.

Art. 91. O Sistema Metodista de Educação subordina-se ao Colégio Episcopal e à Coordenação Geral de Ação Missionária.

§ 1º A Educação Teológica e a Área de Pastoral Escolar e Universitária, bem como seus órgãos de coordenação - Coordenação Nacional de Educação Teológica, Coordenação Nacional de Educação Cristã e Coordenação Nacional de Pastorais Escolares e Universitárias, subordinam-se diretamente ao Colégio Episcopal.

§ 2º A Educação Cristã subordina-se ao Colégio Episcopal ou à Coordenação Geral de Ação Missionária, no que esta legislação determina.

§ 3º A Rede Metodista de Educação e seu órgão de coordenação, o COGEIME, subordinam-se diretamente à Coordenação Geral de Ação Missionária, na forma estabelecida pelo Código Civil Brasileiro.

§ 4º As quatro áreas se articulam para projetos de cooperação e integração às estratégias educacionais da Igreja, por meio da Coordenação Nacional de Educação.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA

SEÇÃO I DO CONCÍLIO REGIONAL

Art. 92. O Concílio Regional é o órgão deliberativo e administrativo de uma Região Eclesiástica.

§ 1º Região Eclesiástica é a área sob a jurisdição do respectivo Concílio Regional e supervisão de um/a Bispo/Bispa-presidente.

§ 2º A Região Eclesiástica compreende dois ou mais Distritos Eclesiásticos, à juízo do respectivo Concílio Regional.

§ 3º O Concílio Regional estabelece a organização da Região Eclesiástica,

de acordo com as suas características, não podendo, entretanto, suprimir cargos, órgãos ou instituições expressamente criados por esta legislação canônica.

§ 4º O Concílio Regional se instala, ordinária e, extraordinariamente, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros votantes.

SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO DO CONCÍLIO REGIONAL

Art. 93. O Concílio Regional compõe-se de:

I - presbíteros/as ativos/as;

II - pastores/as, com nomeação episcopal;

III - diáconos e diaconisas, com nomeação episcopal;

IV - pastores/as suplentes, com nomeação episcopal;

V - delegados/as eleitos/as pelas Igrejas Locais, na proporção de um/a para 500 membros, e, no máximo, dois (duas) para Igrejas Locais com número de membros superior a este.

VI - Presidente do Conselho Diretor de cada instituição regional ou seu substituto legal;

VII - presidentes das Federações de Grupos Societários;

VIII- Conselheiro/a Regional de Juvenis e Coordenador/a Regional do Departamento de Crianças;

IX - presbíteros/as inativos/as, sem direito a voto;

X - pastores/as suplentes inativos/as, sem direito a voto;

XI - membros da Coordenação Regional de Ação Missionária, sem direito a voto, salvo se delegados/as eleitos/as.

§ 1º Só podem ser eleitos delegadas ou delegados maiores de 16 (dezesseis) anos que estejam arrolados há mais de 2 (dois) anos como membros da Igreja Metodista.

§ 2º Nas votações de matéria regulada pelo Direito Civil, só podem votar os

civilmente capazes e os emancipados, de acordo com a lei vigente.

§ 3º O Livro de Rol da Ordem Presbiteral, além dos dados de membro leigo, mencionados nestes Cânones, contém, ainda, os dados de registro na ordem ou categoria respectiva (Art. 124, § 2º).

§ 4º O Livro de Rol do Ministério Pastoral, além dos dados de membro leigo, mencionados nestes Cânones, contém, data de consagração e nomeações recebidas (Art. 124, § 2º).

SUBSEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DO CONCÍLIO REGIONAL

Art. 94. Compete ao Concílio Regional:

I - inteirar-se e posicionar-se sobre o desempenho e a situação da Igreja Metodista na região, em todas as suas áreas, com base nos relatórios do bispo/bispa-presidente e da Coordenação Regional de Ação Missionária, à vista da realidade da comunidade regional, na perspectiva da missão;

II - aprovar objetivos, metas, enfoques especiais e prioridades que servirão de subsídios ao Plano Regional de Ação Missionária - PRAM, harmonizado com o Plano Nacional Missionário e Plano para a Vida e a Missão da Igreja, nos termos do anteprojeto proposto pela Coordenação Regional de Ação Missionária;

III - tomar conhecimento, discutir e aprovar o Plano Regional de Ação Missionária, bem como o orçamento-programa correspondente, à luz do Plano para a Vida e a Missão e do Plano Nacional Missionário, a partir de anteprojeto apresentado pela Coordenação Regional de Ação Missionária;

IV - decidir sobre a organização da Região e estabelecer as jurisdições territoriais das igrejas locais;

V - organizar as Coordenações Regionais de Expansão Missionária, Educação, Ação Administração e Ação Social.

VI - organizar o Departamento da Escola Dominical e o Departamento de Trabalho com Crianças, regulamentando-os;

VII - criar e supervisionar campos missionários regionais;

VIII - criar distritos e igrejas locais;

IX - determinar o número de membros clérigos necessários a médio e longo prazos para atender o Plano Regional;

X - criar ou extinguir áreas prioritárias para o trabalho de evangelização, de acordo com o Plano Regional;

XI - eleger:

- a) 4 (quatro) membros leigos e 3 (três) presbíteros para compor a Coordenação Regional de Ação Missionária;
- b) a Comissão de Indicações;
- c) os/as delegados/as titulares e suplentes dos membros leigos e presbíteros ativos ao Concílio Geral;
- d) os/as presbíteros/as;
- e) os/as pastore/as;
- f) os/as diáconos/isas;
- g) os membros das comissões permanentes e transitórias de nível regional ou outra forma adotada, de acordo com a organização regional aprovada;
- h) o/a Secretário/a ou os/as Secretários/as de Atas e outros necessários ao funcionamento das reuniões do concílio;
- i) outros, que a organização regional estabelecer;

XII - recomendar aspirantes ao ministério pastoral, diaconato e presbiterado, bem como candidatos/as aos cursos teológicos, que se destinem às Ordens Presbiteral e Diaconal e ao pastorado, conforme regulamentação do Colégio Episcopal;

XIII - admitir ou readmitir:

- a) candidatos/as à Ordem Presbiteral, inclusive ministros/as ordenados/as de outras igrejas que desejem ingressar na Ordem Presbiteral da Igreja Metodista;
- b) candidatos/as ao Ministério Pastoral, inclusive ministros e ministras

de outras igrejas que desejem ingressar no Ministério Pastoral;

c) candidatos/as à Ordem Diaconal;

XIV - decidir sobre transferência de membro clérigo para outra região, mediante solicitação da parte interessada, concordância do membro clérigo e parecer dos Bispos/Bispas-presidentes respectivos/as, nos termos destes Cânones;

XV - decidir sobre aposentadoria, disponibilidade e licença de membro clérigo, ou sua reversão à categoria de ativo, nos termos desta legislação;

XVI - por meio da Comissão Ministerial Regional, proceder aos exames de suficiência e de habilitação, verificando o preparo doutrinário e teológico dos/das candidatos/as ao Ministério Pastoral, inclusive de ministros/as ordenados/as, oriundos de outras igrejas e que desejem ingressar no Ministério Pastoral da Igreja Metodista;

XVII - examinar os pedidos de aposentadoria e a situação de cada um dos membros clérigos aposentados por invalidez ainda ligados à previdência interna da Igreja Metodista, verificando a possibilidade de sua reversão à atividade, assim como dos aposentados por tempo de serviço que queiram essa providência;

XVIII - aprovar o ingresso na categoria de aspirante ao pastorado ou aspirante ao presbiterato, nos termos desta legislação;

XIX - aprovar a base de remuneração dos membros clérigos;

XX - decidir todas as questões referentes à administração patrimonial e econômico-financeira da região;

XXI - intervir, em caso de necessidade, em órgão ou instituição da região, pelo prazo máximo de 6 (seis) meses;

XXII - aprovar estatutos e respectivos regulamentos dos órgãos e instituições regionais;

XXIII - regulamentar a criação de pontos missionários e congregações;

XXIV - receber e avaliar os relatórios do/a bispo/bispa-presidente e do Tesoureiro Regional.

§ 1º A eleição indicada no inciso XI, alínea “c”, deste artigo, se processa na reunião do Concílio Regional imediatamente anterior à reunião ordinária do

Concílio Geral.

§ 2º Esgotado o quadro de suplentes ao Concílio Geral, as vagas verificadas na delegação regional, são preenchidas por nomeação da Coordenação Regional de Ação Missionária correspondente.

§ 3º A eleição dos/das delegados/as titulares e suplentes dos membros leigos ao Concílio Geral se processa por maioria absoluta até o segundo escrutínio e maioria simples no terceiro, sem debate, à vista de indicações de nomes pelas igrejas locais, nos termos do Art. 140, inciso XV, destes Cânones.

§ 4º A eleição de delegados/as titulares e suplentes dos/das presbíteros/as ativos ao Concílio Geral processa-se por maioria absoluta até o segundo escrutínio e por maioria simples no terceiro, sem indicação e sem debate, concorrendo todos/as os/as presbíteros/as ativos/as.

§ 5º Nas eleições em que a Comissão de Indicações apresentar nomes, o Concílio Regional tem o direito de apresentar outros nomes, incluindo auto-indicação.

§ 6º Os/as candidatos/as ao Ministério Pastoral, durante o período probatório, comparecem anualmente à Comissão Ministerial Regional, a fim de serem verificados o seu aproveitamento intelectual, suas condições físicas e mentais e sua idoneidade moral.

§ 7º Os/as candidatos/as à Ordem Presbiteral, durante o período probatório, comparecem anualmente à Comissão Ministerial Regional, a fim de serem avaliadas as suas condições físicas e mentais e sua idoneidade moral.

§ 8º Do relatório conclusivo da Comissão Ministerial Regional cabe recurso à Comissão Regional de Justiça, visando a novo exame perante comissão especial do Concílio Regional.

§ 9º Os/as candidatos/as à Ordem Presbiteral que terminarem o curso de bacharel em teologia em instituição da Igreja Metodista ou outro por ela reconhecido, apresentam sua documentação ao/à Bispo/Bispa-presidente para nomeação episcopal, no exercício eclesiástico, na forma destes Cânones.

§ 10. A Comissão de Indicações é eleita sem indicação e sem debate, na primeira sessão plenária do concílio.

§ 11. Os atos próprios de governo da Igreja Metodista, praticados pelo/a bispo/bispa-presidente, são submetidos ao concílio a que preside, devendo ser

avaliados no mesmo órgão e não ensejando a aplicação da disciplina eclesiástica.

SUBSEÇÃO III DAS REUNIÕES DO CONCÍLIO REGIONAL

Art. 95. O Concílio Regional reúne-se por iniciativa e convocação do/a bispo/bispa-presidente, ordinariamente, uma vez por biênio e, extraordinariamente, as vezes necessárias.

§ 1º O local das reuniões é determinado pelo/a bispo/bispa-presidente e a data é por ele/a fixada e anunciada com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para as reuniões ordinárias e 30 (trinta) dias para as extraordinárias.

§ 2º Os trabalhos conciliares são disciplinados por regimento aprovado pelo Concílio Regional.

SUBSEÇÃO IV DA MESA DO CONCÍLIO REGIONAL

Art. 96. A Mesa do Concílio Regional constitui-se do presidente e dos/das secretários/as.

§ 1º A Presidência é exercida pelo Bispo ou Bispa designado/a para a Região Eclesiástica.

§ 2º No impedimento ou ausência do Bispo/Bispa-presidente às reuniões do Concílio Regional, o decano dos membros ativos da Ordem Presbiteral preside à eleição de um presidente “pro tempore”, exercendo as funções do presidente do Concílio Regional, nos termos do Art. 97, incisos I, IV e XXII, destes Cânones;

§ 3º Podem ser eleitos/as secretários/as, quantos/as forem necessários/as, dentre os membros clérigos ou leigos, delegados ou delegadas ou não.

Art. 97. Compete ao Bispo/Bispa-presidente do Concílio Regional:

I - convocar e presidir o Concílio Regional, supervisionando a sua organização;

II - relatar ao Colégio Episcopal e ao Concílio Regional;

III - certificar, para fins de registro, as ordenações e as consagrações ministeriais;

IV - decidir questões de ordem nas reuniões do Concílio Regional;

V - dar parecer sobre a transferência de membro clérigo para outra Região Eclesiástica;

VI - supervisionar todo o trabalho realizado na região e adotar as providências cabíveis previstas na legislação em geral;

VII - nomear os/as Superintendentes Distritais a partir de lista tríplice encaminhada pelos Concílios Distritais;

VIII - proceder às nomeações pastorais, atendendo as disposições canônicas;

IX - fazer nomeações para pastorais escolares e supervisioná-las, de acordo com regulamentação aprovada pelo Colégio Episcopal;

X - dar licença a membros clérigos nos casos previstos nesta legislação;

XI - zelar pela unidade de orientação doutrinária e pastoral da Igreja Metodista na região;

XII - supervisionar e avaliar as atividades pastorais e prestar assistência pastoral na Região Eclesiástica;

XIII - opinar sobre permissão para o/a aspirante à Ordem Presbiteral realizar seu período de experiência em outra Região Eclesiástica;

XIV - opinar sobre a necessidade e conveniência da admissão de membro leigo como diácono/isa, levando em consideração sua escolaridade, formação cultural e teológica e cumprimento de regulamentação específica;

XV - determinar o local de residência de cônjuges presbítera e presbítero nomeados para igrejas locais diferentes;

XVI - opinar sobre a admissão de ministro/a ordenado/a de outros ramos do metodismo e de igrejas cooperantes;

XVII - certificar a aprovação do/a aspirante à Ordem Presbiteral em seu período probatório;

XVIII - certificar a aprovação do/a aspirante ao ingresso no Ministério

Pastoral em seu período probatório;

XIX - expedir ou declarar canceladas e sem efeito credenciais de membros da Ordem Diaconal e da Ordem Presbiteral, na forma desta legislação;

XX - dar parecer ao Concílio Regional sobre os pedidos de licença de membro clérigo, conforme as Normas de Administração de Pessoal destes Cânones;

XXI - supervisionar o trabalho das comissões e da Secretaria do Concílio Regional;

XXII - supervisionar o trabalho desenvolvido pelos ministérios e pastorais regionais;

XXIII - convocar encontros regionais, nos anos em que não se realizem reuniões ordinárias dos Concílios Regionais, com a finalidade de conagraçamento dos membros e realização de trabalhos evangelísticos;

XXIV - cumprir e fazer cumprir os Cânones, as decisões e resoluções do Colégio Episcopal e Concílio Geral na Região Eclesiástica, no que for de sua competência;

XXV - cumprir e fazer cumprir as decisões do Concílio Regional;

XXVI - convocar pastores/as e ocupantes de cargos regionais, individualmente, para tratar de interesses da Igreja Metodista na Região Eclesiástica;

XXVII - executar outras funções a ele/a reservadas nestes Cânones.

Parágrafo Único - Os órgãos subordinados ao/à bispo/bispa-presidente a ele/a relatam suas atividades, na forma e prazos determinados pelo/a mesmo/a.

Art. 98. Compete aos/às secretários/as:

I - lavrar as atas das sessões e, após rubricadas pelo/a presidente, providenciar cópias para o plenário;

II - providenciar cópias dos documentos aprovados pelo plenário;

III - encaminhar as atas e documentos ou as cópias destes à Comissão de Exame de Atas;

IV - distribuir, nos limites do concílio, relatórios, documentos ou quaisquer outros papéis a critério do Presidente;

V - fazer a correspondência e as comunicações do concílio;

VI - executar outras tarefas previstas nesta legislação e no Regimento Regional ou determinadas pelo bispo/bispa-presidente do Concílio Regional.

SUBSEÇÃO V DAS COMISSÕES REGIONAIS

Art. 99. O Concílio Regional elege as seguintes comissões permanentes:

I - Comissão Regional de Justiça;

II - Comissão Ministerial Regional;

III - Comissão Regional de Relações Ministeriais;

IV - Outras, a juízo do Concílio Regional.

§ 1º As comissões permanentes preenchem suas próprias vagas, ad-referendum do Concílio Regional.

§ 2º Após a abertura do Concílio Regional, as comissões permanentes são obrigadas a se manifestarem sobre matéria proveniente do plenário, somente se a mesma lhes for encaminhada por intermédio da Mesa do Concílio.

§ 3º As comissões permanentes organizam-se dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término do Concílio Regional que as elege, em reunião convocada e presidida pelo/a presidente do Concílio Regional, com a maioria de seus membros.

§ 4º As comissões relatam ao Concílio Regional.

Art. 100. Compete à Comissão Regional de Justiça:

I - julgar, em primeira instância, petições de direito formuladas pelos órgãos e instituições regionais ou por membros da Igreja Metodista em assuntos no âmbito da administração intermediária ou básica;

II - julgar, em primeira instância, petições de direito contra decisão do/a

bispo/bispa-presidente ou de outra autoridade regional;

III - declarar a existência ou inexistência do direito ou da relação jurídica em questões de lei propostas por membros da Igreja Metodista que envolvam, originariamente, situações jurídicas da administração intermediária e básica, recorrendo ex-officio da decisão à Comissão Geral de Constituição e Justiça;

IV - receber e encaminhar à Comissão Geral de Constituição e Justiça recurso contra sentença por ela proferida em primeira instância;

V - julgar, em segunda instância, recurso de membro da Igreja Metodista contra sentença proferida contra o mesmo por Comissão de Disciplina de igreja local.

§ 1º A Comissão Regional de Justiça é composta de membros leigos e clérigos, sendo pelo menos um deles bacharel em direito.

§ 2º A Comissão Regional de Justiça, ao encaminhar recursos à Comissão Geral de Constituição e Justiça, junta as peças necessárias ao julgamento do feito na instância superior.

§ 3º As sentenças ou acórdãos da Comissão Regional de Justiça entram imediatamente em vigor, salvo quando ocorrer recurso recebido pela Comissão Geral de Constituição e Justiça com efeitos devolutivo e suspensivo.

§ 4º As decisões da Comissão Regional de Justiça, prolatadas no exercício, são submetidas ao Concílio Regional, que as homologa, com a finalidade de cessação de instância.

§ 5º A Comissão Regional de Justiça, antes de julgar, determina às partes interessadas que apresentem suas razões no prazo de 15 (quinze) dias, no interregno das reuniões do Concílio Regional, ou em 24 (vinte e quatro) horas durante as mesmas.

§ 6º Os recursos, quando interpostos, devem ser apresentados dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da sua divulgação ou conhecimento oficial, comprovado mediante recebimento assinado ou cientificado ou, ainda, certificação pela autoridade competente.

§ 7º As sentenças e acórdãos da Comissão Regional de Justiça transitam em julgado quando não recorridas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 101. À Comissão Ministerial Regional compete:

I - verificar o aproveitamento intelectual, as condições físicas e mentais e a idoneidade moral dos/as aspirantes à Ordem Diaconal e ao Ministério Pastoral, durante o período probatório;

II - verificar as condições físicas e mentais e a idoneidade moral dos/as aspirantes à Ordem Presbiteral, durante o período probatório;

III - dar parecer sobre a transferência de membro clérigo, diácono/isa, de uma para outra região;

IV - recomendar a readmissão de membro clérigo, diácono/isa, excluído por julgamento;

V - dar parecer sobre pedido de admissão de ministro/a ordenado/a por outra igreja;

VI - acompanhar os exames de suficiência e de habilitação, verificando o preparo bíblico-teológico de candidato/as, inclusive de ministros/as ordenados/as de outras igrejas, que desejem ingressar nas Ordens Presbiteral e Diaconal e ao Ministério Pastoral da Igreja Metodista, respeitadas as disposições desta legislação (artigos 17, 18, 22,25, 26, 35 e 36);

VII - recomendar ao Concílio Regional o ingresso e a permanência no período probatório de aspirantes às Ordens Presbiteral e Diaconal e ao Ministério Pastoral;

VIII - recomendar ao Concílio Regional candidatos/as às Ordens Presbiteral e Diaconal e ao Ministério Pastoral;

IX - recomendar ao Concílio Regional, para os cursos teológicos, candidatos/as que se destinem às Ordens Presbiteral, Diaconal e ao Ministério Pastoral.

§ 1º Do relatório conclusivo da Comissão Ministerial Regional, cabe recurso à Comissão Regional de Justiça, visando a novo exame perante comissão especial do Concílio Regional.

§ 2º Os/as candidatos/as à Ordem Presbiteral e ao Ministério Pastoral, que concluíram seus cursos em instituições teológicas da Igreja Metodista ou aqueles/as que concluíram o programa de complementação oferecidos por instituições teológicas metodistas apresentam sua documentação ao Bispo/Bispa-presidente que dá o encaminhamento previsto.

§ 3º Os exames previstos no inciso VI, no caso de candidatos que desejam ingressar na Ordem Presbiteral, são realizados pela própria ordem, conforme regulamentação do Colégio Episcopal.

§ 4º A Comissão Ministerial Regional é composta por presbíteros/as.

Art. 102. À Comissão Regional de Relações Ministeriais compete:

I - examinar os pedidos de aposentadoria;

II - verificar, anualmente, a situação dos membros clérigos aposentados por invalidez, quanto à possibilidade de sua reversão ao ministério ativo, e a dos/as aposentados/as por tempo de serviço que requeiram sua reversão à atividade, e relatar ao plenário, com parecer sobre cada caso;

III - dar parecer sobre licença e disponibilidade de membros clérigos.

Art. 103. O Concílio Regional elege, por indicação da Comissão de Indicações, as comissões necessárias ao funcionamento das suas reuniões, na forma do Regimento.

SUBSEÇÃO VI **DAS INSTITUIÇÕES SUBORDINADAS AO CONCÍLIO REGIONAL**

Art. 104. Subordinam-se ao Concílio Regional as seguintes instituições:

I - regionais de educação;

II - regionais de ação social;

III - outras, de acordo com a organização aprovada pelo Concílio Regional.

§ 1º O desenvolvimento do trabalho das instituições regionais é supervisionado pela Coordenação Regional de Ação Missionária, por intermédio dos conselhos diretores, que relatam ao plenário os assuntos a elas referentes.

§ 2º Todas as definições de competência e funcionamento das instituições regionais constam de estatuto e de seu regulamento, aprovados pelo Concílio Regional, que pode alterá-los por iniciativa própria.

§ 3º O programa de trabalho das instituições regionais integra o Plano Regional de Ação Missionária mencionado no Art. 94, inciso III, destes Cânones, à

luz do Plano para a Vida e a Missão da Igreja.

§ 4º Os Conselhos Diretores das Instituições Regionais de qualquer tipo, natureza ou porte, são organizados e instalados pelo bispo/bispa-presidente, na forma prevista nesta legislação e nos estatutos e regulamentos de cada uma delas.

SUBSEÇÃO VII DOS ÓRGÃOS REGIONAIS DO CONCÍLIO REGIONAL

Art. 105. Subordinam-se ao Concílio Regional os seguintes órgãos:

- I - a Coordenação Regional de Ação Missionária - COREAM;
- II - os campos missionários regionais;
- III - a Tesouraria Regional;
- IV - a Secretaria Executiva Regional da Associação da Igreja Metodista;
- V - outros, que a organização regional determinar.

§ 1º Os programas de trabalho dos órgãos subordinados ao Concílio Regional integram o Plano Regional de Ação Missionária mencionadas no Art. 94, inciso III, destes Cânones, e são elaborados à luz do Plano para a Vida e a Missão da Igreja.

§ 2º Todas as definições de competência e funcionamento dos órgãos regionais constam de estatutos, regulamentos e regimentos aprovados pelo Concílio Regional.

SUBSEÇÃO VIII DOS CAMPOS MISSIONÁRIOS REGIONAIS

Art. 106. Os campos missionários, sob responsabilidade da Região Eclesiástica, são criados pelo Concílio Regional ou por ele recebidos do Concílio Geral, segundo o Plano Regional de Ação Missionária ou Plano Nacional de Ação Missionária, conforme o caso, e o Plano Diretor Missionário.

§ 1º Entende-se por Campo Missionário Regional todo o trabalho que a Igreja Metodista realiza, por iniciativa da administração Distrital, Regional ou Geral.

§ 2º Os campos missionários regionais subordinam-se ao Concílio Regional,

cabendo a este tomar todas as providências necessárias ao funcionamento dos mesmos.

§ 3º Cada Região, cumprindo as suas obrigações com a Área Nacional tem independência de fazer o seu trabalho missionário

§ 4º As regiões, depois de atendidas suas obrigações em relação ao orçamento nacional e ouvido o Colégio Episcopal e a Coordenação Geral de Ação Missionária, podem propor programas, projetos ou campos internacionais

§ 5º Os projetos e convênios criados nas condições deste artigo devem ser contemplados nos respectivos orçamentos programas regionais.

§ 6º O Concílio Geral poderá referendar campos missionários criados na atividade missionária espontânea, por regiões, ouvido o Colégio Episcopal e a Coordenação Geral de Ação Missionária.

SUBSEÇÃO IX DOS MINISTÉRIOS E PASTORAIS DA ÁREA REGIONAL

Art. 107. O trabalho desenvolvido na área regional, sob a supervisão do/a bispo/bispa-presidente, pode também tomar a forma de ministérios ou pastorais reconhecidos pela Igreja Metodista, para executar o Plano Regional de Ação Missionária e demais tarefas dele decorrentes.

§ 1º O funcionamento dos ministérios regionais é disciplinado em regimento aprovado pelo Concílio Regional, segundo diretrizes dos órgãos superiores.

§ 2º Os ministérios regionais são exercidos por pessoas convidadas e designadas pelo/a bispo/bispa-presidente.

SUBSEÇÃO X DO MINISTÉRIO DE AÇÃO EPISCOPAL

Art. 108. O Ministério de Ação Episcopal é órgão de assessoramento do/a bispo/bispa-presidente para assuntos pastorais e outros previstos nesta legislação e compõe-se dos Superintendentes Distritais.

§ 1º Ao Ministério de Ação Episcopal compete:

- a) formar uma comunidade íntima de oração e reflexão sobre a Igreja, sua vida e missão;

- b) cuidar do bem-estar dos/as pastores/as e de suas famílias, particularmente em momentos de dificuldade;
- c) assessorar o bispo/bispa-presidente em assuntos pastorais e outros por ele/a selecionados, inclusive nomeações pastorais;
- d) despertar e capacitar pastores/as para o exercício de dons e ministérios, visando a melhor participação na missão;
- e) receber o Plano de Ação das igrejas locais com os respectivos Planos de Ação dos/das pastores e criar instrumentos de avaliação e acompanhamento do seu desenvolvimento;
- f) opinar ao bispo/bispa-presidente sobre a transferência de membro clérigo de uma para outra Região Eclesiástica;
- g) dar parecer sobre o pedido de licença formulado por membro clérigo;
- h) opinar sobre a admissão e readmissão de candidatos, inclusive de outras igrejas, à Ordem Presbiteral e ao Ministério Pastoral, que desejem ingressar no ministério ordenado;
- i) opinar, por solicitação do bispo/bispa-presidente, sobre nomeação de membro clérigo aposentado.

§ 2º O Ministério de Ação Episcopal reúne-se por convocação do bispo/bispa-presidente.

SEÇÃO II DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA

Art. 109. A Coordenação Regional de Ação Missionária - COREAM exerce a administração da Região, no interregno das reuniões do Concílio Regional.

Parágrafo único. As reuniões da Coordenação Regional de Ação Missionária, das assembleias regionais das instituições educacionais da Área Regional da Igreja Metodista, são realizadas em conjunto ou em separado dependendo da convocação do presidente, com atas separadas quanto às questões que se referem a uma ou a outra.

SUBSEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA

Art. 110. A Coordenação Regional de Ação Missionária é composta, além do bispo/bispa-presidente, por 3 (três) presbíteros/as e 4 (quatro) membros leigos, todos eleitos pelo Concílio Regional.

§ 1º A Coordenação Regional de Ação Missionária elege, dentre seus membros, um/a Secretário/a de Atas.

§ 2º Na ausência do/a bispo/bispa-presidente, preside reunião da Coordenação Regional de Ação Missionária o/a presbítero/a mais idoso/a que faz parte da mesma.

§ 3º O/as representantes da Região Eclesiástica na Coordenação Geral de Ação Missionária, têm assento na Coordenação Regional de Ação Missionária em sua respectiva região, com direito a voz e sem direito a voto.

§ 4º O mandato dos membros da Coordenação Regional de Ação Missionária é de até dois períodos consecutivos com carência de um período para novo mandato, não se aplicando este procedimento ao/à bispo/bispa-presidente.

§ 5º- A Coordenação Regional de Ação Missionária atua em substituição ao Concílio Regional, no interregno das reuniões deste, podendo deliberar sobre todos os assuntos da sua alçada, exceto tema que exija voto qualificado do Concílio Regional e desde que não conflite com decisão anterior dele. Artigo 111, inciso XV, parágrafo 5º.

SUBSEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA

Art. 111. Compete à Coordenação Regional de Ação Missionária:

I - exercer a administração, no interregno das reuniões do Concílio Regional, podendo deliberar sobre todos os assuntos da alçada daquele, inclusive no que diz respeito às transações imobiliárias, segundo regulamentação própria aprovada pelos citados concílios, desde que não conflite com decisão anterior nem exija voto qualificado do Concílio Regional.

II - aprovar o Plano Regional de Ação Missionária Missionária, após receber dos responsáveis pelos ministérios, órgãos e instituições regionais e com eles discutir propostas de projetos, atividades e de material necessário ao cumprimento de suas áreas ou linhas de ação;

III - supervisionar o funcionamento da organização regional;

IV - tomar as providências indispensáveis ao funcionamento harmônico da administração intermediária;

V - executar e fazer executar todas as decisões e resoluções do Concílio Regional que lhe estejam afetas;

VI - preparar todo o material necessário ao funcionamento pleno do Concílio Regional, estudando previamente os assuntos a serem submetidos e elaborando anteprojetos necessários para sua aprovação;.

VII - prestar relatório de suas atividades ao Concílio Regional e de outros órgãos e instituições subordinados ao Concílio Regional:

VIII - supervisionar, coordenar e controlar instituições subordinadas ao concílio, por intermédio de seus respectivos conselhos diretores, zelando para que cumpram suas funções de maneira plena, cobrando as providências necessárias;

IX - nomear:

a) o secretário/a executivo/a de cada área regional:

1. de expansão missionária;
2. de educação;
3. de ação social;
4. de administração;

b) o/a Conselheiro/a Regional de Juvenis, dentre os nomes constantes de lista tríplice, proposta pelo Congresso Regional dos Juvenis;

c) o/a Coordenador/a Regional do Departamento de Crianças, dentre os nomes indicados pelos/as Coordenadores Distritais de Crianças;

d) o/a Secretário/a Executivo/a do Departamento Regional para a Escola Dominical, dentre os nomes indicados/as pela Secretária Regional para a Escola Dominical;

- e) o/a Tesoureiro/a Regional;
- f) o/a Secretário/a Regional da Associação da Igreja Metodista;
- g) a Comissão Regional de Disciplina, com existência transitória, em consonância com o § 6º deste artigo;
- h) outras funções previstas nestes Cânones e no Regimento Regional;

X - administrar a área econômico-financeira nos termos das decisões do Concílio Regional;

XI - elaborar relatórios ao Concílio Regional;

XII - conceder autorização para a igreja local recopiar o Livro de Rol de Membros e recolher o livro original;

XIII - receber e analisar os relatórios dos órgãos e instituições subordinados ao Concílio Regional;

XIV - supervisionar e controlar os serviços de Tesouraria do Concílio Regional;

XV - elaborar e encaminhar ao Concílio Regional parecer sobre a criação ou extinção de áreas prioritárias para o trabalho de evangelização na região.

§ 1º Os relatórios mencionados no inciso VII, deste artigo, referem-se principalmente à situação material e administrativa da Região Eclesiástica e contêm uma avaliação dos fatores positivos e negativos que a determinam.

§ 2º A Coordenação Regional de Ação Missionária, no interregno dos Concílios Regionais, pode decidir as recomendações de acadêmicos/as de teologia, de candidatos/as aspirantes à Ordem Presbiteral e aspirantes ao Ministério Pastoral, de pedidos de licença e aposentadoria, bem como sobre declaração de disponibilidade e pedido de transferência de membros clérigos em consonância com os pareceres das comissões competentes.

§ 5º Fica vedada à Coordenação Regional de Ação Missionária a eleição de candidatos à Ordem Presbiteral e ao Ministério Pastoral, sendo essas competências exclusivas do Concílio Regional.

§ 6º A Comissão de Disciplina é de caráter transitório, sendo uma para cada processo e extinta ao encerramento do processo para o qual foi nomeada.

SUBSEÇÃO III
DOS ÓRGÃOS SUBORDINADOS À COORDENAÇÃO REGIONAL DE AÇÃO
MISSIONÁRIA

Art. 112. Subordinam-se diretamente à Coordenação Regional de Ação Missionária:

I - as Secretarias das Áreas de Expansão Missionária, de Educação, de Ação Administrativa e de Ação Social;

II - a Tesouraria Regional, a quem compete:

- a) executar todos os recebimentos e pagamentos, obedecida a legislação civil e fiscal em vigor;
- b) executar a escrituração contábil de todos os valores financeiros e patrimoniais, inclusive dos órgãos e instituições regionais sem personalidade jurídica própria; relatando ao Concílio Regional;
- c) movimentar os recursos financeiros em banco ou bancos determinados pela Coordenação Regional de Ação Missionária, em nome da Associação da Igreja Metodista, mediante a assinatura do/a Tesoureiro/a e do Bispo/Bispa-presidente ou, na falta destes, dos/as substitutos/as legais;

III - as Federações de Grupos Societários, às quais compete:

- a) dinamizar, congraçar, estimular, orientar, subsidiar, capacitar e manter a unidade do trabalho dos respectivos grupos societários nas igrejas locais;
- b) dinamizar, estimular e orientar seu trabalho no nível regional, no que couber;

IV - o/a Conselheiro/a Regional dos Juvenis, a quem compete:

- a) apresentar plano de trabalho para aprovação e supervisão da Coordenação Regional de Ação Missionária;
- b) participar dos encontros da diretoria da federação correspondente;
- c) supervisionar as atividades da Federação, nos termos do Plano para

a Vida e a Missão da Igreja e o Plano Regional de Ação Missionária;

- d) visitar as Igrejas Locais para incentivar a formação e dinamização do trabalho dos juvenis;
- e) reunir periodicamente os/as conselheiros/as locais de juvenis para estudo, confraternização, troca de experiências e orientação, provendo a coordenação que lhe cabe;

V - o Coordenador/a Regional do Departamento de Trabalho com Crianças, a quem compete:

- a) apresentar plano de trabalho para aprovação e supervisão da Coordenação Regional de Ação Missionária;
- b) promover estudos para capacitação dos/das coordenadores/as locais de trabalho com crianças e outros/as obreiros/as especializados/as;
- c) estimular e coordenar atividades sociais, devocionais, esportivas e artísticas das crianças em nível regional;

VI - o Departamento Regional de Escola Dominical, por meio da Coordenação Regional de Educação Cristã;

VII - outras entidades, de acordo com a organização aprovada pelo Concílio Regional, necessários à execução do Plano Regional de Ação Missionária.

§ 1º Os órgãos subordinados à Coordenação Regional de Ação Missionária a ela relatam suas atividades, na forma e prazos determinados pela mesma.

§ 2º As despesas de funcionamento da presidência e dos órgãos que lhe são subordinados integram o Orçamento-Programa Regional.

§ 3º Na organização e funcionamento das federações são observados os seguintes aspectos:

- a) configuração e ação que expressem as diretrizes missionárias e a sua forma de ação por meio dos dons e ministérios;
- b) composição pelos agrupamentos das sociedades locais, ministérios específicos ou grupos que objetivem o desenvolvimento do trabalho realizado pelas faixas etárias ou por grupos específicos;

- c) eleição de diretoria, nos respectivos congressos, cujos membros compõem a federação;
- d) supervisão pela Coordenação Regional de Ação Missionária por meio do bispo/bispa-presidente;
- e) aprovação dos estatutos, regulamentos, normas e demais atos, pela Coordenação Regional de Ação Missionária, na forma canônica, segundo diretrizes estabelecidas pelo Colégio Episcopal, Confederação e Concílio Regional;
- f) participação de seus presidentes na qualidade de membros dos Concílios Regionais;

§ 4º Os programas de trabalho dos órgãos subordinados à Coordenação Regional de Ação Missionária integram o Plano Regional de Ação Missionária Missionária.

§ 5º A Coordenação Regional de Ação Missionária autoriza o/a Secretário/a Executivo/a Regional da Associação da Igreja Metodista a outorgar os poderes necessários ao desempenho das funções referidas neste item, vedado o substabelecimento.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO BÁSICA

SUBCAPÍTULO I DO DISTRITO

Art. 113. Distrito é a área sob supervisão de um/a Superintendente Distrital e jurisdição do Concílio Distrital para integrar, articular e promover a ação missionária das igrejas locais.

§ 1º O Distrito inclui duas ou mais igrejas, a juízo do Concílio Regional.

§ 2º A estrutura, organização e funcionamento do Distrito são regulamentados no Regimento Regional.

SEÇÃO I DO CONCÍLIO DISTRITAL

Art. 114. O Concílio Distrital, convocado e presidido pelo Superintendente Distrital, reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano, e, extraordinariamente,

quantas vezes necessárias.

SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO DO CONCÍLIO DISTRITAL

Art. 115. O Concílio Distrital compõe-se de:

I - presbíteros/as ativos/as;

II - pastores/as com nomeação episcopal;

III - delegados/as leigos/as eleitos/as pelas igrejas locais, na proporção de um/a para cada 200 (duzentos) membros, ou fração igual ou superior a 100 (cem) membros, garantindo-se a representação mínima de um/a delegado/a e máxima de 4 (quatro) delegados/as para cada igreja local e campos missionários existentes no distrito;

IV - um/a dirigente de cada grupo societário do Distrito;

V - aspirantes à Ordem Presbiteral, com nomeação episcopal;

VI - aspirante ao Ministério Pastoral, com nomeação episcopal;

VII - presbíteros/as e pastores/as aposentados/as, residentes na área distrital, membros do respectivo Concílio Regional, sem direito a voto.

SUBSEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DO CONCÍLIO DISTRITAL

Art. 116. Compete ao Concílio Distrital

I - aprovar, acompanhar, fazer executar e avaliar o Plano Distrital de Ação Missionária à luz das ênfases e diretrizes do Plano para a Vida e a Missão da Igreja e do Plano Nacional Missionário e nos termos estabelecidos pelo Concílio Regional.

II - indicar e encaminhar ao/à Bispo/a Presidente Regional, lista tríplice para escolha do Superintendente Distrital.

SEÇÃO II DO/A SUPERINTENDENTE DISTRITAL

Art. 117. O/a Superintendente Distrital - SD é um/a presbítero/a ativo/a nomeado/a pelo bispo/bispa-presidente da Região Eclesiástica para superintender um Distrito.

Parágrafo Único - O/a Superintendente Distrital é responsável pela unidade, orientação doutrinária, supervisão das atividades pastorais, fidelidade dos/as pastores/as e leigos/as às decisões conciliares, em especial à doutrina e à missão.

SUBSEÇÃO I
DA COMPETÊNCIA DO SUPERINTENDENTE DISTRITAL

Art. 118. Compete ao Superintendente Distrital:

I - assessorar o bispo/bispa-presidente em assuntos pastorais e outros previstos na legislação;

II - promover e fortalecer iniciativas missionárias das igrejas locais e do Distrito;

III - oferecer assistência pastoral aos/às pastores/as do Distrito e respectivas famílias;

IV - zelar pela conexidade das igrejas do Distrito;

V - zelar pelo cumprimento do Código de Ética do Ministério Pastoral;

VI - incentivar a promoção de encontros de capacitação missionária no Distrito;

VII - supervisionar os interesses da Igreja no Distrito;

VIII - representar o Bispo/Bispa-presidente, no Distrito;

IX - orientar os/as pastores/as do Distrito nos seus trabalhos, conforme Plano Regional de Ação Missionária;

X - relatar ao bispo/bispa-presidente sobre a situação da Igreja Metodista no Distrito;

XI - encaminhar ao Concílio Regional, com seu parecer, pedidos de organização de novas igrejas no Distrito;

XII - encaminhar ao bispo/bispa-presidente a avaliação dos/as pastores/as e igrejas do Distrito;

XIII - supervisionar o envio de quotas orçamentárias e de ofertas levantadas

pelas igrejas locais, por determinação superior, à Tesouraria Regional;

XIV - examinar os livros e registros das igrejas do Distrito e informar aos respectivos/as pastores/as as irregularidades porventura encontradas.

Parágrafo único. O processo de nomeação episcopal tem a presença efetiva do superintendente distrital na fase de avaliação e de entendimentos.

SEÇÃO III DA COORDENAÇÃO DISTRITAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA

Art. 119. A Coordenação Distrital de Ação Missionária (CODIAM) é responsável pela elaboração do Plano Distrital de Ação Missionária - PDAM e pelo seu acompanhamento e execução, em consonância com a orientação conciliar e com a Coordenação Regional de Ação Missionária (COREAM).

Art. 120. O Concílio Distrital elege os membros clérigos e leigos para a Coordenação Distrital de Ação Missionária - CODIAM de acordo com o Regimento Regional.

SUBCAPÍTULO II DA IGREJA LOCAL

Art. 121. A Igreja Local, comunidade de fé, é base do sistema metodista e parte do corpo de Cristo, que vive e anuncia o Evangelho do Reino de Deus:

I - no exercício de dons e ministérios do Espírito Santo;

II - na prática da adoração de Deus, testemunho, apoio, amor e serviço ao próximo;

III - na evangelização do mundo, dentro da realidade em que vive;

IV - no crescimento em frutos e sinais concretos do Reino, que caminha para sua plenitude.

§ 1º A igreja local é jurisdicionada por um Concílio Local, à qual corresponde uma área territorial.

§ 2º As igrejas locais são unidas entre si pelo princípio da conexidade, característica fundamental do Metodismo.

§ 3º O conceito de sustentabilidade material da Igreja Local tem

parâmetros regulamentados pela Coordenação Regional de Ação Missionária.

SEÇÃO I DO RECONHECIMENTO DE IGREJA LOCAL

Art. 122. Um Ponto Missionário ou Congregação é organizada em Igreja Local, por iniciativa sua, do Concílio Local ou da própria comunidade do ponto missionário ou congregação, mediante o credenciamento do Concílio Regional, obedecidos os seguintes critérios:

I - ser capaz de exercer atos de piedade e obras de misericórdia;

II - ter em funcionamento pelo menos os ministérios das áreas missionária, administrativa, de educação, de ação social e de trabalho com crianças;

III - ter disponibilidade de pessoal e de recursos financeiros para o seu funcionamento, inclusive remuneração pastoral e quotas orçamentárias.

§ 1º A organização de um Ponto Missionário ou Congregação em Igreja Local deve receber parecer do superintendente distrital.

§ 2º O Concílio Regional pode criar igrejas em condições diversas das indicadas neste artigo, por iniciativa própria ou por proposta do bispo/bispa-presidente, desde que razões assim o justifiquem e que uma ou mais igrejas locais se responsabilizem pela sua manutenção.

§ 3º Congregações e Pontos Missionários fazem parte da organização de uma Igreja Local e sua criação é regulamentada pelo Concílio Regional.

SEÇÃO II DO DESCREDENCIAMENTO DE IGREJA LOCAL

Art. 123. Uma Igreja Local é descredenciada pela Coordenação Regional de Ação Missionária ou pelo Concílio Regional:

I - Se o número de membros decrescer, tornando-se impossível o funcionamento dos ministérios citados no Art. 122, inciso II;

II - Se a disponibilidade de pessoal e de recursos financeiros forem insuficientes para sua manutenção e não houver outras igrejas locais que arquem com suas despesas.

Parágrafo único. A Igreja descredenciada tem seus membros arrolados em outra Igreja Local podendo voltar a ser uma Congregação ou um Ponto Missionário nos termos de resolução da Coordenação Regional de Ação Missionária ou do Concílio Regional (após parecer do Distrito a que pertence).

SEÇÃO III

DO ARROLAMENTO E CADASTRAMENTO DE MEMBROS DA IGREJA LOCAL

Art. 124. A Igreja Local, como comunidade de fé, é integrada pelos membros nela arrolados e outros, especialmente os menores batizados e pessoas que regularmente participam dos seus trabalhos.

§ 1º A Igreja Local dispõe de um Livro de Rol de Membros da igreja local, admitidos à Igreja Metodista e que a ela estão vinculados.

§ 2º O Livro de Rol de Membros da Igreja Local, que não pode ser alterado ou rasurado, contém os seguintes dados:

- a) número de registro em ordem seqüencial
- b) nome por extenso
- c) sexo
- d) data e local de nascimento
- e) data e modo de recepção
- f) alteração de nome
- g) data e motivo de desligamento
- h) observações.

§3º O Livro de Rol de Membros da Igreja Local pode ser recopiado, mediante autorização prévia da Coordenação Regional de Ação Missionária, nos termos do Art. 111, inciso XII.

§ 4º Cada Igreja Local organiza um Cadastro de Metodistas não-arrolados como Membros, nos termos do Art. 137 § 8º, mas que integram a comunidade de fé, participantes habituais do culto, de Grupos Societários e de outras atividades regulares, inclusive crianças e adolescentes batizados.

SEÇÃO IV
DA TRANSFERÊNCIA DE MEMBRO LEIGO PARA OUTRA IGREJA LOCAL

Art. 125. Não pode ser negada a transferência de membro leigo para outra Igreja Local metodista ou o seu recebimento.

§ 1º Nenhum/a pastor/a pode registrar membro leigo por transferência sem tê-la recebido, por escrito, do/a pastor/a responsável pelo rol da Igreja Local de origem.

§ 2º O/a pastor/a titular assina as transferências expedidas acusa, por escrito, as recebidas.

§ 3º A Igreja Local de destino efetua a transferência e a comunica à Igreja Local de origem, que a lança no seu Livro de Rol de Membros.

§ 4º A data de arrolamento de membro leigo transferido é a mesma do seu desligamento do rol da Igreja Local da qual se transfere.

SEÇÃO V
DO CONCÍLIO LOCAL

Art. 126. O Concílio Local é o órgão deliberativo e administrativo da Igreja Local.

SUBSEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO DO CONCÍLIO LOCAL

Art. 127. O Concílio Local compõe-se dos membros leigos inscritos no Rol de Membros da Igreja Local.

SUBSEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA DO CONCÍLIO LOCAL

Art. 128. Compete ao Concílio Local:

I - inteirar-se e posicionar-se, à vista da realidade da comunidade local e na perspectiva da missão, sobre o desempenho e a situação da Igreja Local, em todas as suas áreas, com base no relatório conjunto do/a pastor/a e da Coordenação Local de Ação Missionária, no qual se incluem os dados dos demais órgãos e instituições da igreja local;

II - tomar conhecimento, discutir e aprovar o Plano Local de Ação

Missionária - PLAM, proposto pela Coordenação Local de Ação Missionária à vista do Plano para a Vida e a Missão da Igreja e Plano Nacional Missionário, com as linhas de ação, projetos e orçamento programa, enviando cópia para o/a Bispo/Bispa-presidente;

III - reconhecer os dons das pessoas que se apresentam para exercê-los nos ministérios da Igreja Local;

IV - readmitir pessoas ou cancelar nomes no Livro de Rol de Membros da Igreja Local, respeitados os dispositivos destes Cânones;

V - indagar dos responsáveis sobre a administração patrimonial e decidir a respeito da mesma;

VI - eleger, dentre os inscritos no Livro de Rol de Membros da Igreja Local:

- a) a Comissão de Indicações, eleita sem indicação e sem debate, que elabora, sob a presidência do pastor titular, a lista de nomes a serem submetidos a votos pelo Concílio Local;
- b) evangelista;
- c) os delegados e delegadas ao Concílio Distrital dentre os membros leigos da Igreja Local, nos termos das normas do Art. 123, inciso III, destes Cânones;
- d) os delegados/as ao Concílio Regional;
- e) o Conselho Fiscal da igreja local, composto por 3 (três) membros, dos quais pelo menos 1 (um) deve ser, preferencialmente, contabilista.

VII - homologar nomes indicados pela Coordenação Local de Ação Missionária, para as funções de:

- a) secretário/a da Igreja Local;
- b) Tesoureiro/a da Igreja Local;
- c) Coordenador/a da Escola Dominical;
- d) Coordenador/a do Ministério de Trabalho com Crianças;

e) Coordenadores de outros ministérios;

f) outras da organização local;

VIII - organizar a Igreja Local, à vista dos planos de trabalho e de acordo com as características dos ministérios, existentes;

IX - apresentar ao/à Bispo/Bispa-presidente, por votação da maioria absoluta da Coordenação Local de Ação Missionária, membros da Igreja Local há mais de 3 (três) anos, que ela percebe apresentarem dons de uma vocação pastoral e cujo testemunho na Igreja Local evidencia zelo e amor pelas doutrinas da Igreja;

X - recomendar ao Concílio Regional:

a) candidatos/as às ordens da Igreja Metodista, arrolando-os/as e referindo-os/as ao Bispo/Bispa-presidente;

b) candidatos/as ao Ministério Pastoral;

c) candidatos/as à readmissão nas ordens da Igreja Metodista;

XI - recomendar ao Bispo/Bispa-presidente candidato/a aos cursos teológicos, de acordo com os regulamentos pertinentes;

XII - receber relatório de pastores/as, de ocupantes de cargos, de instituições e de órgãos previstos em sua organização;

XIII - avaliar o Plano Local de Ação Missionária;

XIV - autorizar a criação de Pontos Missionários e de Congregações nos termos do regimento regional;

XV - aprovar o orçamento-programa da Igreja Local, incluindo nele as quotas orçamentárias e missionárias, distritais e regionais;

XVI - informar ao/à Superintendente Distrital o estado das propriedades da Igreja Metodista, sua legalidade, impostos e seguros e se estão em dia;

XVII - informar ao/à Superintendente Distrital sobre a remessa de quotas orçamentárias, quotas missionárias e outras enviadas à Tesouraria Regional;

XVIII - informar à/ao Superintendente Distrital e ao/à Bispo/Bispa-

presidente sobre a situação da Igreja Local, bem como da eficiência das atividades pastorais, mediante relatório escrito;

XIX - participar no processo de nomeação episcopal, nos termos do artigo 135 destes Cânones;

XX - indicar ao Concílio Regional nome de candidato/a a delegado/a leigo/a ao Concílio Geral, na proporção de um para cada 500 (quinhentos) membros arrolados no Livro de Rol de Membros da Igreja Local, assegurado o mínimo de uma indicação;

XXI - aprovar estatutos, regulamentos e regimentos no âmbito da Igreja Local;

XXII - aprovar o balanço geral da Igreja Local e enviar cópia para o Bispo/Bispa-presidente, Superintendente Distrital e Secretaria Executiva Regional da Associação da Igreja Metodista;

XXIII - aprovar construções, reformas, demolições, bem como as respectivas plantas e campanhas financeiras;

XXIV - adquirir, alienar ou permutar imóveis, de acordo com o Plano Local de Ação Missionária, nos termos do Art. 198 e 199 destes Cânones, relativos às suas congregações;

XXV - regulamentar o uso das dependências da Igreja Local;

XXVI - decidir questões de administração patrimonial e econômico-financeira, respeitadas as disposições destes Cânones.

§ 1º A organização da Igreja Local é instalada e implantada pelo presidente do Concílio Local, nos termos do regimento da referida igreja.

§ 2º O regimento, mencionado neste artigo, é o conjunto de normas que regem o funcionamento interno da Igreja Local, especificando, dentre outros, órgãos, instituições, quorum para reuniões do Concílio Local e dos ministérios, horários, local e uso de instalações, número de profissionais e outros.

§ 3º A lista de candidatos/as elaborada pela Comissão de Indicações é divulgada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data das eleições, contemplando, também, nomes indicados pelo Concílio Local.

§ 4º O Conselho Fiscal é eleito pelo Concílio Local e tem sua competência

definida pelo regimento interno da igreja local.

§ 5º De 2 (dois) em 2 (dois) anos o Concílio Local reúne-se sob a presidência do/a Superintendente Distrital ou de outro/a presbítero/a que o/a represente a fim de avaliar o Plano Local de Ação Missionária, à vista do Plano para a Vida e a Missão.

§ 6º A Igreja pastoreada pelo Superintendente Distrital é avaliada pelo Bispo/Bispa-presidente ou outro/a Superintendente Distrital que o/a represente.

§ 7º Todos/as os/as responsáveis por cargos individuais assim como órgãos e instituições locais só podem executar projetos de trabalho que tenham sido aprovados pelo Concílio Local e incluídos no Plano Local de Ação Missionária.

§ 8º No relatório anual, mencionado no inciso XII, deste artigo, devem constar as informações sobre a situação espiritual, moral e material da Igreja Local, especialmente, neste último aspecto, quanto à administração financeira e patrimonial, nos termos destes Cânones, sem prejuízo de outras estabelecidas pelos órgãos superiores.

SUBSEÇÃO III DAS REUNIÕES DO CONCÍLIO LOCAL

Art. 129. O Concílio Local reúne-se, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, por convocação do/a pastor/a titular e, extraordinariamente, as vezes necessárias, por iniciativa dele ou dela, da Coordenação Local de Ação Missionária ou de 1/3 (um terço) dos membros arrolados na Igreja Local.

Parágrafo único. As reuniões são convocadas com a antecedência mínima de 15 (quinze) e 7 (sete) dias para as reuniões ordinárias e extraordinárias, respectivamente.

SEÇÃO VI DA MESA DO CONCÍLIO LOCAL

Art. 130. A Mesa do Concílio Local compõe-se do/a Presidente, que é o/a pastor/a titular e do/a Secretário/a da Igreja Local.

Parágrafo único. No impedimento ou ausência do/a pastor/a titular para presidir o Concílio Local:

- a) ele indica o seu substituto;

- b) caso não possa indicar, assume a presidência o/a pastor/a Coadjutor/a com mais tempo de ministério pastoral;
- c) não havendo pastor/a coadjutor/a, ainda na ausência do/a secretário/a da Igreja Local, o Concílio Local elege seus substitutos, “*pro-tempore*”.

SUBSEÇÃO I DO PASTOR E DA PASTORA

Art. 131. A atividade de pastor ou pastora, regulamentada nestes Cânones, é exercida por membros clérigos integrantes da Ordem Presbiteral ou do Ministério Pastoral.

Art. 132. Compete ao/à pastor/a sob a ação do Espírito Santo:

I - como presidente do Concílio Local (área administrativa):

- a) convocar e presidir as reuniões do Concílio Local e da Coordenação Local de Ação Missionária;
- b) decidir questões de ordem suscitadas nas reuniões do Concílio Local;
- c) supervisionar o funcionamento da organização local e coordenar o trabalho desenvolvido pelos ministérios locais;
- d) organizar a pauta dos assuntos das reuniões do Concílio Local, em conjunto com o/a Secretário/a;
- e) cuidar para que o Plano para a Vida e a Missão da Igreja Metodista, o Plano Nacional Missionário, o Plano Regional de Ação Missionária e o Plano Distrital de Ação Missionária, aprovados pelos respectivos concílios, sejam a base para o Plano Local de Ação Missionária, em todas as suas áreas;
- f) determinar o horário dos cultos regulares, ouvido o Concílio Local;
- g) fazer a escrituração dos livros e registros sob sua responsabilidade;
- h) expedir documentos, tais como: certidão de batismo, de recepção de membro, de casamento, de ofício fúnebre, cartas de transferência, atas e outros que venham a ser oficializados;

- i) conceder transferência de membro para outra Igreja Local solicitada por escrito e dar baixa no rol da Igreja Local, após obter a comunicação do recebimento de transferência (acusos) pelo/a pastor/a de destino;
- j) presidir a Comissão de Indicações;
- k) relatar, anualmente, sobre os trabalhos e situação da Igreja Local ao Concílio Local e ao Concílio Distrital, enviando cópia ao/a superintendente distrital e Bispo/Bispa-presidente;
- l) cumprir e fazer cumprir na Igreja Local os Cânones, as pastorais do Colégio Episcopal e as decisões e resoluções dos concílios local, distrital e regional;
- m) preencher os formulários estatísticos e enviá-los à Sede Regional nos prazos previstos, com cópias para o/a superintendente distrital;
- n) dar posse aos/às eleitos/as pelo Concílio Local e convocar os órgãos coletivos para organizá-los;
- o) atender às convocações episcopais;
- p) receber ação disciplinar contra membro leigo;
- q) receber dos/as responsáveis pelos ministérios locais e instituições locais instituições, e com eles/elas discutir, propostas e projetos, de atividades e de material necessário ao cumprimento de seus programas de trabalho, para incorporação ao Plano Local de Ação Missionária;
- r) coordenar o trabalho desenvolvido pelas áreas da Igreja Local, como canais da ação pastoral e expressão dos dons e ministérios dos seus membros.

II - como função pastoral:

- a) ministrar os sacramentos, officiar as cerimônias do ritual e pregar o Evangelho em conformidade com as doutrinas e práticas da Igreja Metodista, zelando pela seriedade da pregação e da liturgia;
- b) exercer a tarefa de edificar, equipar e aperfeiçoar os membros da Igreja Local, visando a sua capacitação sob ação do Espírito Santo,

para o cumprimento da missão, em todas as áreas da existência e da comunidade humana;

- c) participar da elaboração do Plano Local de Ação Missionária, incluindo no mesmo seu plano de ação pastoral;
- d) cuidar para que o Plano para a Vida e a Missão da Igreja e os Planos Nacional Missionário e Plano Regional de Ação Missionária, aprovados pelos respectivos concílios, sejam a base para a ação missionária da Igreja Local, em todas as suas áreas;
- e) dar especial atenção ao fiel cumprimento, pelos/as responsáveis sob sua supervisão, das atribuições junto aos ministérios, órgãos e instituições, especialmente, cuidando para que a formação, integração e dinâmica de Dons e Ministérios seja constante na vida da Igreja Local;
- f) zelar pelo nome, doutrinas e práticas da Igreja Metodista;
- g) orientar e usar todo o material de Educação Cristã Metodista para a Escola Dominical e demais trabalhos da Igreja Local;
- h) esforçar-se para que as relações inter-pessoais da Igreja Local sejam procedidas de acordo com o Manual de Disciplina;
- i) exortar os membros da Igreja Local à fidelidade nos dízimos, subsidiando-se da Pastoral do Dízimo.
- j) dar assistência aos membros da igreja, visitando-os, fortalecendo-os na fé e animando-os na prática das virtudes cristãs, exortando-os e admoestando-os em casos de necessidade;
- k) dar especial atenção aos enfermos, ministrando-lhes conforto espiritual;
- l) recrutar e instruir candidatos/as a membros da igreja, segundo as normas estabelecidas, e receber membros à comunhão da igreja, outorgando-lhes a respectiva certidão;
- m) instruir, segundo normas estabelecidas, os noivos para o rito do matrimônio e para os deveres da vida conjugal;
- n) instruir o pai e a mãe ou responsáveis a respeito de suas

responsabilidades ao pedir o batismo de uma criança;

- o) recrutar aqueles/as que se sentem vocacionados/as, orientá-los/as e apresentá-los/as ao Concílio Local como candidatos/as à Ordem Presbiteral ou ao Ministério Pastoral;
- p) cumprir e fazer cumprir os Cânones em sua jurisdição;
- q) comparecer aos Concílios Distrital e Regional correspondentes, a institutos ministeriais e a outras reuniões consideradas obrigatórias;
- r) relatar ao Concílio Local, ao Superintendente Distrital e ao/a Bispo/Bispa-presidente, especialmente quanto à situação moral e espiritual da Igreja Local;
- s) desafiar e instruir o membro da igreja a iniciar um ponto missionário no local para o qual se mudou e onde não exista trabalho metodista;
- t) cumprir as orientações do Código de Ética do Ministério Pastoral;
- u) comissionar os/as coordenadores/as de ministérios;
- v) consagrar evangelista.

§ 1º As tarefas indicadas no inciso I, alíneas “e”, “k”, “q” e “r” deste artigo são executadas por intermédio de ministérios coordenados pelo pastor/a titular.

§ 2º Para o cumprimento das atribuições, o/a pastor/a se utiliza dos recursos da Igreja Local e da comunidade à qual está vinculada.

§ 3º As normas relativas ao inciso II, alíneas “l”, “m” e “n” deste artigo são outorgadas pelo Colégio Episcopal.

Art. 133. O/a pastor/a não pode:

- I - deixar de conceder transferência solicitada, por escrito, por membro metodista da Igreja Local;
- II - deixar de receber transferência de membro metodista de outra Igreja Local;
- III - assumir responsabilidade financeira, a favor de terceiros, sem que, para isso, tenha recursos próprios;

IV - realizar ofício religioso em outra Igreja Local sem prévio entendimento com o respectivo pastor/a;

V - sublocar a residência pastoral;

VI - celebrar o rito do matrimônio de pessoas que não sejam legalmente casadas;

VII - celebrar a benção do matrimônio entre pessoas do mesmo sexo, por ser incompatível com as doutrinas e práticas da Igreja Metodista.

SUBSEÇÃO II

DO/A SECRETÁRIO/A DO CONCÍLIO LOCAL

Art. 134. Compete ao/à Secretário/a da Igreja Local, como ministério:

I - lavrar as atas das reuniões do Concílio Local, da Coordenação Local de Ação Missionária, registrá-las e assiná-las juntamente com o presidente;

II - conservar, devidamente arquivados, os documentos da secretaria e os demais documentos da Igreja Local;

III - comunicar à Igreja Local e interessados, as deliberações tomadas pela Coordenação Local de Ação Missionária e pelo Concílio Local;

IV - comunicar à Secretaria Executiva Regional da Associação da Igreja Metodista as resoluções que demandem a sua atuação, inclusive o traslado da ata que consigne o pedido para alienação de bens patrimoniais ou outra providência que demande seu pronunciamento ou do Concílio Regional;

V - enviar ao Bispo/Bispa-presidente os nomes de candidatos/as:

a) aos cursos teológicos da Igreja Metodista;

b) às ordens da Igreja Metodista;

c) à readmissão de ex-membro clérigo;

d) à consagração como evangelista, se membro leigo;

VI - apresentar os livros e documentos da Secretaria à exame, na forma determinada pelo Concílio Local;

VII - arrecadar e arquivar os livros encerrados e os documentos que lhe são confiados;

VIII - zelar pela conservação do material em seu poder;

IX - entregar ao seu sucessor ou sucessora os livros e documentos em uso e todo o material de arquivo da igreja local.

SEÇÃO VII

DA NOMEAÇÃO DO PASTOR OU PASTORA PARA A IGREJA LOCAL

Art. 135. O/a pastor/a é nomeado/a pelo Bispo/Bispa-presidente, como uma das características da conexidade da Igreja Metodista, segundo critérios estabelecidos nesta legislação, assegurada, no processo da nomeação, a participação da Igreja Local, da Região, do Bispo/Bispa-presidente e do/a pastor/a.

§ 1º A nomeação do/a pastor/a leva em conta o Plano Local de Ação Missionária que a Igreja Local pretenda executar no prazo da nomeação, formulado à luz do Plano para a Vida e a Missão da Igreja, do Plano Nacional Missionário e Plano Regional de Ação Missionária, aprovados pelos respectivos concílios.

§ 2º O processo de nomeação previsto neste artigo não invalida o critério da itinerância e o exercício de outros cargos ou serviços previstos na organização eclesiástica, em especial os privativos dos membros clérigos.

§ 3º Todas as igrejas locais são supridas de pastor/a nomeado/a pelo Bispo/Bispa-presidente.

§ 4º Quando mais de um/a pastor/a for nomeado/a para uma mesma Igreja Local, o/a Bispo/Bispa-presidente determina qual deles é o titular, sendo os demais considerados/as pastores/as coadjutores/as, com tarefas a eles/as atribuídas pelo/a titular.

§ 5º Sendo nomeados cônjuges presbítero e presbítera para igrejas diferentes, o bispo/bispa-presidente determina o local da residência do casal.

§ 6º O Concílio Regional regulamenta o processo de nomeação, face às características e necessidades regionais, respeitadas as disposições canônicas.

§ 7º O regime de nomeação é regulamentado pelo Colégio Episcopal.

SEÇÃO VIII DOS MINISTÉRIOS LOCAIS

Art. 136. O trabalho desenvolvido nas igrejas locais toma a forma de ministérios por elas reconhecidos, devendo figurar, dentre eles, obrigatoriamente, os das áreas de expansão missionária, administrativa, de educação, de ação social e o ministério local de trabalho com crianças.

Parágrafo único. O funcionamento dos ministérios locais, coordenados pelo pastor/a titular, é determinado em regimento e normas aprovadas pelo Concílio Local, segundo as diretrizes dos órgãos superiores.

Art. 137. O Concílio Local estabelece a organização da Igreja Local, segundo os dons concedidos pelo Espírito Santo e ministérios de seus membros, homens e mulheres, e as necessidades de serviço da comunidade.

§ 1º Os/as eleitos/as pelo Concílio Local, ou os/as que tiverem seus nomes homologados para exercer funções da organização local são pessoas integrantes do Livro Rol de Membros da Igreja Local, maiores de 15 (quinze) anos, que na Igreja Local desempenham dons e ministérios reconhecidos pela Igreja Metodista.

§ 2º As funções individuais obrigatórias são as de Presidente do Concílio Local, Secretário/a da Igreja Local e Tesoureiro/a da Igreja Local.

§ 3º O Concílio estabelece a organização da Escola Dominical, com as diretrizes estabelecidas no regimento aprovado pela Coordenação Geral de Ação Missionária e pela Coordenação Regional de Ação Missionária.

§ 4º Havendo órgãos coletivos, são os mesmos dirigidos por coordenadores/as, escolhidos/as nos termos do Regimento da Igreja Local.

§ 5º Nos prazos determinados, o/a pastor/a titular, os coordenadores/as de ministérios e os/as ocupantes de funções individuais, presidentes de grupos societários e instituições locais preparam os relatórios e planos de trabalho que são apresentados à Coordenação Local de Ação Missionária, submetidos à aprovação do Concílio Local e incorporados ao Plano Local de Ação Missionária, à vista do Plano para a Vida e a Missão.

§ 6º A pessoa eleita ou cujo nome tenha sido homologado pelo Concílio Local, que se ausenta por mais de 3 (três) meses sem motivo justificado ou é desidiosa no cumprimento de suas obrigações, é substituída a critério do Concílio Local, a partir de proposta da Coordenação Local de Ação Missionária.

§ 7º As funções de Secretário/a da Igreja Local e de Tesoureiro/a da Igreja Local são preenchidas por maiores civilmente capazes, integrantes do Livro de Rol de Membros da igreja local.

§ 8º As pessoas integrantes do Cadastro de Metodistas não Arrolados como Membros da Igreja Metodista podem exercer seus dons e ministérios na Igreja Local, ouvido o pastor/a titular e observada a legislação canônica.

SEÇÃO IX DAS INSTITUIÇÕES SUBORDINADAS AO CONCÍLIO LOCAL

Art. 138. Subordinam-se ao Concílio Local as seguintes instituições:

- I - locais de educação;
- II - locais de ação social;
- III - outras, nos termos da organização aprovada pelo Concílio Local.

§ 1º Os projetos e ações desenvolvidos pelas instituições locais, integra o Plano Local de Ação Missionária, mencionado no Art. 128, inciso II, destes Cânones, elaborado à luz do Plano para a Vida e Missão.

§ 2º Todas as definições de competência e de funcionamento das instituições locais constam de estatuto e regulamento próprio elaborados pelo ministério respectivo e aprovados pelo Concílio Local, que pode alterá-los por iniciativa própria.

§ 3º O desenvolvimento do trabalho das instituições locais é supervisionado e controlado pelo/a pastor/a titular.

SEÇÃO X DOS ÓRGÃOS DO CONCÍLIO LOCAL

Art. 139. Subordinam-se ao Concílio Local:

- I - Coordenação Local de Ação Missionária - CLAM;
- II - pontos missionários;
- III - congregações;
- IV - tesouraria local;

V - grupos societários;

VI - outros órgãos que a organização local estabelece.

Parágrafo único. Os projetos e ações dos órgãos subordinados ao Concílio Local integram o Plano Local de Ação Missionária, mencionado no Art. 128, inciso II, destes Cânones e são elaborados e executados à luz do Plano para a Vida e a Missão, linhas de ação traçadas pelos órgãos superiores, sob a supervisão do pastor/a titular.

Art. 140. Ponto Missionário é o local de trabalho pioneiro de evangelização e educação cristã, mantido por uma Igreja local, em sua área geográfica, ainda sem estruturação, que se constitui em etapa inicial de uma congregação.

Parágrafo único. A Igreja Local pode manter, quando solicitada ou autorizada pela Coordenação Regional de Ação Missionária, ponto missionário em área geográfica distinta da sua, com recursos próprios ou em parceria com outra Igreja local, Distrito ou Região.

Art. 141. A congregação é uma subunidade da Igreja Local, em cuja jurisdição se localiza e desenvolve, regularmente, parte das atividades da Igreja Local, sem número de membros suficientes ou autonomia financeira para tornar-se Igreja Local.

§ 1º O Concílio Local estabelece a organização da congregação, à luz do Art. 139 e seguintes, destes Cânones.

§ 2º A Congregação se reúne em assembléia para definir sua proposta de programa de trabalho a ser apresentada à deliberação do Concílio Local, por meio do Plano Local de Ação Missionária.

§ 3º O Regimento da Igreja Local inclui disposições relativas às suas congregações.

§ 4º O Concílio Regional regulamenta a criação das congregações.

Art. 142. Compete ao Ministério do/a Tesoureiro/a da Igreja Local a execução dos seguintes serviços:

I - encarregar-se da contabilidade e escrituração dos livros de “movimentação diária” (livro caixa, livro de conta corrente ou livro eletrônico) e “livro grade”;

II - receber e depositar, em bancos que o Concílio Local determinar, os recursos financeiros da Igreja Local;

III - efetuar o pagamento das despesas orçadas pelo Concílio Local assim como das despesas eventuais;

IV - apresentar mensalmente o relatório financeiro à Coordenação Local de Ação Missionária;

V - remeter mensalmente à Tesouraria do Concílio Regional as quotas orçamentárias, ofertas e outras importâncias destinadas a fundos distritais, regionais e gerais ou a outros destinatários quando se tratar de ofertas vinculadas;

VI - descontar, dos pagamentos que efetue, os impostos, taxas e contribuições recolhidos na fonte e os encargos sociais devidos à Previdência Social e recolhê-los à entidade correspondente, de acordo com as leis em vigor;

VII - relatar ao Concílio Local e à Coordenação Local de Ação Missionária, enviando cópia do seu relatório anual ao/à Bispo/Bispa-presidente, Superintendente Distrital e Secretaria Executiva Regional da Associação da Igreja Metodista, na forma por ela determinada, para fins de declaração de rendimentos da Associação da Igreja Metodista, juntando as segundas vias de todos os recibos que resultem em dedução de imposto de renda;

VIII - divulgar o balancete financeiro, mensalmente, junto à Igreja Local e encaminhar cópia ao órgão regional competente;

IX - movimentar conta bancária em nome da Associação da Igreja Metodista, assinando juntamente com outros procuradores indicados pela Coordenação Local de Ação Missionária e homologados pelo Concílio Local, e, na ausência destes, os substitutos legais.

Art. 143. Os Grupos Societários compõem-se de pessoas que se reúnem por faixas etárias definidas ou agrupamentos específicos para tratar de necessidades próprias a eles.

§ 1º A integração dos Grupos Societários é feita pela inclusão de seus projetos e ações no Plano Local de Ação Missionária, à luz dos princípios dos dons e ministérios adotados pelo Concílio Local.

§ 2º Os Grupos Societários são reconhecidos pelos respectivos Concílios

Locais e por eles supervisionados.

§ 3º As igrejas locais, à luz das diretrizes gerais, regionais e locais, aprovam o regulamento dos grupos societários.

SEÇÃO XI DA COORDENAÇÃO LOCAL DE AÇÃO MISSIONÁRIA

Art. 144. A Coordenação Local de Ação Missionária - CLAM é o órgão que substitui o Concílio Local, no interregno de suas reuniões e exerce a administração da Igreja Local, segundo regimento aprovado pelo Concílio Local.

Art. 145. Compete à Coordenação Local de Ação Missionária:

I - preparar, coordenar e avaliar o Plano Local de Ação Missionária Missionária, à vista do Plano para a Vida e a Missão da Igreja e Plano Nacional Missionário, com os enfoques e prioridades estabelecidos pelos Concílios Regional e Distrital;

II - nomear a Comissão de Disciplina de acordo com a legislação vigente nestes Cânones.

III - determinar o desligamento de membro leigo de acordo com o artigo 12, inciso II.

Parágrafo único. A Comissão de Disciplina, referida no inciso II, é de caráter transitório, não acumulando mais de um processo e sendo extinta ao final do mesmo.

Art. 146. A Coordenação Local de Ação Missionária é composta dos/as Pastores/as, Secretário/a, Tesoureiro/a, Coordenadores/as de Ministérios Locais, um/a Representante de cada Grupo Societário Local, Presidentes dos Conselhos Diretores das Instituições Locais e outros, nos termos do Regimento da Igreja Local.

Parágrafo único. Os/as candidatos/as a Tesoureiro/a, e Secretário/a são escolhidos/as pela Coordenação Local de Ação Missionária, considerando, inclusive, sugestões enviadas pela Igreja Local, e terão seus nomes homologados pelo Concílio Local.

**TÍTULO IV
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CAPÍTULO I
DAS INSTITUIÇÕES**

**SEÇÃO I
DAS INSTITUIÇÕES EM GERAL**

Art. 147. As Instituições da Igreja são organismos estabelecidos e institucionalizados para a realização da missão, segundo áreas do Plano para Vida e a Missão.

Parágrafo único. As instituições são criadas pelos Concílios Geral, Regional ou Local aos quais se subordinam.

**SUBSEÇÃO I
DA ASSEMBLEIA GERAL**

Art. 148. A Assembléia Geral é o órgão deliberativo superior a constar, na forma da lei civil, do estatuto de cada instituição metodista, com personalidade jurídica própria, organizada na forma de associação com fins não econômicos e vinculada à Coordenação Geral de Ação Missionária, à Coordenação Regional de Ação Missionária ou à Coordenação Local de Ação Missionária, conforme seja o caso.

**SUBSEÇÃO II
DO CONSELHO DIRETOR**

Art. 149. Os Conselhos Diretores das Instituições vinculam-se às respectivas Assembléias Gerais.

§ 1º À juízo da Coordenação Geral de Ação Missionária ou Coordenação Regional de Ação Missionária, as instituições que lhes são subordinadas poderão ter Conselho Diretor único para duas ou mais instituições, formados pelas mesmas pessoas, de modo a ensejar integração administrativa.

§ 2º Os Conselhos Diretores devem relatar, no mínimo uma vez por ano, às respectivas Assembléias Gerais.

Art. 150. Compete aos Conselhos Diretores, na condição de órgãos representantes da Igreja Metodista e em consonância com as diretrizes e normas estabelecidas pela Igreja :

I - supervisionar e orientar as respectivas instituições, zelando pelo cumprimento de suas finalidades;

II - estabelecer a política geral a ser observada pela instituição, definindo diretrizes, metas e normas gerais reguladoras de suas atividades, respeitadas as orientações da Assembléia Geral.

III - aprovar:

- a) o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e o orçamento da instituição, encaminhando à Assembléia Geral para homologação;
- b) documentos e relatórios a serem encaminhados aos órgãos competentes da Igreja Metodista;
- c) a política de gestão de pessoas, plano de cargos e remuneração e quadro de pessoal;
- d) a alienação ou gravame de bens imóveis, submetendo-a à homologação dos órgãos competentes da Igreja Metodista;

IV - indicar à respectiva Assembléia Geral, em lista tríplice, para nomeação pelo Colégio Episcopal, Bispo/Bispa-presidente ou Pastor/a Titular, candidatos ao cargo de confiança de Diretor/a Geral ou Reitor/a;

V - submeter à Assembléia Geral, para nomeação pelo Colégio Episcopal, Bispo/Bispa-presidente ou Pastor/a Titular, candidato/a ao cargo de confiança, de Vice-Diretor/a geral ou Vice-Reitor/a, indicado/a pelo/a Diretor/a Geral ou Reitor/a;

VI - homologar:

- a) convênios, acordos com outras entidades, quando implicarem em ônus extras e questões pertinentes aos princípios da Igreja Metodista;
- b) nomeação de ocupantes de cargos de confiança previstos nos respectivos estatutos, regulamentos e regimentos;

VII - autorizar doações;

VIII - aceitar legados e doações;

IX - encaminhar, à deliberação da Assembléia Geral, as contas da instituição, com o seu parecer;

X - exercer outros encargos previstos em lei, nos Cânones e nos estatutos, regulamentos e regimentos da instituição.

Parágrafo único. Que todos os cargos de reitores, vice-reitores, diretores gerais e vice diretores gerais sejam impreterivelmente ocupados por metodistas e preferencialmente os coordenadores. Seja criada uma política para aproveitamento e formação de metodistas para estes cargos.

Art. 151. Os Conselhos Diretores devem ser compostos por 5 (cinco) membros e mais 1 (um) suplente, sendo que 2 (dois) devem ser membros da Região em que a instituição está localizada.

§ 1º O Suplente, nesta condição, pode participar de todas as reuniões, com direito a voz, para que possa acompanhar o andamento dos trabalhos do Conselho Diretor e da própria instituição.

§ 2º Sendo considerado ministério especial da Igreja Metodista, sem qualquer vinculação contratual ou trabalhista, o mandato de conselheiro é interrompível ad nutum, por decisão da Assembléia Geral, sem que assista ao conselheiro desligado qualquer reivindicação em relação ao período restante do mandato.

§ 3º A Mesa Diretora tem mandato de 2 (dois) anos.

§ 4º Para se evitar desestabilização na atuação do Conselho Diretor, a renovação dos mandatos não deve ser concomitante, alternando-se de 2 (dois) em 2 (dois) anos.

§ 5º Em caso de integração, fusão ou cisão de instituições ou quando uma instituição passa de uma jurisdição para outra (de local para regional ou de regional para geral e vice-versa) encerram-se os mandatos dos conselheiros, sendo o novo conselho recomposto pela nova jurisdição.

§ 6º Os membros dos conselhos diretores têm mandato gratuito, não percebendo qualquer remuneração, benefício ou vantagem.

Art. 152. Para que possa vir a ocupar cargo de direção na instituição, o ex-membro de Conselho Diretor deve estar afastado há mais de 1 (um) ano de sua função no Conselho.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, se a situação assim o requerer, o

prazo mínimo de afastamento pode ser desconsiderado, desde que tal decisão seja homologada pela Assembléia Geral.

Art. 153. As instituições têm estatuto e regulamento aprovados pela Assembléia Geral, na forma estabelecida nestes Cânones, nos quais são definidos foro, competência, finalidade, jurisdição e outros requisitos segundo a lei .

Art. 154. Quando houver necessidade ou conveniência, a critério do concílio respectivo, pode ser outorgada personalidade jurídica à instituição, na forma da lei civil, desde que observadas as seguintes condições:

I - figurar no Estatuto a Associação da Igreja Metodista como entidade instituidora;

II - ter os contratos assinados em nome próprio da instituição, que responde por eles em juízo e fora dele;

III - ter matrícula ou registro próprio nos órgãos previdenciários e fiscais;

IV - elaborar, segundo a lei, balanço patrimonial e de resultado econômico de cada exercício, , com remessa de um exemplar ao concílio respectivo, por intermédio da Secretaria Executiva da Associação da Igreja Metodista, acompanhado do parecer de auditoria interna e, quando for o caso, externa independente;

V - remeter habitualmente ao respectivo concílio, por intermédio da Secretaria Executiva da Associação da Igreja Metodista, avisos de lançamentos relativos às variações patrimoniais verificadas, para incorporação à contabilidade da Associação da Igreja Metodista.

Art. 155. Os bens imóveis adquiridos poderão ser registrados em nome da instituição, desde que haja prévia consulta à Coordenação Geral de Ação Missionária ou Coordenação Regional de Ação Missionária e parecer favorável da Associação da Igreja Metodista.

Parágrafo único. Antes de alienar bens imóveis registrados em seu nome, a instituição requererá pareceres à Associação da Igreja Metodista.

Art. 156. A Coordenação Geral de Ação Missionária define como serão inscritas nos órgãos públicos e previdenciários as instituições que não dispõem de personalidade jurídica própria, ficando estas, entretanto, responsáveis por qualquer recolhimento de contribuições, impostos, taxas e outros ônus decorrentes do seu funcionamento.

Art. 157. Anualmente, em prazo e forma fixados pela Coordenação Geral de Ação Missionária, as instituições encaminham-lhe uma via do balanço patrimonial e de resultado econômico de cada exercício, além de outros documentos que lhes forem solicitados para a necessária consolidação contábil e elaboração da declaração anual de renda, exigida pela legislação fiscal.

Art. 158. Os serviços das instituições, de qualquer natureza, integram o Plano Nacional Missionário e o Plano de Ação do concílio respectivo, com a definição de sua participação e responsabilidades, respeitadas as exigências legais.

Art. 159. A Coordenação Geral de Ação Missionária e o Colégio Episcopal prestam assistência e orientação às instituições da Igreja Metodista, segundo suas áreas de atuação, cabendo ao Colégio Episcopal nomear, para as instituições metodistas de educação da área geral, diretor/a geral, reitor/a, vice-diretor/a geral, vice-reitor/a, coordenador/a e agentes das Pastorais Escolares e Universitárias.

Art. 160. Fica vedada aos Concílios Distritais a criação de Instituições.

SEÇÃO II DAS INSTITUIÇÕES METODISTAS DE EDUCAÇÃO

Art. 161. O Conselho Diretor é o órgão que congrega representantes da Igreja Metodista e administra cada instituição, subordinando-se à respectiva Assembléia Geral.

Art. 162. A Coordenação Nacional de Educação é responsável por formar e manter cadastro de candidatos a membros de conselhos diretores das instituições educacionais gerais, que atendam, minimamente, aos seguintes critérios:

- I - ser membro da Igreja Metodista há, pelo menos, 5 (cinco) anos;
- II - ser civilmente capaz ou emancipado, de acordo com a lei vigente;
- III - ter formação em nível superior completo;
- IV - ter reconhecida experiência na área da Educação ou Administração;
- V - ser detentor de outros conhecimentos, reputados importantes para desempenho do cargo;
- VI - atender às demais exigências canônicas;
- VII - atender a outros critérios determinados pelos órgãos competentes da

Igreja.

Art. 163. A Coordenação Geral de Ação Missionária é responsável por credenciar os candidatos a membros de conselhos diretores de instituições educacionais gerais, a partir do cadastro mantido pela Coordenação Nacional de Educação.

§ 1º Uma vez credenciados pela Coordenação Geral de Ação Missionária, os candidatos devem passar por curso de capacitação de conselheiros, organizado e oferecido periodicamente pelo COGEIME.

§ 2º A nomeação de membros dos conselhos diretores das Instituições será feita pela Coordenação Geral de Ação Missionária, na condição de Assembléia Geral de cada instituição, entre os candidatos previamente credenciados/as e aprovados no curso de capacitação.

§ 3º Salvo no caso previsto no Art. 149 § 1º, cada conselheiro pode ser eleito para apenas um Conselho Diretor, em nível geral, observado o seguinte:

- a) ex-funcionário/a de Instituição Metodista de Educação - IME só pode ser eleito/a para o conselho diretor da instituição em que tenha trabalhado após 5 (cinco) anos de seu desligamento.
- b) não pode ter cônjuge ou parentes até terceiro grau exercendo qualquer cargo, função ou prestação de serviços remunerada na respectiva Instituição Metodista de Educação.
- c) não pode ser funcionário/a de uma outra instituição educacional da Igreja Metodista.

Art. 164. A Coordenação Regional de Ação Missionária é responsável por credenciar os candidatos/as a membros de conselhos diretores de instituições educacionais regionais, a partir do cadastro mantido pela Coordenação Regional de Educação Cristã.

§ 1º Uma vez credenciados pela Coordenação Regional de Ação Missionária, os/as candidatos/as devem passar por curso de capacitação de conselheiros/as, organizado e oferecido periodicamente pelo COGEIME.

§ 2º A nomeação de membros dos conselhos diretores das instituições será feita pela Coordenação Regional de Ação Missionária, na condição de Assembléia Geral de cada instituição, dentre os candidatos/as previamente credenciados/as e aprovados no curso de capacitação.

§ 3º Salvo no caso previsto no Art. 149 § 1º, cada conselheiro/a pode ser eleito/a para apenas um Conselho Diretor, em nível geral, observado o seguinte:

- a) ex-funcionário/a de instituição metodista educacional só pode ser eleito/a para o Conselho Diretor da instituição em que tenha trabalhado após 5 (cinco) anos de seu desligamento (art. 175 dos Cânones).
- b) não pode ter cônjuge ou parentes até terceiro grau exercendo qualquer cargo, função ou prestação de serviços remunerada na respectiva instituição metodista de educação.
- c) Não pode ser funcionário/a de uma outra instituição educacional da Igreja Metodista.

Art. 165. O mandato de membro de Conselho Diretor é de 4 (quatro) anos, devendo-se coibir que o conselheiro exerça mais de 2 (dois) mandatos consecutivos no mesmo Conselho.

SEÇÃO III DA REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO

Art. 166. A Rede Metodista de Educação é constituída das instituições metodistas de educação - IME, e tem por objetivo oferecer uma educação de boa qualidade e com as marcas de sua confessionalidade.

§ 1º As instituições de Educação Secular da Igreja Metodista podem atuar em todos os seus graus e níveis, de acordo com as leis do país e com as Diretrizes para a Educação da Igreja Metodista, sem fins econômicos, enfatizando sua característica confessional.

§ 2º A Igreja Metodista entende a Educação Secular como o processo que oferece formação melhor qualificada nas suas diversas fases, possibilitando às pessoas o desenvolvimento de uma consciência crítica e seu comprometimento com a transformação da sociedade, segundo a missão de Jesus Cristo.

§ 3º O Colégio Episcopal e os bispos e bispas zelam para que se apliquem e se cumpram as Diretrizes para a Educação da Igreja Metodista - DEIM e do Plano para a Vida e Missão da Igreja - PVMI, respectivamente, nas instituições da Rede Metodista de Educação.

Art. 167. O COGEIME - Instituto Metodista de Serviços Educacionais é o órgão da

Igreja Metodista que planeja, coordena, supervisiona, integra, apóia, acompanha e controla obrigatoriamente, todas as unidades da Rede Metodista de Educação, em qualquer nível ou natureza, subordinando-se ao Concílio Geral.

SUBSEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 168. A Assembléia Geral, eleita pelo concílio respectivo, jurisdiciona, em nome da Igreja Metodista, as instituições metodistas de educação e o COGEIME.

Parágrafo único. Os representantes dos associados na Assembléia Geral das Instituições Gerais e Regionais são os mesmos integrantes da Coordenação Geral de Ação Missionária e Coordenação Regional de Ação Missionária, respectivamente.

Art. 169. São competências da Assembléia Geral:

I - supervisionar a respectiva instituição, salvaguardando os interesses da Igreja Metodista, quer sejam relativos à missão ou de caráter institucional geral;

II - nomear os membros do Conselho Diretor e, dentre eles, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho;

III - destituir os membros do Conselho Diretor;

IV - determinar a contratação de auditorias independentes para o exame e parecer sobre aspectos contábeis, fiscais e administrativos em geral da instituição;

V - autorizar, por recomendação do Conselho Superior de Administração - CONSAD do COGEIME, a integração, fusão, incorporação ou cisão de instituições metodistas de educação ;

VI - delegar atribuições das instituições metodistas de educação para que sejam executadas auditorias pelo COGEIME, sempre que as estratégias otimizadoras de gestão o recomendarem, mediante contrato de prestação de serviços;

VII - aprovar e alterar o Estatuto e Regulamento da respectiva instituição;

VIII - homologar o planejamento estratégico, o orçamento e Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI;

IX - aprovar as contas consubstanciadas no balanço patrimonial e de resultado econômico do COGEIME e de cada instituição metodista de educação, na forma da lei;

X - deliberar sobre a extinção de instituição;

XI - apreciar e deliberar sobre relatórios anuais da instituição;

XII - encaminhar, anualmente, relatórios econômico-financeiros e pedagógicos da instituição aos associados;

XIII - demais competências legais, canônicas, estatutárias e regulamentares.

§ 1º Compete a Assembléia Geral do COGEIME, nomear e destituir os membros do Conselho Superior de Administração e, dentre eles, o Presidente e o Vice-Presidente;

§ 2º Para as deliberações a que se referem os incisos II, III, VII e X e o § 1º deste artigo é exigido o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembléia Geral, não podendo a mesma deliberar sem presença da maioria absoluta dos convocados.

SUBSEÇÃO II DO COGEIME

Art. 170. O COGEIME vincula-se ao Concílio Geral e, no seu interregno, à Coordenação Geral de Ação Missionária, cujos membros são os representantes dos associados na Assembléia Geral.

Art. 171. As competências do COGEIME, em relação às unidades da Rede Metodista de Educação, são definidas em seu estatuto e abrangerão, entre outros, os seguintes aspectos:

I - planejar, coordenar, supervisionar, integrar, apoiar, acompanhar, e controlar, obrigatoriamente, todas as unidades da Rede, de qualquer nível ou natureza, quer gerais, regionais ou locais, a luz das Diretrizes para a Educação da Igreja Metodista;

II - apoiar a pesquisa e produção científica e pedagógica;

III - exercer a controladoria sobre o patrimônio immobilizado, movimento financeiro e regularidade fiscal das instituições metodistas de educação;

IV - estabelecer programas de capacitação de pessoal, em colaboração com as instituições metodistas de educação;

V - prestar assessoria jurídica e jurídico-educacional;

VI - prestar serviços administrativos e fiscais;

VII - elaborar planejamento estratégico de novas iniciativas educacionais e de ocupação geográfica;

VIII - elaborar o seu orçamento e o integrado da Rede para a homologação da Assembléia Geral;

IX - exercer as funções de auditoria interna nas unidades da Rede Metodista de Educação;

X - selecionar e contratar serviços de auditoria externa independente, para as unidades da Rede, nos casos de exigência legal ou de gestão;

XI - encaminhar às assembleias gerais das instituições metodistas de educação e aos órgãos competentes da Igreja Metodista, relatório de auditorias realizadas;

XII - propor, em caso de necessidade, aos órgãos competentes da Igreja Metodista, intervenção em unidades da Rede;

XIII - organizar e oferecer cursos de capacitação para candidatos a membros de conselhos diretores;

XIV - assessorar os órgãos deliberativos da Igreja Metodista e das instituições metodistas de educação, em seus diferentes níveis, na análise e apreciação dos estatutos e regulamentos, quando da sua elaboração ou alteração;

XV - promover e apoiar programas, projetos e atividades, que visem à responsabilidade, à assistência social e à promoção da cidadania;

XVI - desenvolver projetos de captação de recursos para a Rede Metodista de Educação e suas unidades;

XVII - exercer outras funções correlatas, inerentes à área de educação, bem como atribuições que venham a lhe ser designadas pelos órgãos competentes da Igreja Metodista.

Art. 172. A sede do COGEIME será na mesma cidade onde se localizar a Sede Nacional da Igreja Metodista, de modo a facilitar as atividades de coordenação, de integração, de comunicação e de articulações jurídico-político-acadêmicas das instituições metodistas de educação.

Parágrafo único. O COGEIME deve manter representação em Brasília, prestando serviços a todas as instituições da Rede.

Art. 173. O COGEIME tem a seguinte estrutura:

- I - Assembléia Geral;
- II - Conselho Superior de Administração - CONSAD;
- III - Superintendência;
- IV - Comitê Executivo Superior - COESU

§ 1º A Assembléia Geral do COGEIME tem sua competência estabelecida no **Art. 168** e seus parágrafos, bem como em seu estatuto e regulamento.

§ 2º O Conselho Superior de Administração é o órgão deliberativo superior do COGEIME.

Art. 174. São membros do Conselho Superior de Administração:

I - membros votantes: os/as presidentes dos conselhos diretores das instituições metodistas de educação da área geral, garantida a composição mínima de cinco membros votantes e suplentes.

II - membros não-votantes:

- a) o coordenador nacional de educação;
- b) o diretor-superintendente do COGEIME.

§ 1º Caso o número de conselhos diretores das instituições metodistas de educação venha a ser inferior a 5 (cinco), a Assembléia Geral nomeará tantos vice-presidentes quantos forem necessários para a composição mínima, dando-se preferência aos conselhos diretores das instituições com maior número de alunos.

§ 2º Os membros do Conselho Superior de Administração têm mandatos de

4 (quatro) anos, podendo ser reeleitos 1 (uma) vez.

§ 3º A função de membro do Conselho Superior de Administração é de natureza voluntária, sem vínculo empregatício.

§ 4º Sendo considerado ministério especial da Igreja Metodista, sem qualquer vinculação contratual ou trabalhista, o mandato de membro do Conselho Superior de Administração é interrompível ad nutum, por decisão da Assembléia Geral, sem que assista ao membro desligado qualquer reivindicação em relação ao período restante do mandato.

Art. 175. As deliberações do Conselho Superior de Administração são tomadas pelo plenário de seus membros ou pela mesa diretora, *ad referendum* do Conselho Pleno.

§ 1º A mesa do Conselho Superior de Administração é composta de presidente, vice-presidente e secretário/a.

§ 2º O/a presidente e o/a vice-presidente são nomeados pela Assembléia Geral e o/a secretário/a eleito/a entre os seus pares.

Art. 176. São competências do Conselho Superior de Administração:

I - deliberar sobre a organização e o funcionamento do COGEIME e das unidades da Rede Metodista de Educação, no interregno das reuniões da Assembléia Geral, ou por delegação desta;

II - indicar à Assembléia Geral, em lista tríplice, nomes para escolha do Diretor-Superintendente, e sua nomeação pelo Colégio Episcopal;

III - encaminhar à Assembléia Geral, por indicação do Diretor/a-Superintendente, nomes para escolha dos/as vice-diretores/as superintendentes, e sua nomeação pelo Colégio Episcopal;

IV - homologar as designações e dispensas pelo Diretor/a-Superintendente de ocupantes de cargo de confiança, integrantes da estrutura organizacional do COGEIME, na forma do estatuto e do seu regulamento;

V - emitir pareceres e propor alterações nos estatutos e regulamento do COGEIME e das instituições metodistas de educação;

VI - aprovar o planejamento estratégico e Plano de Desenvolvimento Institucional do COGEIME e o integrado da Rede Metodista de Educação;

VII - encaminhar à Assembléia Geral, com o seu parecer, o orçamento do COGEIME e o integrado da Rede Metodista de Educação;

VIII - assessorar tecnicamente as instituições metodistas de educação na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e do orçamento;

IX - encaminhar as contas do COGEIME, com o seu parecer, à deliberação da Assembléia Geral;

X - estabelecer programas de desenvolvimento e expansão da Rede;

XI - demais competências legais, canônicas, estatutárias e regulamentares.

Parágrafo único. Os incisos I, VI e X são encaminhados à homologação da Assembléia Geral.

Art. 177. Aplicam-se ao Conselho Superior de Administração, no que couber, as demais disposições canônicas que regulamentam a atuação dos conselhos diretores.

Art. 178. A Superintendência do COGEIME compõe-se de:

I - Diretor/a-Superintendente, autoridade executiva superior, responsável pela gestão do COGEIME;

II - 1º Vice-Diretor/a-Superintendente, que substitui o Diretor/a-Superintendente em sua ausência, é Vice-Presidente do Comitê Executivo Superior e supervisiona a área de Educação Superior da Rede Metodista de Educação.

III - 2º Vice-Diretor/a-Superintendente, que substitui o 1º Vice-Diretor/a-Superintendente e na ausência deste e do Diretor/a-Superintendente, assume a presidência do Comitê Executivo Superior e supervisiona a área de Educação Básica da Rede Metodista de Educação.

Parágrafo único. As Vice-Diretorias da Superintendência serão instaladas por autorização da Assembléia Geral, mediante solicitação do Conselho Superior de Administração.

Art. 179. O Comitê Executivo Superior, órgão colegiado de integração das instituições metodistas de educação e de assessoramento ao Conselho Superior de Administração é composto pelos/as titulares da Superintendência e pelos

Diretores/as Gerais/Reitores/as das Instituições Metodistas de Educação da Área Geral.

Art. 180. O COGEIME organiza-se por câmaras especializadas, que o auxiliam em suas decisões mediante pareceres.

Art. 181. O COGEIME pode estabelecer comissões assessoras, estimulando a participação de especialistas nos variados campos acadêmicos ou administrativos das instituições metodistas de educação e da própria Igreja Metodista, para contribuir com estudos, avaliações e sugestões embasadoras de suas decisões plenárias.

Art. 182. O COGEIME, para o exercício de suas funções estatutárias, estabelece sua estrutura orgânica através do regulamento do seu Estatuto.

Art. 183. As receitas do COGEIME serão provenientes das contribuições obrigatórias das instituições metodistas de educação, nas bases fixadas pela Assembléia Geral, por auxílios, subvenções, doações, patrocínios, rendas de prestação de serviços e rendas patrimoniais.

SUBSEÇÃO III DAS INSTITUIÇÕES METODISTAS DE EDUCAÇÃO

Art. 184. As instituições metodistas de educação têm por missão exercer influência na formação de crianças, jovens e adultos, em conformidade com os valores e as diretrizes educacionais da Igreja Metodista, exercendo suas atividades em todos os níveis.

Art. 185. Cada instituição mantém-se como pessoa jurídica distinta, com estrutura e funcionamento de acordo com sua missão e potencial instalado, subordinando-se à Assembléia Geral e ao COGEIME, como unidade central da Rede Metodista de Educação, nos aspectos definidos nestes Cânones e em seu Estatuto.

Parágrafo único. A criação das instituições metodistas de educação, de educação básica ou ensino superior, por iniciativa de Igreja Local ou Área Regional, deve ser condicionada a parecer favorável do COGEIME.

Art. 186. As instituições metodistas de educação, na forma da legislação civil, organizam-se como associações sem fins econômicos, podendo postular junto aos órgãos públicos para serem, também, entidades beneficentes de assistência social.

Parágrafo único. As instituições metodistas de educação levarão no início

de sua denominação jurídica o termo “Metodista”, de maneira a bem caracterizar sua vinculação e a marca da confessionalidade .

Art. 187. O Colégio Episcopal, a Coordenação Geral de Ação Missionária, os/as bispos/bispas-presidentes de Concílios Regionais, as Coordenações Regionais de Ação Missionária, o COGEIME e o Conselho Diretor de cada instituição, têm o dever de zelar para que se apliquem e se cumpram na Rede Metodista de Educação, as diretrizes canônicas para a Educação Secular.

Art. 188. O/a Diretor/a Geral é membro não-votante do Conselho Diretor da instituição metodista de educação.

Parágrafo único - A IME com *status* de Centro Universitário ou Universidade tem um Reitor, acumulando, sem ônus adicionais, a função de Diretor Geral.

SEÇÃO IV **DAS INSTITUIÇÕES DE PREPARO BÍBLICO-TEOLÓGICO**

Art. 189. As instituições de educação teológica são órgãos mantidos pela Igreja Metodista com o objetivo de capacitar seus membros para o exercício dos diversos ministérios necessários ao cumprimento da missão.

Art. 190. O currículo mínimo, a estrutura dos cursos de formação teológica e os critérios para credenciamento de professores/as de teologia nas instituições de ensino teológico da Igreja Metodista são estabelecidos no Plano Nacional de Educação Teológica - PNET, preparado pela Coordenação Nacional de Educação Teológica - CONET e aprovado pelo Colégio Episcopal.

§ 1º As instituições de educação teológica da Igreja Metodista integram-se por meio da Coordenação Nacional de Educação Teológica.

§ 2º A Coordenação Nacional de Educação Teológica, órgão assessor do Colégio Episcopal na área de educação teológica e integrante do Sistema Metodista de Educação, é composta por representante do Colégio Episcopal, Reitor/a da Faculdade de Teologia, diretores/as dos centros teológicos regionais e outras pessoas de reconhecido saber e experiência no campo da educação teológica, nomeados/as pelo Colégio Episcopal, com a responsabilidade de preparar e implementar o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação Teológica, nos termos da regulamentação aprovada pelo Colégio Episcopal.

§ 3º A Coordenação Nacional de Educação Teológica estabelece, no Plano Nacional de Educação Teológica, critério de padrão para ministração dos cursos

de formação teológica na Faculdade de Teologia e nos centros teológicos regionais, submetendo esse critério à aprovação do Colégio Episcopal.

§ 4º A instituição geral de preparo bíblico-teológico de nível superior é a Faculdade de Teologia da Igreja Metodista.

§ 5º A educação teológica é o processo que visa à compreensão da história em confronto com a realidade do Reino de Deus, à luz da Bíblia e da tradição cristã reconhecida e aceita pelo Metodismo Histórico, como instrumento de reflexão e ação, para capacitar o povo de Deus, leigos/as, clérigos/as, para a Vida e a Missão na dimensão profética.

SEÇÃO V DAS INSTITUIÇÕES DE AÇÃO SOCIAL

Art. 191. As instituições de ação social são estabelecimentos instituídos pela Igreja Metodista e têm por finalidade a prestação de serviços, como cumprimento da Missão, na área de ação social, à luz do Plano para a Vida e a Missão.

Art. 192. As instituições e os ministérios de ação social da Igreja Metodista têm por objetivos:

I - conscientizar o ser humano de que é sua responsabilidade participar na construção do Reino de Deus, promovendo a vida, num estilo que seja acessível a todas as pessoas;

II - cooperar para que a pessoa e a comunidade se libertem de tudo quanto as escraviza;

III - participar na busca e efetivação de soluções de necessidades pessoais, sócio-econômicas, de trabalho, de saúde, de educação e de outras fundamentais para a dignidade humana.

§ 1º As instituições metodistas de ação social integram a organização geral, regional, ou local a que estejam vinculadas, aplicando-se-lhes as normas relativas a instituições constantes destes Cânones.

§ 2º O plano de ação das instituições metodistas de ação social integra o Plano de Ação da Igreja Geral, Regional ou Local que as institui.

§ 3º As instituições metodistas de ação social contam com um Conselho Consultivo, composto de representantes da comunidade, com vistas ao desenvolvimento de trabalhos de interesse comum e alcance da participação

efetiva de pessoas e de recursos comunitários.

§ 4º As instituições metodistas de ação social locais, regionais e gerais filiam-se ao Conselho Geral de Instituições Metodistas de Ação Social - COGIMAS, devendo ter seu funcionamento garantido pelo concílio instituidor, ao qual caberá prover no respectivo orçamento a verba necessária para o seu sustento econômico-financeiro.

§ 5º O Conselho Geral das Instituições Metodistas de Ação Social é o órgão de apoio aos conselhos diretores das instituições de ação social da Igreja Metodista, para a implementação da filosofia e diretrizes nesta área, com base nos documentos aprovados pela Coordenação Geral de Ação Missionária.

CAPÍTULO II

DAS NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Art. 193. A administração econômico-financeira é exercida pelos concílios, Coordenações Geral, Regional e Local de Ação Missionária conselhos diretores e tesourarias.

Parágrafo único. A Coordenação Geral de Ação Missionária estabelece as normas complementares a este capítulo.

SEÇÃO I

DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Art. 194. O planejamento econômico-financeiro tem por finalidade o levantamento das possibilidades reais da Igreja Metodista, para disciplinar cada atividade e consolidar suas ações, como uma das expressões de sua integração como Igreja Metodista.

§ 1º O instrumento básico do planejamento é o orçamento-programa que abrange todas as atividades da Igreja Metodista.

§ 2º Os/as Presidentes da Coordenação Geral de Ação Missionária, Coordenação Regional de Ação Missionária e Coordenação Local de Ação Missionária, segundo a organização de cada uma, elaboram propostas de seus orçamentos-programas, sendo os mesmos aprovados pelos concílios respectivos, dos quais constam todos os recebimentos e pagamentos previstos em função do Plano de Ação que será realizado no período.

§ 3º As igrejas locais encaminham seus orçamentos-programas ao/à presidente do Concílio Regional, que os consolida em um único instrumento, após

a inclusão do seu próprio orçamento-programa, remetendo-o à aprovação do seu concílio.

§ 4º A consolidação se faz conforme os planos de ação dos ministérios, para fins de planejamento, acompanhamento e avaliação.

§ 5º O Concílio Regional, ao estabelecer a quota orçamentária por igreja local, leva em conta a situação sócio-econômica e o número de membros de cada uma, conforme Livro de Rol de Membros da Igreja Local.

§ 6º A Coordenação Geral de Ação Missionária aprova as normas técnicas para elaboração de orçamento-programa.

§ 7º As despesas de viagem e hospedagem de representantes em concílios, conselhos e similares são pagas pelos respectivos órgãos representados.

§ 8º Os recursos econômico-financeiros provenientes de igrejas cooperantes, órgãos para-eclesiásticos e similares são aplicados exclusivamente em projetos e programas aprovados pelos concílios.

SEÇÃO II DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

Art. 195. Cabe a cada órgão proceder ao controle da execução do planejamento econômico-financeiro de sua jurisdição, mediante o acompanhamento de relatórios ou de outro instrumento aprovado pela Coordenação Geral de Ação Missionária.

Parágrafo único. Nenhum órgão, instituição ou Igreja Local pode aplicar fundos senão nos fins para os quais foram feitas as contribuições nem autorizar a particulares empréstimos de fundos que se destinam ao seu trabalho.

SEÇÃO III DOS RECEBIMENTOS, PAGAMENTOS E GUARDA DE VALORES

Art. 196. Os recebimentos, pagamentos e guarda de valores são de competência dos tesoureiros/as, que utilizam livros contábeis para sua escrituração, de acordo com o plano de contas aprovado pelo Concílio Geral, para aplicação em todos os níveis da administração.

§ 1º As Tesourarias são as seguintes:

- a) da Igreja Local;

- b) dos Concílios Regionais;
- c) do Concílio Geral;
- d) das instituições que funcionam em nome da Associação da Igreja Metodista.

§ 2º As pessoas, indicadas nesta legislação, recebem poderes especiais para movimentação de contas bancárias em nome da Associação da Igreja Metodista, mediante procuração com validade de 2 (dois) anos, autorizada pelo órgão competente, vedado o substabelecimento, sempre assinando em conjunto, nos termos destes Cânones.

§ 3º As Tesourarias só podem manter conta em bancos autorizados pelas Coordenações Geral, Regional e Local de Ação Missionária, conforme o caso.

§ 4º Os órgãos das igrejas locais podem indicar pessoas credenciadas para proceder ao levantamento de recursos e pagamentos decorrentes de seu funcionamento, e que sejam sujeitas à prestação de contas perante a Tesouraria.

§ 5º Os/as tesoureiros/as são os responsáveis finais pela qualidade e segurança do trabalho por eles desenvolvido e pelos seus prepostos, cabendo aos primeiros a fiscalização das atividades por estes executadas, em seu nome.

CAPÍTULO III **DAS NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL**

Art. 197. A administração patrimonial da Igreja Metodista é exercida pelos concílios e Secretarias Executivas da Associação da Igreja Metodista, nos termos desta legislação, tendo por finalidade disciplinar o uso adequado dos bens, sua conservação e manutenção, assim como estabelecer normas para a aquisição, troca, alienação, hipoteca e outras providências relativas ao patrimônio da Igreja.

§ 1º Entendem-se como bens patrimoniais, para os efeitos deste capítulo, apenas os imóveis, veículos e títulos de crédito.

§ 2º Em todos os casos, os imóveis que são de propriedade da Associação da Igreja Metodista, utilizados por instituições da Igreja Metodista com personalidade jurídica própria, são entregues a elas sob a forma de locação.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, as despesas com a manutenção e conservação são do órgão locatário e qualquer acréscimo que seja feito ao imóvel

cedido passa a integrá-lo sem que seja devido qualquer ressarcimento à instituição.

§ 4º A realização dos acréscimos mencionados no § 3º deste artigo dependem de autorização prévia da Secretaria Executiva da Associação da Igreja Metodista à qual está vinculada a instituição.

§ 5º Os Concílios Geral e Regional decidem sobre a aquisição com ônus, assim como sobre alienação, troca, recebimentos de legados e doações, mediante parecer favorável da correspondente Secretaria Executiva da Associação da Igreja Metodista.

§ 6º As disposições do presente capítulo aplicam-se, no que couber, às instituições mantidas pela Associação da Igreja Metodista e que tenham personalidade jurídica própria.

§ 7º Todas as despesas decorrentes da administração patrimonial, nos termos do presente capítulo, correm à conta do órgão interessado ou responsável pelo bem.

§ 8º Todas as providências legais referentes à transação aprovada são de responsabilidade do órgão interessado ou responsável pelo bem, especialmente no que tange à lavratura de escrituras, registros nos cartórios próprios, registro ou inscrição de documentos nos órgãos públicos e outras pertinentes a cada caso.

§ 9º Todos os órgãos responsáveis por bens da Associação da Igreja Metodista devem manter devidamente escriturado o livro de inventário, do qual extraem e mandam à Secretaria Executiva da Associação da Igreja Metodista do seu nível, em 31 de dezembro de cada ano, relação dos bens existentes, juntamente com os comprovantes dos direitos da Igreja Metodista sobre imóveis, títulos nominativos adquiridos, assim como da averbação de construções realizadas no ano.

SEÇÃO I **DA AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO DE DOAÇÕES E** **LEGADOS E TROCA POR BEM DE MAIOR VALOR**

Art. 198. O patrimônio da Igreja Metodista pode ser acrescido por aquisição, recebimento de doações, legados ou troca por bens de maior valor, obedecidas as seguintes condições:

I - solicitação do órgão interessado;

II - aprovação prévia pelo concílio correspondente;

III - comprovação da viabilidade financeira para realização da transação, quando se tratar de aquisição ou troca;

IV - não existência de cláusulas que obriguem a Igreja Metodista a tomar providências que contrariem suas finalidades ou que lhe sejam excessivamente onerosas, nos casos de doação ou legado;

V - autorização para o substabelecimento de procuração pela Associação da Igreja Metodista, pelo órgão competente, com a indicação da qualificação da pessoa proposta e os fins a que se destina;

VI - remessa de ata da reunião do concílio em que foi aprovada a transação à Secretaria Executiva da Associação da Igreja Metodista do seu nível.

Art. 199. A Secretaria Executiva da Associação da Igreja Metodista, Geral ou Regional, conforme o caso, examina os documentos recebidos e, se em ordem, concede o substabelecimento da procuração da Associação da Igreja Metodista, quando não for indicada a participação direta da própria Secretaria Executiva.

SEÇÃO II DA ALIENAÇÃO OU TROCA DE BENS IMÓVEIS POR OUTROS DE MENOR VALOR

Art. 200. Os bens livres da Igreja Metodista podem ser objeto de alienação ou troca por outros de menor valor, desde que obedecidas as seguintes condições:

I - solicitação do órgão interessado;

II - aprovação pelo Concílio Regional ou Geral, conforme o caso;

III - indicação do preço e do plano de aplicação do valor da alienação ou da finalidade do novo bem, quando se tratar de troca, e aplicação da diferença do preço;

IV - indicação do nome da pessoa que receberá o substabelecimento da procuração para os atos legais necessários e sua qualificação, quando não for indicada a participação direta da Secretaria Executiva da Associação da Igreja Metodista;

V - lavratura, pelos órgãos participantes da decisão, de ata especial da reunião, onde estejam perfeitamente identificados os bens ou o bem, o valor da

transação, a forma de recebimento e os dados indicados nos incisos III e IV, deste artigo, nos termos do Art. 197, § 5º destes Cânones;

VI - parecer favorável da Secretaria Executiva da Associação da Igreja Metodista sob cuja jurisdição se encontra o imóvel.

§ 1º O produto da alienação de um bem somente se aplica na aquisição ou melhoria de outro para o mesmo fim, salvo decisão em contrário dos Concílios Geral ou Regional, conforme for o caso.

§ 2º Os Concílios Geral e Regional podem decidir contra o parecer da Secretaria Executiva da Associação da Igreja Metodista, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 3º O Concílio Local pode aplicar as normas previstas neste artigo, exclusivamente com relação aos imóveis utilizados por suas congregações.

SEÇÃO III DOS EMPRÉSTIMOS

Art. 201. Os bens imóveis da Igreja Metodista podem servir de garantia hipotecária a empréstimos contratados com a finalidade de aplicação patrimonial, seja para aquisição, construção ou ampliação nas igrejas locais ou instituições, obedecidas as condições do artigo 198 destes Cânones, no que couber.

Parágrafo único. Os empréstimos com ou sem garantia hipotecária dependem de autorização do Concílio Geral ou Regional ao qual o solicitante esteja vinculado, mediante parecer favorável da Secretaria Executiva da Associação da Igreja Metodista do respectivo nível.

Art. 202. Em casos especiais, a Associação da Igreja Metodista pode dar aval a transações financeiras de igrejas locais e de instituições, de acordo com a regulamentação baixada pelo Concílio Geral.

SEÇÃO IV DAS CONSTRUÇÕES

Art. 203. As construções obedecerão às seguintes condições:

I - aprovação prévia dos Concílios Geral ou Regional ou do conselho diretor, quando se tratar de instituição, e da Secretaria Executiva Geral ou Regional da Associação da Igreja Metodista, nos demais casos;

II - execução pelo órgão responsável, das seguintes medidas:

- a) providenciar os projetos e plantas;
- b) solicitar orçamentos, estudá-los e submetê-los à aprovação do Concílio ou Conselho Diretor correspondente, com parecer;
- c) escolher a empresa construtora e a forma contratual;
- d) verificar se o terreno está devidamente registrado em nome da Associação da Igreja Metodista ou, se usado por contrato, livre de qualquer risco;
- e) submeter os projetos e plantas às aprovações legais;
- f) verificar se toda a documentação relativa à construção está em nome da Associação da Igreja Metodista;
- g) providenciar a inscrição da construção no órgão da Previdência Social competente, quando for o caso;
- h) contratar a execução da construção, por meio do representante legal;
- i) acompanhar o andamento da construção, verificando se os projetos e plantas estão sendo obedecidos;
- j) requerer junto às repartições o “habite-se” e a correspondente certidão, providenciando sua averbação no cartório de registro de imóveis, com envio de cópia desta à Secretaria Executiva da Associação da Igreja Metodista, Geral ou Regional, conforme o caso, juntamente com o relatório financeiro da obra;
- k) determinar o método de levantamento dos recursos necessários à construção, autorizar o estabelecimento bancário no qual os depósitos são efetuados em nome da Associação da Igreja Metodista, quando não se tratar de instituição com personalidade jurídica própria.

§ 1º Recursos para construções só podem ser levantados na área de outro concílio, quando esta conceder autorização expressa.

§ 2º Os recursos destinados à construção são movimentados pelo/a Tesoureiro/a correspondente e depositados em conta bancária especial.

§ 3º Os contratos de construção são assinados por procurador/a escolhido/a pelo concílio correspondente, portador/a de procuração com poderes especiais, substabelecida pelo/a Secretário/a Executivo da Associação da Igreja Metodista da jurisdição, podendo ser firmados por empreitada ou administração, com ou sem financiamento.

§ 4º Não é permitida a construção de qualquer natureza em terreno cuja propriedade não esteja assegurada por escritura lavrada em nome da Associação da Igreja Metodista e registrada no registro de imóveis, salvo quando houver contrato de cessão aprovado e assinado pelo órgão próprio da Associação da Igreja Metodista, no qual estejam definidas as responsabilidades das partes e o prazo de utilização.

§ 5º O órgão ou instituição pode contratar, com ou sem ônus, os profissionais necessários à administração das obras, quando a exigência legal assim o determinar.

§ 6º As instituições da Igreja Metodista em geral aplicam, no que couber, as disposições deste artigo.

§ 7º Em nenhuma hipótese é permitida a construção de terceiros em próprios da Associação da Igreja Metodista.

SEÇÃO V DO CADASTRO DE BENS IMÓVEIS

Art. 204. A Secretária Executiva Geral da Associação da Igreja Metodista, com o apoio das suas Secretarias Executivas Regionais, mantém cadastrados todos os bens imóveis que constituem o patrimônio da Igreja Metodista, desdobrados segundo os níveis da administração, ficando a cargo da primeira os controles referentes aos imóveis gerais e aos segundos os demais, em suas respectivas jurisdições.

Parágrafo único. A Associação da Igreja Metodista estabelece as normas necessárias à implantação e ao funcionamento do cadastro referido neste artigo.

CAPÍTULO IV DAS NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL CLÉRIGO

SEÇÃO I

DO SUSTENTO DOS MEMBROS CLÉRIGOS

Art. 205. O subsídio do membro clérigo é definido pelo Concílio Regional, podendo ser complementado a critério da Igreja Local, órgão ou instituição objeto da nomeação episcopal com ônus, respeitadas as condições estabelecidas pelo Concílio Regional e as normas destes Cânones.

§ 1º O subsídio correspondente ao mês de nomeação é pago pela Igreja Local ou instituição de onde são transferidos os membros clérigos com ônus.

§ 2º O subsídio é integrado pelo adicional por tempo de serviço, até 6(seis) quinquênios e dos encargos de família.

Art. 206. O subsídio dos membros clérigos nomeados com ônus não pode ser inferior ao valor mínimo aprovado anualmente pelo Concílio Regional, observado o seguinte:

I - adicional por encargo de família de 25% (vinte e cinco por cento) da Base Regional para o cônjuge e 10% (dez por cento) por filho/a menor de 18 (dezoito) anos ou 21 (vinte e um) anos, enquanto este for dependente e estudante;

II - adicional por tempo de serviço de 10% (dez por cento) da Base Regional para cada quinquênio de trabalho, a contar da data da primeira nomeação com tempo integral subsidiada, até o limite de 60% (sessenta por cento) da base, descontadas as interrupções e licenciamentos.

§ 1º O adicional por encargo de família é mantido, independentemente de idade, para os filhos/as definitivamente incapazes para o trabalho e que vivem sob a dependência financeira do/a membro clérigo.

§ 2º Quando ambos os cônjuges forem clérigos, somente um deles tem direito ao encargo de família e ao percentual por filho dependente.

§ 3º Aos membros clérigos nomeados com ônus é assegurada a remuneração de 1/3 (um terço) a mais do subsídio referente às férias.

§ 4º É permitido à Igreja Local negociar com o membro clérigo acima da base, cumpridas suas obrigações regionais e geral.

§ 5º É permitido à Igreja Local negociar com o membro clérigo uma cota de custeio, adequada à realidade da Igreja Local, respeitadas os limites mínimo de 50 % (cinquenta por cento) e máxima de 100 % (cem por cento) para cobrir custos

de água, luz, telefone, seguro de vida e plano de saúde.

§ 6º Aos membros clérigos nomeados com ônus é assegurada a formação de um pecúlio por tempo de serviço, regulamentado pelo Concílio Geral e calculado na base de 8% (oito por cento) da remuneração mensal.

§ 7º O disposto no § 6º deste artigo não se aplica aos membros clérigos nomeados sem ônus e aos que prestam serviços a instituições e similares.

§ 8º Em caso de separação judicial o cônjuge deixa de receber os 25% (vinte e cinco por cento), de encargo família, referido no inciso I deste artigo.

Art. 207. O membro clérigo, nomeado com ônus, tem direito a moradia em casa pastoral e reembolso de despesa com combustível usado no exercício da função.

§ 1º Quando não houver casa pastoral, a Igreja Local, região, instituição ou órgão para o qual foi nomeado o membro clérigo com ônus assume o aluguel, dentro de suas possibilidades.

§ 2º Quando houver casa pastoral e o membro clérigo quiser residir em outra casa, a Igreja Local, Região, Instituição assume parte do aluguel limitado ao valor da casa pastoral.

SEÇÃO II DOS AFASTAMENTOS

Art. 208. O membro clérigo se afasta do serviço ativo por aposentadoria concedida pelo Concílio Regional, à conta da Igreja Metodista ou à conta do órgão de previdência oficial, por licença, remunerada ou não, ou disponibilidade, passando à condição de clérigo/a inativo/a, conforme disposições destes Cânones.

SUBSEÇÃO I APOSENTADORIA COM ÔNUS PARA A IGREJA

Art. 209. Aposentadoria, à conta da Igreja Metodista, é o afastamento do membro clérigo que tenha satisfeito as condições mínimas fixadas nesta subseção.

Art. 210. A aposentadoria pode ser concedida pelo Concílio Regional, à conta da Igreja Metodista, aos que, admitidos antes de 1º de janeiro de 1975, continuaram vinculados exclusivamente à sua previdência interna, nas condições acordadas com seus respectivos Concílios Regionais, e com as estipuladas a seguir:

I - aposentadoria por tempo de serviço, quando o membro clérigo completar 35 (trinta e cinco) anos de serviço remunerado, mediante nomeação episcopal;

II - aposentadoria por invalidez, quando o membro clérigo for considerado incapaz para o serviço ativo;

III - aposentadoria por idade, quando o membro clérigo atinge a idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos.

§ 1º O comparecimento de membro clérigo ativo a exame médico e psicológico com a finalidade de determinar sua invalidez para o serviço ativo ocorre por iniciativa do/a Bispo/Bispa-presidente, motivada ou não por requerimento do interessado.

§ 2º No caso do parágrafo 1º desse artigo, o membro clérigo se sujeita aos exames mencionados, feitos por profissionais indicados pelo próprio/a Bispo/Bispa-presidente.

§ 3º A aposentadoria por invalidez pode ser concedida compulsoriamente pelo Concílio Regional, à vista das provas médicas e psicológicas que a recomendem, por proposta do/a Bispo/Bispa-presidente.

§ 4º As aposentadorias por tempo de serviço e por idade podem ser concedidas compulsoriamente pelo Concílio Regional, por proposta do/a Bispo/Bispa-presidente, ao membro clérigo que tenha satisfeito todas as condições exigidas, desde que a situação pessoal assim o recomende.

SUBSEÇÃO II DA APOSENTADORIA SEM ÔNUS PARA A IGREJA

Art. 211. O Concílio Regional concede aposentadoria de qualquer tipo, sem ônus para a Igreja Metodista, aos membros clérigos desvinculados do sistema de previdência interna, desde que a requeiram e comprovem a correspondente concessão pelo órgão de previdência oficial.

Art. 212. O Concílio Regional pode conceder compulsoriamente aposentadoria por idade e sem ônus a membro clérigo que contribuir exclusivamente para a Previdência Social Oficial, por proposta do/a Bispo/Bispa-presidente, quando o mesmo alcançar a idade de 65 (sessenta e cinco) anos.

Art. 213. A aposentadoria concedida pela Previdência Social Oficial a membro

clérigo não vinculado ao sistema de previdência interna da Igreja, não impede sua classificação como membro clérigo ativo, até que o Concílio Regional o desligue do serviço ativo.

Art. 214. Em caso de cessação da causa da invalidez, o Concílio Regional pode reclassificar o membro clérigo como ativo, mediante proposta do/a Bispo/Bispa-presidente e parecer favorável da Comissão Regional de Relações Ministeriais, elaborado à vista de laudo médico.

SUBSEÇÃO III DA DISPONIBILIDADE

Art. 215. Disponibilidade é a condição do membro clérigo do serviço ativo, sem remuneração, por proposta do Bispo/Bispa-presidente e decisão do Concílio Regional, quando o membro clérigo ativo revela incapacidade, ineficiência no exercício de função eclesial ou quando não se apresenta ao/a Bispo/Bispa-presidente ao final do período de licença para tratar de interesses particulares.

§ 1º O membro clérigo declarado em disponibilidade perde o mandato e cargo para o qual tenha sido eleito ou nomeado por sua condição de clérigo.

§ 2º O membro clérigo em disponibilidade pode retornar ao serviço ativo, desde que reúna as condições para a prestação desse serviço, mediante proposta do/a Bispo/Bispa-presidente e decisão do Concílio Regional, nos termos dos artigos 216 e 217 desta legislação.

§ 3º Depois de decorridos 2 (dois) anos de colocado em disponibilidade, o membro clérigo, sendo presbítero/a, é excluído da Ordem Presbiteral, sendo declarada sem efeito sua credencial, salvo justificativa apresentada ao/a Bispo/Bispa-presidente e submetida ao Concílio Regional para aprovação.

§ 4º Depois de decorridos 2 (dois) anos de colocado em disponibilidade, o membro clérigo, não presbítero/a, é desligado do Ministério Pastoral, salvo justificativa apresentada ao/a Bispo/Bispa-presidente e submetida ao Concílio Regional para aprovação.

§ 5º Anualmente, o Concílio Regional procede à avaliação dos membros clérigos colocados em disponibilidade.

Art. 216. A disponibilidade pode ser revogada pelo Concílio Regional que a

decretou, quando os seus motivos forem superados, a critério do Concílio Regional.

Art. 217. A revogação da disponibilidade obedece às seguintes condições:

- I - proposta do/a Bispo/Bispa-presidente;
- II - parecer favorável da Comissão Regional de Relações Ministeriais;
- III - estabelecimento de período de observação a ser efetuada pelo/a Bispo/Bispa-presidente;
- IV - aprovação provisória pelo Concílio Regional, mediante votação da maioria absoluta de seus membros, pela qual o membro clérigo reverte ao serviço ativo, sob condição;
- V - aprovação final pelo Concílio Regional, à vista de pareceres favoráveis do/a Bispo/Bispa-presidente e da Comissão Regional de Relações Ministeriais, após o cumprimento das condições estabelecidas nestes Cânones.

Parágrafo único. O membro clérigo que não obtenha a decisão final favorável do Concílio Regional reverte à condição de disponibilidade.

SUBSEÇÃO IV DA LICENÇA

Art. 218. Licença é o afastamento do serviço ativo de membro clérigo por decisão superior, por motivo de estudo, viagem, doença, interesse particular ou maternidade.

§ 1º A licença para estudar, viajar ou tratar de interesses particulares é concedida pelo Concílio Regional, mediante parecer do/a Bispo/Bispa-presidente.

§ 2º A licença para tratamento de saúde ou para a maternidade é concedida com ônus pelo/a Bispo/Bispa-presidente, observado o disposto no artigo 220, destes Cânones.

§ 3º As licenças para estudar, viajar ou para tratar de interesses particulares são solicitadas fundamentadamente ao/à Bispo/Bispa-presidente do Concílio Regional, mas só podem ser requeridas após o/a solicitante ter completado 2 (dois) anos de membro da ordem, no caso do presbítero/a, ou ter completado 2 (dois) anos do ingresso no Ministério Pastoral, no caso do pastor/a.

§ 4º A licença para tratar de interesses particulares é concedida pelo período de até 2 (dois) anos, podendo ser novamente concedida após o interstício de 2 (dois) anos de nomeação episcopal.

§ 5º As demais licenças são concedidas com a data de reapresentação estipulada, podendo ser renovadas.

§ 6º O membro clérigo licenciado pode retornar antes do término do prazo da licença, desde que mantenha entendimentos prévios com o/a Bispo/Bispa-presidente.

§ 7º O membro clérigo em licença para tratar de interesses particulares, que não se apresenta ao/à Bispo/Bispa-presidente da Região ao fim da mesma para retornar ao serviço ativo, é colocado em disponibilidade.

§ 8º A licença maternidade concedida pelo/a Bispo/Bispa-presidente para um período de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da quarta semana anterior à data prevista para o parto, sem prejuízo do subsídio.

§ 9º As licenças para estudar e para viajar podem ser concedidas com ônus quando o Concílio Regional reconhece nelas o interesse da Igreja Metodista.

§ 10. As licenças para tratar de interesses particulares são sempre concedidas sem ônus para a Igreja Metodista.

§ 11. As licenças para estudar, viajar, tratar da saúde ou maternidade são convertidas em licença para tratar de interesses particulares quando o membro clérigo não se reapresenta na data prevista para o seu retorno ao serviço ativo.

Art. 219. Quando o membro clérigo é declarado inválido para o serviço ativo pelo Concílio Regional, por ser portador de moléstia não reconhecida pela Previdência Social Oficial para a concessão da aposentadoria, mas que impeça efetivamente o exercício das suas funções na Igreja, o concílio o licencia para tratamento da saúde, com ônus.

SEÇÃO III DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 220. Todos os membros clérigos em atividade na Igreja Metodista são contribuintes obrigatórios da Previdência Social Oficial, em equiparação ao regime do trabalhador autônomo ou outro que a lei vier a determinar.

§ 1º Os membros clérigos são regidos em suas relações com a Previdência

Social Oficial pela legislação federal.

§ 2º A contribuição destinada ao órgão de Previdência Oficial é de responsabilidade pessoal do membro clérigo.

SUBSEÇÃO I
DOS MEMBROS CLÉRIGOS NÃO VINCULADOS AO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA INTERNA

Art. 221. São membros clérigos não vinculados ao sistema de previdência interna todos os que foram admitidos a partir de 1º de janeiro de 1975 e aqueles que perderam o direito de serem aposentados com ônus pela Igreja Metodista por não cumprimento de obrigações ou por terem celebrado acordo com ela, liberando-a dessa responsabilidade, mediante o pagamento de indenização.

§ 1º Os membros clérigos que se encontram na situação mencionada neste artigo contribuem obrigatoriamente para o órgão de Previdência Oficial, segundo as normas do referido órgão.

§ 2º A Igreja Local, órgão ou instituição para onde tenha sido nomeado o membro clérigo com ônus, o indeniza em metade do valor da contribuição, dentro dos limites fixados pelo Concílio Regional, salvo quando estiver vinculado ao sistema de previdência interna da Igreja Metodista.

Art. 222. Quando o benefício recebido da Previdência Social Oficial em razão de licença para tratamento de saúde for inferior à remuneração básica aprovada pelo Concílio Regional, a sua fonte pagadora complementa o referido benefício até o valor básico aprovado, desde que o membro clérigo não tenha interrompido sua progressão nas classes de contribuição na categoria de trabalhador autônomo, em razão do tempo de serviço e de contribuição, nem reduzido o valor dessa contribuição.

Art. 223. A Igreja não se responsabiliza pelos prejuízos financeiros que o membro clérigo sofrer, se este se inscrever na Previdência Social Oficial, para fins de contribuição, em faixa inferior à que teria direito de estar, em razão de seu tempo de serviço.

SUBSEÇÃO II
DOS MEMBROS CLÉRIGOS VINCULADOS AO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA INTERNA

Art. 224. As normas previdenciárias tratadas nesta subseção aplicam-se, exclusivamente, aos membros clérigos inscritos no sistema de Previdência Interna

da Igreja Metodista até 31 de dezembro de 1974 e que dele não se tenham desligado, por acordo, impontualidade ou outra causa qualquer, cujos direitos estão garantidos dentro dos limites das normas previdenciárias da Igreja Metodista, vigentes naquela data, ou dos acordos posteriores celebrados com esta.

§ 1º O pagamento do benefício da aposentadoria é efetuado pelos Concílios Regionais à sua conta.

§ 2º É garantido o direito ao benefício da aposentadoria, em qualquer de suas formas, ao membro clérigo que não tenha esse direito pela Previdência Social oficial, por estar fora do limite de idade por ela exigido, em 31 de dezembro de 1974, para inscrição como seu associado.

§ 3º Todos os membros clérigos que continuem vinculados ao sistema previdenciário interno da Igreja Metodista devem continuar a contribuir mensalmente aos seus respectivos Concílios Regionais, na proporção da base e adicional por tempo de serviço, cabendo à Igreja Local, órgão ou instituição para a qual estejam nomeados, a responsabilidade pelo recolhimento do equivalente ao que seria a contribuição patronal do sistema previdenciário.

§ 4º A contribuição mensal referida no parágrafo anterior deste artigo é igual a 8% (oito por cento) do valor da remuneração e deve ser recolhida mensalmente pelo órgão pagador, que procederá ao desconto automático da importância devida, quando possível.

§ 5º Os membros clérigos, vinculados ativamente ao sistema de previdência interna da Igreja Metodista e que deixarem de recolher 12 (doze) contribuições mensais consecutivas, perdem todos os seus direitos.

§ 6º A responsabilidade pelo pagamento do benefício previdenciário a membro clérigo que serviu a mais de uma região ou área geral é proporcional ao tempo em que prestou serviços a cada uma, salvo se, na última, o período for superior a 15 (quinze) anos, na data da aposentadoria, quando, então, correrá integralmente à conta desta última.

§ 7º Os membros clérigos que servirem a mais de uma Região ou Área Geral, conforme parágrafo anterior deste artigo, mas que tenham servido à última por menos de 15 (quinze) anos, receberão seus benefícios por intermédio da região de origem.

§ 8º Os ex-serventuários sem vínculo com a Igreja Metodista têm suas relações previdenciárias reguladas pelo Concílio Geral.

§ 9º A Igreja Local, órgão ou instituição sujeita-se às sanções legais quando deixar de recolher, em tempo próprio, as contribuições à Previdência Social.

§ 10. A Coordenação Geral de Ação Missionária regulamenta as normas deste capítulo.

CAPÍTULO V DAS NORMAS DE CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 225. Quando projeto aprovado exigir a prestação de serviços remunerados de profissionais ou técnico de qualquer natureza, sua contratação obedece às leis trabalhistas e previdenciárias em vigor.

Art. 226. O contrato de trabalho, carteira de trabalho e previdência social e outros documentos trabalhistas são assinados em nome da Associação da Igreja Metodista, por procurador/a indicado/a pelo concílio que aprovou a contratação dos serviços.

Art. 227. A Igreja Local, órgão ou instituição contratante é responsável pelos recolhimentos de impostos, taxas e contribuições devidas em razão de contratos de trabalho que assine, bem como pela representação da Associação da Igreja Metodista em juízo, nas eventuais reclamações trabalhistas e pelos ônus delas decorrentes, inclusive advocatícios.

CAPÍTULO VI DA ORDEM DO MÉRITO METODISTA

Art. 228. É criada a Ordem do Mérito Metodista em âmbito Geral e Regional, podendo ser agraciados Bispos, Bispas, membros clérigos e membros leigos da Igreja Metodista e de outras igrejas.

Art. 229. São títulos propostos em qualquer tempo e concedidos pela Ordem do Mérito Metodista, os de Emérito, Honorário e de relevantes serviços prestados, a critério e por decisão do Concílio Geral ou de um Concílio Regional.

Parágrafo único. É privativa do Concílio Geral a concessão do título de Bispo ou Bispa Emérito/a e de Bispo ou Bispa Honorário/a.

Art. 230. Os diplomas são expedidos pelo Bispo/Bispa-presidente do Concílio que concede o título.

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES DIVERSAS**

**SEÇÃO I
DOS EXERCÍCIOS ECLESIASTICOS E CONTÁBIL**

Art. 231. Exercício eclesiástico é o período de tempo que decorre do encerramento da reunião ordinária de um concílio até o encerramento da reunião ordinária seguinte.

Parágrafo único - O exercício eclesiástico das igrejas locais é igual ao exercício regional.

Art. 232. Exercício Contábil é o período de tempo coincidente com o ano civil, para o cumprimento das disposições da legislação civil e fiscal a que se submetem as igrejas locais e instituições em geral.

**SEÇÃO II
DO MANDATO**

Art. 233. Os mandatos têm sua vigência igual ao exercício eclesiástico correspondente ao seu nível de administração, salvo:

I - os dos membros dos conselhos diretores das instituições, que os terão regulados nos estatutos das mesmas;

II - os dos membros da Coordenação Geral de Ação Missionária, que terão seus mandatos igual ao do Colégio Episcopal;

III - os dos membros de órgãos intermediários quando o Concílio Regional Ordinário for realizado antes do dia 31 de dezembro, que terão sua vigência a partir do dia 1º (primeiro) do novo ano civil.

§ 1º Perdem o mandato, por renúncia tácita, os/as delegados/as e os/as ocupantes de cargos:

- a) que não comuniquem a sua impossibilidade de comparecimento à reunião a que tenham sido regularmente convocados;

b) que, por decisão do órgão competente, são declarados inadimplentes ou desidiosos no cumprimento de suas obrigações.

§ 2º Perdem o mandato os membros clérigos transferidos para a inatividade, em qualquer uma de suas modalidades, quando ocupem cargos que exigem representação clériga.

Art. 234. As eleições mencionadas nestes Cânones se processam por escrutínio, salvo decisão em contrário.

§ 1º As eleições se fazem:

- a) para cargos individuais, por indicação de pelo menos 3 (três) nomes;
- b) para órgãos coletivos ou colegiados, por indicação do número necessário de nomes e, pelo menos, mais 1/3 (um terço), garantido o acréscimo mínimo de 3 (três) nomes.

§ 2º A eleição por maioria absoluta de votos se processa por turnos, cuja lista de concorrentes, a partir do terceiro turno, inclusive, pode ser reduzida mediante a eliminação dos menos votados, em ordem numérica crescente, segundo critérios pré-fixados pelo colégio eleitoral.

§ 3º Havendo empate em eleição considerada relevante, é realizada votação de desempate, em cuja lista constem apenas os nomes dos que estejam nessa condição.

SEÇÃO III DO IMPEDIMENTO

Art. 235. Nos diversos níveis da hierarquia da Igreja Metodista observam-se os seguintes impedimentos:

I - A mesma pessoa não pode ocupar mais de dois cargos no mesmo nível de administração, isto é, superior, intermediária e básica, nem ocupar, simultaneamente, cargos eletivos ou de nomeação Episcopal em órgãos ou instituições hierarquicamente interdependentes, salvo nos casos previstos nestes Cânones.

II - A mesma pessoa não pode ocupar simultaneamente cargo/função, quando suplente em órgãos subordinados hierarquicamente, devendo optar por um ou outro.

III - Somente o membro leigo ou clérigo que contribua regularmente para o sustento espiritual e material da Igreja Local pode ocupar cargo, função ou representação da administração superior, intermediária ou básica.

IV - Qualquer pessoa que exercer cargo na Coordenação Geral de Ação Missionária, cargos diretivos de instituições e/ou Conselhos Diretores, não pode ter mais de dois parentes em linha reta, colateral, consangüíneos, ou afinidade, até 2º grau ou cônjuge, exercendo atividades remuneradas em Instituições ou órgãos da Igreja Metodista.

V - Os componentes de órgãos gerais colegiados de deliberação e judicante da Igreja Metodista não podem ter vínculo laboral empregatício remunerado de qualquer espécie com instituições mantidas pela Igreja.

VI - Os/as clérigos/as e leigos/as metodistas não se vinculam à maçonaria e sociedades secretas.

Parágrafo único. Aqueles que já são membros da Maçonaria ou sociedade secreta, necessariamente, não são obrigados a renunciar, recebendo orientação pastoral sobre a posição da Igreja Metodista nos termos da Carta Pastoral do Colégio Episcopal sobre a Maçonaria.

SEÇÃO IV DAS REUNIÕES

Art. 236. Reuniões ordinárias e extraordinárias são convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, salvo disposição expressa em contrário.

Parágrafo único. Quando a pauta de uma reunião não se esgotar ou quando houver necessidade de suspender algum assunto para exames mais profundos ou complementações indispensáveis à sua decisão, a reunião pode ser suspensa por horas ou dias, voltando o organismo a se reunir, independentemente de nova convocação dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, como segunda sessão.

Art. 237. As reuniões ordinárias e extraordinárias dos concílios são convocadas com a antecedência estabelecida nesta legislação, sendo os mesmos instalados com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros votantes, salvo o Concílio Local, que se reúne com a presença do quorum estabelecido em seu Regimento Local.

§ 1º A reunião extraordinária trata somente da matéria que a motiva, a qual consta obrigatoriamente da convocação.

§ 2º Os membros de uma reunião extraordinária do Concílio Geral ou Regional são os mesmos da reunião ordinária anterior, sendo as vagas verificadas no período, ocupadas por suplentes.

§ 3º As decisões tomadas em reuniões extraordinárias exigem a maioria de 2/3 (dois terços) dos membros.

§ 4º Entende-se por maioria simples o maior número de votos apurados numa reunião, por maioria absoluta, mais da metade dos votos apurados numa reunião e por maioria qualificada, maioria especial superior à maioria absoluta.

SEÇÃO V DA REPRESENTAÇÃO DA IGREJA

Art. 238. A representação da Igreja Metodista ou de órgãos que integram sua estrutura, em organismos ou instituições para-eclésiásticas regionais, nacionais e internacionais, é oficial se houver parecer favorável do Concílio Geral ou Regional.

Art. 239. Em qualquer instância, toda a função ou cargo de representação da Igreja Metodista só é preenchido por eleição pelo grupo ou órgão representado, salvo casos expressos nestes Cânones.

Art. 240. Nenhum membro de concílio ou órgão, em qualquer instância, pode exercer duplicidade de representação no mesmo nível de administração.

SEÇÃO VI DA DELEGAÇÃO DE PODERES

Art. 241. Os concílios podem delegar poderes a outros órgãos segundo suas competências.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese o órgão delegado pode tomar decisão que contrarie decisão anterior do órgão delegante.

SEÇÃO VII DA RESPONSABILIDADE DOS/DAS OCUPANTES DE CARGOS OU FUNÇÕES

Art. 242. Respondem civil e criminalmente os/as ocupantes de cargos ou funções que tenham sob sua guarda bens e valores da Igreja Metodista ou que sejam responsáveis pela sua aplicação e cometam ilícitos civis ou criminais.

SEÇÃO VIII

DA CENTRALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS GERAIS

Art. 243. Os órgãos gerais da Igreja Metodista funcionam centralizados em local determinado pelo Concílio Geral.

TÍTULO V DAS NORMAS DA DISCIPLINA ECLESIASTICA

SEÇÃO I DA APLICAÇÃO

Art. 244. Disciplina eclesiástica é o meio pelo qual a Igreja Metodista procura, em amor, conduzir seus membros, homens e mulheres, ao arrependimento, à reconciliação, ao perdão, à integração uns/umas com os/as outros/as, a manter o testemunho cristão, conforme os ensinamentos de nosso Senhor Jesus Cristo e seus discípulos (Mt 18.15 - 22; Jo 8. 1 - 11; At 5.1 - 11; 1 Co 5. 1 - 13 e 6.1-8; 2 Co 2.5-11; 1 Tm 5.17-21 e Hb 12.4-17).

§ 1º O exercício da disciplina da Igreja Metodista se faz de acordo com as orientações canônicas e pastorais do Colégio Episcopal, Manual de Disciplina e Código de Ética Pastoral.

§ 2º O Manual de Disciplina e o Código de Ética Pastoral fazem parte integrante do processo de disciplina.

Art. 245. Torna-se passível da aplicação da disciplina quem:

I - deixar de cumprir os votos de membro clérigo ou membro leigo da Igreja Metodista;

II - faltar aos deveres inerentes ao cargo que ocupar;

III - desobedecer às determinações das autoridades superiores ou infringir as leis da Igreja Metodista;

IV - divulgar doutrinas contrárias aos padrões da Igreja Metodista;

V - praticar atos contrários à moral e ética cristãs.

Parágrafo único. O membro da igreja, clérigo ou leigo, que iniciar ação na justiça comum contra a Igreja e suas autoridades constituídas, órgãos e comissões, ou qualquer de suas instituições, e enquanto esta ação durar, não pode ser eleito ou nomeado para nenhum cargo da hierarquia eclesial ou ser

contratado ou nomeado para qualquer de suas instituições. Se já estiver contratado ou nomeado, será exonerado compulsoriamente do cargo ou função, mantendo tão somente a condição de membro da Igreja.

SEÇÃO II DA AÇÃO DISCIPLINAR

SUBSEÇÃO I DA QUEIXA OU DENÚNCIA

Art. 246. A ação disciplinar é movida por queixa ou denúncia escrita.

Art. 247. Considera-se queixa a reclamação contra membro da Igreja, apresentando ato ou fato que caracterize a aplicação da disciplina conforme o Art. 245 destes Cânones, dirigida à autoridade competente.

Art. 248. Considera-se denúncia a apresentação à autoridade competente de um ato ou fato praticado por membro da Igreja, que prejudique o interesse geral da Igreja Metodista, não constituindo qualquer ofensa pessoal ao/a denunciante.

§ 1º Havendo notícia de inobservância das normas disciplinares da Igreja Metodista, a autoridade competente pode nomear Comissão para apurar a procedência da mesma.

§ 2º Confirmada a existência de ato que caracterize indisciplina eclesiástica, a Comissão nomeada oferecerá à autoridade competente queixa ou denúncia, observando o que preceitua o Art. 249 destes Cânones.

SUBSEÇÃO II DOS REQUISITOS DA QUEIXA

Art. 249. Após esgotarem-se os esforços pessoais e pastorais entre as partes, conforme Manual de Disciplina e Código de Ética Pastoral, a ação disciplinar inicia-se mediante a apresentação à autoridade de:

I - queixa datada e assinada, com descrição detalhada dos fatos que justifiquem a abertura de uma ação disciplinar;

II - nome e qualificação do/a denunciado/a ou querelado/a e querelante;

III - rol de testemunhas, com nome completo e qualificação;

IV - fundamentação canônica, com citação dos artigos infringidos;

V - documentos necessários para sua tramitação, inclusive com indicação das provas testemunhais datadas e assinadas;

VI - data e assinatura do/a querelante ou denunciante.

Parágrafo único. É vedado à autoridade tomar conhecimento de qualquer queixa ou denúncia anônima ou que não preencha os requisitos mencionados neste artigo.

SUBSEÇÃO III DOS PROCEDIMENTOS

Art. 250. É autoridade competente para receber uma ação disciplinar:

I - o/a pastor/a titular presidente do Concílio Local, contra membro leigo;

II - o/a Bispo/Bispa-presidente do Concílio Regional, contra membro clérigo;

III - o/a Bispo/Bispa-presidente ou Vice-Presidente do Colégio Episcopal, contra presbítero/a servindo como Bispo/Bispa.

Parágrafo único. Quando a ação disciplinar contra membro leigo se referir a atos cometidos em nível Regional ou Geral, a autoridade competente para recebê-la é o/a Bispo/Bispa-presidente do Concílio Regional, no nível regional, e o/a Bispo/Bispa-presidente do Colégio Episcopal, no nível geral.

Art. 251. Para processar e julgar ação disciplinar contra membro leigo ou clérigo, será formada uma Comissão de Disciplina, de caráter transitório, nomeada da seguinte forma:

I - no âmbito Local, pela Coordenação Local de Ação Missionária;

II - no âmbito Regional, pela Coordenação Regional de Ação Missionária;

III - no âmbito Geral, pela Coordenação Geral de Ação Missionária.

Parágrafo único. A Comissão de Disciplina compõe-se de 3 (três) membros clérigos quando a queixa for contra clérigo/a e 3 (três) membros leigos quando a queixa for contra leigo/a, sendo que o/a Presidente da Comissão é eleito/a pelos seus pares.

Art. 252. A queixa obedece ao seguinte procedimento:

- I - fase de conciliação;
- II - fase da apresentação de provas;
- III - fase do contraditório e da decisão.

SUBSEÇÃO IV DA CONCILIAÇÃO

Art. 253. Recebida a queixa, formulada nos termos do disposto no Art. 249 destes Cânones, a autoridade se reúne com as partes a fim de verificar a veracidade da queixa e, se for o caso, a conciliação entre as partes, a possibilidade de correção e de perdão, de acordo com o Manual de Disciplina e Código de Ética Pastoral.

§ 1º Obtidos os objetivos previstos neste artigo, a queixa é arquivada, dando-se como encerrada a questão, após leitura das Escrituras e aconselhamento pastoral.

§ 2º Frustrados os objetivos previstos, o/a acusado/a é notificado que tem o prazo de 15 (quinze) dias, para promover seus elementos de defesa.

SUBSEÇÃO V DA APRESENTAÇÃO DAS PROVAS

Art. 254. Frustrada por qualquer motivo a conciliação, encaminham-se a queixa e respectivos documentos à Comissão de Disciplina para instrução, debate e julgamento, dando início ao contraditório e assegurando-se ampla defesa.

Art. 255. Compete o/à Presidente da Comissão de Disciplina designar um/a Relator/a ao/à qual compete:

- I - estudar a denúncia ou queixa e, se estiver devidamente instruída, relatar na primeira sessão regular da Comissão para o devido julgamento;
- II - baixar os autos para novas diligências ou instruções complementares que se façam necessárias.

Art. 256. Não ocorrendo a hipótese do Art. 253, § 1º, a ação disciplinar passa à fase de apresentação de provas, cabendo à Comissão de Disciplina:

- I - fazer investigações;

II - ouvir o/a queixoso/a e o/a acusado/a;

III - ouvir testemunhas, cada uma de per si;

IV - fazer acareações, se necessárias;

V - procurar levar o/a acusado/a ao arrependimento e ao propósito de emenda, quando há confissão;

VI - fazer relatório dos trabalhos, assinado pelos seus membros, e encaminhá-lo à autoridade competente.

SUBSEÇÃO VI DO JULGAMENTO

Art. 257. A autoridade indica um membro da Igreja Metodista, designado/a de Promotor/a, para acompanhar o processo nesta fase, assumir a proteção do interesse da Igreja Metodista e praticar os atos reservados às partes.

Art. 258. As partes serão intimadas pelo/a Presidente da Comissão de Disciplina para a sessão de julgamento com prazo não inferior a 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. Na sessão de julgamento o/a Presidente, antes de conceder a palavra ao/à Relator/a, procederá à tentativa de conciliação, caso as partes estejam presentes.

Art. 259. Após a tentativa de conciliação passa-se aos debates e julgamento da seguinte forma:

I - as partes pessoalmente ou por procuradores/as poderão usar a palavra pelo prazo máximo de 20 (vinte) minutos;

II - o/a Relator/a proferirá o seu voto e o/a Presidente colherá os demais votos, o que, conforme decisão, far-se-á em sessão secreta e só será publicado no órgão oficial a pedido do/a réu/ré;

III - as partes, se presentes, serão intimadas da decisão na própria audiência, se ausentes, por via postal com aviso de recebimento - AR;

IV - o prazo máximo para encerramento do processo é de 90 (noventa) dias contados do recebimento da queixa pelo/a Presidente da Comissão competente, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias;

V - Cabe ao/a Presidente da Comissão de Disciplina apenas voto de desempate.

SEÇÃO III DA DENÚNCIA

Art. 260. Oferecida denúncia, conforme a conceituação do Art. 248, a autoridade determina de imediato a produção dos atos previstos para a fase de apresentação de provas e, a partir deste ato, procede-se de acordo com a ação disciplinar, nos termos dos artigos 245 a 249 desta legislação.

SEÇÃO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 261. O/a acusado/a tem direito a:

I - um prazo de 30 (trinta) dias, depois de receber a notificação de que será julgado/a, para promover seus elementos de defesa;

II - comparecer perante a comissão para fazer a sua própria defesa oral ou por escrito, ou nomear alguém que a faça, em seu lugar;

III - pedir a acareação de seus acusadores ou acusadoras e testemunhas contrárias, bem como das testemunhas entre si;

IV - apresentar quesitos para serem respondidos pela Comissão.

Art. 262. As instâncias superiores, junto às quais pode haver recurso das partes, dentro de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da sentença, são as seguintes:

I - Comissão Regional de Justiça, no caso de membro leigo, por atos praticados em nível local, distrital e regional;

II - Comissão Geral de Constituição e Justiça, no caso de membro de ordem eclesiástica e membro leigo por atos praticados em nível geral.

§ 1º O julgamento, em grau de recurso, somente se faz à vista dos autos, acrescidos das razões, por escrito, das partes.

§ 2º Quando o pronunciamento dos membros da Comissão é unânime, o/a Promotor/a não pode recorrer à instância superior.

§ 3º A decisão a respeito de uma sentença dada por instância superior é final.

SEÇÃO V DAS PENALIDADES

Art. 263. Classificam-se as penalidades a que estão sujeitos/as os/as faltosos/as, na seguinte ordem:

I - admoestação pela autoridade eclesiástica superior;

II - suspensão, por tempo determinado, dos direitos de membro leigo/a ou clérigo/a e dos cargos ocupados;

III - destituição dos cargos, funções e ministérios;

IV - afastamento compulsório;

V - exclusão de ordens eclesiásticas;

VI - exclusão da Igreja Metodista.

§ 1º Em caso de suspensão, por tempo determinado, de membro de ordem eclesiástica, compete à Comissão respectiva determinar seus direitos quanto à remuneração e moradia.

§ 2º Os membros suspensos/as por tempo determinado voltam automaticamente ao gozo de seus direitos e privilégios ou ao exercício de seus cargos, caso ainda tenham mandato, findo o prazo de suspensão.

§ 3º As penalidades impostas aos/às faltosos/as serão plenamente cumpridas, sob pena de processo disciplinar para quem as não fizer cumprir e não acatá-las.

Art. 264. Independentemente das penalidades disciplinares previstas no Artigo anterior, o infrator, que causar danos morais ou econômico-financeiros à Igreja, deverá ser acionado civil ou criminalmente, conforme o tipo da infração, e ressarcir os danos causados.

TÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I
DA CATEGORIA DO PASTOR SUPLENTE

Art. 265. Pastor Suplente é categoria eclesiástica em extinção, na qual a Igreja Metodista, com a autoridade e direção do Espírito Santo, acolhe, em nome de Deus, sem distinção de sexo, os membros, que ela reconhece vocacionados para o santo ministério da Palavra e dos Sacramentos e outros ministérios por ela reconhecidos, no desempenho da Missão.

SEÇÃO I
DA CLASSIFICAÇÃO DA CATEGORIA DO PASTOR SUPLENTE

Art. 266. Os membros da categoria de pastor suplente são classificados como:

I - pastor/a suplente ativo/a, quando serve à Igreja Metodista mediante nomeação Episcopal;

II - pastor/a suplente inativo/a, quando não é portador/a de nomeação Episcopal, em razão de aposentadoria concedida pelo Concílio Regional à conta da Igreja ou não, de licença ou em disponibilidade.

§ 1º Todos/as os/as pastores/as suplentes que não estejam nas condições do inciso II, do caput deste artigo recebem nomeação Episcopal.

§ 2º A nomeação Episcopal é para cargo eclesiástico ou função da Igreja Metodista, sempre direta ou explicitamente relacionado/a com o ministério da Palavra e do Sacramento e outros por ela reconhecidos.

§ 3º A nomeação Episcopal define o regime de tempo parcial ou integral e os seus ônus.

SEÇÃO II
DOS DEVERES E DOS DIREITOS DO/A PASTOR/A SUPLENTE

Art. 267. Os deveres do/a Pastor/a Suplente ativo, além dos de membro leigo que lhe sejam pertinentes, são os seguintes:

I - aceitar nomeação episcopal;

II - cumprir as obrigações inerentes à sua nomeação;

III - aceitar o regime da itinerância;

IV - freqüentar as reuniões do seu Concílio Regional;

V - comparecer aos institutos ministeriais e reuniões oficiais da sua Região;

VI - participar dos trabalhos de atualização, programados como formação continuada.

Art. 268. Os direitos do/a Pastor/a Suplente são os seguintes:

I - gozar vitaliciedade nas funções, respeitados os dispositivos canônicos;

II - ser membro nato dos Concílios Distrital e Regional de sua Região;

III - transferir-se para outra Região Eclesiástica, mediante entendimento com os/as respectivos/as Bispos/Bispas-presidentes, respeitado o interesse da Igreja Metodista;

IV - votar e ser votado/a para cargos e funções na Igreja Metodista;

V - ser nomeado/a nos termos das disposições destes Cânones;

VI - aposentar-se, à conta da Igreja Metodista, de acordo com as Normas de Administração de Pessoal, constantes destes Cânones;

VII - licenciar-se, na forma prevista nas Normas de Administração de Pessoal destes Cânones;

VIII - gozar licença-maternidade, quando Pastora Suplente casada;

IX - gozar 30 (trinta) dias de férias anualmente;

X - residir à conta da Igreja Local, órgão ou instituição, na respectiva área geográfica, quando nomeado com tempo integral;

XI - assumir votos de membro de outra igreja evangélica ou seita religiosa, abdicando dos votos de membro da Igreja Metodista;

XII - apelar para instância superior em grau de recurso;

XIII - desligar-se voluntariamente da categoria e receber certidão, a fim de arrolar-se numa igreja local.

Art. 269. O/a Pastor/a Suplente inativo/a têm os seguintes direitos:

I - gozar de vitaliciedade na categoria, respeitados os dispositivos canônicos;

II - ser membro nato do Concílio Regional, sem direito a voto;

III - apelar para instância superior em grau de recurso;

IV - colocar-se à disposição de uma Igreja Local para a realização de trabalhos especiais.

Art. 270. O/a Pastor/a Suplente Inativo/a têm os seguintes deveres:

I - os mesmos do Pastor/a Suplente Ativo/a, no que couber;

II - o de comunicar-se com o/a Bispo/Bispa-presidente.

SEÇÃO III DO AFASTAMENTO DO/A PASTOR/A SUPLENTE

Art. 271. O/a Pastor/a Suplente se afasta do serviço ativo por aposentadoria concedida pelo Concílio Regional à conta da Igreja Metodista ou não, licença ou disponibilidade, passando à classificação de Pastor/a Suplente Inativo/a, conforme o Art. 268, incisos VI e VII, destes Cânones.

Parágrafo único. Aplicam-se ao/a Pastor/a Suplente todas as normas de administração de pessoal, previstas nestes Cânones, que se refiram à aposentadoria, licença, disponibilidade e contribuições previdenciárias.

SEÇÃO IV DO DESLIGAMENTO DO/A PASTOR/A SUPLENTE

Art. 272. O/a Pastor/a Suplente perde seus direitos quando:

I - se desliga da Igreja Metodista;

II - por sua livre vontade, nada havendo contra ele/a, abdica de seus direitos e se desliga da categoria;

III - deixa de se comunicar com o/a Bispo/Bispa-presidente respectivo/a, por 2 (dois) anos consecutivos, estando em disponibilidade;

IV - é excluído/a por julgamento.

Parágrafo único. Se o/a Pastor/a Suplente, por qualquer motivo, se desliga da categoria e não devolve sua credencial no prazo de 30 (trinta) dias, o/a Bispo/Bispa-presidente a declara cancelada e de nenhum efeito, dando publicidade desse ato.

CAPÍTULO II DA LOCAÇÃO

Art. 273. Os atuais Contratos de Comodato de propriedade da Associação da Igreja Metodista para as instituições metodistas de educação são alterados para locação, paulatinamente, de acordo com as condições financeiras de cada uma destas.

CAPÍTULO III DA ORDEM DIACONAL CLÉRIGA CRIADA PELO X CONCÍLIO GERAL (1970/1971)

Art. 274. Aos/às diáconos e diaconisas que integram a ordem criada pelo X Concílio Geral (1970/1971) e que tiveram seus direitos assegurados nessa condição, aplica-se-lhes a legislação que criou essa Ordem Diaconal.

Parágrafo único. Os/as diáconos e diaconisas mencionados/as neste artigo são membros do Concílio Regional e integram a sua composição com todos os direitos de membros natos.

CAPÍTULO IV DA VIGÊNCIA DAS ALTERAÇÕES CANÔNICAS

Art. 275. As alterações introduzidas nestes Cânones pelo XVIII Concílio Geral, entram em vigor em 1º de janeiro de 2007, sem prejuízo dos artigos, parágrafos, incisos e alíneas não expressamente alterados, modificados ou revogados que não sofrem solução de continuidade temporal.

Art. 276. Revogam-se as disposições em contrário.

GLOSSÁRIO

Para melhor compreensão do texto canônico:

Concílio Geral - Órgão da Igreja Metodista, com funções legislativa, deliberativa e administrativa para a Igreja no Brasil e para sua expansão missionária internacional.

- Concílio Regional - Órgão de uma Região Eclesiástica da Igreja Metodista, com funções deliberativa e administrativa, abrangendo parte, um, ou vários Estados do Brasil
- Coordenação Geral de Ação Missionária - Órgão do Concílio Geral, composto somente por representantes nacionais, membros leigos/as e presbíteros/as, em igual número, da Igreja Metodista no Brasil.
- Coordenação Regional de Ação Missionária - Órgão do Concílio Regional, composto por membros leigos/as e presbíteros/as, em igual número, de uma Região,
- Diácono/isa - Membro Leigo/a, com preparo teológico e técnico-profissional em diversas áreas, Membro da Ordem Diaconal.
- Dons - Capacitação oferecida por Deus aos/às homens/mulheres.
- Dons e Ministérios - Movimento e forma de testemunhar da Igreja Metodista.
- Laicato - Categoria que reúne todos aqueles/as que estão dispostos a fazer a vontade de Deus, por meio da sua Igreja, membros ou não.
- Membros Clérigos/as - Presbíteros/as que a Igreja Metodista acolhe na Ordem Presbiteral e pastores/as que a Igreja Metodista acolhe no Ministério Pastoral.
- Membros Leigos/as - Povo de Deus que assume os votos na Igreja.
- Ministério - Serviço, leigo ou clérigo, produzido pela Igreja.
- Ministros/as - Todos os membros e não membros que testemunham por meio da Igreja de Dons e Ministérios.
- Ministros/as Ordenados/as - Membros Diáconos/isas ou Presbíteros/as
- Missão de Deus - Plano desenvolvido por Deus para a salvação do homem e da mulher e redenção do Mundo.
- Missionário/a - Ministro/a clérigo/a ou leigo/a que se coloca à disposição da Igreja para trabalho em campos avançados do território nacional ou estrangeiro.
- Mordomia cristã - Ser despenseiros/as de Cristo, viver segundo os padrões bíblicos, como responsáveis por todas as dívidas de Deus: físicas, pecuniárias, ecológicas, intelectuais, morais, espirituais, etc.
- Ordem Diaconal - Ordem vitalícia, na qual a Igreja Metodista acolhe os/as leigos/as de formação de nível médio, ou superior, chamados para servir à Igreja nos ministérios em geral.
- Ordem Presbiteral - Ordem vitalícia, na qual a Igreja Metodista acolhe os/as clérigos de formação de nível superior, com Curso de Bacharel em Teologia.
- Pastor/a - Clérigo/a ou leigo/a, chamado por Deus e reconhecido pela Igreja Metodista, para o ministério pastoral, pertencente à Ordem Presbiteral ou Ministério Pastoral.
- Período de Adaptação - Período requerido do membro das Ordens Diaconal e Presbiteral que, tendo se afastado por qualquer motivo, requer sua reintegração na respectiva Ordem.
- Período Probatório - Período de experiência do candidato às Ordens Eclesiásticas.
- Subsídio Pastoral - Remuneração do membro clérigo/a para fazer frente às despesas de manutenção dele/a e de sua família.